



DINAMIA'CET
CENTRO DE ESTUDOS SOBRE A MUDANÇA
SOCIOECONÓMICA E O TERRITÓRIO
ISCTE-IUL

Impactos dos Acordos de Inserção no Desempenho do RSI

(entre 2006-2009)

Relatório Final

Fevereiro de 2012

Equipa:

Professora Madalena Matos (coord.)

Sónia Costa

Índice

1. Introdução.....	7
2. Contextualização teórica e definição das dimensões de análise	9
2.1. Desempenho do RSI: impactos desejados e sua avaliação	9
2.2. RSI e os conceitos de pobreza e exclusão social	16
2.3. Diversidade de situações de pobreza e de exclusão social: discussão sobre recursos e oportunidades propiciadas pelo RSI	19
2.4. Síntese das dimensões de análise	21
3. Metodologia da pesquisa	24
3.1. Construção do questionário e operacionalização das dimensões de análise	24
3.2. Construção da amostra.....	27
3.3. Sobre a metodologia utilizada	30
4. Análise de resultados	32
4.1. Caracterização dos agregados familiares	32
4.1.1. Sociografia da população inquirida	32
4.1.2. Sociografia dos agregados familiares	46
4.1.2. Construção da variável “populações típicas”	56
4.2. O recurso ao RSI: contexto e motivação para recorrer à medida	61
4.3. O processo de acompanhamento: os domínios do acordo de inserção e a interação com os técnicos.....	72
4.3.1. Da intervenção holística das equipas protocoladas à intervenção centrada na saúde e na habitação dos técnicos dos centros distritais.....	72
4.3.2. Recurso e ações: coerentes com as necessidades mas insuficientes	78
4.3.3. Interação técnicos/beneficiários: a maior proximidade das equipas protocoladas	96
4.4. Processos de autonomização	101
4.4.1. A relação com o trabalho e o desemprego	101
4.4.2. Quotidiano e expectativas face ao futuro	118
4.4.3. Representações sobre a pobreza	133
5. Impactos dos acordos de inserção: conclusões e recomendações	142
Bibliografia.....	149

Índice de quadros

Quadro 3.1.1. Operacionalização das dimensões	25
Quadro 3.2.1. Total RSI por estratos territoriais com e sem protocolo, número de inquéritos previstos e inquéritos efectivamente aplicados	29
Quadro 4.1.1. Dimensão média dos agregados familiares e tipo de família	33
Quadro 4.1.2. Número de dependentes	34
Quadro 4.1.3. Agregados segundo número de dependentes	34
Quadro 4.1.4. Limitação por problemas de saúde dos não dependentes	35
Quadro 4.1.5. Escalão de rendimento mensal do agregado segundo número de adultos no agregado ...	36
Quadro 4.1.6. Condição perante o trabalho	37
Quadro 4.1.7. Situação de inactividade	38
Quadro 4.1.8. Profissões (entrevistados e cônjuges) mais frequentes	39
Quadro 4.1.9a. Grupos profissionais de entrevistados e cônjuges	39
Quadro 4.1.10. Grupos profissionais e situação face ao trabalho dos entrevistados	41
Quadro 4.1.11. Actividade profissional e contrato de trabalho dos entrevistados	43
Quadro 4.1.12. Actividade profissional e contrato de trabalho dos cônjuges	43
Quadro 4.1.13. Níveis de escolaridade	44
Quadro 4.1.14. Níveis de escolaridade por sexo e idade	45
Quadro 4.1.15. Dependência e doença por tipo de família	46
Quadro 4.1.16. Dimensão do agregado por tipo de família	47
Quadro 4.1.17. Número de menores segundo Tipo de família	47
Quadro 4.1.18. Dependentes por razões de saúde segundo tipo de família	48
Quadro 4.1.19. Dependentes, doentes e menores segundo tipo de família	48
Quadro 4.1.20. Número médio de menores por adulto segundo tipo de família	49
Quadro 4.1.21. Situação face ao trabalho segundo Tipo de família	50
Quadro 4.1.22. Grupo profissional segundo tipo de família	51
Quadro 4.1.23. Vínculo contratual segundo tipo de família	51
Quadro 4.1.24. Grau de habilitações mais elevado entre os elementos do agregado familiar segundo Tipo de família	52
Quadro 4.1.25. Idade média do entrevistado segundo tipo de família	52
Quadro 4.1.26. Idade e escolaridade médias segundo tipo de família e Situação face ao trabalho	53
Quadro 4.1.27. Representação das categorias associadas às características sociográficas da população	57
Quadro 4.2.1. Informação sobre RSI segundo território	62
Quadro 4.2.2. Iniciativa para requerer RSI segundo território	63
Quadro 4.2.3. Iniciativa para requerer RSI segundo idade	63
Quadro 4.2.4. Quando requereu segundo território	64
Quadro 4.2.5. Tempo médio de beneficiário de RSI por concelho	65
Quadro 4.2.6. Tempo médio de beneficiário de RSI segundo habilitações do entrevistado	65
Quadro 4.2.7. Tempo médio de beneficiário de RSI segundo sexo	66

Quadro 4.2.8. Razões do recurso ao RSI segundo sexo.....	67
Quadro 4.2.9. Razões do recurso ao RSI segundo territórios.....	68
Quadro 4.2.10. Tempo médio de beneficiário de RSI segundo Razões do recurso ao RSI.....	69
Quadro 4.2.11. Tempo médio de beneficiário de RSI segundo Interrupção de RSI	70
Quadro 4.2.12. Interrupção de RSI segundo Tempo médio de beneficiário de RSI	70
Quadro 4.2.13. Interrupção de RSI segundo territórios e tipo de protocolo	71
Quadro 4.2.14. Tempo médio de beneficiário de RSI segundo Interrupção de RSI, territórios e tipo de protocolo.....	71
Quadro 4.3.1. Tipo de protocolo segundo o território.....	72
Quadro 4.3.2. Média dos factores segundo território	75
Quadro 4.3.3. Média dos factores segundo território	76
Quadro 4.3.4. Habilitações do entrevistado e Tipo de protocolo	77
Quadro 4.3.5. Contrapartidas segundo tipo de protocolo	78
Quadro 4.3.6. Média dos factores segundo tipo de protocolo	79
Quadro 4.3.7. Média dos factores segundo tipo de protocolo e território.....	81
Quadro 4.3.8. Média dos factores segundo tipo de protocolo e tipo de família	81
Quadro 4.3.9. Média dos factores segundo tipo de protocolo e idade	82
Quadro 4.3.10. Média dos factores segundo motivos de recurso ao RSI	83
Quadro 4.3.11. Média dos factores segundo contrapartidas	84
Quadro 4.3.12. Apreciação obrigações segundo tipo de protocolo.....	86
Quadro 4.3.13. Apreciação do que falta no acordo segundo tipo de protocolo.....	87
Quadro 4.3.14. Média dos factores segundo o que falta no acordo.....	88
Quadro 4.3.15. O que falta no acordo segundo tipo de família.....	89
Quadro 4.3.16. Apoios em falta no acordo segundo o tipo de família	90
Quadro 4.3.17. Apoios em falta no acordo segundo o perfil de agregado familiar	90
Quadro 4.3.18. Apoios em falta no acordo segundo as Áreas mais importantes do acordo.....	91
Quadro 4.3.19. O entrevistado ou alguém do agregado tem algum problema de saúde físico ou mental e facilidade de acesso a cuidados de saúde com o RSI	92
Quadro 4.3.20. Tipos de cuidados de saúde conseguidos no âmbito do acordo.....	93
Quadro 4.3.21. Áreas mais importantes do acordo segundo o perfil dos agregados familiares	94
Quadro 4.3.22. Conhecimento dos diferentes serviços envolvidos no acordo segundo o tipo de perfil de agregado familiar	94
Quadro 4.3.23. Entidades contactadas segundo o perfil de agregado familiar	95
Quadro 4.3.24. Memória sobre a assinatura do 1º acordo segundo a entidade de acompanhamento....	96
Quadro 4.3.25. Memória sobre a assinatura de outros acordos (revalidação) segundo o tipo de entidade de acompanhamento	97
Quadro 4.3.26. Informação sobre o acordo disponibilizada pelos técnicos segundo o tipo de entidade que acompanha.....	97
Quadro 4.3.27. Percepção sobre o acompanhamento do(s) técnico(s) segundo o tipo de perfil de agregado familiar	99

Quadro 4.3.28. o que define melhor a relação com o técnico segundo o tipo de perfil de agregado familiar	99
Quadro 4.3.29. Aspectos que mais apreciação nos técnicos segundo o tipo de entidade que acompanha	100
Quadro 4.4.1. Situação face à profissão de entrevistados e cônjuges	101
Quadro 4.4.2. Grupos profissionais de entrevistados e cônjuges “a trabalhar”	102
Quadro 4.4.3. Vínculo contratual de entrevistados e cônjuges “a trabalhar”	102
Quadro 4.4.4. Situação laboral do entrevistado quando requereu RSI e actualmente	103
Quadro 4.4.5. Situação laboral do cônjuge quando requereu RSI e actualmente	104
Quadro 4.4.6 Situação laboral do agregado quando requereu RSI e actualmente	105
Quadro 4.4.7. Situação laboral do agregado quando requereu RSI e actualmente – Família unipessoal	106
Quadro 4.4.8. Situação laboral do agregado quando requereu RSI e actualmente – Casal sem filhos .	107
Quadro 4.4.9. Situação laboral do agregado quando requereu RSI e actualmente – Casal com filhos .	107
Quadro 4.4.10. Situação laboral do agregado quando requereu RSI e actualmente – Monoparental..	108
Quadro 4.4.11. Situação laboral do agregado quando requereu RSI e actualmente – Outras situações	108
Quadro 4.4.12. Idade média dos entrevistados segundo situação laboral inicial e actual	109
Quadro 4.4.13. Situação laboral do entrevistado quando requereu RSI e actualmente segundo tipo de protocolo	110
Quadro 4.4.14. No último ano teve alguma proposta de emprego que não tenha aceiteado?	111
Quadro 4.4.15. Procurou ofertas de trabalho	112
Quadro 4.4.16. Regularidade na procura de emprego segundo a Idade do entrevistado	112
Quadro 4.4.17. Procura de emprego segundo habilitações	114
Quadro 4.4.18. Significância estatística da relação entre habilitações e procura de emprego segundo tipo de protocolo	115
Quadro 4.4.19. Razão porque deixou de trabalhar	116
Quadro 4.4.20. O que é importante para arranjar emprego	116
Quadro 4.4.21. Aspectos mais importantes para arranjar emprego segundo o perfil de agregado familiar	117
Quadro 4.4.22. motivos para ter deixado de trabalhar segundo o perfil de agregado familiar	118
Quadro 4.4.23. O que de melhor poderia acontecer agora	118
Quadro 4.4.24. Satisfação com as diferentes dimensões da vida segundo o perfil do agregado familiar (nº e média)	120
Quadro 4.4.25. Dificuldades vividas no quotidiano, segundo o perfil do agregado familiar (nº e média)	121
Quadro 4.4.26. Estratégias para resolver situações difíceis (nº e %)	122
Quadro 4.4.27. Estratégias para resolver situações difíceis segundo o perfil do agregado familiar (nº e %)	123
Quadro 4.4.28. Estratégias para resolver situações difíceis segundo as habilitações escolares do entrevistado (nº e %)	124
Quadro 4.4.29. Estratégias para resolver situações difíceis segundo o tipo de família (nº e %)	124

Quadro 4.4.30. Tempo médio de permanência na medida e idade média do entrevistado, segundo estratégias para resolver situações difíceis (nº e média).....	125
Quadro 4.4.31. Tempo médio de permanência na medida segundo “Qual a coisa que melhor poderia acontecer” e expectativa de deixar RSI (nº e média)	126
Quadro 4.4.32. Grau de limitação provocado pelo estado de saúde segundo expectativa de deixar RSI (nº e %).....	127
Quadro 4.4.33. Idade média dos entrevistados segundo Grau de limitação provocado pelo estado de saúde (nº e média)	127
Quadro 4.4.34. Dependência por motivos de saúde do próprio segundo expectativa de deixar RSI (nº e %).....	128
Quadro 4.4.35. Expectativa de deixar a medida segundo o tipo de agregado familiar (nº e %).....	129
Quadro 4.4.36. Expectativas face ao futuro segundo o tipo de agregado familiar (nº e %)	129
Quadro 4.4.37. Expectativas face ao futuro do próprio e dos filhos (nº e %)	130
Quadro 4.4.38. Apreciação sobre a vida dos pais e expectativas face ao futuro dos filhos (nº e %).....	130
Quadro 4.4.39. Representação das categorias associadas às expectativas de futuro dos beneficiários .	132
Quadro 4.4.40. Percepção de trajectória de pobreza	133
Quadro 4.4.41. Percepção de trajectória de pobreza segundo o tipo de entidade que acompanha, sexo do entrevistado, habilitações e tipo de agregado familiar.....	135
Quadro 4.4.42. Quem é responsável por acabar com a pobreza em Portugal	136
Quadro 4.4.43. Quem deve acabar com a pobreza em Portugal?	137
Quadro 4.4.44. Quem deve acabar com a pobreza segundo a situação na profissão e as habilitações do entrevistado	137
Quadro 4.4.45. Quem deve acabar com a pobreza segundo Percepção de trajectória de pobreza entre entrevistados mais escolarizados.....	138
Quadro 4.4.46. Opinião sobre quem deve acabar com a pobreza segundo Percepção de trajectória de pobreza entre entrevistados integrando agregados de desempregados	139
Quadro 4.4.47. Quem deve acabar com a pobreza em Portugal segundo tipo de agregado	139
Quadro 4.4.48. Quem deve acabar com a pobreza em Portugal segundo Expectativas de deixar o RSI .	140
Quadro 4.4.49. Expectativas de deixar o RSI segundo Percepção de trajectória de pobreza.....	141

1. Introdução

Identificar os impactos dos acordos de inserção no desempenho do Rendimento Social de Inserção é o objectivo central deste trabalho.

| 7

Para tal, procurar-se-á, em primeiro lugar, caracterizar de forma tão exaustiva quanto possível as condições de vida dos beneficiários do RSI, já que se assume a existência de situações diversas, para além da situação comum de carência de rendimentos que os definem formalmente. Esta caracterização permitirá, num segundo momento, e na base da discussão dos conceitos de pobreza, exclusão e vulnerabilidade, identificar a adequação dos recursos e oportunidades disponibilizados através da medida do rendimento social de inserção – recursos e oportunidades traduzidos nos acordos de inserção –, às situações de pobreza/exclusão vividas por estas pessoas. Tal adequação não releva só das situações objectivas vividas, mas também das representações e da percepção que os próprios beneficiários têm sobre o seu processo de inserção social, situações e representações que estruturam os seus projectos de vida. Com base nesta análise tentar-se-á identificar os impactos dos acordos de inserção, avaliados, principalmente, a partir do conhecimento dos principais elementos de dependência assim como de capacidade de autonomização da medida, por parte desta população.

Para a concretização dos objectivos enunciados e em resposta ao estudo solicitado, procedeu-se à aplicação de um inquérito presencial por questionário a uma amostra representativa de famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção em Portugal continental.

O inquérito por questionário foi aplicado a famílias cujo acordo de inserção tivesse sido assinado há pelo menos 180 dias (seis meses). A escolha do beneficiário a inquirir, na qualidade de representante do agregado, poderia ser o titular do processo ou outro elemento da família. O critério de aplicação previa apenas que fosse aplicado ao elemento do agregado familiar que mais frequentemente contacta os serviços de acompanhamento.

A aplicação do inquérito por questionário, da responsabilidade da empresa EuroExpansão, teve lugar entre Fevereiro e Novembro de 2011. Para a construção da

base e a inserção dos dados recolhidos pelo inquérito foi utilizado o programa informático SPSS.

No capítulo que se segue (cap.2) são apresentadas as linhas gerais do programa RSI assim como a definição dos impactos e da sua avaliação tal como entendidos neste estudo (2.1). São ainda apresentados sucintamente os principais conceitos e debates teóricos que sustentam a construção do instrumento de recolha da informação, o inquérito por questionário, e a análise dos dados produzidos (2.2 a 2.5).

| 8

No capítulo 3 são apresentadas as opções metodológicas relativas à elaboração do questionário e à construção da amostra, assim como são explicitadas as limitações que decorrem de tais opções.

O capítulo 4 é dedicado à apresentação dos resultados: a caracterização dos agregados familiares (4.1), contextos e motivações de recurso ao RSI (4.2), acordos de inserção e interação com os técnicos (4.3) e processos de autonomização/dependência (4.4).

O último capítulo (cap.5) é dedicado à sistematização dos resultados obtidos sobre os impactos dos acordos de inserção e as recomendações que daqui decorrem.

Nos anexos encontram-se para além de informação estatística complementar da apresentada no texto (anexos 1 a 4), a lista de variáveis trabalhadas (anexo 5), as frequências simples das respostas ao questionário (anexo 6) e o questionário aplicado (anexo 7),

2. Contextualização teórica e definição das dimensões de análise

2.1. Desempenho do RSI: impactos desejados e sua avaliação

| 9

“O rendimento social de inserção consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.” (Lei n.º 13/2003 de 21 de Maio - Revoga o rendimento mínimo garantido, previsto na Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho, e cria o Rendimento Social de Inserção)

O actual Rendimento Social de Inserção, em vigor desde 2003, sucede ao Rendimento Mínimo Garantido, criado em Portugal em 1996. Esta política de protecção social apresenta três características distintas e inovadoras face a outras medidas implementadas até então. Primeiro, procura colmatar a falta de um rendimento mínimo capaz de promover a subsistência para quem não tem recursos; segundo, esta prestação pecuniária é acompanhada de um programa de inserção acordado com o beneficiário e o seu agregado familiar, que prevê um conjunto de acções a implementar para a sua integração social e profissional; e, terceiro, para uma melhor prossecução deste plano, está previsto o envolvimento de uma estrutura de parceiros sociais locais, que integra serviços públicos, autarquias e instituições de solidariedade social. Esta nova dinâmica de política social procura promover o pleno exercício dos direitos dos indivíduos, nomeadamente o direito a um trabalho, combinado com um rendimento que garanta a sua subsistência, através de uma abordagem local concertada que procura reunir recursos, responsabilidades e esforços na promoção da inserção e integração dos indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Esta estrutura local designa-se por Núcleo Local de Inserção, NLI.

Segundo a legislação em vigor, o acesso ao RSI obedece aos seguintes critérios:

“a) Possuir residência legal em Portugal;

b) Não auferir rendimentos ou prestações sociais, próprios ou do conjunto dos membros que compõem o agregado familiar, superiores aos definidos na presente lei;

c) Assumir o compromisso, formal e expresso, de subscrever e prosseguir o programa de inserção legalmente previsto, designadamente através da disponibilidade activa para o trabalho, para a formação ou para outras formas de inserção que se revelarem adequadas;

d) Estar inscrito num centro de emprego, caso esteja desempregado e reúna as condições para o trabalho;

e) Fornecer todos os meios probatórios que sejam solicitados no âmbito da instrução do processo, nomeadamente ao nível da avaliação da situação patrimonial, financeira e económica do requerente e da dos membros do seu agregado familiar;

f) Permitir à entidade distrital competente da segurança social o acesso a todas as informações relevantes para efectuar a avaliação referida na alínea anterior.

g) Ter decorrido o período de um ano após a cessação de contrato de trabalho sem justa causa por iniciativa do requerente.”

(nº 1 do artº. 6º, da Lei nº. 13/2003 de 21 de Maio na redacção que lhe foi conferida pela Lei nº. 45/2005 de 29 de Agosto e pelo Decreto-Lei nº. 70/2010 de 16 de Junho)

Como já referido, a par da prestação pecuniária prevista é acordado com os beneficiários um conjunto de acções que consiste num programa de inserção onde são definidos os apoios recebidos, as acções a desenvolver e as obrigações assumidas pelas partes. A legislação que regulamenta a medida prevê como acções/obrigações possíveis:

“a) Aceitação de trabalho ou de formação profissional;

b) Frequência de sistema educativo ou de aprendizagem, de acordo com o regime de assiduidade a definir por despacho conjunto dos Ministros da Educação e da Segurança Social e do Trabalho;

c) Participação em programas de ocupação ou outros de carácter temporário que favoreçam a inserção no mercado de trabalho ou satisfaçam necessidades sociais,

comunitárias ou ambientais e que normalmente não seriam desenvolvidos no âmbito do trabalho organizado;

d) Cumprimento de acções de orientação vocacional e de formação profissional;

e) Cumprimento de acções de reabilitação profissional;

f) Cumprimento de acções de prevenção, tratamento e reabilitação na área da toxicodependência;

g) Desenvolvimento de actividades no âmbito das instituições de solidariedade social;

h) Utilização de equipamentos de apoio social;

i) Apoio domiciliário;

j) Incentivos à criação de actividades por conta própria ou à criação do próprio emprego.”

No âmbito do actual contexto económico do país, a legislação que regulamenta o RSI sofreu algumas alterações, neste sentido este artigo sofreu um aditamento, prevendo medidas de activação. Refere o artigo 18 - A *“Devem ser criadas as condições para que a partir do início do ano de 2011 todos os beneficiários e titulares de RSI com idade compreendida entre os 18 e os 55 anos, que não estejam inseridos no mercado de trabalho, e com capacidade para o efeito, tenham acesso a medidas de reconhecimento e validação de competências escolares ou profissionais ou de formação, seja na área das competências pessoais e familiares, seja na área da formação profissional, ou a acções educativas ou a medidas de aproximação ao mercado de trabalho, no prazo máximo de seis meses após a subscrição do programa de inserção.»*

(nº 6 do art. 18, Lei nº. 13/2003 de 21 de Maio na redacção que lhe foi conferida pela Lei nº. 45/2005 de 29 de Agosto e pelo Decreto-Lei nº. 70/2010 de 16 de Junho)

Neste sentido, esta medida de política social deverá ter um carácter transitório, cessando nos seguintes casos:

“a) Quando deixem de se verificar os requisitos e condições de atribuição;

- b) 90 dias após a sua atribuição nos casos em que não tenha sido celebrado o programa de inserção, por razões exclusivamente imputáveis ao interessado;
- c) Com o incumprimento reiterado e injustificado das obrigações assumidas no programa de inserção, nos termos previstos na presente lei;
- d) No caso de falsas declarações;
- e) Por recusa de emprego conveniente, de trabalho socialmente necessário ou de formação profissional, nos termos do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro;
- f) Após o trânsito em julgado de decisão judicial condenatória do titular que determine a privação da sua liberdade;
- h) Por morte do titular.” (art. 22, Lei n.º. 13/2003 de 21 de Maio na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º. 45/2005 de 29 de Agosto e pelo Decreto-Lei n.º. 70/2010 de 16 de Junho)

Os critérios de atribuição e as acções descritas na legislação relevam dos princípios fundamentais que regem a medida. Por um lado, destaca-se a importância da integração e preparação para o mercado de trabalho de forma directa, por via da formação, reconversão profissional e aceitação de um posto de trabalho, por outro, a de uma de uma intervenção que vá para além da integração no mercado de trabalho, potenciando uma integração sustentável, por via da promoção de uma participação social e cívica e de cuidados de saúde.

Esta medida constitui um das respostas às actuais situações de risco social, como o desemprego de longa duração que afecta em particular os jovens e os trabalhadores sem qualificações, que colocaram ao velho Estado-Providência novos desafios. Assim, surgem as novas políticas activas de inserção social que visam em primeira instância melhorar as condições das pessoas perante o mercado de trabalho.

Estas políticas foram profundamente marcadas pela adesão de Portugal à Comunidade Europeia, imprimindo novos modelos de acção pública nos domínios político-administrativos, nomeadamente um enfoque no ideal de territorialidade como forma de disseminar os diversos patamares de responsabilidade e poder, numa tentativa de aproximação dos centros decisórios do cidadão. Este contexto é largamente

impulsionado pelo financiamento comunitário, na medida em que potencia uma resposta positiva da sociedade civil à descentralização das políticas públicas e à sua co-responsabilização, apoiada pelas orientações fornecidas pelos programas europeus de intervenção social que vão no sentido de uma abordagem por projecto e a constituição de parcerias.

| 13

Esta dinâmica requer um novo plano organizacional que implica novos critérios de avaliação e de subsidiariedade da acção (planeamento da acção, avaliação pelos resultados, da qualidade do serviço...), respondendo a uma lógica contratual e de financiamento por projecto. Aliás, são estes os pressupostos do novo Estado Social apontados por Pedro Hespanha (2008), um Estado social activo, assente numa abordagem por projecto, numa acção descentralizada e na contratualização das respostas.

Ora, esta nova compreensão de políticas públicas assenta, ainda, numa nova concepção da relação do indivíduo com o Estado Social. Abandona-se uma visão fatalista que submete os actores aos constrangimentos de um sistema que os remete para um plano de privação e exclusão permanente. Surge uma nova perspectiva que contempla a capacidade estratégica do actor, reconhecendo as singularidades dos indivíduos, apelando à activação dos seus recursos e capitais próprios, estimulando a mobilização e compromisso individual no processo de apoio social. É portanto este referencial que sustenta os novos dispositivos e medidas de política social que visam a produção de um utente activo, participante e comprometido com um projecto de inserção que visa a sua autonomia.

Este novo olhar é, aliás, sistematizado por Francisco Branco (2008):

- O utente como pessoa, no sentido em que o utente é abordado como ser singular, privilegiando uma lógica de intervenção personalizada;
- O utente como indivíduo concreto: a sua biografia constitui o instrumento fulcral para a articulação entre intervenção e as singularidades do indivíduo;
- O utente como sujeito participante responsável: o papel activo e co-responsabilizante do processo de intervenção e integração social; e

- O utente como sujeito contratual: a centralidade da implicação e participação do utente no seu plano de inserção por via do acordo de inserção.

Esta lógica de intervenção remete-nos para a importância da relação e gestão das capacidades dos indivíduos, resultantes do controlo do seu próprio percurso e projecto de vida, e as oportunidades, enquanto recursos disponibilizadas pelo sistema social onde o indivíduo se encontra inserido.

| 14

Esta relação entre capacidades e oportunidades é, no entanto, condicionada por constrangimentos que não permitem uma redistribuição social homogénea das oportunidades, em grande medida, devido ao processo de desenvolvimento social que distribui de forma desigual os recursos e as oportunidades entre os sujeitos.

É neste jogo entre capacidades e oportunidades que a estrutura de acompanhamento social, previsto por esta medida de política social, procura reverter a situação de vulnerabilidade social dos seus beneficiários, procurando mobilizar e desenvolver as suas capacidades e disponibilizando para o efeito um conjunto específico de recursos. O que implica uma adequação dos recursos e da lógica de intervenção/acompanhamento às necessidades do público, necessidades estas que são multidimensionais, já que vão da sobrevivência física à reparação de danos psíquicos e sociais que bloqueiam a plena inserção social dos indivíduos.

A grande aposta do sistema de acção social nacional tem sido a descentralização das políticas e dos dispositivos financiados pelo Estado através do chamado terceiro sector. Das políticas de educação, de inserção profissional e laboral aos diversos mecanismos de apoio social, a tendência é para a concretização local dos dispositivos que devem ser accionados o mais próximo possível das realidades sociais dos públicos intervencionados.

Esta abordagem valoriza, por um lado, a importância que as estruturas locais podem ter na eficácia das estratégias de luta contra a pobreza e, por outro, a flexibilidade na gestão dos problemas sociais, produzindo novas combinações de intervenção que variam em grande medida com os modelos e com os contextos locais.

Foi a necessidade de responder à diversidade dos modos de vida e às especificidades locais que impulsionaram as políticas públicas para uma nova forma de intervir,

orientando-as para serviços de proximidade que procuram articular-se localmente com parceiros, promovendo uma partilha de responsabilidades e potenciando uma intervenção mais adequada, capaz de distribuir em tempo útil recursos e oportunidades. Esta descentralização é assegurada por via de protocolos estabelecidos com instituições locais, cujo papel social não é, como se sabe, recente; pelo contrário, assumem tradicionalmente um papel fundamental de apoio às comunidades, papel que tem vindo a ser alargado numa lógica complementar das funções do Estado. É nesta estratégia de territorialização da intervenção que se inscreve a constituição dos Núcleos de Inserção Local, atrás mencionados.

| 15

A partilha na implementação de políticas sociais é defendida por alguns autores (Ferreira, 2000; Hespanha, 2000) como benéfica por diversos factores: a **proximidade às comunidades**, que promove um maior conhecimento da realidade social local; uma **maior rapidez e flexibilidade na intervenção**; uma **maior capacidade de dinamizar parcerias locais** e articular recursos e respostas; assim como os próprios **impactos nas instituições e na sua capacidade de influenciar** a concepção e implementação de políticas sociais.

Esta dinâmica permitiria acções mais inovadoras, mais participadas, mais maleáveis e menos estandardizadas, introduzindo, assim, novas formas e processos de implementação da medida, logo melhores resultados no âmbito da inserção social dos seus beneficiários.

Todavia, são também apontadas algumas críticas a tal descentralização. Com efeito, para alguns autores como Vallancourt (2008) corre-se o risco de uma instrumentalização das instituições do terceiro sector, pelo Estado, na medida em que o controlo da implementação e intervenção é estritamente definido aquando do protocolo estabelecido, deixando um espaço reduzido para a iniciativa e a inovação local.

2.2. RSI e os conceitos de pobreza e exclusão social

O Rendimento Social de inserção procura responder a situações de ruptura dos indivíduos com a sociedade, que poderão assentar em diferentes dimensões. Para Gaujelac e Taboada Léonetti (1994) o aumento significativo do número de excluídos é essencialmente justificado pela ruptura com três dimensões fundamentais da vida em sociedade: as dimensões económica, social e simbólica.

| 16

A primeira dimensão prende-se com a situação do indivíduo face ao trabalho, enquanto factor fundamental de integração social. Os rendimentos do trabalho permitem não só uma participação económica na vida quotidiana, como também são garante das condições para a constituição da própria identidade social.

A segunda dimensão, de fragilização dos laços sociais pode ser observada tanto ao nível dos grupos primários (família, vizinhos, amigos, etc) como ao nível dos laços verticais que sustentam as solidariedades entre cada indivíduo e o conjunto da sociedade.

Finalmente a dimensão simbólica reporta-se ao sistema de normas e valores, que se espera que seja consonante com o papel social que o indivíduo ocupa na sociedade, sob pena de se tornar excluído.

Mais do que a noção de exclusão, diversos autores procuram identificar os processos que conduzem à exclusão, adoptando diversas terminologias.

Para Soulet (2000) o conceito de exclusão deve ser observado a par do conceito de inclusão/integração, na medida em que a existência de exclusão não inibe a existência do seu contrário, ou seja, não há excluído total que não seja um pouco incluído, salvo algumas excepções que não caracterizam a maioria das situações. Este par pode alterar a sua dinâmica em resposta aos diferentes contextos históricos e sociais em que se movimenta.

Robert Castel (1991) dá-nos conta da noção de desafiliação atribuindo-lhe uma classificação que distingue os estatutos em função da pertença às ordens do trabalho e sócio-relacional. Nesta conceptualização, as situações de pobreza resultam da conjugação de dois vectores: um eixo de integração (a não integração pelo trabalho) e

um eixo de inserção (a não inserção numa dimensão sócio-familiar). A combinação destes dois vectores, permite ao autor identificar três zonas:

- *zona de integração*, onde os indivíduos dispõem da segurança de um trabalho permanente e de laços sociais;
- a *zona de vulnerabilidade*, que conjuga precariedade laboral e fragilidade relacional;
- e a zona de *desafiliação* que acumula a desinserção laboral com o isolamento social.

Diferentes zonas carecem de intervenções distintas, uma a título preventivo, que controlaria a zona de vulnerabilidade e outra, reparadora, que procuraria reverter a situação dos indivíduos que se encontram na zona de desafiliação.

Em obras mais recentes, Castel (2003), dá particular destaque à noção de vulnerabilidade, enquanto zona considerada de grande turbulência, resultado de perdas e rupturas sucessivas.

O binómio constituído pelas expressões integração/inserção e desafiliação/vulnerabilidade traduz o que mais tarde Castel (2007) conclui serem os dois novos perfis de indivíduos da modernidade tardia: “os indivíduos por excesso” e os “indivíduos por defeito”, integrando este último perfil, os indivíduos cujas condições objectivas e simbólicas não lhes permite realizarem e definirem projectos de vida enquanto indivíduos.

Serge Paugam (1991) apelida o mecanismo de *desqualificação*, assente na ideia de descrédito a que são sujeitos aqueles que não participam na vida económica e social.

Gilbert Clavel (1998) propõe uma abordagem deste processo por níveis – precariedade, pobreza e exclusão – sendo a situação de exclusão a última etapa de uma trajectória de descapitalização. A precariedade caracterizada pela incerteza, pela irregularidade dos recursos e a fragilidade do indivíduo. A pobreza, pela não participação dos indivíduos na actividade económica e a consequente falta de rendimentos, reportando-se, então, a ausência ou insuficiência de recursos; finalmente a exclusão concentra os efeitos extremos dos dois níveis anteriores, que nada mais é do que o somatório de várias situações objectivas de privação; uma relação social simbólica negativa e uma ruptura dos laços sociais tradicionais.

A primeira conclusão a retirar destes diferentes contributos, e que importa ter presente, é que o fenómeno da exclusão social é mais dinâmico e processual do que estático e permanente, na medida em que resulta de um processo de sucessivas rupturas do indivíduo com a sociedade, situando-se, no limite deste processo, a ruptura dos laços familiares e afectivos. Por este facto, diversos autores, discordando da noção de uma exclusão homogénea, procuram a compreensão dos percursos produtores da condição de exclusão, constituindo as terminologias criadas a sistematização e tradução desses processos e mecanismos.

| 18

2.3. Diversidade de situações de pobreza e de exclusão social: discussão sobre recursos e oportunidades propiciadas pelo RSI

Quando se aprecia e avalia os efeitos e impactos deste tipo de medidas, emerge no debate sobre políticas sociais a questão da dependência gerada por tais políticas. Está em causa o desvio aos princípios e objectivos das medidas mas, também, a preocupação de racionalizar os custos, num momento histórico em que se procura emagrecer e racionalizar o orçamento para a protecção social e em que crescem as perspectivas críticas ao *Welfare State*.

| 19

Para Dubet e Véréttout (2003) esta ideia prende-se com a noção de racionalidade estreita (*narrow rationality*): a racionalidade dos actores fá-los-ia manter-se na medida, tendo em conta que recebem uma prestação mensal. Todavia, para estes autores, esta está longe de ser a resposta para as elevadas taxas de permanência na medida. Apreciação fundamentada pelo estudo do RMI em França (Dubet e Véréttout, 2003) onde se observam indivíduos que teriam oportunidade para sair da medida, contudo continuam nela, e uma proporção significativa de outros, com menos recursos efectivos, que a abandonam. Os autores deste estudo avançam, portanto, que a dimensão financeira desempenha um papel menor do que o esperado para a explicação do fenómeno. A explicação residiria principalmente na diversidade de indivíduos: nas suas competências, nos seus projectos de vida, nos percursos individuais e nos contextos sociofamiliares.

Esta é a razão pela qual estes autores propõem a compreensão de uma “racionalidade altamente contextualizada” dos actores.

A intervenção social no quadro do estado social activo baseia-se, portanto, no desenvolvimento das capacidades de acção dos indivíduos, auxiliando as suas condições de realização.

É neste contexto que Soulet (2007) refere existir um número significativo de indivíduos que, por variadas razões, como as suas trajectórias de vida, o défice de competências face às exigências do sistema sócio-económico, etc., estão em grande medida condicionados, ou mesmo impossibilitados, de entrar num processo de inserção social.

Na procura de responder adequadamente a esta diversidade, o autor propõe duas lógicas de intervenção: a lógica generativa e a lógica paliativa. Enquanto a primeira valoriza a capacidade de acção do indivíduo, promovendo a definição de um projecto de vida capaz de reverter a situação de desinserção e dependência da acção social, a segunda centra a intervenção na situação de vulnerabilidade vivida, procurando contraria-la e colmata-la. Tratar-se-ia este de um trabalho de manutenção, numa lógica de redução de riscos.

| 20

Assim, a diversidade dos públicos existentes e a incapacidade de uma parte destes se tornar autónomo, conduziria a uma intervenção essencialmente paliativa, com resultados dificilmente mensuráveis, mas que nos levam a pôr em causa o princípio da autonomização da medida como objectivo único da intervenção social.

Conscientes desta diversidade de beneficiários do apoio social, é igualmente importante um trabalho generativo na aposta das potencialidades positivas dos actores capazes de serem activados. Deverá ser uma abordagem centrada nas forças e nos sucessos dos beneficiários, potenciando as competências de que dispõem.

Deste modo, mais do que a procura incessante da autonomização da medida, ajustar a intervenção à realidade do seu público deverá ser o objectivo do modelo de intervenção a seguir.

2.4. Síntese das dimensões de análise

Tendo em conta os objectivos do presente estudo e os princípios desta medida de política social, a construção do inquérito por questionário aos seus beneficiários capaz de aprofundar e reflectir sobre os impactos dos acordos de inserção assentou num conjunto de dimensões que a seguir se explicitam.

| 21

A. RECURSO AO RSI: contexto e motivação para recorrer ao RSI e a caracterização e apreciação do programa de inserção

Conhecer e compreender o contexto e os factores motivadores do recurso ao RSI bem como o processo de acompanhamento e as acções de intervenção constituem o cerne da reflexão para avaliar o impacto dos acordos de inserção no desempenho desta medida social. É, portanto, relevante compreender quais os factores que despoletam as situações de vulnerabilidade e recurso a esta medida mas também que tipo de relação se estabelece com os serviços e técnicos, que grau de dependência, que tempo de permanência, quais os principais pedidos de auxílio e quais os apoios e recursos disponibilizados. Por outro lado, que consciência têm e que avaliação e apreciação fazem os beneficiários do processo de intervenção e dos apoios e acções implementadas.

Nesta dimensão assume particular destaque compreender se o tipo de equipa ou técnico que acompanha o processo familiar – técnico afecto ao centro distrital ou equipa afecta a uma instituição com protocolo estabelecido com o Estado - imprime diferenças na intervenção desenvolvida. Importa recordar que as potenciais distinções encontradas resultam da apreciação dos inquiridos.

B. RELAÇÃO COM O TRABALHO

A inserção no mercado de trabalho é um dos principais factores promotores da integração social. Todavia, a inserção nesta esfera assume actualmente múltiplas modalidades que afectam a forma de encarar a participação e a pertença a esta esfera.

Paralelamente, não podem ser descurados factores como as baixas qualificações e as relações laborais precárias que acentuam a vulnerabilidade ao desemprego, aos baixos rendimentos e à precariedade. Os insucessos nesta esfera impulsionam o indivíduo para sentimentos de insegurança nas suas capacidades, a auto-desvalorização, a dificuldade de accionar estratégias de mudança, a capacidade de se projectar no futuro e potencia a criação de uma relação de dependência com a acção social. Ora, a deficiente integração no trabalho acarreta situações de privação e conseqüentemente um processo de desinserção multidimensional.

| 22

C. A VIDA EM GERAL

Importa compreender como os indivíduos apreciam a sua vida, distinguindo para o efeito 4 grandes níveis de análise: i) satisfação com a vida; ii) apreciação do estado de saúde; iii) privação e consumo e iv) visão de futuro.

- i) A **satisfação com a vida** é fruto da relação entre contextos, trajectórias e expectativas de vida, cuja combinação condiciona, em grande medida, o maior ou menor desejo e a aspiração de mudança de vida. Ora, é importante conhecer em que medida estes indivíduos se encontram satisfeitos com os diferentes níveis da sua vida e de que forma a sua condição de vulnerabilidade condiciona essa satisfação.
- ii) Na apreciação sobre a vida destes actores sociais é fundamental abordar a sua condição de **saúde**, já que o estado de doença constitui, em Portugal, um factor de pobreza, primeiro pelo custo associado aos tratamentos e, segundo, porque, muitas vezes, afasta o indivíduo do mercado de trabalho, colocando-o numa situação de pobreza e vulnerabilidade social.
- iii) O recurso ao RSI, é, primeiramente, uma forma de colmatar a falta de um rendimento mínimo de subsistência para quem não tem recursos. Ora, as **situações de privação** estão em grande medida relacionadas com o afastamento do mercado de trabalho. Todavia, os estudos demonstram que crescentemente nem a via do trabalho consegue retirar alguns indivíduos de situações de pobreza. Aliás, mesmo depois das transferências da acção social há um grupo populacional

que permanece nessa condição. Ora, importa compreender e caracterizar as situações de pobreza vividas e sentidas pelos beneficiários desta medida de política social.

- iv) A capacidade de **projectar o futuro** é fundamental para a activar e mobilizar os indivíduos a saírem de situações de pobreza e vulnerabilidade em que se encontram. Neste sentido, compreender como perspectiva o futuro e as suas principais aspirações permite reconduzir e adequar as acções de intervenção.

| 23

Deste modo, apreender como percebem os indivíduos diferentes níveis da sua vida permitirá melhor compreender as restantes dimensões abordadas.

D. REPRESENTAÇÕES SOBRE A POBREZA

De forma complementar, importa apreciar as representações desta população sobre a sua condição de vulnerabilidade, o seu papel nessa condição, e o papel de outros actores e instituições na resolução das situações de pobreza e vulnerabilidade social no país.

E. AUTONOMIZAÇÃO DO RSI

Por fim, interessa compreender como vislumbram e avaliam os beneficiários do RSI as suas capacidades e oportunidades de autonomia e activação. Identificar os factores que potenciam ou são potenciados por uma auto-imagem de maior ou menor autonomia e capacidade de activação (características sociodemográficas, estrutura familiar, relação com o trabalho, estado de saúde, representações sobre a pobreza, etc.) permitirá uma intervenção mais adequada e eficaz, na medida em que pode ser orientada para desbloquear factores inibidores de um processo de autonomização da medida.

F. CARACTERIZAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

A caracterização do agregado familiar permite conhecer os beneficiários em causa, completando e contextualizando a informação restante.

3. Metodologia da pesquisa

3.1. Construção do questionário e operacionalização das dimensões de análise

O inquérito por questionário aplicado pretende produzir informação que permita analisar a realidade dos beneficiários do RSI através das dimensões atrás enunciadas. Apresentamos aqui um quadro síntese da relação entre cada uma destas dimensões e as perguntas que constituem este questionário.

Quadro 3.1.1.Operacionalização das dimensões

DIMENSÕES	NIVEIS DE ANÁLISE	VARIÁVEIS	PERGUNTA
RECURSO AO RSI: contexto e motivação para recorrer ao RSI e a caracterização do programa de inserção	Formas de acesso à informação sobre a medida	Fonte de informação; responsável pela iniciativa do recurso; Formas de resistência ou adesão ao acesso; data do 1º contacto; percurso na medida (constate ou com saídas e regressos); razões do acesso à medida.	P1, P2, P3, P 4, P5, P6, P7
	Relação com a protecção social	Tipos de apoios sociais recebidos	P8
	Lógica do apoio/acompanhamento e apreciação sobre o processo	Conhecimento da existência de acordo de inserção; percepção sobre a forma como foi elaborado/definido o acordo de inserção; conhecimento do conteúdo do acordo assinado (obrigações e contrapartidas); opinião sobre o acordo assinado (obrigações e contrapartidas); propostas a integrar o acordo assinado; apreciação sobre as áreas mais importantes de intervenção; reconhecimento sobre os serviços envolvidos no acordo; identificação dos principais serviços com que contacta	P9, P10, P11, P12, P13, P14, P15, P16, P17, P18, P19
	Interacção técnico/beneficiário	Frequência do contacto com os técnicos; opinião sobre a frequência; percepção e opinião sobre as formas de compreensão/reacção do técnico de acompanhamento;	P20, P21, P22, P23, P24
TRABALHO	Experiencia de trabalho e precarização	Situação face ao trabalho do próprio e do cônjuge - actual e quando recorreu à medida; duração e causas do desemprego; protecção no desemprego; profissão exercida ou última do próprio e do cônjuge; vínculos laborais do próprio e do cônjuge; nº de horas de trabalho/semana; durabilidade dos vínculos laborais do próprio e do cônjuge;	P25, P29, P30.1.4, P30.1.5, P30.1.6, P30.2.1., P30.2.2, P30.2.3, P30.2.4, P30.2.5, P30.2.6, P31.1.1, P31.1.2, P31.1.3, P31.1.4
	Disposições face ao trabalho	Oportunidades de trabalho e a sua aceitação ou não (motivos)	P30.1.1, P30.1.1.1.
	Percepção da vulnerabilidade laboral	Razões para conseguir, ou não, arranjar trabalho; mobilização para a mudança	P30.1.2, P30.1.3, P32

Relatório Final

A VIDA EM GERAL	Satisfação com a vida	Satisfação com a vida em geral e diferentes níveis e em particular - saúde, educação/formação, emprego, vida familiar, casa, vida social, tempo livre/laser	P33.1., p33.2
	Apreciação do estado de saúde	Apreciação da situação de saúde do próprio ou de algum elemento do agregado familiar; limitações por motivos de saúde; contributo do RSI para a melhoria dos cuidados de família e quais;	P35, p36, p36.1, p37, p38, p38.1
	Privação e consumo	Níveis e tipos de privações; atitude face à privação; auto-percepção sobre o estatuto socioeconómico presente e passado;	P39, P40, P41, P42, P43, P43.1
	Existência de visão de futuro	Projecções nas gerações futuras; projectos para o futuro; principais aspirações; crença no futuro;	P44, p44.1, p45, p46, p47
REPRESENTAÇÕES SOBRE A POBREZA	Disposições face às políticas públicas	Percepção sobre os apoios sociais; indicação de quais os responsáveis pela resolução das situações de pobreza;	P48, P49
AUTONOMIZAÇÃO DO RSI	Disposições face à condição de vida	Percepção sobre o nível e tempo de dependência da medida	P51, P55
	Oportunidade / capacidades	Relação entre as oportunidades e capacidades; avaliação das capacidades para resolver os seus problemas	P52, P54
	Disposição face aos saberes	Necessidade/vontade para aumentar a sua formação	P53
CARACTERIZAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR	Agregado familiar	Composição; tipo de família; nº de dependentes por problemas de saúde físico ou mental; meios de vida;	P56
	Caracterização dos indivíduos	Sexo; idade; naturalidade; situação conjugal; habilitações	P56

3.2. Construção da amostra

Considerados os dados disponibilizados sobre a população assentamos a construção da amostra nos seguintes princípios.

| 27

Dimensão da população

Considerámos a população como infinita (> 100.000), sendo que aproximadamente 35% dos casos dizem respeito a situações com protocolo e 65% a situações sem protocolo.

Dimensão da amostra

Amostra = 400 casos (coeficiente de confiança = 95,5% e margem de erro = 5%).

Para cada subpopulação com e sem protocolo, considerada individualmente, a margem de erro é superior a 5% (e inferior a 10%).

Critérios de amostragem

Amostra de população "nacional" = cobrindo território (sem ilhas).

Opção: estratificar por áreas geográficas baseadas na distribuição distrital. Dada a disparidade de números por distritos e dada a situação particular dos distritos do Porto e de Lisboa (têm mais de 50% do total dos agregados com RSI) optou-se por estratificação proporcional, sendo os estratos constituídos por 10 territórios:

Concelho de Lisboa, Concelho do Porto, Concelho de Vila Nova de Gaia, Distrito de Lisboa (sem concelho de Lisboa), Distrito do Porto (sem concelhos Porto e VNG), "Extremo litoral norte", "Norte e centro interior", "Centro litoral" e "Interior sul e sul".

Para a constituição de uma amostra estratificada proporcional, calculou-se o número de inquéritos a realizar em cada estrato. Para concentrar a aplicação de inquéritos e evitar muitas deslocações (diminuindo assim custos), seleccionaram-se aleatoriamente em cada estrato um número proporcional de concelhos onde se aplicaram os inquéritos.

Considerando que se quer comparar agregados "com equipas protocoladas" e "CDIS", optou-se por estratificar de novo cada estrato agora em função dessa variável.

Número de inquéritos a aplicar

No quadro seguinte indica-se quantos inquéritos "com equipas protocoladas" e "CDIS" deveriam ser aplicados em cada estrato, identificam-se os concelhos seleccionados para aplicação dos questionários e apresentam-se os valores da amostra real.

| 28

Resta ainda dizer que o processo de aplicação dos questionários foi relativamente moroso já que não foi fácil obter listas nominativas dos beneficiários do RSI nos concelhos seleccionados. Este processo de problemas e sucessivas alternativas encontradas está descrito no relatório preliminar entregue em Agosto de 2011, pelo que recordamos aqui somente que, face a estas dificuldades, se optou por prescindir da selecção aleatória de beneficiários a partir dessas listas e recorrer a interlocutores distritais do ISS, que foram os responsáveis pela indicação dos beneficiários a inquirir em cada concelho.

Relatório Final

Quadro 3.2.1. Total RSI por estratos territoriais com e sem protocolo, número de inquéritos previstos e inquéritos efectivamente aplicados

Distritos	População			Amostra prevista			Amostra real		
	Total	Com protocolo	Sem protocolo	A entrevistar com protocolo	A entrevistar sem protocolo	Total a entrevistar	Concelhos seleccionados	Concelhos onde foram aplicados os inquéritos	Inquéritos efectivamente aplicados
Viana e Braga (Extremo norte litoral)	9653	3449	6204	10	18	28	AMARES e VILA NOVA DE FAMALICÃO	Braga e Vila Nova de Famalicão	16 14
V Real Bragança Viseu Guarda C Branco (Norte e centro interior)	12823	6421	6402	19	19	37	GOUVEIA e SERTÃ	Gouveia e Sertã	21 21
Aveiro Coimbra Leiria Santarém (Centro litoral)	15424	4589	10835	13	31	45	OLIVEIRA DE AZEMÉIS e MONTEMOR-O-VELHO	Oliveira de Azeméis e Montemor – o – Velho	26 18
Portalegre Évora Beja Faro (Interior sul e sul)	10492	5345	5147	15	15	30	LOULÉ e SERPA	Loulé e Serpa	16 11
LISBOA sem concelho de Lisboa	17225	5978	11247	17	33	50	AMADORA e CASCAIS	Amadora e Cascais	22 25
Concelho LISBOA	9707	0	9707	0	28	28	LISBOA	Lisboa	30
PORTO sem Concelhos Porto e V N Gaia	30897	9280	21617	27	63	89	AMARANTE e GONDOMAR e PÓVOA DE VARZIM	Amarante e Gondomar	22 68
Concelho PORTO	11761	2220	9541	6	28	34	PORTO	Porto	35
Concelho de VNG	10675	2360	8315	7	24	31	VILA NOVA DE GAIA	Vila Nova de Gaia	31
Setúbal	9629	6753	2876	20	8	28	MONTIJO e SETÚBAL	Setúbal e Montijo	18 17
TOTAL	138286	46395	91891	134	266	400	18	17	411

3.3. Sobre a metodologia utilizada

Antes de passarmos à apresentação dos resultados avançaremos ainda algumas observações de ordem teórico-metodológica que permitem balizar os limites dos dados produzidos assim como da sua interpretação.

| 30

Considerando o carácter multidimensional desta medida de política social torna-se evidente que a avaliação que aqui se procura fazer, assente na aplicação de um inquérito por questionário aos seus beneficiários, tem limites que importa destacar.

Em primeiro lugar o facto de trabalharmos com dados, nomeadamente de caracterização dos agregados familiares, recolhidos num determinado tempo e sem possibilidade de comparação objectiva com tempos anteriores. O que seria possível com um inquérito por painel, por exemplo.

Esta situação acarreta uma consequência que eventualmente limita de forma mais drástica a avaliação que se pretende efectuar. Trata-se do facto de apenas termos acesso aos beneficiários que permanecem na medida e de não podermos conhecer o percurso daqueles que entretanto deixaram de receber o RSI. O que nos coloca na situação de apenas podermos retratar os beneficiários que se encontram ainda em processo de acompanhamento: ou por que a medida não foi eficaz ou por que o desfecho a que ela pode, ou deve, conduzir não foi ainda atingido. Deste modo, mais do que apreciar os aspectos potenciadores de inserção, e portanto a eficácia da medida, é possível avaliar a coerência e adequação das respostas encontradas face às necessidades apontadas.

Em terceiro lugar, e como em qualquer outro estudo baseado num inquérito por questionário, estamos limitados à análise das dimensões da realidade que nos foi possível identificar como potencialmente pertinentes. Outros aspectos da realidade analisada, que eventualmente poderiam surgir num processo de recolha de informação menos estandardizado, não serão obviamente consideradas.

Acresce ainda o facto de, estando limitados à informação produzida pelas respostas dos beneficiários do RSI, não podermos confrontar esta informação com a que poderia ser produzida pelos responsáveis e técnicos que acompanham os agregados familiares analisados. De alguma forma, a realidade dos impactos dos acordos de inserção está assim limitada à perspectiva de um dos grupos de actores que intervêm neste processo.

| 31

Ainda assim, julgamos que a informação recolhida, assente e filtrada pela percepção dos beneficiários, nos permite captar um dos aspectos centrais do processo em análise: a das relações que é possível estabelecer entre os modelos de intervenção desenvolvidos, os contextos sociofamiliares, objectivos e simbólicos, e as práticas, percepções e expectativas futuras dos beneficiários do RSI. É ainda possível, através da informação recolhida, comparar situações objectivas dos entrevistados, nomeadamente a da sua situação face ao trabalho, no momento em que assinaram o acordo e actualmente: o que fornece já alguns indícios sobre os impactos deste processo. Enfim, a comparação entre agregados acompanhados por equipas protocoladas ou por CDIS é também reveladora de diferenças, a nível das percepções e das práticas dos entrevistados, de modelos e formas de intervenção/accompanhamento diferenciados.

4. Análise de resultados

4.1. Caracterização dos agregados familiares

| 32

A população objecto deste estudo vive em condições particularmente fragilizadas tanto do ponto de vista da sobrevivência (condições de saúde e de autonomia física) como da subsistência (condições económicas) como ainda da cidadania e participação cívica (condições culturais e de literacia).

Sabemos também que existem diferentes combinações destas fragilidades associadas a diferentes tipos de agregados familiares.

Num primeiro momento tentaremos caracterizar estas condições para o conjunto da população inquirida (4.1.1) e, num segundo momento, analisaremos os tipos de agregados familiares (4.1.2) identificados, assim como as condições de sobrevivência, subsistência e participação cívica que lhes estão associados.

O objectivo desta primeira caracterização é dar conta da diversidade de situações a que tenta responder a medida do RSI e que, por si só é já, em parte, explicativa dos seus diferentes efeitos, nomeadamente dos que dizem respeito à autonomização da medida.

4.1.1. Sociografia da população inquirida

Apresentaremos os principais traços da população em comparação com os dados nacionais disponíveis.

4.1.1.1 Caracterização sociodemográfica

A primeira observação diz respeito à dimensão média dos agregados familiares (3,1) superiores à média nacional (2,6). É de realçar em particular a percentagem de agregados com 5 elementos ou mais (20%), claramente superior aos valores

nacionais (6%). Entre estes agregados deve também ser realçado o peso das famílias monoparentais – 24%, em contraste com os 9% a nível nacional – assim como dos agregados constituídos por outros familiares que não casais/pai/mãe com ou sem filhos – 17% versus 11% a nível nacional (ver quadro 4.1.1).

Quadro 4.1.1. Dimensão média dos agregados familiares e tipo de família

	Na população inquirida	A nível nacional	Observações sobre dados a nível nacional
Dimensão média dos agregados familiares	3,1	2,6	2011, INE, destaque de 07 de Dezembro de 2011
% de agregados			2011 http://www.ine.pt
com 1 pessoa	22,1	21	
2	18,5	32	
3	19,7	24	
4	20,0	17	
5 e mais	19,7	6	
Peso das famílias			2010 http://www.ine.pt
Com uma pessoa	22,1	17,7	
Casal sem filhos	6,8	23,0	
Casal com filhos	30,4	39,6	
Família monoparental	23,8	8,8	
Outros	16,7	11,0	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Do ponto de vista das condições de sobrevivência é de realçar que 59% do total da população é dependente (39% dependentes menores e 20% dependentes por razões físicas ou mentais), o que significa que em cada 5 indivíduos há 3 dependentes (2 menores e 1 por razões físicas ou mentais) ou ainda que, em média, há 2 dependentes por agregado familiar (quadro 4.1.2).

Relatório Final

Quadro 4.1.2. Número de dependentes

Total de agregados	Total dos elementos dos agregados	Número de dependentes			% de agregados com pelo menos 1 elemento dependente por razões físicas ou mentais	% de dependentes na população que integra o conjunto de agregados objecto deste inquérito			Número médio de dependentes por cada 5 indivíduos			Número médio de dependentes por agregado		
		menores	por razões físicas ou mentais	total		menores	por razões físicas ou mentais	total	menores	por razões físicas ou mentais	total	menores	por razões físicas ou mentais	total
411	1291	507	259	766	42,3%	39,3	20,1	59,3	2,0	1,0	3,0	1,2	0,6	1,9

34

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

A estes dados há ainda a acrescentar que 41% dos agregados têm pelo menos um elemento dependente por razões físicas ou mentais (Quadro 4.1.3) e que, entre os agregados onde não existem dependentes por estas razões, há 50% onde pelo menos um dos elementos do agregado tem problemas de saúde.

Quadro 4.1.3. Agregados segundo número de dependentes

Total de agregados	Agregados com pelo menos 1 dependente por razões de saúde	Agregados sem elementos dependentes mas com problemas de saúde	Agregados sem dependentes nem problemas de saúde
402	165	119	118
100%	41%	30%	29%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Refira-se ainda que entre os entrevistados que não se consideram como dependentes mas tendo problemas de saúde, existem 63% para quem estes problemas os “limitam” ou “limitam muito” nas suas actividades diárias (quadro 4.1.4).

Quadro 4.1.4. Limitação por problemas de saúde dos não dependentes

É dependente por problema de saúde físico ou mental?				Nas suas actividades diárias, em que medida se considera limitado pelos seus problemas de saúde?					Total
				Não tem problemas de saúde	Muito Limitado	Limitado	Pouco Limitado	Nada Limitado	
2 Não	Tem algum tipo de doença ou problema de saúde	1 Sim	N	0	35	36	27	14	112
			% em L	,0%	31,3%	32,1%	24,1%	12,5%	100,0%
		% em C	,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	41,3%	
2 Não	mental ou físico?	N	N	159	0	0	0	0	159
			% em L	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
			% em C	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	58,7%
Total			N	159	35	36	27	14	271
			% em L	58,7%	12,9%	13,3%	10,0%	5,2%	100,0%
			% em C	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Sem podermos comparar directamente estes dados, recordemos que, segundo o INE, a proporção de pessoas com deficiência na população residente é de 6% em 2001 e o índice de dependência total – que contabiliza os menores de 15 anos e maiores de 64 anos – é, em 2011, de 52%.

4.1.1.2 Caracterização socioeconómica

Uma situação económica particularmente fragilizada é, por definição e como sabemos, um traço distintivo da população alvo da medida do RSI.

Esta fragilidade traduz-se, em primeiro lugar, num total de rendimentos baixo ou muito baixo.

Se considerarmos como referência os cálculos do INE que, em 2009, definia a linha de pobreza como os rendimentos anuais por adulto equivalente inferiores a 5 207 euros

(cerca de 434 euros por mês) ¹, é de referir que a grande maioria (92%) dos agregados deste inquérito se encontram abaixo dessa linha (Quadro 4.1.5).

Quadro 4.1.5. Escalão de rendimento mensal do agregado segundo número de adultos no agregado

| 36

			Escalão de rendimento mensal do agregado					Total	
			Menos de 190€	Entre 190€ e 300€	Entre 301€ e 450€	Entre 451€ e 600€	Entre 601€ e 750€		Mais de 750€
Número de adultos no agregado	1,00	N	87	37	18	8	2	0	152
		% do Total	21,8%	9,3%	4,5%	2,0%	,5%	,0%	38,0%
	2,00	N	14	30	54	30	20	9	157
		% do Total	3,5%	7,5%	13,5%	7,5%	5,0%	2,3%	39,3%
	3,00	N	6	10	20	13	12	7	68
		% do Total	1,5%	2,5%	5,0%	3,3%	3,0%	1,8%	17,0%
	4 e mais	N	2	3	3	4	4	7	23
		% do Total	,5%	,8%	,8%	1,0%	1,0%	1,8%	5,8%
	Total	N	109	80	95	55	38	23	400
		% do Total	27,3%	20,0%	23,8%	13,8%	9,5%	5,8%	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Para além dos rendimentos, a situação face ao trabalho é um indicador esclarecedor das condições económicas destas famílias.

Por um lado, a distribuição entre desempregados e empregados na população activa é praticamente simétrica e inversa quando comparados os dados relativos às populações residente em Portugal e do nosso inquérito (quadro 4.1.6).

¹ INE, Destaque, Rendimento e Condições de Vida, 11 de Julho de 2011.

Relatório Final

Quadro 4.1.6. Condição perante o trabalho

Condição perante o trabalho (auto classificação)	População residente com 15 e mais anos de idade , Condição perante o trabalho (auto classificação)			População inquirida : total de entrevistados e cônjuges		
	Período de referência dos dados: 1.º Trimestre de 2011			(Março a Dezembro 2011)		
	Portugal					
	N.º (milhares)	% sobre total da população	% sobre população activa	N.º	% sobre total da população	% sobre população activa
Total	9030,1	100,0		575	100,0	
Activos	5432,7	60,2	100,0	433	75,3	100,0
Empregados	4476,1	49,6	82,4	84	14,6	19,4
Desempregados	956,6	10,6	17,6	349	60,7	80,6
Inactivos	3597,4	39,8		142	24,7	

Trimestral - INE, Inquérito ao Emprego, 2011

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Por outro lado, a percentagem de inactivos (25%) é substancialmente inferior à mesma percentagem na população nacional (40%), ao mesmo tempo que a distribuição entre diferentes situações de inactividade é distinta (quadro 4.1.7): na população inactiva do nosso inquérito, considerados aqui entrevistados e respectivos cônjuges, contabilizam-se 7% de reformados contra 45% na “população inactiva com 15 e mais anos”.²; 53% de “domésticos” – que inclui neste caso “a cuidar de crianças ou outros sem ser pago” – contra 12,7%; 9% a estudar contra 23,3%; e 31% de “outros inactivos” – que no caso do nosso inquérito se classificaram na categoria “situação de doença ou incapacidade/invalidez permanentes” sem receberem reforma – contra 18,6%.

² Os dados relativos à população nacional foram retirados de: INE Destaques - Estatísticas do Emprego - 1.º Trimestre de 2011, 17 de agosto de 2011

Quadro 4.1.7. Situação de inactividade

População inactiva com 15 e mais anos por situação na inactividade		População inquirida : total de entrevistados e cônjuges	
1.º Trimestre de 2011		(Março a Dezembro 2011)	
Condição actual perante o trabalho	Percentagem	Percentagem	Condição actual perante o trabalho
Total	100,0	100,0	Total
Estudantes	23,3	9,0	A estudar
Domésticos	12,7	52,8	A fazer trabalho doméstico, e/ou a cuidar de crianças ou de outras pessoas, sem ser pago
Reformados	45,3	7,6	Na reforma sem actividade profissional
Outros inactivos	18,6	30,6	Em situação de doença ou incapacidade/invalidez permanentes

INE Destaques - Estatísticas do Emprego - 1.º Trimestre de 2011,
17 de agosto de 2011

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Estas observações devem ainda ser completadas pela análise das profissões actuais (empregados) ou últimas (desempregados e inactivos).

O quadro com a discriminação de profissões de entrevistados e cônjuges podem ser consultados no anexo 1.

Na análise que se segue agrupámos as profissões declaradas, em quatro grupos construídos a partir da classificação portuguesa das profissões (CPP/2010, INE, 2011): o grupo 1 dos Especialistas, técnicos e profissionais de nível intermédio, e pessoal administrativo; o grupo 2 dos Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores; o grupo 3 dos Trabalhadores qualificados da agricultura, indústria e operadores de máquinas; e o grupo 4 dos Trabalhadores não qualificados³.

Antes de analisar estes grupos agregados é de realçar que, apesar da distribuição em diferentes profissões, há quatro grupos que reúnem 50% da população: os trabalhadores da limpeza, os trabalhadores da transformação de alimentos, da madeira e do vestuário, os trabalhadores da construção e os vendedores. (ver quadro 4.1.8).

³ O grupo 1 reúne os grupos 1, 2, 3 e 4 da CPP/2010; o grupo 2 corresponde ao grupo 5 da CPP/2010; o grupo 3 agrega os grupos 6, 7 e 8 da CPP/2010; enfim, o grupo 4 corresponde ao grupo 9 da CPP/2010

Quadro 4.1.8. Profissões (entrevistados e cônjuges) mais frequentes

Profissões mais frequentes (entrevistados e cônjuges)	Total	%
91 Trabalhadores de limpeza	74	17,66
75 Trabalhadores da transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e outras indústrias e artesanato	51	12,17
71 Trabalhadores qualificados da construção e similares, excepto electricista	49	11,69
52 Vendedores	34	8,11
Total	208	49,63

| 39

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Globalmente, são os dois grupos 3 e 4, de trabalhadores qualificados da agricultura e indústria e de trabalhadores não qualificados, que reúnem a maioria de entrevistados e cônjuges, 66% e 86% respectivamente.

Do total de 402 entrevistados e cônjuges que declararam uma profissão, 72% pertencem a estes dois grupos (46% a nível nacional), havendo 36% de não qualificados (12% a nível nacional).

Quadro 4.1.9a. Grupos profissionais de entrevistados e cônjuges

	Grupos profissionais dos entrevistados		Grupos profissionais dos cônjuges	
	Nº	% Col	Nº	% Col
4,00 Trabalhadores não qualificados	106	37,2	40	34,2
3,00 Trabalhadores qualificados da agricultura, indústria e operadores de máquinas	83	29,1	60	51,3
2,00 Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores	66	23,2	14	12
1,00 Professores, técnicos e profissionais de nível intermédio, e pessoal administrativo	30	10,5	3	2,6
Total	285	100	117	100

Relatório Final

	Total de entrevistados e cônjuges		Portugal 2011 ⁴
	Nº	% Col	% Col
4,00 Trabalhadores não qualificados	146	36,3	11,7
3,00 Trabalhadores qualificados da agricultura, indústria e operadores de máquinas	143	35,6	33,9
2,00 Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores	80	19,9	16,2
1,00 Professores, técnicos e profissionais de nível intermédio, e pessoal administrativo	33	8,2	31,3
Total	402	100,0	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

No entanto, e como vimos, a maioria desta população está desempregada. Se analisarmos a situação face ao trabalho dos diferentes grupos profissionais a situação é radicalmente diferente e a comparação com os valores nacionais dá-nos uma outra perspectiva.

Quadro 4.1.9b Grupos profissionais de entrevistados e cônjuges a trabalhar

	entrevistado a trabalhar	cônjuge a trabalhar	Entrevistados e cônjuges a trabalhar			Portugal 2011
	Nº	Nº	Nº	%	%vál.	%
1,00 Especialistas, técnicos e profissionais de nível intermédio, e pessoal administrativo	0	0	0	0,00	0,00	31,3
2,00 Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores	7	5	12	16,22	17,65	16,2
3,00 Trabalhadores qualificados da agricultura, indústria e operadores de máquinas	4	15	19	25,68	27,94	33,9
4,00 Trabalhadores não qualificados	22	15	37	50,00	54,41	11,7
999,00 Não declara profissão	2	4	6	8,11		
Total	35	39	74	100,00	100,00	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Quando comparados estes valores podemos concluir que o desemprego afectou sobretudo os grupos 1 e 3, de trabalhadores por conta de outrem mais qualificados, sendo o grupo 2 nesta população constituído sobretudo por “Trabalhadores dos serviços pessoais”,

⁴ Censo 2011, <http://www.ine.pt>: estes valores dizem respeito à população empregada.

Relatório Final

“Vendedores” e “Trabalhadores dos cuidados pessoais e similares”. O que se traduz num aumento significativo da proporção de trabalhadores não qualificados que representam assim mais de metade da população a trabalhar.

Com efeito, a situação de desemprego afecta a 100% o grupo 1, tanto entre os entrevistados como entre os cônjuges. Entre os entrevistados que se encontram a trabalhar, 63% têm profissões não qualificadas. O caso dos cônjuges é um pouco diferente, na medida em que, entre os que trabalham, existe uma mesma proporção (39%) de “não qualificados” e de “trabalhadores da agricultura e da indústria”.

Quadro 4.1.10. Grupos profissionais e situação face ao trabalho dos entrevistados

Profissão do entrevistado		Situação actual perante o trabalho do entrevistado					Total
		1,00 Desempregado ou à procura 1º	2,00 A trabalhar	3,00 A trabalhar ou estudar sem remuneração	4,00 Na reforma ou incapacidade	5,00 Em formação profissional	
1,00 Empregados e administrativos	N	30	0	0	0	0	30
	% linha	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
	% coluna	11,4%	,0%	,0%	,0%	,0%	7,3%
2,00 Vendedores, serviços e cuidados pessoais, segurança	N	59	7	0	0	0	66
	% linha	89,4%	10,6%	,0%	,0%	,0%	100,0%
	% coluna	22,3%	20,0%	,0%	,0%	,0%	16,1%
3,00 Trabalhadores da agricultura e indústria	N	79	4	0	0	0	83
	% linha	95,2%	4,8%	,0%	,0%	,0%	100,0%
	% coluna	29,9%	11,4%	,0%	,0%	,0%	20,2%
4,00 Não qualificados,	N	83	22	0	1	0	106
	% linha	78,3%	20,8%	,0%	,9%	,0%	100,0%
	% coluna	31,4%	62,9%	,0%	2,6%	,0%	25,8%
999,00 Não declara profissão	N	13	2	65	37	9	126
	% linha	10,3%	1,6%	51,6%	29,4%	7,1%	100,0%
	% coluna	4,9%	5,7%	100,0%	97,4%	100,0%	30,7%
	N	264	35	65	38	9	411
	% linha	64,2%	8,5%	15,8%	9,2%	2,2%	100,0%
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Relatório Final

Quadro 4.1.10b Profissões e situação face ao trabalho dos cônjuges

Profissão do conjuge		Situação actual do conjuge / companheiro perante o trabalho					Total
		1,00 Desempregado ou à procura 1º	2,00 A trabalhar	3,00 A trabalhar ou estudar sem remuneração	4,00 Na reforma ou incapacidade	5,00 Em formação prof	
1,00 Empregados e administrativos	N	3	0	0	0	0	3
	% linha	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
	% coluna	3,5%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,8%
2,00 Vendedores, serviços e cuidados pessoais, segurança	N	9	5	0	0	0	14
	% linha	64,3%	35,7%	,0%	,0%	,0%	100,0%
	% coluna	10,5%	12,8%	,0%	,0%	,0%	8,4%
3,00 Trabalhadores da agricultura e indústria	N	40	15	0	5	0	60
	% linha	66,7%	25,0%	,0%	8,3%	,0%	100,0%
	% coluna	46,5%	38,5%	,0%	29,4%	,0%	35,9%
4,00 Não qualificados, limpeza, vendedores ambulantes	N	23	15	0	2	0	40
	% linha	57,5%	37,5%	,0%	5,0%	,0%	100,0%
	% coluna	26,7%	38,5%	,0%	11,8%	,0%	24,0%
999,00 Não declara profissão	N	11	4	23	10	2	50
	% linha	22,0%	8,0%	46,0%	20,0%	4,0%	100,0%
	% coluna	12,8%	10,3%	100,0%	58,8%	100,0%	29,9%
Total	N	86	39	23	17	2	167
	% linha	51,5%	23,4%	13,8%	10,2%	1,2%	100,0%
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Enfim, é de realçar a fragilidade da situação contratual de uma parte importante dos que actualmente trabalham. Entre os entrevistados, os contratos a termo certo e a inexistência de vínculo são claramente maioritários no grupo mais representado dos não qualificados. No caso dos cônjuges as três situações de contrato “permanente”, “a termo certo” e “sem vínculo” têm pesos relativamente equilibrados nos dois grupos mais representados dos trabalhadores na agricultura e indústria e dos não qualificados.

Relatório Final

Quadro 4.1.11. Actividade profissional e contrato de trabalho dos entrevistados

Profissão entrevistado		Contrato de trabalho da actividade principal do entrevistado					Total
		1 Sem qualquer vínculo	3 Contrato a termo certo	4 Contrato permanente	5 Trabalhador por conta própria	7 Outra situação	
2,00 Vendedores, serviços e cuidados pessoais, segurança	N	0	4	0	2	1	7
	% linha	,0%	57,1%	,0%	28,6%	14,3%	100,0%
	% coluna	,0%	23,5%	,0%	66,7%	100,0%	21,2%
3,00 Trabalhadores da agricultura e indústria	N	1	3	0	0	0	4
	% linha	25,0%	75,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
	% coluna	11,1%	17,6%	,0%	,0%	,0%	12,1%
4,00 Não qualificados, limpeza, vendedores ambulantes	N	8	10	3	1	0	22
	% linha	36,4%	45,5%	13,6%	4,5%	,0%	100,0%
	% coluna	88,9%	58,8%	100,0%	33,3%	,0%	66,7%
Total	N	9	17	3	3	1	33
	% linha	27,3%	51,5%	9,1%	9,1%	3,0%	100,0%
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Quadro 4.1.12 Actividade profissional e contrato de trabalho dos cônjuges

Profissão cônjuge		Contrato de trabalho da actividade principal do cônjuge				Total
		1 Sem qualquer vínculo	3 Contrato a termo certo	4 Contrato permanente	7 Outra situação	
2,00 Vendedores, serviços e cuidados pessoais, segurança	N	1	3	1	0	5
	% linha	20,0%	60,0%	20,0%	,0%	100,0%
	% coluna	8,3%	30,0%	7,7%	,0%	13,9%
3,00 Trabalhadores da agricultura e indústria	N	5	3	6	1	15
	% linha	33,3%	20,0%	40,0%	6,7%	100,0%
	% coluna	41,7%	30,0%	46,2%	100,0%	41,7%
4,00 Não qualificados, limpeza, vendedores ambulantes	N	6	3	6	0	15
	% linha	40,0%	20,0%	40,0%	,0%	100,0%
	% coluna	50,0%	30,0%	46,2%	,0%	41,7%
999,00 Não declara profissão	N	0	1	0	0	1
	% linha	,0%	100,0%	,0%	,0%	100,0%
	% coluna	,0%	10,0%	,0%	,0%	2,8%
Total	N	12	10	13	1	36
	% linha	33,3%	27,8%	36,1%	2,8%	100,0%
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

4.1.1.3 Caracterização da escolaridade, literacia

Enfim, nesta primeira caracterização sociográfica são de referir as condições culturais e de literacia medidas aqui pelo nível de escolaridade da população. Considerámos duas medidas: o nível de escolaridade do inquirido e o grau de habilitações mais

elevado entre os elementos do agregado familiar. Podemos observar que relativamente à população em geral o grau de escolaridade dos inquiridos é claramente mais baixo (Quadro 4.1.13): enquanto na população residente com mais de 15 anos 50% dos indivíduos têm pelo menos o 3º ciclo, no caso dos entrevistados este grupo não representa mais do que 27%. No entanto é de realçar que entre os agregados familiares destes entrevistados existem elementos com graus de escolaridade francamente mais elevados. O que pode constituir um resultado da aplicação da medida RSI como veremos à frente.

| 44

Quadro 4.1.13 Níveis de escolaridade

	População residente com 15 e mais anos de idade (http://www.ine.pt)	População inquirida : total de entrevistados	Grau de habilitações mais elevado entre os elementos do agregado familiar
	1.º Trimestre de 2011	(Março a Dezembro 2011)	
Nível de escolaridade mais elevado completo	Percentagem	Percentagem	Percentagem
	100,0	100,0	100,0
Nenhum	11,3	20,5	7,1
Básico - 1º Ciclo	25,7	29,3	17,5
Básico - 2º Ciclo	13,3	23,4	27,5
Básico - 3º Ciclo	20,5	17,8	31,4
Secundário e pós-secundário	16,1	8,3	14,4
Superior	13,1	,7	2,2

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Quando observado o nível de escolaridade dos entrevistados por grupo etário e sexo (Quadro 4.1.14) confirmam-se as observações anteriores sobre a fragilidade especial da formação escolar desta população, com algumas *nuances*:

Quadro 4.1.14. Níveis de escolaridade por sexo e idade

	População inquirida	População residente com 15 anos e mais (http://www.ine.pt)
Homens 15-34	100	100
Nenhum	16,7	1,6
Básico - 1.º ciclo	16,7	3,4
Básico - 2.º ciclo	55,6	15,1
Básico - 3.º ciclo	5,6	36,4
Secundário e pós-secundário	5,6	29,9
Superior	0	13,7
Homens 35-64	100	100
Nenhum	19,8	5,3
Básico - 1.º ciclo	29,3	31,8
Básico - 2.º ciclo	27,2	19,3
Básico - 3.º ciclo	15,2	18,9
Secundário e pós-secundário	7,6	13,2
Superior	1,1	11,5
Mulheres 15-34	100	100
Nenhum	15,1	1,3
Básico - 1.º ciclo	16,7	2,4
Básico - 2.º ciclo	31,8	11,2
Básico - 3.º ciclo	27,3	31,5
Secundário e pós-secundário	9,1	30,8
Superior	0	22,8
Mulheres 35-64	100	100
Nenhum	22,0	6,0
Básico - 1.º ciclo	33,8	31,0
Básico - 2.º ciclo	17,5	16,1
Básico - 3.º ciclo	17,1	18,5
Secundário e pós-secundário	8,7	13,0
Superior	0,9	15,4

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Nos grupos de homens e mulheres mais jovens encontramos uma maior distância relativamente às taxas de escolaridade da população nacional do que nos mais velhos; a maior fragilidade na formação escolar encontra-se nos homens por oposição às mulheres. Esta última observação traduz uma tendência mais geral não só a nível nacional mas também noutros países europeus. A primeira observação pode traduzir um fenómeno de desigualdade social mais recente, associado ao alargamento da escolaridade: é o caso da “descolagem”, por abandono ou insucesso escolar, de um grupo que não acompanhou a sua geração no processo de escolarização obrigatória alargada ao 3º ciclo.

4.1.2. Sociografia dos agregados familiares

Observadas estas mesmas dimensões relativamente aos diferentes tipos de agregados familiares é possível começar a identificar as situações típicas que configuram os agregados que recorrem ao RSI. | 46

Uma primeira caracterização permite concluir que há um peso importante, no total de agregados, dos problemas de saúde. Os casais com filhos são os agregados menos marcados por este tipo de problemas. Em todos os outros casos há mais de 70% dos agregados onde se encontram problemas de saúde, problemas que podem conduzir à situação de dependência, como é o caso em 42% das famílias unipessoais, 43% nas famílias monoparentais, 48% nas outras situações e 54% nos casais sem filhos.

Quadro 4.1.15. Dependência e doença por tipo de família

	Dependentes e doentes				Total	
	1,00 Agregados sem dependentes por razões de saúde nem doentes	2,00 Agregados sem dependentes mas com pelo menos um elemento com problemas de saúde	3,00 Agregados com pelo menos um elemento dependente por razões de saúde			
Tipo de família	1,00 Uma pessoa	N	20	28	35	83
		% linha	24,1%	33,7%	42,2%	100,0%
		% couna	16,9%	23,5%	21,2%	20,6%
		% do Total	5,0%	7,0%	8,7%	20,6%
	2,00 Casal sem filhos	N	5	8	15	28
		% linha	17,9%	28,6%	53,6%	100,0%
		% couna	4,2%	6,7%	9,1%	7,0%
		% do Total	1,2%	2,0%	3,7%	7,0%
	3,00 Casal com filhos	N	53	32	40	125
		% linha	42,4%	25,6%	32,0%	100,0%
		% couna	44,9%	26,9%	24,2%	31,1%
		% do Total	13,2%	8,0%	10,0%	31,1%
	4,00 Monoparental	N	28	27	42	97
		% linha	28,9%	27,8%	43,3%	100,0%
		% couna	23,7%	22,7%	25,5%	24,1%
		% do Total	7,0%	6,7%	10,4%	24,1%
5,00 Outras situações	N	12	24	33	69	
	% linha	17,4%	34,8%	47,8%	100,0%	
	% couna	10,2%	20,2%	20,0%	17,2%	
	% do Total	3,0%	6,0%	8,2%	17,2%	
Total	N	118	119	165	402	
	% linha	29,4%	29,6%	41,0%	100,0%	
	% couna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% do Total	29,4%	29,6%	41,0%	100,0%	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Uma segunda característica marca esta população: a das famílias numerosas. Os agregados definidos como “casais com filhos” e “outras situações” têm uma dimensão média superior a 4 elementos.

| 47

Quadro 4.1.16. Dimensão do agregado por tipo de família

		Dimensão do Agregado	
		Média	N
Tipo de família	1,00 Uma pessoa	1,0	91
	2,00 Casal sem filhos	2,0	28
	3,00 Casal com filhos	4,4	125
	4,00 Monoparental	3,0	98
	5,00 Outras situações	4,3	69

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Encontramos aqui uma outra situação de dependência, a dos menores de idade: 17% dos agregados têm 3 ou mais menores.

Quadro 4.1.17. Número de menores segundo Tipo de família

			Número de menores				Total
			,00	1,00	2,00	3 ou mais	
Tipo de família	1,00 Uma pessoa	N	91	0	0	0	91
		% do Total	22,1%	,0%	,0%	,0%	22,1%
	2,00 Casal sem filhos	N	28	0	0	0	28
		% do Total	6,8%	,0%	,0%	,0%	6,8%
	3,00 Casal com filhos	N	16	36	35	38	125
		% do Total	3,9%	8,8%	8,5%	9,2%	30,4%
	4,00 Monoparental	N	24	27	29	18	98
		% do Total	5,8%	6,6%	7,1%	4,4%	23,8%
	5,00 Outras situações	N	16	19	22	12	69
		% do Total	3,9%	4,6%	5,4%	2,9%	16,8%
Total	N	174	83	86	68	411	
	% do Total	42,3%	20,2%	20,9%	16,5%	100,0%	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Se considerarmos as duas situações de dependência verificamos que, do total de agregados, em 20% não se encontram menores mas há pelo menos um dependente por razões de saúde, em 35% há dependentes menores, e em 22% existem dependentes menores e dependentes por razões de saúde.

Quadro 4.1.18. Dependentes por razões de saúde segundo tipo de família

			Menores				
			,00 Nenhum		1,00 Um ou mais		
			N	%	N	%	
Tipo de família	Uma pessoa	Número de dependentes, por razões físicas ou mentais	,00 Nenhum	52	12,7%		
			1,00 1 ou mais	38	9,2%		
	Casal sem filhos	Número de dependentes, por razões físicas ou mentais	,00 Nenhum	13	3,2%		
			1,00 1 ou mais	15	3,6%		
	Casal com filhos	Número de dependentes, por razões físicas ou mentais	,00 Nenhum	9	2,2%	74	18,0%
			1,00 1 ou mais	7	1,7%	35	8,5%
	Monoparental	Número de dependentes, por razões físicas ou mentais	,00 Nenhum	11	2,7%	43	10,5%
			1,00 1 ou mais	13	3,2%	31	7,5%
	Outras situações	Número de dependentes, por razões físicas ou mentais	,00 Nenhum	7	1,7%	28	6,8%
			1,00 1 ou mais	9	2,2%	25	6,1%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Deste ponto de vista o tipo de família mais penalizado é o de “outras situações” onde, dos 16 agregados onde não existem menores de idade, 15 têm um elemento dependente por razões de saúde e, dos 53 agregados com menores de idade, 79% têm também situações de dependência por razões de saúde. O tipo de família menos vulnerável a esta situação de dupla dependência são os casais com filhos. Estes, como acabámos de ver, têm um número importante de menores a cargo.

Quadro 4.1.19. Dependentes, doentes e menores segundo tipo de família

				Menores			
				,00 Nenhum		1,00 Um ou mais	
				N	% em C	N	% em C
Tipo de família	1,00 Uma pessoa	Dependentes por razões de saúde e doentes	1,00 Sem problemas de saúde/dependentes	20	24,4%		
			2,00 Com problemas de saúde/dependentes	62	75,6%		
	2,00 Casal sem filhos	Dependentes por razões de saúde e doentes	1,00 Sem problemas de saúde/dependentes	5	17,9%		
			2,00 Com problemas de saúde/dependentes	23	82,1%		
	3,00 Casal com filhos	Dependentes por razões de saúde e doentes	1,00 Sem problemas de saúde/dependentes	5	31,3%	48	44,0%
			2,00 Com problemas de saúde/dependentes	11	68,8%	61	56,0%
	4,00 Monoparental	Dependentes por razões de saúde e doentes	1,00 Sem problemas de saúde/dependentes	5	20,8%	23	31,5%
			2,00 Com problemas de saúde/dependentes	19	79,2%	50	68,5%
	5,00 Outras situações	Dependentes por razões de saúde e doentes	1,00 Sem problemas de saúde/dependentes	1	6,3%	11	20,8%
			2,00 Com problemas de saúde/dependentes	15	93,8%	42	79,2%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Enfim, e como já referido, destacam-se entre os agregados o das famílias monoparentais – 24% do total – onde em média, e ao contrário das outras situações, há mais de um menor por adulto.

Quadro 4.1.20. Número médio de menores por adulto segundo tipo de família

		Menores por Adulto
		Média
Tipo de família	1,00 Uma pessoa	,00
	2,00 Casal sem filhos	,00
	3,00 Casal com filhos	,94
	4,00 Monoparental	1,29
	5,00 Outras situações	,65
	Total	,70

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Para além destes primeiros traços há que realçar as diferentes situações socioprofissionais encontradas. Agregando num único indicador a “situação face ao trabalho” dos dois cônjuges, podemos encontrar 3 situações típicas: a situação mais frequente é aquela onde existe pelo menos um desempregado e nenhum elemento do casal a trabalhar (62% dos casos); em proporções semelhantes encontramos as situações em que pelo menos um dos elementos do casal está a trabalhar (19,2%) e aquela em que ambos trabalham sem remuneração e/ou estão reformados ou incapacitados para o trabalho (18,5%). Estes dados permitem-nos completar a caracterização dos tipos de agregados iniciados no ponto anterior.

Relatório Final

Quadro 4.1.21. Situação face ao trabalho segundo Tipo de família

		Situação face ao trabalho			Total	
		Pelo menos um dos elementos do casal é desempregado e nenhum "a trabalhar"	Pelo menos um dos elementos do casal a trabalhar ou em formação profissional	Ambos a trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade		
Tipo de família	1,00 Uma pessoa	N	64	3	24	91
		% linha	70,3%	3,3%	26,4%	100,0%
		% do Total	15,6%	,7%	5,8%	22,1%
	2,00 Casal sem filhos	N	17	6	5	28
		% linha	60,7%	21,4%	17,9%	100,0%
		% do Total	4,1%	1,5%	1,2%	6,8%
	3,00 Casal com filhos	N	66	46	13	125
		% linha	52,8%	36,8%	10,4%	100,0%
		% do Total	16,1%	11,2%	3,2%	30,4%
	4,00 Monoparental	N	63	16	19	98
		% linha	64,3%	16,3%	19,4%	100,0%
		% do Total	15,3%	3,9%	4,6%	23,8%
	5,00 Outras situações	N	46	8	15	69
		% linha	66,7%	11,6%	21,7%	100,0%
		% do Total	11,2%	1,9%	3,6%	16,8%
	Total	N	256	79	76	411
		% linha	62,3%	19,2%	18,5%	100,0%
		% do Total	62,3%	19,2%	18,5%	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Assim, podemos ver como as famílias unipessoais estão divididas em dois grupos: o dos desempregados e o dos incapacitados para o trabalho. Os agregados constituídos por casais, com ou sem filhos, são aqueles onde uma maior proporção de elementos do casal se encontra a trabalhar (37% dos casais com filhos e 21% dos casais sem filhos). À semelhança das famílias unipessoais, os agregados definidos por “outras situações” dividem-se em desempregados e incapacitados, sendo relativamente fraco o peso dos casos onde um dos elementos do casal trabalha. As famílias monoparentais são aquelas onde a distribuição das situações face ao trabalho mais se aproxima da distribuição média com 64% de desempregados, 16% a trabalhar e 19% incapacitados.

No que diz respeito às profissões desempenhadas, é de realçar que são os casais sem filhos e as famílias monoparentais onde encontramos uma maior percentagem de profissionais dos grupos 1 e 2 enquanto é nas famílias “casal com filhos” que

Relatório Final

encontramos simultaneamente menos pessoas a não declararem uma profissão e uma maior percentagem de trabalhadores dos grupos 3 e 4

Quadro 4.1.22. Grupo profissional segundo tipo de família

	1,00 Uma pessoa	2,00 Casal sem filhos	3,00 Casal com filhos	4,00 Monoparental	5,00 Outras situações
Pelo menos um dos elementos do agregado tem uma profissão do grupo 1 ou 2	24,18	32,14	24,80	32,65	20,29
Ambos os elementos do casal se encontram nos grupos 3 e /ou 4	48,35	42,86	58,40	42,86	56,52
Nenhum dos elementos declara profissão	27,47	25,00	16,80	24,49	23,19
	100	100	100	100	100

51

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Nos agregados onde um dos elementos ou o casal trabalha actualmente ou já trabalhou, é elevada a percentagem de vínculos laborais precários. Em particular nos casos das famílias unipessoais, monoparentais e de “outras situações”: nestes três casos a percentagem dos agregados onde se trabalha sem vínculo contratual ou com contrato a termo certo é superior a 60%. No caso dos casais com e sem filhos a situação é menos frágil mas, ainda assim, a percentagem de agregados onde pelo menos um elemento do casal teve ou tem um contrato permanente ou é trabalhador por conta própria não ultrapassa os 34%.

Quadro 4.1.23. Vínculo contratual segundo tipo de família

	O único elemento do casal ou ambos trabalham ou trabalharam sem qualquer vínculo ou com contrato a termo certo		Pelo menos um dos elementos que trabalha ou trabalhou tem/tinha contrato permanente ou é trabalhador por conta própria/patrão		Total de agregados
	Número de agregados	% em linha	Número de agregados	% em linha	
Uma pessoa	45	68,18	19	28,79	66
Casal sem filhos	10	45,45	7	31,82	22
Casal com filhos	49	49,00	34	34,00	100
Monoparental	49	72,06	17	25,00	68
Outras situações	33	63,46	16	30,77	52

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Enfim, a dimensão relativa à escolaridade dos agregados vem ainda afinar esta caracterização. Se considerarmos o indicador “Grau de habilitações mais elevado entre os elementos do agregado familiar” é possível verificar uma diferença razoável entre os agregados constituídos por uma pessoa e o casal sem filhos, por um lado, e os outros tipos de agregados, por outro. No primeiro caso o grau de habilitações é mais baixo do que no segundo caso. Realce-se ainda os casais com filhos e as famílias monoparentais como os agregados onde existem graus de habilitações mais elevados.

| 52

Quadro 4.1.24. Grau de habilitações mais elevado entre os elementos do agregado familiar segundo Tipo de família

			Grau de habilitações mais elevado entre os elementos do agregado familiar				Total
			Não sabe ler nem escrever	1º Ciclo	2º ou 3º Ciclo	Secundário ou mais	
Tipo de família	1,00 Uma pessoa	N	8	41	31	11	91
		% por Tipo de família	8,8%	45,1%	34,1%	12,1%	100,0%
	2,00 Casal sem filhos	N	0	17	9	2	28
		% por Tipo de família	,0%	60,7%	32,1%	7,1%	100,0%
	3,00 Casal com filhos	N	0	15	86	24	125
		% por Tipo de família	,0%	12,0%	68,8%	19,2%	100,0%
4,00 Monoparental	N	0	7	70	21	98	
	% por Tipo de família	,0%	7,1%	71,4%	21,4%	100,0%	
5,00 Outras situações	N	1	12	46	10	69	
	% por Tipo de família	1,4%	17,4%	66,7%	14,5%	100,0%	
Total	N	9	92	242	68	411	
	% por Tipo de família	2,2%	22,4%	58,9%	16,5%	100,0%	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

A esta situação não é certamente indiferente a idade média dos adultos, no agregado, aqui indicada pela idade do entrevistado.

Quadro 4.1.25. Idade média do entrevistado segundo tipo de família

		Idade do entrevistado	
		Média	Mediana
Tipo de família	1,00 Uma pessoa	52	55
	2,00 Casal sem filhos	52	54
	3,00 Casal com filhos	38	37
	4,00 Monoparental	42	42
	5,00 Outras situações	43	42
	Total	44	43

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

O quadro seguinte, que reúne as situações mais frequentes, está organizado segundo a idade média do entrevistado: da mais elevada para a mais baixa. Este quadro recapitula alguns dos pontos atrás referidos e permite-nos sistematizar as características típicas dos agregados que recebem o RSI.

Quadro 4.1.26. Idade e escolaridade médias segundo tipo de família e Situação face ao trabalho

Tipo de família	Situação face ao trabalho	Idade média do entrevistado	Escolaridade média do entrevistado	Escolaridade média mais elevada no agregado ⁵	Número de casos
		Média			
Uma pessoa	4,00 Na reforma ou incapacidade	58	2,9	2,9	15
Casal sem filhos	3,00 A trabalhar ou estudar sem remuneração	56	2,4	2,8	5
Uma pessoa	3,00 A trabalhar ou estudar sem remuneração	55	3,2	3,2	9
Uma pessoa	1,00 Desempregado ou à procura 1º	50	3,9	3,9	64
Casal sem filhos	1,00 Desempregado ou à procura 1º	49	3,7	3,9	18
Monoparental	3,00 A trabalhar ou estudar sem remuneração	47	3,6	4,8	16
Casal com filhos	4,00 Na reforma ou incapacidade	45	3,3	4,9	11
Outras situações	3,00 A trabalhar ou estudar sem remuneração	45	2,5	4,3	15
Total da amostra		44	3,6	4,4	411
Outras situações	1,00 Desempregado ou à procura 1º	42	3,4	4,5	44
Monoparental	1,00 Desempregado ou à procura 1º	41	4,0	4,9	63
Casal com filhos	1,00 Desempregado ou à procura 1º	38	3,7	4,7	75
Casal com filhos	2,00 A trabalhar	37	3,7	4,5	15
Monoparental	2,00 A trabalhar	37	3,8	4,6	12
Casal com filhos	3,00 A trabalhar ou estudar sem remuneração	36	3,4	4,5	20

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Temos assim:

Os Casais com filhos (30% do total) que reúnem os adultos mais jovens desta população. A maioria está desempregada mas é neste grupo que encontramos a maior proporção de indivíduos a trabalhar (37%). Uns e outros apresentam uma

⁵ A escala de medida dos graus de escolaridade assume os seguintes valores: 1= Não sabe ler nem escrever, 2=Sabe ler e escrever mas não tem grau escolar, 3=1º Ciclo do ensino básico (Primária/4ª classe), 4=2º Ciclo (Preparatória/5º e 6º anos), 5=3º Ciclo (5º ano/9º ano), 6=Secundário (7º/12º), 7=Curso Médio, 8=Curso Superior, 9=Formação Pós-Graduada.

escolaridade “média”, o que significa, neste contexto, entre o 1º e o 2º ciclo do ensino básico. É ainda neste grupo que encontramos as famílias mais numerosas.

As famílias Monoparentais (24% do total), essencialmente femininas (89% dos casos) destacam-se, por um lado, pela maior escolaridade – relativamente ao total da população – tanto do entrevistado como de outros elementos do agregado (2º e 3º ciclo do básico). Por outro lado, se a maioria destas famílias é constituída por adultos relativamente jovens (41 anos) e desempregados, há um grupo constituído por adultos mais velhos (47 anos), e menos escolarizados, a trabalhar sem remuneração.

| 54

Nas famílias unipessoais (22% do total) que se distribuem em proporções equivalentes entre homens e mulheres (47% e 53% respectivamente), encontramos os indivíduos menos jovens e menos escolarizados. São constituídas fundamentalmente por desempregados (média de idades de 50 anos) e reformados ou incapacitados para o trabalho (média de idades de 58 anos).

As Outras situações (17% do total) que reúnem famílias cujo núcleo não é constituído pela relação do casal nem pela relação pais-filhos, dividem-se em dois grupos relativamente distintos. Por um lado, o menos numeroso, dos indivíduos a trabalhar sem remuneração, por outro lado, o dos indivíduos desempregados. Os primeiros, com uma média de idades de 45 anos, estão entre os menos qualificados de toda a população (abaixo do 1º ciclo do ensino básico). É neste grupo que se encontra a maior diferença – quando considerada toda a população – entre as habilitações do entrevistado e as do elemento mais escolarizado do agregado. Os segundos, pouco mais novos (42 anos) têm uma escolaridade “média” (entre o 1º e o 2º ciclo do básico).

Enfim, no grupo menos representado, do Casal sem filhos (7% do total de agregados), os entrevistados são um pouco menos idosos e mais escolarizados do que os das famílias unipessoais. Como vimos atrás, este tipo de agregado está marcado sobretudo pelo peso dos elementos dependentes por razões físicas ou mentais. Como no caso das famílias unipessoais há aqui um grupo de desempregados menos

idosos e mais escolarizados. O grupo minoritário é constituído pelos menos escolarizados da população, a trabalhar sem remuneração.

4.1.2. Construção da variável “populações típicas”

Como anunciado no início deste capítulo a análise e descrição das condições socioeconómicas dos agregados que beneficiam do RSI tinha como pressuposto que o conhecimento de tais condições é indispensável para explicarmos atitudes e perspectivas dos beneficiários face a esta medida. | 56

Do ponto de vista da análise dos dados tentámos assim construir uma variável que permitisse distinguir os agregados segundo estas condições socioeconómicas. Com base numa análise das correspondências múltiplas (ver resultados desta análise no anexo 3) foi possível chegar a quatro tipos de populações distintas que se definem por uma relação específica (ver gráfico seguinte) entre as seguintes variáveis: situação face ao trabalho, auto-percepção da condição de pobreza, escalão de rendimentos, grau de habilitações mais elevado no agregado, tipo de família e tipo de território. Esta última variável, construída com base no concelho onde residem os entrevistados, distingue os territórios metropolitanos (Lisboa e Porto) dos restantes territórios.

Podemos ver assim que as populações metropolitanas beneficiárias do RSI se definem quase exclusivamente pelo desemprego, ao contrário das populações não metropolitanas onde a par dos desempregados encontramos trabalhadores – com e sem remuneração – assim como incapacitados para o trabalho.

| 58

Uma segunda característica distinguindo estes dois territórios é a presença do grupo profissional 2 nos territórios metropolitanos associada também a graus de habilitações mais elevados por oposição aos territórios não metropolitanos.

Uma terceira característica tem a ver com a presença de tipos de família em cada um destes dois territórios: se as famílias unipessoais representam exactamente a mesma proporção (22%) nos dois tipos de território já os casais com e sem filhos são mais frequentes nos territórios não metropolitanos enquanto as famílias monoparentais e outras situações são mais frequentes nos territórios metropolitanos.

Enfim, à excepção das famílias “casal com filhos”, nos territórios metropolitanos a população é mais jovem do que nos territórios não metropolitanos.

Relatório Final

Territórios metropolitanos				Territórios não metropolitanos			
Agregados c/ MAIS recursos (100%)		Agregados com MENOS recursos (100%)		Agregados c/ MAIS recursos (100%)		Agregados com MENOS recursos (100%)	
		<p>Uma pessoa- desempregados (66%)</p> <p>GP: 3 (e 2 e 4)</p> <p>Idade média:50 anos</p> <p>45% até 1º ciclo do básico 18% secundário ou mais</p> <p>39% destes indivíduos são dependentes por razões físicas ou mentais</p>				<p>Uma pessoa- Trabalhar sem remuneração ou incapacidade (26%)</p> <p>Desempregados (12%) Grupo 4</p> <p>Idade média: 57 anos</p> <p>77% até 1º ciclo do básico</p> <p>50% destes indivíduos são dependentes por razões físicas ou mentais</p>	
<p>Casal com filhos – Desempregados (21%)</p> <p>GP: 3 e 4</p> <p>Idade média: 40 anos</p> <p>31% secundário ou mais</p> <p>29% grandes famílias (5 e + elementos)</p> <p>33% destes agregados têm pelo menos 1 dependente por razões físicas ou mentais</p>				<p>Casal com filhos- a trabalhar (25%) desempregados (22%) trabalhar sem remuneração ou incapacidade (9%)</p> <p>GP:3 e 4</p> <p>Idade média 38 anos</p> <p>17% secundário ou mais</p> <p>39% grandes famílias (5 e + elementos)</p> <p>34% destes agregados têm pelo menos 1 dependente por razões físicas ou mentais</p>		<p>Casal com filhos- Desempregados (12%)</p> <p>Idade média 35 anos</p> <p>53% até 1º ciclo do básico</p> <p>29% grandes famílias (5 e + elementos)</p>	
<p>Outras situações- Desempregados (15%)</p> <p>GP: 2 e 4</p> <p>Idade média: 40 anos</p> <p>48% 2º e 3º ciclo e 7% secundário ou mais</p> <p>37% grandes famílias (5 e + elementos)</p>				<p>Outras situações- Desempregados (16%)</p> <p>GP:3 e 4</p> <p>Idade média: 43 anos</p> <p>59% até 1º ciclo do básico e 41% 2º e 3º ciclo</p> <p>55% grandes famílias (5 e + elementos)</p> <p>66% destes agregados têm pelo menos 1 dependente por razões físicas ou mentais</p>			
<p>Monoparental- Desempregados (37%) GP:2 e 4</p> <p>Idade média: 42 anos</p> <p>24% secundário ou mais</p> <p>52% destes agregados têm pelo menos 1 dependente por razões físicas ou mentais</p>						<p>Casal sem filhos- desempregados (12%)</p> <p>Idade média: 55 anos</p> <p>80% até 1º ciclo do básico</p> <p>60% destes agregados têm pelo menos 1 dependente por razões físicas ou mentais</p>	
	(73%)		(66%)		(72%)		(62%)

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Nos “agregados metropolitanos-mais recursos” têm mais peso as famílias monoparentais e os casais com filhos, distinguindo-se ainda os agregados “outras situações”. Os agregados metropolitanos com menos recursos são quase exclusivamente constituídos por famílias unipessoais de desempregados. Nos territórios não-metropolitanos, mais heterogéneos do ponto de vista destas variáveis, encontramos, do lado dos agregados com mais recursos os “casais com filhos” nas situações a trabalhar e desempregados assim como as “outras situações” de desempregados; do lado dos agregados com menos recursos existe um grupo maioritário constituído pelos isolados com incapacidade para o trabalho e 3 grupos com menor peso constituídos por desempregados, isolados e casais com e sem filhos. De referir ainda que o grupo profissional dos não qualificados (grupo 4) encontra-se em todos os tipos de agregados de ambos os territórios mas marca em especial os agregados unipessoais dos territórios não metropolitanos.

| 60

Se compararmos cada tipo de família, podemos observar uma clara assimetria nas famílias unipessoais dos dois territórios: ambos são agregados de baixos recursos mas nos territórios não-metropolitanos estes indivíduos são mais idosos, ainda menos escolarizados e mais dependentes.

Os casais com filhos constituem os agregados mais jovens desta população em qualquer dos territórios. Neste tipo de família há que destacar os agregados com menos recursos dos territórios não-metropolitanos: são os mais jovens e simultaneamente os menos escolarizados (mais de metade desta população tem no máximo o 1º ciclo do ensino básico). Do lado dos agregados com mais recursos há que destacar que em mais de um terço destes agregados há pelo menos uma pessoa dependente por razões de saúde.

Quanto aos agregados “outras situações” encontramos uma relativa homogeneidade de situações entre territórios metropolitanos e não metropolitanos. Caracterizam-se em particular por uma elevada percentagem de “grandes famílias”. Apesar desta homogeneidade, estes agregados nos territórios não metropolitanos distinguem-se pela proporção, mais elevada em toda a população, de agregados com pelo menos um dependente por razões de saúde (66%).

As famílias monoparentais de desempregados e relativamente escolarizados são típicas dos territórios urbanos. É de salientar também aqui o peso dos agregados com pelo menos um dependente por razões de saúde (52%).

Enfim, os casais sem filhos representam um grupo minoritário entre estes agregados sendo mais frequentes nos territórios não-metropolitanos. Constituem aqui o grupo de agregados menos escolarizados de toda a população distinguindo-se ainda pela forte presença de dependentes por razões de saúde (60% dos agregados).

| 61

4.2. O recurso ao RSI: contexto e motivação para recorrer à medida

Os familiares, vizinhos, amigos ou conhecidos são o principal meio a partir do qual os entrevistados tomam conhecimento do Rendimento Social de Inserção. No entanto, os territórios de residência imprimem algumas distinções na forma como os entrevistados conheceram o RSI. Se nos territórios metropolitanos as famílias, os vizinhos e amigos são os protagonistas, os serviços públicos são os mais apontados nos territórios não-metropolitanos. Este resultado, aparentemente contraditório se considerarmos o peso que tradicionalmente se associa às redes de vizinhança e amizade nos territórios mais tradicionais por oposição aos territórios metropolitanos, pode significar principalmente uma maior proximidade dos serviços públicos nos territórios não metropolitanos. Com efeito não parece haver outra explicação já que a relação se mantém independentemente da idade do entrevistado, o tipo de família, o grau de habilitações mais elevado de entre os elementos do agregado familiar, o perfil de agregado ou a pertença institucional da equipa de acompanhamento.

Quadro 4.2.1. Informação sobre RSI segundo território

		Soube que existia o Rendimento Social de Inserção, anterior Rendimento Mínimo Garantido, de que forma, através de quem?					Total
		Familiares, Vizinhos, amigos, conhecidos	Publicidade, Jornais, rádio, televisão, panfletos/cartazes	Serviços Públicos, como a segurança social, as finanças, a câmara, a junta	Não se lembra, não sabe	Outros	
Territórios metropolitanos	N	138	22	82	2	2	246
	% L	56,1%	8,9%	33,3%	,8%	,8%	100,0%
Território não-metropolitanos	N	67	10	82	3	3	165
	% L	40,6%	6,1%	49,7%	1,8%	1,8%	100,0%
Total	N	205	32	164	5	5	411
	% L	49,9%	7,8%	39,9%	1,2%	1,2%	100,0%

P-value=0,007

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

A iniciativa de requerer é maioritariamente do próprio, condicionada pelo perfil dos agregados familiares e pela idade do entrevistado. São os entrevistados mais novos, com menos de 40 anos, que mais atribuem a si a iniciativa de requerer o rsi, os entrevistados com idade entre os 41 e os 55 anos também atribuem a iniciativa aos técnicos e os mais velhos aos familiares, amigos e vizinhos. A iniciativa de requerer não evidencia relação com a pertença institucional, as habilitações escolares e o tipo de família.

O protagonista da iniciativa de requerer o RSI também varia de acordo com o perfil dos agregados familiares. Os metropolitanos com mais e menos recursos oscilam entre si e os amigos e vizinhos ou o técnico, respectivamente. Já os agregados familiares não-metropolitanos com mais recursos chamam a si a responsabilidade de requerer e os que possuem menos recursos dão conta da influência de familiares.

Não surpreende que factores como a juventude, o maior acesso à informação e maiores recursos despoletem uma maior iniciativa individual.

Relatório Final

Quadro 4.2.2. Iniciativa para requerer RSI segundo território

		.Depois de tomar conhecimento da existência do RSI/RMG de quem partiu a ideia de preencher os papéis para o Rendimento Social de Inserção/Rendimento mínimo Garantido?					
		De si próprio	Conversa/ aconselhamento de um familiar	Conversa/ aconselhamento de amigo ou vizinho	Técnico	Outros	Total
Metrop Menos recursos	N	70	5	5	3	0	83
	% L	84,3%	6,0%	6,0%	3,6%	,0%	100,0%
Metrop Mais recursos	N	108	9	6	21	0	144
	% L	75,0%	6,3%	4,2%	14,6%	,0%	100,0%
Não metrop Menos recursos	N	53	12	3	2	3	73
	% L	72,6%	16,4%	4,1%	2,7%	4,1%	100,0%
Não metrop Mais recursos	N	93	6	1	9	1	110
	% L	84,5%	5,5%	,9%	8,2%	,9%	100,0%
Total	N	324	32	15	35	4	410
	% L	79,0%	7,8%	3,7%	8,5%	1,0%	100,0%

p-value=0,001

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Quadro 4.2.3. Iniciativa para requerer RSI segundo idade

		.Depois de tomar conhecimento da existência do RSI/RMG de quem partiu a ideia de preencher os papéis para o Rendimento Social de Inserção/Rendimento mínimo Garantido?					
		De si próprio	Conversa/ aconselhamento de um familiar	Conversa/ aconselhamento de amigo ou vizinho	Técnico	Outros	Total
Até 40 anos	N	137	10	5	15	0	167
	% L	82,0%	6,0%	3,0%	9,0%	,0%	100,0%
de 41 a 55 anos	N	129	10	5	17	2	163
	% L	79,1%	6,1%	3,1%	10,4%	1,2%	100,0%
56 ou mais anos	N	59	12	5	3	2	81
	% L	72,8%	14,8%	6,2%	3,7%	2,5%	100,0%
Total	N	325	32	15	35	4	411
	% L	79,1%	7,8%	3,6%	8,5%	1,0%	100,0%

P-value=0,05

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Ainda que uma elevada proporção de entrevistados tenda a assumir que requereu o RSI assim que tomou conhecimento da sua existência, esta proporção varia com o tipo de agregado familiar em causa. São os metropolitanos com menos recursos os que menos recorreram no momento em que tomaram conhecimento do RSI e que mais apontam a falta de informação como constrangimento para requerer; os metropolitanos com mais recursos apontam o facto de não necessitarem para justificar um hiato de tempo entre a tomada de conhecimento e o recurso; os não-

metropolitanos com menos recursos são os que reúnem mais consenso sobre o momento de recurso, 93% recorreu assim que tomou conhecimento da existência do RSI. A falta de oportunidades locais somada à falta de recursos próprios poderá justificar esta proporção; finalmente para os não metropolitanos com mais recursos a falta de informação para recorrer no momento e a expectativa de encontrar emprego impediu-os de recorrer de imediato ao RSI.

Quadro 4.2.4. Quando requereu segundo território

		Entregou logo os papéis do Rendimento Social de Inserção assim que soube que ele existia?					Total
		Sim, entreguei logo os papéis	Não, nessa altura não precisava	Não, pensei que ia encontrar um trabalho a qualquer momento	Não, não sabia onde ir pedir informações ou não tinha os papéis todos	Não, disseram - me/pensava que não reunia a condições necessárias	
Metrop Menos recursos	N	62	7	2	9	1	81
	% L	76,5%	8,6%	2,5%	11,1%	1,2%	100,0%
Metrop Mais recursos	N	111	18	2	7	4	142
	% L	78,2%	12,7%	1,4%	4,9%	2,8%	100,0%
Não metrop Menos recursos	N	66	3	0	0	2	71
	% L	93,0%	4,2%	,0%	,0%	2,8%	100,0%
Não metrop Mais recursos	N	88	8	4	10	0	110
	% L	80,0%	7,3%	3,6%	9,1%	,0%	100,0%
Total	N	327	36	8	26	7	404
	% L	80,9%	8,9%	2,0%	6,4%	1,7%	100,0%

p-value=0,041

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

O tempo de inserção na medida é um dado que importa explorar. Em média estes agregados familiares encontram-se a receber RSI há cerca de 5 anos. Este valor médio varia consoante o concelho de residência, as habilitações escolares do entrevistado e o género. É na zona Norte, nos concelhos de Vila Nova de Famalicão e Braga, que se registam os valores médios mais baixos, cerca de 2 e 3 anos respectivamente. Seguem-se na zona de Lisboa, os concelhos de Amadora e Cascais, com 3,9 e 3,8 anos. Por oposição, é também a zona Norte que regista os valores mais elevados, o concelho do Porto e Vila Nova de Gaia com 7,8 e 9 anos.

Quadro 4.2.5. Tempo médio de beneficiário de RSI por concelho

Concelho	Média	N
Braga	3,1875	16
Vila Nova de Famalicão	2,2727	11
Gouveia	4,2500	16
Sertã	5,4737	19
Oliveira de Azeméis	4,9583	24
Montemor – o – Velho	6,4545	11
Loulé	4,6875	16
Serpa	6,5000	8
Amadora	3,9000	20
Cascais	3,8261	23
Lisboa	4,3448	29
Amarante	6,2857	21
Gondomar	4,6271	59
Porto	9,2500	24
Vila Nova de Gaia	7,8214	28
Setúbal	6,5333	15
Montijo	6,1765	17
Total	5,3389	357

p-value=0,000

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

| 65

Conhecida a relação entre qualificação e pobreza, não surpreende que quanto maior o nível de escolaridade menor o tempo médio de inserção nesta medida de política social.

Quadro 4.2.6. Tempo médio de beneficiário de RSI segundo habilitações do entrevistado

Habilitações do entrevistado	Média	N
Não sabe ler nem escrever	6,8529	34
Sabe ler e escrever mas não tem grau escolar	6,0278	36
1º Ciclo do ensino básico (Primária/4ª classe)	5,9802	101
2º Ciclo (Preparatória/5º e 6º anos)	4,9048	84
3º Ciclo (5º ano/9º ano)	4,9697	66
Secundário (7º/12º)	3,2414	29
Curso Médio	3,0000	3
Curso Superior	1,6667	3
Total	5,3427	356

p-value=0,004

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

A inserção social parece privilegiar os homens em detrimento das mulheres. Estas registam uma média de 5,7 anos na medida, já a homens não vão além dos 4,5 anos. Indicadores macroeconómicos, como a taxa de desemprego, que penaliza as mulheres, poderá contribuir para explicar a maior dificuldade das mulheres se

autonomizarem da medida, ainda que sejam elas que registem níveis de escolaridade mais elevados, como vimos anteriormente.

As razões subjacentes à entrada na medida complementam esta explicação. Para ambos a perda de emprego constitui a principal razão para recorrer ao RSI, acrescem, no entanto, algumas especificidades de género. Para os homens a Insuficiência de prestações e serviços sociais, a Toxicodependência de um dos elementos da família e os Problema de Saúde são as razões mais apontadas. Para as mulheres, destacam-se as situações de Separação/divórcio/Viuvez, a Necessidade de cuidar de elementos da família por dependência (crianças, idosos, pessoas com deficiência) e a Incapacidade para fazer face às despesas, como as situações que mais despoletam o recurso ao RSI. Os baixos ou inexistentes rendimentos auferidos (no caso das mulheres domésticas), o papel de cuidadoras informais, assumido por muitas mulheres, acrescido de situações de ruptura familiar, parece colocar as mulheres numa situação de maior vulnerabilidade social.

| 66

Quadro 4.2.7. Tempo médio de beneficiário de RSI segundo sexo

Sexo do entrevistado	Média	N
Masculino	4,4639	97
Feminino	5,6654	260
Total	5,3389	357

p-value=0,014

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Quadro 4.2.8. Razões do recurso ao RSI segundo sexo

	Sexo do entrevistado					
	Masculino		Feminino		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C
Separação/divórcio / Viuvez	2	1,8%	42	14,0%	44	10,7%
Redução de salário	0	,0%	2	,7%	2	,5%
Toxicod dependência de um dos elementos da família	5	4,5%	5	1,7%	10	2,4%
Insuficiência de prestações e serviços sociais (ex: pensão, subsídio de desemprego, etc)	10	8,9%	12	4,0%	22	5,4%
Necessidade de cuidar de elementos da família por dependência (crianças, idosos, pessoas com deficiência)	4	3,6%	34	11,4%	38	9,2%
Incapacidade para fazer face às despesas	34	30,4%	97	32,4%	131	31,9%
Endividamento	1	,9%	6	2,0%	7	1,7%
Problema de Saúde	30	26,8%	51	17,1%	81	19,7%
Perda de Trabalho/desemprego	62	55,4%	155	51,8%	217	52,8%
Prisão	0	,0%	4	1,3%	4	1,0%
Outra situação	3	2,7%	15	5,0%	18	4,4%
Não sei, não me lembro	0	,0%	1	,3%	1	,2%
Total	112	100,0%	299	100,0%	411	100,0%

| 67

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Os perfis de agregados familiares entrevistados também se distinguem pelos motivos de recurso à medida. Os agregados familiares **Metropolitanos com Menos recursos** apresentam como principais motivações para recorrer ao RSI a perda de Trabalho e a existência de problema de Saúde, de facto como vimos anteriormente este perfil caracteriza-se pelo elevado proporção de agregados unipessoais com dependentes (o próprio) por razões físicas ou mentais. **Para os metropolitanos com mais recursos** o acesso ao RSI deveu-se as situações de Separação/divórcio/Viuvez, a necessidade de cuidar de elementos da família por dependência e a perda de Trabalho/desemprego. Motivações que coincidem com a própria caracterização do perfil, famílias, maioritariamente, monoparentais, em situação de desemprego e com dependentes por doença a cargo. Para os **não metropolitanos com menos recursos** as situações de Separação/divórcio/ Viuvez, a Incapacidade para fazer face às despesas e os Problema de Saúde constituem as principais motivações de recurso ao RSI. Finalmente os **não metropolitanos com mais recursos** apontam maioritariamente a necessidade de cuidar de elementos da família por dependência e a Incapacidade para fazer face às despesas.

Os dados permitem-nos dar conta de duas regularidades. Por um lado, independentemente dos territórios, os problemas de saúde parecem afectar mais os agregados familiares com menos recursos, ou pelo menos é o factor que associado a uma condição já vulnerável despoleta a dependência de medidas de acção social. Por outro lado, uma das principais razões que coloca os agregados com mais recursos na dependência do RSI é a necessidade de cuidar de elementos da família por dependência. Situações agudizadas nos territórios metropolitanos pela perda de trabalho e separação/divórcio/viuvez. Ainda que a intervenção desenvolvida seja alvo de uma reflexão nos pontos seguintes, este dado indicia um défice ao nível da rede de respostas sociais capaz de responder a este problemática concreta e que intervenha a montante da inserção numa medida de política social desta natureza, quer seja por via de prestações, quer de equipamentos ou outras respostas sociais adequadas aos contextos situacionais. Esta motivação de recurso ao RSI, ainda que represente apenas 10% dos agregados familiares, é uma dimensão sobre a qual importa reflectir tanto mais que constitui um dos motivos que mais permanência na medida regista, 6,3 anos face à média global de 5,3 anos.

| 68

Quadro 4.2.9. Razões do recurso ao RSI segundo territórios

	Pop_típicas									
	Metrop Menos recursos		Metrop Mais recursos		Não metrop Menos recursos		Não metrop Mais recursos		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C	N	% em C	N	% em C
Separação/divórcio / Viuvez	9	10,8%	19	13,2%	10	13,7%	6	5,5%	44	10,7%
Redução de salário	1	1,2%	1	,7%	0	,0%	0	,0%	2	,5%
Toxicodependência de um dos elementos da família	4	4,8%	2	1,4%	2	2,7%	2	1,8%	10	2,4%
Insuficiência de prestações e serviços sociais	7	8,4%	11	7,6%	2	2,7%	2	1,8%	22	5,4%
Necessidade de cuidar de elementos da família por dependência	1	1,2%	17	11,8%	7	9,6%	13	11,8%	38	9,3%
Incapacidade para fazer face às despesas	19	22,9%	37	25,7%	34	46,6%	40	36,4%	130	31,7%
Endividamento	1	1,2%	4	2,8%	1	1,4%	1	,9%	7	1,7%
Problema de Saúde	22	26,5%	20	13,9%	20	27,4%	19	17,3%	81	19,8%
Perda de Trabalho/desemprego	48	57,8%	95	66,0%	21	28,8%	52	47,3%	216	52,7%
Prisão	1	1,2%	1	,7%	1	1,4%	1	,9%	4	1,0%
Outra situação	3	3,6%	6	4,2%	1	1,4%	8	7,3%	18	4,4%
Não sei, não me lembro	0	,0%	1	,7%	0	,0%	0	,0%	1	,2%
Total	83	100,0%	144	100,0%	73	100,0%	110	100,0%	410	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Apesar de alguns valores absolutos serem muito baixos, podemos distinguir razões associadas a um maior ou menor tempo médio de beneficiário de RSI. AS motivações que acarretam um tempo médio de inserção na medida mais prolongado são a Prisão, o Endividamento, a Necessidade de cuidar de elementos da família por dependência e a Toxicodependência de um dos elementos da família. Contrariamente, a Redução de salário, a Insuficiência de prestações e serviços sociais e a Perda de Trabalho/desemprego são as que registam tempos médios inferiores à média global.

| 69

Quadro 4.2.10. Tempo médio de beneficiário de RSI segundo Razões do recurso ao RSI

	Há quantos anos que entregou os papeis dos RSI	
	N	Média
Separação/divórcio / Viuvez	44	5,80
Redução de salário	2	3,00
Toxicodependência de um dos elementos da família	10	6,86
Insuficiência de prestações e serviços sociais	22	3,79
Necessidade de cuidar de elementos da família por dependência	38	6,32
Incapacidade para fazer face às despesas	131	5,53
Endividamento	7	6,00
Problema de Saúde	81	5,46
Perda de Trabalho/desemprego	217	4,98
Prisão	4	10,00
Outra situação	18	5,06
Não sei, não me lembro	1	.
Total	411	5,34

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Finalmente importa observar a estabilidade na medida. A maioria dos agregados familiares inquiridos nunca viu a inserção na medida interrompida. Maior ou menor estabilidade que se encontra relacionada com o tempo em que os agregados se encontram na medida. Quanto maior o período de tempo, maior a probabilidade de já terem visto o acesso à medida interrompido.

Quadro 4.2.11. Tempo médio de beneficiário de RSI segundo Interrupção de RSI

Há muita gente que, por alguma razão, já teve RSI no passado, deixou de ter e voltou mais tarde a requerer. Este é o seu caso?	Média	N
Não, nunca foi interrompido, esta foi a 1º vez que requeremos	4,2607	234
Sim, já houve interrupção, foi cancelado o primeiro rendimento	7,3802	121
Total	5,3239	355

p-value=0,000

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

| 70

Quadro 4.2.12. Interrupção de RSI segundo Tempo médio de beneficiário de RSI

			Há muita gente que, por alguma razão, já teve RSI no passado, deixou de ter e voltou mais tarde a requerer. Este é o seu caso?		Total
			Não, nunca foi interrompido, esta foi a 1º vez que requeremos	Sim, já houve interrupção, foi cancelado o primeiro rendimento	
Escalõe s. Nº de anos que entregou os papeis dos RSI	até 2 anos	N	104	21	125
		% em L	83,2%	16,8%	100,0%
	de 3 a 5 anos	N	70	25	95
		% em L	73,7%	26,3%	100,0%
	de 6 a 10 anos	N	40	41	81
		% em L	49,4%	50,6%	100,0%
	mais de 10 anos	N	20	34	54
		% em L	37,0%	63,0%	100,0%
Total		N	234	121	355
		% em L	65,9%	34,1%	100,0%

p-value=0,000

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Todavia, esta não é o único factor que influencia esta maior ou menor estabilidade. Esta probabilidade varia se tivermos em consideração a pertença institucional da equipa ou técnico que acompanha os processos e o tipo de território de residência. Assim, são os agregados familiares acompanhados pelos técnicos dos centros distritais que registam uma maior estabilidade face aos acompanhados pelas equipas protocoladas. Para cada uma das pertenças institucionais, esta estabilidade na medida distingue-se ainda segundo o território de intervenção. São os territórios metropolitanos que apresentam a maior estabilidade, face aos territórios não metropolitanos. Se nos territórios metropolitanos a diferença temporal corrobora a maior probabilidade de menos tempo corresponder a maior estabilidade, nos territórios não-metropolitanos os dados suscitam outra explicação, ainda que em

termos médios os agregados familiares acompanhados por equipas protocoladas e por centros distritais registem médias temporais muito semelhantes (3,3 e 3,4, respectivamente) os agregados familiares acompanhados pelas equipas protocoladas registam uma proporção superior de processo interrompidos. Não sendo possível apontar especificidades sociográficas nem conhecer os motivos das interrupções que expliquem estes dados, a razão poderá residir no tipo de acompanhamento desenvolvido pelas equipas protocoladas, dimensão desenvolvida nos próximos pontos deste relatório.

| 71

Quadro 4.2.13. Interrupção de RSI segundo territórios e tipo de protocolo

Tipo de protocolo			Já interrompeu e voltou a requerer RSI ?		Total
			Não, nunca foi interrompido, esta foi a 1º vez que requeremos	Sim, já houve interrupção, foi cancelado o primeiro rendimento	
CDIS	Territórios metropolitanos	N	132	53	185
		% em L	71,4%	28,6%	100,0%
	Território não-metro.	N	53	35	88
		% em L	60,2%	39,8%	100,0%
	Total	N	185	88	273
		% em L	67,8%	32,2%	100,0%
PROT	Territórios metropolitanos	N	35	22	57
		% em L	61,4%	38,6%	100,0%
	Território não-metro.	N	41	36	77
		% em L	53,2%	46,8%	100,0%
	Total	N	76	58	134
		% em L	56,7%	43,3%	100,0%

p-value=0,045

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Quadro 4.2.14. Tempo médio de beneficiário de RSI segundo Interrupção de RSI, territórios e tipo de protocolo

		Já interrompeu e voltou a requerer RSI ?		
		Não, nunca foi interrompido, esta foi a 1º vez que requeremos	Sim, já houve interrupção, foi cancelado o primeiro rendimento	Total
		Média de anos que entregou os papeis	Média de anos que entregou os papeis	Média de anos que entregou os papeis
CDIS	Territórios metropolitanos	4,55	7,62	5,34
	Território não-metro.	3,40	7,79	5,13
PROT	Territórios metropolitanos	5,52	8,00	6,46
	Território não-metro.	3,33	6,34	4,69
Total	Territórios metropolitanos	4,74	7,74	5,60
	Território não-metro.	3,37	7,02	4,91

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

4.3. O processo de acompanhamento: os domínios do acordo de inserção e a interacção com os técnicos

4.3.1. Da intervenção holística das equipas protocoladas à intervenção centrada na saúde e na habitação dos técnicos dos centros distritais

| 72

O acompanhamento dos agregados familiares a beneficiar de Rendimento social de inserção é feito por duas vias: por técnicos dos centros distritais ou por equipas constituídas para o efeito no âmbito de protocolos assinados entre entidades privadas, maioritariamente, IPSS e a Segurança Social. Estas duas vias distinguem-se em alguns aspectos que importa destacar. Os processos acompanhados pelos centros distritais são da responsabilidade de um técnico que pode socorrer-se pontualmente de outros técnicos ou equipas mediante as problemáticas em causa; as equipas protocoladas caracterizam-se por ser equipas multidisciplinares, apoiadas por ajudantes de acção directa e com uma metodologia de trabalho interactiva, ainda que a cada processo seja atribuído um gestor de caso. Na amostra inquirida, representativa do universo, os técnicos dos centros distritais acompanham cerca de dois terços dos processos, tendencialmente em territórios metropolitanos, e as equipas protocoladas acompanham um terço do total, e dividem-se entre os territórios metropolitanos e não metropolitanos, com maior pendor para este último.

Quadro 4.3.1. Tipo de protocolo segundo o território

			TERRIT_METROP		Total
			Territórios metropolitanos	Território não-metro.	
Tipo de protocolo	CDIS	N	187	88	275
		% em L	68,0%	32,0%	100,0%
		% em C	76,0%	53,3%	66,9%
	PROT	N	59	77	136
		% em L	43,4%	56,6%	100,0%
		% em C	24,0%	46,7%	33,1%
Total	N	246	165	411	
	% em L	59,9%	40,1%	100,0%	
	% em C	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Reflectir sobre os recursos e oportunidades disponibilizados no âmbito do rendimento social de inserção e a sua adequação às condições, situações e necessidades dos beneficiários constitui o ponto nevrálgico deste documento. Deste modo, torna-se premente compreender que acções são propostas às famílias, que recursos e oportunidades lhes são disponibilizados e em que medida se adequam às suas expectativas e necessidades. Para tal, questionou-se os respondentes sobre quais os apoios e obrigações previstos no âmbito do acordo de inserção social, quais as contrapartidas que consideram existir neste acordo, de que forma ele vai ao encontro das suas necessidades e em que medida concordam com ele. Importa ter presente que a informação aqui trabalhada resulta apenas da apreciação e percepção dos inquiridos o que condiciona a compreensão total da realidade.

| 73

Tendo em conta que o modo de intervenção dos centros distritais e as equipas protocoladas se distinguem em vários aspectos técnicos esta será uma das distinções que importa aprofundar ao longo deste capítulo.

Face à necessidade de agregar em categorias pertinentes para esta análise a diversidade de respostas obtidas nomeadamente no que diz respeito às acções que os beneficiários devem desenvolver (designadas por obrigações no âmbito do inquérito) e os recursos que lhes são disponibilizados (designados por apoios), optámos pela aplicação de uma análise factorial a estas variáveis.

A análise factorial permitiu construir um número de variáveis mais pequeno, designadas por factores, e que se caracterizam por “resumir” de forma coerente um conjunto de variáveis de partida.

No que respeita às **acções** (obrigações) a desenvolver pelos beneficiários, integram a análise factorial as seguintes variáveis: Melhorar as condições da minha habitação ou mudar de casa; Organizar e limpar a minha casa; Pagar contas da água, luz, gás, renda de casa; Aumentar a minha escolaridade; Matricular os meus filhos na escola/inscrever na creche ou infantário; Garantir que os meus filhos não faltam à escola; Procurar activamente emprego; Frequentar cursos de formação; Fazer tratamento de desintoxicação do próprio ou familiar (drogas ou álcool); Cuidar da minha saúde ou dos meus familiares (ir a consultas, vacinação, exames); e Regularizar documentação (BI, autorização de residência, ...). Resultam da análise, três factores.

O primeiro reúne as variáveis: Obrigações relativas à habitação, Fazer tratamento de desintoxicação do próprio ou familiar e Cuidar da minha saúde ou dos meus familiares; o segundo factor reúne as variáveis: Aumentar a escolaridade, frequentar formação, procurar emprego e regularizar documentação; e o terceiro factor reúne as variáveis: Matricular os meus filhos na escola/inscrever na creche ou infantário; Garantir que os meus filhos não faltam à escola. Ou seja, esta análise permite-nos concluir que existe uma correlação entre diferentes tipos de acções a desenvolver pelos beneficiários.

| 74

Relativamente aos **apoios/recursos**, integram a análise factorial as seguintes variáveis: Cuidados de saúde; Apoio psicológico; Apoios à educação (pagamento de aulas de natação, ocupação de tempos livres, etc); Apoio à inserção no sistema educativo dos filhos; Formação profissional; Apoio à inserção em emprego ou à criação do próprio emprego; Apoios à habitação (Acesso a uma casa, melhorias na casa onde vive, pagamento de renda/empréstimo de casa); Apoio aos transportes; e Apoio em serviços ou equipamentos para mim e minha família (creches, escolas, lar, etc); e Acesso à informação sobre os meus direitos legais e sociais. Resultam da análise factorial quatro factores. O primeiro factor agrega as variáveis: Disponibilização de serviços ou equipamentos para a família e inserção escolar dos filhos; o segundo, as variáveis Formação profissional, apoio à inserção em emprego e acesso a informação sobre direitos sociais e legais; o terceiro, Apoio psicológico e cuidados de saúde; e o quarto factor associa as variáveis relativas aos apoios à habitação (Acesso a uma casa, melhorias na casa onde vive, pagamento de renda/empréstimo de casa). Os procedimentos utilizados nestas análises factoriais estão apresentados no anexo 6.

Transformados em novas variáveis (variáveis contínuas com uma distribuição normal, assumindo valores positivos e negativos), estes factores podem ser lidos, neste caso, da seguinte forma: quanto mais elevado o valor do factor mais sistemáticas foram as respostas “sim” (a obrigações e apoios); quanto mais baixo o valor, mais sistemáticas foram as respostas “não” (a obrigações e apoios). Assim, na análise que se segue utilizaremos sobretudo a comparação das médias destes factores.

Tendo em conta as acções a realizar pelos agregados familiares com vista a sua inserção, quando comparamos os valores médios verifica-se que para todos os

factores os valores mais elevados estão associados aos beneficiários acompanhados pelas equipas protocoladas do que pelos restantes, sendo as diferenças entre os dois grupos estatisticamente significativas para a dimensão do emprego, formação e documentação e para a escolarização dos filhos. Ou seja, parece haver por parte das equipas protocoladas, uma maior promoção da iniciativa dos beneficiários nestas dimensões da inserção social.

| 75

Quadro 4.3.2. Média dos factores segundo território

TIPO_PROT	Tipo de protocolo	FAC1_1 OBR_Habitação _desintoxicação _saúde	FAC2_1 OBR_Form/Em prego/document ação	FAC3_1 OBR_Escolariz ação filhos
1 CDIS	Média	-,0595712	-,1061472	-,1267432
	N	275	275	275
	Desvio -padrão	,90825748	,99688556	,89818263
2 PROT	Média	,1204564	,2146358	,2562823
	N	136	136	136
	Desvio -padrão	1,15796599	,97502231	1,14051743
Total	Média	,0000000	,0000000	,0000000
	N	411	411	411
	Desvio -padrão	1,00000000	1,00000000	1,00000000
	Sig.	0,086	0,002	0,000

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Debruçando-nos sobre os recursos disponibilizados, os resultados vão ao encontro dos obtidos com as acções. Ou seja, tendem a ser as equipas protocoladas que mais disponibilizam apoios, particularmente significativos no que respeita a serviços e equipamentos de apoio à família e à educação dos filhos bem como relativos ao emprego e disponibilização de informação sobre direitos sociais e legais. Ou seja, a implicação activa destes beneficiários é acompanhada por uma maior disponibilização de recursos. Os apoios à saúde e à habitação tendem a ser igualmente disponibilizados.

Relatório Final

Quadro 4.3.3. Média dos factores segundo território

TIPO_PROT	Tipo de protocolo	FAC1_2 APO_Serviços- educfilhos	FAC2_2 APO_Emprego- infordireitos	FAC3_2 APO_Saúde	FAC4_2 APO_Habitação
1 CDIS	Média	-,0976458	-,0938476	-,0035895	-,0257742
	N	275	275	275	275
	Desvio -padrão	,87817698	,94958846	,94789700	,94237341
2 PROT	Média	,1974456	,1897653	,0072581	,0521169
	N	136	136	136	136
	Desvio -padrão	1,18873929	1,07362210	1,10150706	1,10927865
Total	Média	,0000000	,0000000	,0000000	,0000000
	N	411	411	411	411
	Desvio -padrão	1,00000000	1,00000000	1,00000000	1,00000000
	sig	0,005	0,007	0,918	0,458

| 76

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Como se verificou, os dados indiciam uma intervenção mais alargada por parte das equipas protocoladas, quer através da disponibilização de mais recursos quer na definição de mais acções a desenvolver pelos beneficiários no âmbito do acordo de inserção. Não havendo indicadores que estatisticamente distingam os públicos acompanhados pelos dois tipos de entidades, importa questionar que factores contribuem para este tipo de intervenção divergente.

Primeiramente, importa referir que os dados não significam que não existam apoios/recursos e acções desenvolvidas no âmbito dos centros distritais relativos aos factores Emprego, formação e documentação e ao factor Escolarização dos filhos. Mais do que a existência desses mesmos apoios ou acções desenvolvidas, e na medida em que os dados são fruto da indicação e da percepção dos inquiridos, os dados podem ter subjacentes a percepção da sua eficácia. Exemplo paradigmático é a obrigatoriedade da procura activa de emprego por parte dos beneficiários que reúnam condições para a inserção no mercado de trabalho. Para este grupo o ponto de partida é a inscrição no centro de emprego. Todavia, a subvalorização desta acção reflectida nos dados poderá decorrer da baixa proporção de casos de inserção no mercado de trabalho por essa via, podendo apenas ser valorizados outros âmbitos de intervenção no que respeita ao emprego e formação, nomeadamente a melhoria das qualificações escolares. Na verdade, os dados indiciam uma maior aposta nesta dimensão por parte dos beneficiários acompanhados pelas equipas protocoladas. Se

a caracterização sociodemográfica não permite distinguir os beneficiários segundo a entidade que acompanha os seus processos, a escolaridade do entrevistado é excepção. Cerca de 47% dos inquiridos tem entre o 2º e 3º ciclo, o que poderá resultar de uma maior aposta na escolarização destes públicos particularmente acentuada nas equipas protocoladas. De facto, como vimos anteriormente, a proporção de beneficiários com habilitações ao nível do 2º e 3º ciclo assume proporções superiores à população nacional.

| 77

Quadro 4.3.4. Habilitações do entrevistado e Tipo de protocolo

			Tipo de protocolo		Total
			CDIS	PROT	
Habilitações do entrevistado	Não sabe ler nem escrever	N	22	21	43
		% em C	8,0%	15,4%	10,5%
	1º Ciclo do ensino básico (Primária/4ª classe)	N	116	45	161
		% em C	42,3%	33,1%	39,3%
	2º ou 3º Ciclo	N	105	64	169
		% em C	38,3%	47,1%	41,2%
	Secundário ou mais	N	31	6	37
		% em C	11,3%	4,4%	9,0%
Total	N	274	136	410	
	% em C	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Efectivamente, são os beneficiários acompanhados pelas equipas protocoladas que mais apontam contrapartidas positivas no âmbito do acordo, reconhecem contrapartidas em diferentes áreas, na vida familiar, na saúde, no emprego e na escolarização, sendo esta a que assume maior destaque, indicada por quase metade destes beneficiários. Já metade dos beneficiários acompanhados pelos técnicos dos centros distritais não reconhece qualquer contrapartida par além da prestação pecuniária.

Quadro 4.3.5. Contrapartidas segundo tipo de protocolo

Contrapartidas	Tipo de protocolo					
	CDIS		PROT		Total	
	N	% em C (casos)	N	% em C (casos)	N	% em C (casos)
É a possibilidade de melhorar a vida familiar	81	29,5%	52	38,5%	133	32,4%
É a garantia de passar a ter acesso a cuidados de saúde	71	25,8%	52	38,5%	123	30,0%
É a garantia de ter melhores condições de habitação	40	14,5%	23	17,0%	63	15,4%
É a garantia de melhorar o nível de escolaridade	82	29,8%	66	48,9%	148	36,1%
É a garantia de vir a encontrar um emprego	65	23,6%	41	30,4%	106	25,9%
Para além do dinheiro não há outras contrapartidas	131	47,6%	40	29,6%	171	41,7%
Total	275	100,0%	135	100,0%	410	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

4.3.2. Recurso e acções: coerentes com as necessidades mas insuficientes

Retomando a reflexão sobre os recursos disponibilizados e as acções a desenvolver pelos beneficiários procurou-se combinar estas dois lados do acordo através de uma análise factorial, que por sua vez permitiu constatar a coerência e o equilíbrio dos acordos de inserção, ou seja, quando são disponibilizados recursos em determinado âmbito de intervenção tendem a ser solicitadas acções por parte dos beneficiários no mesmo âmbito. É disso exemplo, as acções desenvolvidas pelos beneficiários sobre a educação dos filhos que tendem a ser acompanhadas pela disponibilização de recursos que apoiem essa mesma dimensão, o mesmo no que respeita ao emprego e formação profissional, à habitação e saúde.

Mais uma vez, se destaca o enfoque das equipas protocoladas nos dois primeiros factores.

Quadro 4.3.6. Média dos factores segundo tipo de protocolo

TIPO_PROT	Tipo de protocolo	FAC1_5 OBRIG-APOI-ESCOLAR-FILHOS	FAC2_5 OBRIG-APOIO-FORM-EMPREGO-DIREITOS	FAC3_5 OBRIG-APOIO HABIL-DESINTOXICAÇÃO-SAÚDE
1 CDIS	Média	-,1395551	-,1189503	-,0429039
	N	275	275	275
	Desvio -padrão	,85007890	,96664997	,88983833
2 PROT	Média	,2821885	,2405245	,0867541
	N	136	136	136
	Desvio -padrão	1,20435237	1,02636419	1,19105825
Total	Média	,0000000	,0000000	,0000000
	N	411	411	411
	Desvio -padrão	1,00000000	1,00000000	1,00000000
	sig	0,000	0,001	0,217

79

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Se já constamos a coerência entre apoios e acções a desenvolver, cabe agora avaliar em que medida se adequam aos públicos e suas necessidades.

Como já vimos, os âmbitos de intervenção variam consoante o tipo de entidade que acompanha os processos, que por sua vez diversifica a sua intervenção de acordo com as características do público beneficiário.

Nos processos acompanhados pelos técnicos dos centros distritais, a intervenção desenvolvida distingue-se segundo o perfil de agregado familiar, o tipo de família e o escalão etário do inquirido, mas apenas para alguns tipos de recursos e acções a desenvolver e que a seguir se destacam:

- No que respeita aos **Serviços e apoio à educação dos filhos**, são os agregados familiares com mais recursos que mais apontam estes apoios. Quanto ao **Emprego e informação sobre direitos**, ainda que seja maioritariamente uma dimensão pouco intervencionada, ou pouco reconhecida, os que mais a apontam são os agregados familiares residentes em zonas metropolitanas;

- São os casais com filhos e os outros tipos de famílias (maioritariamente famílias alargadas com diversos elementos) que mais indicam a existência de obrigações no que respeita à **escolarização dos filhos** e apenas os primeiros, os casais com filhos, que mais indicam a disponibilização de **serviços e educação dos filhos**;

- São os mais jovens, dos 15 aos 34 anos, que mais indicam obrigações ao nível da **formação e emprego** e à **escolarização dos filhos**, exactamente por posição aos com mais de 65 anos. É interessante verificar que este escalão etário também aponta obrigações relativas ao segundo factor, o que poderá prender-se com os netos que tenham a seu cargo.

| 80

No que respeita aos processos acompanhados pelas equipas protocoladas a intervenção desenvolvida distingue-se também segundo o perfil de agregados familiares, o tipo de família e o escalão etário do inquirido, contudo apenas para alguns tipos de recursos e acções a desenvolver e que a seguir se destacam:

- São as famílias com mais recursos (metropolitanos e não metropolitanos) que mais indicam obrigações e apoios no âmbito da **escolarização dos filhos** e apoios no âmbito do **emprego e formação**. Este último âmbito de apoio é também indicado pelos metropolitanos com menos recursos.

- São os casais com filhos, as famílias monoparentais e os outros tipos de famílias que mais indicam obrigações e apoios ao nível da **escolarização dos filhos** e **disponibilização de serviços e educação dos filhos**. Quanto aos apoios à **saúde** são os indivíduos isolados, os casais sem filhos e as famílias monoparentais que mais os indicam;

- Os apoios ao **emprego** são mais disponibilizados aos escalões etários até aos 65 anos.

Relatório Final

Quadro 4.3.7. Média dos factores segundo tipo de protocolo e território

		Tipo de protocolo							
		CDIS				PROT			
		Pop_típicas				Pop_típicas			
		Metrop - recursos	Metrop +recursos	Não metrop - recursos	Não metrop +recursos	Metrop - recursos	Metrop +recursos	Não metrop - recursos	Não metrop +recursos
OBR_Habituação_desintoxicação_saúde	Média	,03802	-,07711	-,12769	-,11783	-,14193	-,00771	,42522	,14457
	N	66	101	44	63	17	43	29	47
OBR_Form/Emprego/documentação	Média	,04828	-,12543	-,44099	-,01748	,38980	,06801	,20315	,29252
	N	66	101	44	63	17	43	29	47
OBR_Escolarização filhos	Média	-,62494	,10011	-,27520	,14838	-,31873	,25297	-,25818	,78473
	N	66	101	44	63	17	43	29	47
APO_Serviços-educfilhos	Média	-,35413	,00684	-,20927	,08589	-,55649	,04333	,23091	,59050
	N	66	101	44	63	17	43	29	47
APO_Emprego-infordireitos	Média	-,02359	-,05502	-,36274	-,06116	1,01240	,15056	-,17875	,15546
	N	66	101	44	63	17	43	29	47
APO_Saúde	Média	,10177	,05162	-,33310	,01592	,25154	,10017	-,02760	-,14459
	N	66	101	44	63	17	43	29	47
APO_Habituação	Média	-,10813	-,05918	-,10931	,10894	-,03522	,23338	-,15995	,04872
	N	66	101	44	63	17	43	29	47

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Quadro 4.3.8. Média dos factores segundo tipo de protocolo e tipo de família

		Tipo de protocolo									
		CDIS					PROT				
		Tipo de família					Tipo de família				
		Uma pessoa	Casal sem filhos	Casal com filhos	Monoparental	Outras situações	Uma pessoa	Casal sem filhos	Casal com filhos	Monoparental	Outras situações
OBR_Habituação_desintoxicação_saúde	Média	,01902	-,03254	-,14071	,05526	-,19054	-,17725	,30111	,09471	,43597	-,09919
	N	67	23	82	58	45	24	5	43	40	24
OBR_Form/Emprego/documentação	Média	-,05389	-,17259	-,08056	,01905	-,35799	,40385	,24760	,41935	,16201	-,26050
	N	67	23	82	58	45	24	5	43	40	24
OBR_Escolarização filhos	Média	-,69819	-,41811	,15408	-,00540	,20488	-,70374	-,74389	,78227	,39387	,25297
	N	67	23	82	58	45	24	5	43	40	24
APO_Serviços-educfilhos	Média	-,38759	-,38966	,15142	-,04989	-,03210	-,51762	-,55626	,67982	,25032	,11715
	N	67	23	82	58	45	24	5	43	40	24
APO_Emprego-infordireitos	Média	-,03376	-,34594	-,04839	-,15461	-,05899	,15896	,07636	-,06780	,45392	,26541
	N	67	23	82	58	45	24	5	43	40	24
APO_Saúde	Média	,09069	-,15098	-,15668	,18305	-,03023	,60749	,13333	-,37705	,21915	-,28383
	N	67	23	82	58	45	24	5	43	40	24
APO_Habituação	Média	-,07839	,18159	,04161	-,15202	-,01349	-,21417	-,32249	-,14331	,19448	,50932
	N	67	23	82	58	45	24	5	43	40	24

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Relatório Final

Quadro 4.3.9. Média dos factores segundo tipo de protocolo e idade

		Tipo de protocolo					
		CDIS			PROT		
		Idade rec			Idade rec		
		15-34	35-64	65 e mais	15-34	35-64	65 e mais
OBR_Habitação_desintoxicação_saúde	Média	-,06956	-,05564	-,15628	,18329	,09426	,45083
	N	56	216	3	28	105	3
OBR_Form/Emprego/docum entação	Média	,28723	-,20175	-,56610	,45018	,17390	-,55807
	N	56	216	3	28	105	3
OBR_Escolarização filhos	Média	,21461	-,21824	,08920	,27000	,25606	,13610
	N	56	216	3	28	105	3
APO_Serviços-educfilhos	Média	-,01505	-,12297	,18356	,60366	,11050	-,55084
	N	56	216	3	28	105	3
APO_Emprego-infordireitos	Média	,06513	-,12576	-,76398	,55382	,12231	-,84718
	N	56	216	3	28	105	3
APO_Saúde	Média	-,16437	,03430	,26943	-,01447	,00832	,17285
	N	56	216	3	28	105	3
APO_Habitação	Média	,08560	-,06788	,92668	,10700	,02226	,58485
	N	56	216	3	28	105	3

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Apreciando os motivos que despoletaram o recurso ao RSI, verifica-se também uma tendencial coerência com os apoios disponibilizados e as obrigações previstas. Ou seja, os apoios tendem a ir ao encontro da resolução das problemáticas centrais.

Perante as situações de separação/divórcio ou viuvez enquanto motivo de recurso, os principais apoios são relativos à escolarização dos filhos e à saúde. Dados consonantes com o tipo de público que integra este grupo, maioritariamente, famílias monoparentais e indivíduos isolados mais velhos.

A redução de salário despoletou apoios na habitação, potencialmente apoios à renda.

A toxicod dependência do próprio ou de um elemento do agregado familiar despoletou apoios e acções a desenvolver pelo agregado ao nível da saúde e desintoxicação, habitação e emprego e disponibilização de informações sobre direitos sociais.

A insuficiência de prestações sociais foi contrariada com apoios ao nível da educação dos filhos, saúde e habitação.

A necessidade de cuidar de elementos do agregado familiar tende a ser auxiliada com apoios à educação dos filhos e obrigações ao nível da habitação e desintoxicação. Dos 38 indivíduos que apontam este motivo, 80% (28) tem menores dependentes, o que

poderá justificar a intervenção acentuada no âmbito da educação dos filhos. Por outro lado, 57% (20) indica ter dependentes por doença. Assumindo que nem todos os casos necessitam de uma intervenção ao nível da desintoxicação parece haver aqui um domínio de intervenção a descoberto, o âmbito da saúde, dimensão que se procura explorar mais adiante.

| 83

Perante os problemas de saúde destacam-se os apoios à saúde e à habitação.

Quando o problema reside na perda de emprego (cerca de metade dos beneficiários), os apoios e obrigações centram-se, coerentemente, no emprego e na formação.

Finalmente, quando a causa do recurso se prende com a reclusão, a aposta da intervenção centra-se nas acções a desenvolver pelos beneficiários relacionadas com o emprego, formação e regularização de documentação.

Quadro 4.3.10. Média dos factores segundo motivos de recurso ao RSI

		Motivos de recursos ao RSI										
		Separação/divórcio / Viuvez	Redução de salário	Toxicod dependência de um dos elementos da família	Insuficiência de prestações e serviços sociais	Necessidade de cuidar de elementos da família por dependência	Incapacidade para fazer face às despesas	Endividamento	Problema de Saúde	Perda de Trabalho/desemprego	Prisão	Outra situação
OBR_Habitação_desintoxicação_saúde	Média	,07192	-,59501	,33467	,05920	,16580	,08262	-,56769	,02875	-,01702	,02733	-,19167
	N	44	2	10	22	38	131	7	81	217	4	18
OBR_Form/Emplego/documentação	Média	-,20198	-,05356	,55134	-,23758	,05129	,08360	-,67566	-,24524	,21148	,20306	-,00122
	N	44	2	10	22	38	131	7	81	217	4	18
OBR_Escolarização filhos	Média	,17679	-,50273	-,101785	,12392	,14968	-,04440	-,45371	-,19368	,00336	-,20758	,19046
	N	44	2	10	22	38	131	7	81	217	4	18
APO_Serviços-educfilhos	Média	-,07081	-,54117	,12018	,61174	,48657	,04437	-,39144	-,12240	,00455	-,43177	,14171
	N	44	2	10	22	38	131	7	81	217	4	18
APO_Emprego-infordireitos	Média	-,03350	-,49945	,20935	-,14710	-,04805	-,03846	,11289	-,08166	,11606	-,36094	,26791
	N	44	2	10	22	38	131	7	81	217	4	18
APO_Saúde	Média	,18919	-,07305	,79690	,49440	,09391	-,05741	-,31200	,33889	-,06897	-,09731	-,05639
	N	44	2	10	22	38	131	7	81	217	4	18
APO_Habitação	Média	-,16310	,71155	,02195	,35436	,09516	-,00042	-,14211	,06708	,01099	-,15817	,16829
	N	44	2	10	22	38	131	7	81	217	4	18

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

É interessante verificar que a par da coerência entre as necessidades e a intervenção desenvolvida, os beneficiários tendem a reconhecer contrapartidas consonantes com a intervenção de que são alvo. Exemplo paradigmático é a correlação entre os apoios e acções desenvolvidas no âmbito do emprego e formação e o reconhecimento pelos mesmos beneficiários de contrapartidas nestes domínios.

Quadro 4.3.11. Média dos factores segundo contrapartidas

		Contrapartidas					
		É a possibilidade de melhorar a vida familiar	É a garantia de passar a ter acesso a cuidados de saúde	É a garantia de ter melhores condições de habitação	É a garantia de melhorar o nível de escolaridade	É a garantia de vir a encontrar um emprego	Para além do dinheiro não há outras contrapartidas
OBR_Habitação_desin	Média	,29754	,19233	,51930	,19023	,21409	-,18661
toxicção_saúde	N	133	123	63	148	106	171
OBR_Form/Emprego/d	Média	,12864	,29629	,18355	,56950	,39554	-,33830
ocumentação	N	133	123	63	148	106	171
OBR_Escolarização	Média	,15167	,13447	,43107	,15077	-,04254	-,12921
filhos	N	133	123	63	148	106	171
APO_Serviços-	Média	,16871	,03496	,13682	,12508	,19916	-,17620
educfilhos	N	133	123	63	148	106	171
APO_Emprego-	Média	,15858	,22518	-,02507	,28758	,48782	-,22128
infordireitos	N	133	123	63	148	106	171
APO_Saúde	Média	,03261	,29285	,08489	,07466	,08681	-,10625
	N	133	123	63	148	106	171
APO_Habitação	Média	,13019	-,04716	,17391	,00931	,01768	-,01213
	N	133	123	63	148	106	171

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Ainda que muitos dos inquiridos reconheçam a existência de contrapartidas, quase metade assume uma posição crítica, 41,6% afirma que “para além do dinheiro não há outras contrapartidas”, o que aliás colide com os pressupostos da medida, já que esta prevê uma intervenção que promova a inserção social dos agregados, muito para além da simples atribuição de uma prestação pecuniária. Neste sentido, importa clarificar o perfil destes beneficiários e seus agregados familiares. Trata-se de indivíduos, cujos processos são, tendencialmente, acompanhados por técnicos dos centros distritais, têm mais de 46 anos, são indivíduos isolados ou que integram outras situações familiares (maioritariamente famílias alargadas com diversos elementos), onde predominam dois tipos de habilitações escolares, o 1º ciclo ou o secundário e cujos problemas que motivaram o recurso ao RSI foram maioritariamente a perda de emprego e a incapacidade de fazer face às despesas.

Esta caracterização permite avançar com algumas explicações para o facto de não atribuírem nenhuma contrapartida a esta medida de política social, para além do valor monetário. Por um lado, não surpreende que os beneficiários mais representados sejam os acompanhados pelos técnicos dos centros distritais. Como já vimos anteriormente, são também eles que menos apoios e acções identificam. Por outro lado, a tentativa de caracterizar este grupo aponta para dois subgrupos, que se distinguem pelo tipo de família e habilitações. Assim, este posicionamento poderá estar relacionado com o nível de exigência que as diferentes habilitações académicas poderão imprimir nos diferentes subgrupos e o tipo de apoio que consideram necessitar. Para os que recorreram ao RSI por insuficiência de rendimentos (32,2%), complementá-los com uma prestação pecuniária poderá ser suficiente. Todavia, face à elevada proporção dos beneficiários que indicam recorrer ao RSI na sequência da perda de emprego (46,2%) questiona-se porque não lhe reconhecem a possibilidade de ser uma via para encontrar um novo trabalho.

| 85

Independentemente da leitura técnica que estes dados possam ter, é interessante verificar que para 15,9% destes beneficiários não falta nada no acordo e 32,5% reforçava apenas o apoio financeiro. Estes dados poderão indiciar que uma parte significativa desta população (61/411, 14,8% do total dos inquiridos) desvaloriza ou não reconhece a dimensão de inserção prevista pela medida.

Apesar dos beneficiários apontarem níveis de intervenção diferentes consoante os técnicos que os acompanham, a maioria tende a estar de acordo com as obrigações e as contrapartidas nos dois contextos, cerca de dois terços. No entanto, cerca de um quarto concorda com as obrigações mas aponta um défice nas contrapartidas.

Todavia, registam-se algumas diferenças que importa destacar e que se prendem com o excesso de obrigações, ainda que se tratem de valores residuais. O excesso de obrigações tende a ser mais apontada pelos beneficiários das equipas protocoladas, 8,8% face aos 7,9% dos centros distritais. É interessante verificar que a proporção de beneficiários acompanhados pelos técnicos dos centros distritais que manifestam o excesso de obrigações e o défice de contrapartida é menor (4,2%) do que a proporção de beneficiários acompanhados pelas equipas protocoladas (7%). Este facto poderá indiciar que alguns beneficiários consideram que as acções que se

comprometeram a desenvolver são excessivas face os efeitos que conseguem alcançar.

Quadro 4.3.12. Apreciação obrigações segundo tipo de protocolo

186

Tipo de protocolo				O que pensa das obrigações deste acordo?		Total
				Estou de acordo com as minhas obrigações	Penso que tem obrigações a mais	
CDIS	O que pensa das contrapartidas?	Estou de acordo com as contrapartidas	N % do Total	129 67,9%	7 3,7%	136 71,6%
		Penso que tem contrapartidas a menos	N % do Total	46 24,2%	8 4,2%	54 28,4%
	Total	N % do Total	175 92,1%	15 7,9%	190 100,0%	
PROT	O que pensa das contrapartidas?	Estou de acordo com as contrapartidas	N % do Total	77 67,5%	8 7,0%	85 74,6%
		Penso que tem contrapartidas a menos	N % do Total	27 23,7%	2 1,8%	29 25,4%
	Total	N % do Total	104 91,2%	10 8,8%	114 100,0%	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Apesar de se constar uma tendencial coerência entre os recursos disponibilizados e as acções desenvolvidas e as necessidades sentidas, elas parecem não ser totalmente suprimidas, pelo menos na opinião da maioria, ainda que para 23% dos inquiridos não falte nada no acordo. O quadro seguinte permite constatar que o reforço das ajudas financeiras é a opinião mais manifestada, seguem-se outras necessidades não suplantadas, apoios à habitação, educação e formação e saúde.

Numa análise mais detalhada, parecem colher-se aqui os frutos de uma intervenção mais alargada por parte das equipas protocoladas. Para os beneficiários acompanhados por estas equipas destaca-se a necessidade mais ajudas financeiras mas são estes que mais parecem satisfeitos, já que para 28% não falta nada no acordo. Já os beneficiários acompanhados pelas equipas protocoladas manifestam diversas necessidades que deveriam ser cobertas pelo acordo de inserção. Para além de mais ajudas financeiras, destacam a necessidade de mais apoios no âmbito da educação e formação, do emprego, da saúde e da alimentação. É interessante verificar que são estes beneficiários que mais indicam a necessidade de uma

intervenção mais próxima e um maior controlo da medida. Resultados que nos remetem para a exploração da interação entre beneficiários e técnicos, dimensão analisada mais adiante.

Quadro 4.3.13. Apreciação do que falta no acordo segundo tipo de protocolo

| 87

O que falta no acordo		Tipo de protocolo		
		CDIS	PROT	Total
Mais ajudas financeiras	N	56	37	93
	% em C	25,1%	30,8%	27,1%
Outros apoios - habitação	N	26	19	45
	% em C	11,7%	15,8%	13,1%
Outros apoios – Educação/formação	N	12	3	15
	% em C	5,4%	2,5%	4,4%
Outros apoios – Emprego	N	23	7	30
	% em C	10,3%	5,8%	8,7%
Outros apoios - saúde	N	37	18	55
	% em C	16,6%	15,0%	16,0%
Outros apoios – alimentação	N	10	1	11
	% em C	4,5%	,8%	3,2%
Outros apoios, sem especificar	N	15	10	25
	% em C	6,7%	8,3%	7,3%
Trabalho de intervenção mais personalizado/melhor acompanhamento	N	14	4	18
	% em C	6,3%	3,3%	5,2%
Maior controlo da medida	N	12	3	15
	% em C	5,4%	2,5%	4,4%
Nada	N	45	34	79
	% em C	20,2%	28,3%	23,0%
Total	N	223	120	343
	% em C	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Os apoios em falta apresentam uma relação inversa com os apoios disponibilizados. Ou seja, é por não reconhecerem que lhes são disponibilizados determinados apoios que os beneficiários os indicam como dimensões a reforçar. São disso exemplo os apoios à habitação e à saúde. No entanto, alguns beneficiários, ainda que reconheçam o usufruto de outros apoios, nomeadamente no âmbito da educação dos filhos e do emprego e formação, parecem considerar a necessidade de reforçar esses apoios.

Relatório Final

Quadro 4.3.14. Média dos factores segundo o que falta no acordo

O que falta no acordo		APO_Serviços-educifilhos	APO_Emprego-infordireitos	APO_Saúde	APO_Habitação
Mais ajudas financeiras	Média	-,08423	-,04593	,13839	,16138
	N	93	93	93	93
Outros apoios - habitação	Média	,06936	,17926	-,21398	-,05989
	N	45	45	45	45
Outros apoios – Educação/formação	Média	,27968	,79131	,01909	,00405
	N	15	15	15	15
Outros apoios – Emprego	Média	,12278	,06340	,02704	-,02207
	N	30	30	30	30
Outros apoios - saúde	Média	-,07401	-,07627	-,03086	-,27520
	N	55	55	55	55
Outros apoios – alimentação	Média	,03556	,19547	-,06318	,16549
	N	11	11	11	11
Outros apoios, sem especificar	Média	-,26218	-,03649	,08279	,22194
	N	25	25	25	25
Trabalho de intervenção mais personalizado/melhor acompanhamento	Média	,02145	,27747	,02202	-,04525
	N	18	18	18	18
Maior controlo da medida	Média	,01339	,10685	,04727	,00270
	N	15	15	15	15
Nada	Média	,21634	-,14260	,23267	,05602
	N	79	79	79	79
Total	Média	,04572	,03618	,03512	,03039
	N	343	343	343	343

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Para além da pertença institucional é possível destacar algumas diferenças nas necessidades apontadas e que se prendem com a idade do entrevistado, o tipo de agregado e o tipo de família, informação que se complementa.

O que os indivíduos isolados mais reclamam são as ajudas financeiras, o apoio à habitação e a saúde, apreciações muito semelhantes aos casais sem filhos, com excepção para a habitação, necessidade não manifestada por estes. Estes dois tipos de núcleos familiares são aliás os grupos mais velhos, com médias de 52 e 51 anos, respectivamente, o que poderá justificar o reforço que reclamam ao nível da saúde. São no entanto os casais sem filhos que parecem estar mais satisfeitos com os apoios disponibilizados, já que 29% diz que não falta nada ao acordo.

Os casais com filhos requerem essencialmente apoios na alimentação e uma intervenção mais personalizada, principalmente os metropolitanos com mais recursos, fruto, provavelmente de um nível de escolaridade mais elevado mas também de se tratar de um grupo tendencialmente jovem (com uma idade média de 38 anos) que lhes permite assumir um posicionamento mais crítico face ao acompanhamento de que são alvo.

| 89

As famílias monoparentais, essencialmente populações metropolitanas com mais recursos, desejam mais apoios à educação/formação e à inserção laboral entre outros apoios não especificados.

As restantes composições familiares reclamam particularmente mais ajudas financeiras e apoios ao nível da habitação.

Quadro 4.3.15. O que falta no acordo segundo tipo de família

Apoios em falta no acordo		Tipo de família					Total
		Uma pessoa	Casal sem filhos	Casal com filhos	Monoparental	Outras situações	
Mais ajudas financeiras	N	24	7	22	23	17	93
	% em C	29,6%	33,3%	21,2%	27,4%	32,1%	27,1%
Outros apoios - habitação	N	12	1	14	10	8	45
	% em C	14,8%	4,8%	13,5%	11,9%	15,1%	13,1%
Outros apoios – Educação/formação	N	1	1	5	6	2	15
	% em C	1,2%	4,8%	4,8%	7,1%	3,8%	4,4%
Outros apoios – Emprego	N	7	2	8	10	3	30
	% em C	8,6%	9,5%	7,7%	11,9%	5,7%	8,7%
Outros apoios - saúde	N	16	4	18	9	8	55
	% em C	19,8%	19,0%	17,3%	10,7%	15,1%	16,0%
Outros apoios – alimentação	N	1	0	6	2	2	11
	% em C	1,2%	,0%	5,8%	2,4%	3,8%	3,2%
Outros apoios, sem especificar	N	6	1	7	8	3	25
	% em C	7,4%	4,8%	6,7%	9,5%	5,7%	7,3%
Trabalho de intervenção mais personalizado	N	3	0	8	5	2	18
	% em C	3,7%	,0%	7,7%	6,0%	3,8%	5,2%
Maior controlo da medida	N	6	0	4	4	1	15
	% em C	7,4%	,0%	3,8%	4,8%	1,9%	4,4%
Nada	N	17	6	22	20	14	79
	% em C	21,0%	28,6%	21,2%	23,8%	26,4%	23,0%
Total	N	81	21	104	84	53	343
	% em C	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Relatório Final

Quadro 4.3.16. Apoios em falta no acordo segundo o tipo de família

Apoios em falta no acordo		Tipo de família					Total
		Uma pessoa	Casal sem filhos	Casal com filhos	Monoparental	Outras situações	
		Idade do entrevistado	Idade do entrevistado	Idade do entrevistado	Idade do entrevistado	Idade do entrevistado	
Mais ajudas financeiras	Média	55	53	44	41	41	46
Habitação	Média	55	41	33	38	50	43
Educação/formação	Média	51	42	36	32	36	36
Emprego	Média	47	49	34	39	42	41
saúde	Média	54	56	42	45	43	47
alimentação	Média	50		33	44	54	40
Outros apoios, sem especificar	Média	56	42	37	40	42	43
Trabalho de intervenção mais personalizado/melhor acompanhamento	Média	43		39	33	47	39
Maior controlo da medida	Média	47		35	43	40	42
Nada	Média	54	48	35	43	41	43
Total	Mean	52	51	38	40	43	43

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Quadro 4.3.17. Apoios em falta no acordo segundo o perfil de agregado familiar

		Pop_típicas				Total
		Metrop Menos recursos	Metrop Mais recursos	Não metrop Menos recursos	Não metrop Mais recursos	
Mais ajudas financeiras	N	21	28	19	25	93
	% em C	28,4%	23,9%	34,5%	26,0%	27,2%
Outros apoios - habitação	N	9	12	11	13	45
	% em C	12,2%	10,3%	20,0%	13,5%	13,2%
Outros apoios – Educação/formação	N	2	11	1	1	15
	% em C	2,7%	9,4%	1,8%	1,0%	4,4%
Outros apoios – Emprego	N	7	15	5	3	30
	% em C	9,5%	12,8%	9,1%	3,1%	8,8%
Outros apoios - saúde	N	18	18	9	10	55
	% em C	24,3%	15,4%	16,4%	10,4%	16,1%
Outros apoios – alimentação	N	2	6	2	1	11
	% em C	2,7%	5,1%	3,6%	1,0%	3,2%
Outros apoios, sem especificar	N	7	7	2	9	25
	% em C	9,5%	6,0%	3,6%	9,4%	7,3%
Trabalho de intervenção mais personalizado	N	3	10	0	5	18
	% em C	4,1%	8,5%	,0%	5,2%	5,3%
Maior controlo da medida	N	6	7	1	1	15
	% em C	8,1%	6,0%	1,8%	1,0%	4,4%
Nada	N	11	26	9	32	78
	% em C	14,9%	22,2%	16,4%	33,3%	22,8%
Total	N	74	117	55	96	342
	% em C	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Quando questionados sobre quais as áreas mais importantes no âmbito do acordo de inserção, as apreciações são no sentido negativo, ou seja, os beneficiários tendem a valorizar as áreas onde sentem mais necessidade de apoios não satisfeitos. São os beneficiários que apontam a saúde como área fundamental que parecem mais satisfeitos com o acordo, considerando que não lhe falta nada.

| 91

Quadro 4.3.18. Apoios em falta no acordo segundo as Áreas mais importantes do acordo

		Habituação	Saúde	Apoio da acção social	Emprego	Educação/formação	Total
Mais ajudas financeiras	N	28	47	21	42	24	83
	% em L	29,5%	29,0%	32,8%	29,8%	27,0%	26,9%
Outros apoios - habitação	N	22	13	11	14	9	41
	% em L	23,2%	8,0%	17,2%	9,9%	10,1%	13,3%
Outros apoios – Educação/formação	N	4	5	1	10	11	15
	% em L	4,2%	3,1%	1,6%	7,1%	12,4%	4,9%
Outros apoios – Emprego	N	6	14	3	20	11	27
	% em L	6,3%	8,6%	4,7%	14,2%	12,4%	8,8%
Outros apoios - saúde	N	15	39	7	20	13	51
	% em L	15,8%	24,1%	10,9%	14,2%	14,6%	16,6%
Outros apoios – alimentação	N	4	4	3	4	6	11
	% em L	4,2%	2,5%	4,7%	2,8%	6,7%	3,6%
Outros apoios, sem especificar	N	5	3	7	3	5	16
	% em L	5,3%	1,9%	10,9%	2,1%	5,6%	5,2%
Trabalho de intervenção mais personalizado	N	3	9	5	8	2	16
	% em L	3,2%	5,6%	7,8%	5,7%	2,2%	5,2%
Maior controlo da medida	N	1	5	1	4	5	11
	% em L	1,1%	3,1%	1,6%	2,8%	5,6%	3,6%
Nada	N	18	44	15	32	19	74
	% em L	18,9%	27,2%	23,4%	22,7%	21,3%	24,0%
Total	N	95	162	64	141	89	308
	% em L	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Ainda que uma parte destes beneficiários, para quem a saúde é uma área fundamental, aparente estar satisfeito com os domínios de intervenção do seu acordo de inserção apenas 34,4% dos agregados familiares com algum elemento com problemas de saúde reconhecem melhorias no acesso à saúde por via do acordo de inserção. De facto este parece ser um âmbito de intervenção largamente a descoberto ou com respostas aquém das necessidades. Para a maioria (80%) dos beneficiários que indica existir alguém no agregado familiar com um problema de

saúde, uma das dimensões em falta no acordo, são precisamente mais apoios ao nível da saúde.

Este é um dado que merece particular destaque. A correlação entre a pobreza e a doença é um fenómeno já bem conhecido. Tendo em conta que 70% dos agregados familiares tem algum elemento com um problema de saúde, esta deverá ser uma dimensão de intervenção fundamental, sob pena do tempo de permanência na medida se agravar. De facto, esta situação parece já ocorrer, em média, os agregados familiares com elementos doentes encontram-se na medida há cerca de 5,7 anos, contrariamente aos agregados familiares que gozam de boa saúde, com uma média de 4,4 anos. Ainda que a existência de problemas de saúde não seja o único factor para esta maior permanência, como já vimos, ela não deve ser descurada.

Quadro 4.3.19. O entrevistado ou alguém do agregado tem algum problema de saúde físico ou mental e facilidade de acesso a cuidados de saúde com o RSI

		Com o Acordo de inserção tornou-se mais fácil para os elementos da família ter cuidados de saúde?		Total
		Sim	Não	
Sim	N	99	189	288
	% em L	34,4%	65,6%	100,0%
Não	N	29	83	112
	% em L	25,9%	74,1%	100,0%
NR	N	1	0	1
	% em L	100,0%	,0%	100,0%
Total	N	129	272	401
	% em L	32,2%	67,8%	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

O quadro seguinte permite identificar os tipos de apoios no âmbito da saúde recebidos pelos beneficiários. Destacam-se as consultas regulares e os exames médicos.

Quadro 4.3.20. Tipos de cuidados de saúde conseguidos no âmbito do acordo

Aparelho auditivo	N	1
	% de respostas	,8%
Pagamento de medicamentos	N	4
	% de respostas	3,2%
Iisenção de taxas moderadoras	N	3
	% de respostas	2,4%
Consultas regulares	N	117
	% de respostas	92,9%
Exames médicos	N	103
	% de respostas	81,7%
Dentista	N	39
	% de respostas	31,0%
Possibilidade de ter óculos	N	30
	% de respostas	23,8%
Total	N	126
	% de respostas	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

A importância atribuída às distintas áreas assume diferentes protagonismos. Os metropolitanos com menos recursos destacam o emprego como área fundamental, já os com mais recursos reforçam esta dimensão mas apontam também a habitação e a educação/formação como áreas igualmente fundamentais, o que é interessante na medida em que apesar de disporem de maiores qualificações valorizam particularmente este âmbito. Os não metropolitanos centram as suas atenções na saúde e no apoio social. Mais uma vez, os que registam mais recursos destacam a importância da educação/formação.

Relatório Final

Quadro 4.3.21. Áreas mais importantes do acordo segundo o perfil dos agregados familiares

		Pop_típicas				Total
		Metrop Menos recursos	Metrop Mais recursos	Não metrop Menos recursos	Não metrop Mais recursos	
Habituação	N	20	44	20	26	110
	% em C	28,6%	35,2%	30,8%	26,0%	30,6%
Saúde	N	37	61	36	56	190
	% em C	52,9%	48,8%	55,4%	56,0%	52,8%
Apoio da acção social	N	10	25	16	22	73
	% em C	14,3%	20,0%	24,6%	22,0%	20,3%
Emprego	N	35	67	16	46	164
	% em C	50,0%	53,6%	24,6%	46,0%	45,6%
Educação/formação	N	16	37	12	32	97
	% em C	22,9%	29,6%	18,5%	32,0%	26,9%
Total	N	70	125	65	100	360
	% em C	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

| 94

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

A responsabilidade de diferentes serviços públicos no âmbito dos acordos de inserção não é, generalizadamente, do conhecimento de todos os beneficiários. São os residentes em territórios metropolitanos que demonstram um maior conhecimento, e dentro de cada tipo de território os mais informados são os que apresentam mais recursos.

Quadro 4.3.22. Conhecimento dos diferentes serviços envolvidos no acordo segundo o tipo de perfil de agregado familiar

		Sabia que há diferentes serviços públicos com responsabilidade no seu acordo (como o IEFP – Centro de Emprego, a Seg. Social, o Centro de Saúde...)?		Total
		Sim	Não	
Metrop Menos recursos	N	50	31	81
	% em L	61,7%	38,3%	100,0%
Metrop Mais recursos	N	92	47	139
	% em L	66,2%	33,8%	100,0%
Não metrop Menos recursos	N	27	45	72
	% em L	37,5%	62,5%	100,0%
Não metrop Mais recursos	N	54	53	107
	% em L	50,5%	49,5%	100,0%
Total	N	223	176	399
	% em L	55,9%	44,1%	100,0%

p-value=0,000

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Este desconhecimento sobre as entidades envolvidas nos acordos de inserção poderá ser causa e consequência de um maior contacto com as diferentes entidades. Se os beneficiários residentes em territórios metropolitanos apontam diversos serviços com os quais contactam regularmente, os não metropolitanos indicam particularmente os serviços de saúde.

| 95

Quadro 4.3.23. Entidades contactadas segundo o perfil de agregado familiar

		Pop_típicas				Total
		Metrop Menos recursos	Metrop Mais recursos	Não metrop Menos recursos	Não metrop Mais recursos	
Segurança social	N	25	54	19	36	134
	% em C	30,9%	39,4%	26,8%	35,0%	34,2%
Centro de saúde/hospital (qualquer unidade de saúde)	N	31	44	45	57	177
	% em C	38,3%	32,1%	63,4%	55,3%	45,2%
Serviços associados à habitação social	N	0	1	0	0	1
	% em C	,0%	,7%	,0%	,0%	,3%
Centro de emprego/centro de formação	N	33	66	10	22	131
	% em C	40,7%	48,2%	14,1%	21,4%	33,4%
Projectos de intervenção social	N	0	1	0	0	1
	% em C	,0%	,7%	,0%	,0%	,3%
Juntas de freguesia/Câmara Municipal	N	0	6	0	2	8
	% em C	,0%	4,4%	,0%	1,9%	2,0%
Outras instituições	N	6	4	2	2	14
	% em C	7,4%	2,9%	2,8%	1,9%	3,6%
Escolas	N	3	1	0	0	4
	% em C	3,7%	,7%	,0%	,0%	1,0%
Nenhum	N	3	3	0	0	6
	% em C	3,7%	2,2%	,0%	,0%	1,5%
Total	N	81	137	71	103	392
	% em C	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

4.3.3. Interação técnicos/beneficiários: a maior proximidade das equipas protocoladas

No âmbito do processo de acompanhamento, a interação entre técnicos e beneficiários é uma dimensão fundamental, que, inclusivamente, poderá contribuir para explicar alguns posicionamentos sobre o acordo de inserção.

São os beneficiários acompanhados pelas equipas protocoladas que parecem ter uma maior consciência do seu percurso na medida, da assinatura do acordo, da sua revalidação e do seu conteúdo. São eles que mais se lembram de ter assinado o acordo (84,1%), da sua revalidação (60%) e que indicam uma maior clarificação do seu conteúdo por parte dos técnicos (65,3%), contrariamente aos beneficiários acompanhados pelos técnicos dos centros distritais, dos quais cerca de 40% refere não se lembrar se lhe explicaram o conteúdo do acordo ou afirma mesmo que não o fizeram. Diferentes níveis de iliteracia poderiam contribuir para explicar esta melhor compreensão do acordo de inserção, todavia este posicionamento não se encontra relacionado com os perfis de agregados familiares em causa, com a idade do entrevistado, as suas habilitações escolares nem do nível mais elevado no agregado familiar. Ou seja, não parecem ser as competências individuais a explicar uma melhor compreensão dos mecanismos da medida e do seu próprio processo de inserção.

| 96

Quadro 4.3.24. Memória sobre a assinatura do 1º acordo segundo a entidade de acompanhamento

			Tipo de protocolo		Total
			CDIS	PROT	
.Lembra-se de ter assinado o 1º acordo de inserção?	Sim	N	174	111	285
		% em C	71,0%	84,1%	75,6%
	Não	N	71	21	92
		% em C	29,0%	15,9%	24,4%
Total	N	245	132	377	
	% em C	100,0%	100,0%	100,0%	

p-value= 0,003

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Quadro 4.3.25. Memória sobre a assinatura de outros acordos (revalidação) segundo o tipo de entidade de acompanhamento

			Tipo de protocolo		Total
			CDIS	PROT	
Depois desse assinou outros Acordos de Inserção?	Sim	N	114	78	192
		% em C	46,5%	60,0%	51,2%
	Não	N	131	52	183
		% em C	53,5%	40,0%	48,8%
Total	N	245	130	375	
	% em C	100,0%	100,0%	100,0%	

p-value= 0,009

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

| 97

Quadro 4.3.26. Informação sobre o acordo disponibilizada pelos técnicos segundo o tipo de entidade que acompanha

			Tipo de protocolo		Total
			CDIS	PROT	
Lembra-se se alguma vez os técnicos lhe explicaram o que era esse acordo?	Os técnicos explicaram-lhe qual era o acordo e ouviram a sua opinião	N	115	81	196
		% em C	52,0%	65,3%	56,8%
	Os técnicos explicaram-lhe qual era o acordo mas não ouviram a sua opinião	N	31	25	56
		% em C	14,0%	20,2%	16,2%
	Não explicaram nem ouviram a sua opinião	N	36	8	44
		% em C	16,3%	6,5%	12,8%
	Não se lembra se lhe explicaram ou não	N	39	10	49
		% em C	17,6%	8,1%	14,2%
Total	N	221	124	345	
	% em C	100,0%	100,0%	100,0%	

p-value= 0,001

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Resta-nos reflectir sobre as características do acompanhamento desenvolvido pelos técnicos na óptima dos beneficiários. Os dados relativos ao acompanhamento e à relação estabelecida com os técnicos reforçam a distinção entre o acompanhamento desenvolvido pelos técnicos dos centros distritais e pelas equipas protocoladas.

Os beneficiários acompanhados pelos primeiros tendem a considerar que o acompanhamento é suficiente, no entanto cerca de um terço vê-o como insuficiente, que o técnico mal conhece os seus problemas, apreciação particularmente feita pelos residentes em contextos metropolitanos. A avaliação mais positiva tecida pelos não

metropolitanos poderá resultar de uma maior proximidade com o técnico ou um menor grau de exigência no acompanhamento.

Para os beneficiários acompanhados pelas equipas protocoladas a qualidade do acompanhamento parece ser mais unânime, 82,5% consideram-no suficiente.

| 98

A maioria dos beneficiários atesta que o técnico o compreende e o ajuda, procurando os apoios que necessita, contudo esta proporção é superior nas equipas protocoladas, 87% face a 75% atribuídos aos técnicos dos centros distritais. Alias, é sobre estes últimos que 25% dos beneficiários refere que os técnicos só estão preocupados que vão trabalhar e não pensam nas suas dificuldades ou que só arranjam soluções que não lhes interessam. Afirmações residuais no caso dos beneficiários acompanhados pelas equipas protocoladas.

Estas apreciações poderão em parte ser justificadas pela regularidade com que os beneficiários se encontram com os técnicos que acompanham os seus processos. Em média, os beneficiários acompanhados pelas equipas protocoladas indicam uma maior regularidade, “uma vez por mês”, contrariamente aos restantes que apontam para uma periodicidade pontual, “já estive uma ou duas vezes depois de assinar o acordo”.

Relatório Final

Quadro 4.3.27. Percepção sobre o acompanhamento do(s) técnico(s) segundo o tipo de perfil de agregado familiar

Tipo de protocolo	O que pensa do acompanhamento do técnico?	Pop_típicas				Total
		Metrop Menos recursos	Metrop Mais recursos	Não metrop Menos recursos	Não metrop Mais recursos	
CDIS	É demasiado, o técnico controla a minha vida	N 3 4,8%	N 0 0,0%	N 0 0,0%	N 4 6,7%	N 7 2,8%
	É suficiente, o técnico ajuda-me	N 34 54,8%	N 54 58,1%	N 29 74,4%	N 46 76,7%	N 163 64,2%
	É insuficiente, o técnico mal conhece os meus problemas	N 25 40,3%	N 39 41,9%	N 10 25,6%	N 10 16,7%	N 84 33,1%
	Total	N 62 100,0%	N 93 100,0%	N 39 100,0%	N 60 100,0%	N 254 100,0%
PROT	É demasiado, o técnico controla a minha vida	N 2 12,5%	N 3 7,9%	N 2 7,4%	N 1 2,2%	N 8 6,3%
	É suficiente, o técnico ajuda-me	N 14 87,5%	N 28 73,7%	N 23 85,2%	N 39 86,7%	N 104 82,5%
	É insuficiente, o técnico mal conhece os meus problemas	N 0 0,0%	N 7 18,4%	N 2 7,4%	N 5 11,1%	N 14 11,1%
	Total	N 16 100,0%	N 38 100,0%	N 27 100,0%	N 45 100,0%	N 126 100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Quadro 4.3.28. o que define melhor a relação com o técnico segundo o tipo de perfil de agregado familiar

Tipo de protocolo	O que define melhor a sua relação com as (os) técnicas (os) que acompanham o seu processo.	Pop_típicas				Total
		Metrop Menos recursos	Metrop Mais recursos	Não metrop Menos recursos	Não metrop Mais recursos	
CDIS	Compreendem-me e ajudam-me, procurando os apoios que eu preciso	N 36 64,3%	N 57 71,3%	N 29 80,6%	N 49 87,5%	N 171 75,0%
	Só estão preocupadas (os) em que eu vá trabalhar e não pensam nas minhas dificuldades	N 11 19,6%	N 9 11,3%	N 4 11,1%	N 4 7,1%	N 28 12,3%
	Só arranjam soluções que não me interessam	N 9 16,1%	N 14 17,5%	N 3 8,3%	N 3 5,4%	N 29 12,7%
	Total	N 56 100,0%	N 80 100,0%	N 36 100,0%	N 56 100,0%	N 228 100,0%
PROT	Compreendem-me e ajudam-me, procurando os apoios que eu preciso	N 16 94,1%	N 31 81,6%	N 26 92,9%	N 38 86,4%	N 111 87,4%
	Só estão preocupadas (os) em que eu vá trabalhar e não pensam nas minhas dificuldades	N 1 5,9%	N 4 10,5%	N 1 3,6%	N 5 11,4%	N 11 8,7%
	Só arranjam soluções que não me interessam	N 0 0,0%	N 3 7,9%	N 1 3,6%	N 1 2,3%	N 5 3,9%
	Total	N 17 100,0%	N 38 100,0%	N 28 100,0%	N 44 100,0%	N 127 100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Quando questionados sobre o que mais apreciam nos técnicos, as observações tecidas reforçam o até agora concluído: destacam-se as apreciações negativas para os técnicos dos centros distritais por oposição ao destaque positivo dado às características pessoais e profissionais dos técnicos das equipas protocoladas, bem como aos apoios generalizados que estes lhes disponibilizam.

Quadro 4.3.29. Aspectos que mais apreciação nos técnicos segundo o tipo de entidade que acompanha

	Tipo de protocolo					
	CDIS		PROT		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C
Nada, não tem nenhum acompanhamento (não pode apreciar)	41	16,0%	9	7,1%	50	13,1%
Nada, imagem negativa do acompanhamento	42	16,3%	13	10,3%	55	14,4%
Nada, não têm condições objectivas para dar a apoio	3	1,2%	0	,0%	3	,8%
Apoios específicos – saúde	1	,4%	0	,0%	1	,3%
Apoios específicos – emprego/trabalho	3	1,2%	2	1,6%	5	1,3%
Apoios específicos – formação/educação	1	,4%	2	1,6%	3	,8%
Apoios específicos - habitação	1	,4%	0	,0%	1	,3%
Apoio específicos – informação e esclarecimentos	12	4,7%	4	3,2%	16	4,2%
Apoio específicos – prestações sociais	0	,0%	1	,8%	1	,3%
Apoio não especificados	69	26,8%	39	31,0%	108	28,2%
Características pessoais empatia/simpatia	51	19,8%	36	28,6%	87	22,7%
Características pessoais - Competência profissional	56	21,8%	39	31,0%	95	24,8%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Importa então apontar algumas explicações possíveis para as discrepâncias encontradas. O facto das equipas protocoladas se tratarem de equipas multidisciplinares e integradas localmente poderá potenciar um maior conhecimento do contexto familiar, um acompanhamento mais aprofundado e regular dos processos.

Finalmente, importa questionar em que medida diferentes formas de intervir se reflectem nos resultados da medida. Apesar de estarmos perante uma intervenção mais abrangente e mais satisfatória para os beneficiários acompanhados pelas equipas protocoladas não se registam diferenças significativas relativamente ao tempo médio na medida. A leitura combinada destes diferentes dados indicia que as diferenças no processo de acompanhamento não se reflectem na autonomização da medida.

4.4. Processos de autonomização

4.4.1 A relação com o trabalho e o desemprego

| 101

Como vimos no ponto 4.1 a situação laboral desta população é marcada por um conjunto de traços negativos que tornam a relação com o trabalho uma das questões mais críticas das situações de vulnerabilidade vividas e, conseqüentemente, das possibilidades de autonomização pela inclusão no mercado de trabalho.

Vimos como a maioria da população (61%) está desempregada e como a população inactiva é constituída sobretudo por pessoas a trabalhar sem remuneração (15%) em particular cuidando de crianças, idosos ou incapacitados e por pessoas doentes ou incapacitadas para o trabalho (9,5%). Apenas 13% da população se encontra a trabalhar. Entre estes empregados destacam-se as profissões não qualificadas assim como as situações contratuais de grande precariedade.

Quadro 4.4.1. Situação face à profissão de entrevistados e cônjuges

Situação face à profissão	N	%
1,00 Desempregado ou à procura 1º	350	60,55
2,00 A trabalhar	74	12,80
3,00 A trabalhar ou estudar sem remuneração	88	15,22
4,00 Na reforma ou incapacidade	55	9,52
5,00 Em formação prof	11	1,90
Total de entrevistados e cônjuges	578	100

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Relatório Final

Quadro 4.4.2. Grupos profissionais de entrevistados e cônjuges “a trabalhar”

Grupo profissional	N	%	
2,00 Vendedores, serviços e cuidados pessoais, segurança	12	16,22	17,65
3,00 Trabalhadores da agricultura e indústria	19	25,68	27,94
4,00 Não qualificados, limpeza, vendedores ambulantes	37	50,00	54,41
Total	68	91,89	100,00
999,00 Não declara profissão	6	8,11	
	74	100	

| 102

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Quadro 4.4.3. Vínculo contratual de entrevistados e cônjuges “a trabalhar”

Vínculo contratual	N	%	
1 Sem qualquer vínculo	21	29,17	30,43
2 Contrato de prestação de serviços	1	1,39	1,45
3 Contrato a termo certo	27	37,50	39,13
4 Contrato permanente	16	22,22	23,19
5 Trabalhador por conta própria	4	5,56	5,80
Total	69	95,83	100,00
99 NS/NR	3	4,17	
Total	72	100	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Interessa pois, deste ponto de vista, comparar as situações laborais tanto antes e depois da entrada no RSI como segundo o tipo de protocolo, para poder avaliar, pelo menos em parte, em que medida o impacto do RSI pode ir no sentido da autonomização e inclusão laboral.

4.4.1.1 A experiência de trabalho e a precarização

Quando se analisa a situação face ao trabalho dos inquiridos, verifica-se que a maioria se encontrava desempregada quando requereu o RSI (73%). Se nos centramos na situação actual verifica-se que aquela percentagem diminui ligeiramente, ou seja 64% dos inquiridos encontra-se actualmente desempregado. Esta diferença não se traduz necessariamente na condição actual de empregado. Com efeito, verifica-se que a proporção de beneficiários a trabalhar ou estudar sem remuneração bem como os incapacitados para o trabalho aumentou de 11% para 16% e de 8% para 9%, respectivamente.

| 103

No entanto é de realçar que, dos actuais desempregados, apenas 5% se encontrava a trabalhar quando requereu o RSI enquanto, dos que se encontram actualmente a trabalhar, 66% eram desempregados. Existe assim, podemos dizer, um saldo positivo resultante da entrada na medida.

Quadro 4.4.4. Situação laboral do entrevistado quando requereu RSI e actualmente

			E qual é a sua situação actual perante o trabalho?					Total
			1,00 Desempregado ou à procura 1º	2,00 A trabalhar	3,00 A trabalhar ou estudar sem remuneração	4,00 Na reforma ou incapacidade	5,00 Em formação prof	
Qual era a sua situação perante o trabalho quando requereu o RSI?	1,00 Desempregado ou à procura 1º	N	242	23	21	6	6	298
		%linha	81,2%	7,7%	7,0%	2,0%	2,0%	100,0%
		%coluna	92,4%	65,7%	33,3%	15,8%	66,7%	73,2%
	2,00 A trabalhar	N	13	12	6	1	1	33
		%linha	39,4%	36,4%	18,2%	3,0%	3,0%	100,0%
		%coluna	5,0%	34,3%	9,5%	2,6%	11,1%	8,1%
	3,00 A trabalhar ou estudar sem remuneração	N	5	0	35	2	2	44
		%linha	11,4%	,0%	79,5%	4,5%	4,5%	100,0%
		%coluna	1,9%	,0%	55,6%	5,3%	22,2%	10,8%
	4,00 Na reforma ou incapacidade	N	2	0	1	29	0	32
		%linha	6,3%	,0%	3,1%	90,6%	,0%	100,0%
		%coluna	,8%	,0%	1,6%	76,3%	,0%	7,9%
Total	N	262	35	63	38	9	407	
	%linha	64,4%	8,6%	15,5%	9,3%	2,2%	100,0%	
	%coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Este saldo positivo é praticamente irrelevante no caso dos cônjuges. No entanto observe-se que, entre estes, a percentagem de desempregados era e continua a ser inferior enquanto a percentagem dos que trabalham era e é superior, às dos entrevistados. Esta diferença entre entrevistados e cônjuges é tanto mais importante quanto as proporções de uns e outros nas outras situações face ao trabalho são muito semelhantes.

| 104

Quadro 4.4.5. Situação laboral do cônjuge quando requereu RSI e actualmente

			Situação actual do cônjuge / companheiro perante o trabalho?					Total
			Desempregado ou à procura 1º	A trabalhar	A trabalhar ou estudar sem remuneração	Na reforma ou incapacidade	Em formação prof	
situação do cônjuge/companheiro perante o trabalho quando requereu o RSI?	Desempregado ou à procura 1º	N	59	14	10	1	1	85
		%linha	69,4%	16,5%	11,8%	1,2%	1,2%	100,0%
		%coluna	77,6%	36,8%	47,6%	6,7%	100,0%	56,3%
	A trabalhar	N	16	23	0	1	0	40
		%linha	40,0%	57,5%	,0%	2,5%	,0%	100,0%
		%coluna	21,1%	60,5%	,0%	6,7%	,0%	26,5%
	A trabalhar ou estudar sem remuneração	N	1	0	9	0	0	10
		%linha	10,0%	,0%	90,0%	,0%	,0%	100,0%
		%coluna	1,3%	,0%	42,9%	,0%	,0%	6,6%
	Na reforma ou incapacidade	N	0	1	2	13	0	16
		%linha	,0%	6,3%	12,5%	81,3%	,0%	100,0%
		%coluna	,0%	2,6%	9,5%	86,7%	,0%	10,6%
Total	N	76	38	21	15	1	151	
	%linha	50,3%	25,2%	13,9%	9,9%	,7%	100,0%	
	%coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Observando agora a situação dos agregados – considerando portanto simultaneamente a situação do entrevistado e do cônjuge, quando existe – antes e depois do RSI, observa-se que o salto positivo do desemprego para o trabalho se atenua ou até desaparece. Com efeito, o número de agregados de desempregados decresce ligeiramente entre os dois momentos (68% e 62% respectivamente) enquanto a proporção de agregados onde pelo menos um dos elementos trabalha é praticamente a mesma nos dois momentos (19% e 19,5%). Este resultado pode ser consequência dos valores assumidos pela população dos cônjuges, referidos atrás. Em todo o caso podemos observar, no que diz respeito à situação laboral dos agregados, o seguinte:

Dos agregados inicialmente desempregados, 78% mantêm-se nesta situação enquanto em 15% há actualmente pelo menos um elemento a trabalhar.

Dos agregados onde inicialmente havia um elemento a trabalhar, apenas metade mantém esta situação, havendo actualmente 38% de desempregados e 13% a trabalhar sem remuneração.

Quadro 4.4.6 Situação laboral do agregado quando requereu RSI e actualmente

Situação laboral actual do agregado	Profissão do próprio actual			Total
	1,00 Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	2,00 Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	3,00 A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade	
1,00 Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	N 214 77,5% 84,9%	40 14,5% 50,6%	22 8,0% 29,7%	276 100,0% 68,1%
2,00 Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	N 29 37,7% 11,5%	38 49,4% 48,1%	10 13,0% 13,5%	77 100,0% 19,0%
3,00 A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade	N 9 17,3% 3,6%	1 1,9% 1,3%	42 80,8% 56,8%	52 100,0% 12,8%
Total	N 252 62,2% 100,0%	79 19,5% 100,0%	74 18,3% 100,0%	405 100,0% 100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Se observarmos agora este movimento segundo o tipo de família podemos avançar que, de facto, a alteração de situação induzida pelo RSI é visível em alguns agregados enquanto é praticamente inexistente noutros. As conclusões que se seguem devem evidentemente ser consideradas a título de hipótese de trabalho pelo menos nos casos em que os números totais são manifestamente insuficientes para um tratamento estatístico seguro.

Assim, parece evidenciar-se uma alteração positiva – do desemprego para o emprego – no caso dos casais com filhos. É nestes agregados que uma maior percentagem de situações iniciais de desemprego se transforma em situações de trabalho (28%), ao mesmo tempo que há uma maior percentagem de agregados onde inicialmente havia pelo menos um elemento a trabalhar que se mantém nesta situação (66%).

Nas famílias monoparentais, parece também existir uma diminuição de desempregados: dos que estavam anteriormente nessa situação há 16% que se encontra actualmente a trabalhar. No entanto, no caso destas famílias, observa-se que entre os que inicialmente estavam a trabalhar há uma percentagem elevada (38%) que se encontram actualmente a trabalhar sem remuneração.

| 106

Nos restantes agregados, as alterações da situação face ao trabalho quando da entrada para o RSI e actualmente parecem pouco relevantes. Apesar dos valores não serem em muitos casos estatisticamente suficientes, não se observa de facto nenhum indício de um movimento positivo do desemprego para o trabalho, antes, eventualmente, se podem encontrar indícios de movimentos negativos como no caso das famílias unipessoais e de “outras situações”.

Quadro 4.4.7. Situação laboral do agregado quando requereu RSI e actualmente – Família unipessoal

Situação laboral actual do agregado		Profissão do próprio actual			Total
		Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade	
1,00 Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	N	54	1	5	60
	% em L	90,0%	1,7%	8,3%	100,0%
	% em C	87,1%	33,3%	20,8%	67,4%
2,00 Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	N	5	2	2	9
	% em L	55,6%	22,2%	22,2%	100,0%
	% em C	8,1%	66,7%	8,3%	10,1%
3,00 A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade	N	3	0	17	20
	% em L	15,0%	,0%	85,0%	100,0%
	% em C	4,8%	,0%	70,8%	22,5%
Total	N	62	3	24	89
	% em L	69,7%	3,4%	27,0%	100,0%
	% em C	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Relatório Final

Quadro 4.4.8. Situação laboral do agregado quando requereu RSI e actualmente – Casal sem filhos

Situação laboral actual do agregado		Profissão do próprio actual			Total
		Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade	
1,00 Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	N	16	3	0	19
	% em L	84,2%	15,8%	,0%	100,0%
	% em C	94,1%	50,0%	,0%	67,9%
2,00 Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	N	1	3	0	4
	% em L	25,0%	75,0%	,0%	100,0%
	% em C	5,9%	50,0%	,0%	14,3%
3,00 A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade	N	0	0	5	5
	% em L	,0%	,0%	100,0%	100,0%
	% em C	,0%	,0%	100,0%	17,9%
Total	N	17	6	5	28
	% em L	60,7%	21,4%	17,9%	100,0%
	% em C	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Quadro 4.4.9. Situação laboral do agregado quando requereu RSI e actualmente – Casal com filhos

Situação laboral actual do agregado		Profissão do próprio actual			Total
		Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade	
1,00 Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	N	51	22	7	80
	% em L	63,8%	27,5%	8,8%	100,0%
	% em C	77,3%	47,8%	58,3%	64,5%
2,00 Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	N	11	23	1	35
	% em L	31,4%	65,7%	2,9%	100,0%
	% em C	16,7%	50,0%	8,3%	28,2%
3,00 A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade	N	4	1	4	9
	% em L	44,4%	11,1%	44,4%	100,0%
	% em C	6,1%	2,2%	33,3%	7,3%
Total	N	66	46	12	124
	% em L	53,2%	37,1%	9,7%	100,0%
	% em C	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Relatório Final

Quadro 4.4.10. Situação laboral do agregado quando requereu RSI e actualmente – Monoparental

Situação laboral actual do agregado		Profissão do próprio actual			Total
		Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade	
1,00 Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	N	56	12	6	74
	% em L	75,7%	16,2%	8,1%	100,0%
	% em C	88,9%	75,0%	33,3%	76,3%
2,00 Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	N	6	4	6	16
	% em L	37,5%	25,0%	37,5%	100,0%
	% em C	9,5%	25,0%	33,3%	16,5%
3,00 A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade	N	1	0	6	7
	% em L	14,3%	,0%	85,7%	100,0%
	% em C	1,6%	,0%	33,3%	7,2%
Total	N	63	16	18	97
	% em L	64,9%	16,5%	18,6%	100,0%
	% em C	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Quadro 4.4.11. Situação laboral do agregado quando requereu RSI e actualmente – Outras situações

Situação laboral actual do agregado		Profissão do próprio actual			Total
		Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade	
1,00 Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	N	37	2	4	43
	% em L	86,0%	4,7%	9,3%	100,0%
	% em C	84,1%	25,0%	26,7%	64,2%
2,00 Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	N	6	6	1	13
	% em L	46,2%	46,2%	7,7%	100,0%
	% em C	13,6%	75,0%	6,7%	19,4%
3,00 A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade	N	1	0	10	11
	% em L	9,1%	,0%	90,9%	100,0%
	% em C	2,3%	,0%	66,7%	16,4%
Total	N	44	8	15	67
	% em L	65,7%	11,9%	22,4%	100,0%
	% em C	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

A idade dos entrevistados pode explicar em parte estes resultados. Com efeito a média de idades dos que se mantêm a trabalhar ou passam a trabalhar é inferior à dos desempregados. Já a idade média dos que se mantêm na situação de trabalho sem remuneração ou incapacidade para o trabalho é superior às dos outros entrevistados.

Quadro 4.4.12. Idade média dos entrevistados segundo situação laboral inicial e actual

			Idade média entrevistado	Nº	
Situação laboral inicial	1,00 Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	Situação laboral actual	1,00 Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	44	214
			2,00 Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	39	40
			3,00 A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade	45	22
	2,00 Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	Situação laboral actual	1,00 Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	45	29
			2,00 Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	39	38
			3,00 A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade	47	10
	3,00 A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade	Situação laboral actual	1,00 Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	31	9
			2,00 Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	44	1
			3,00 A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade	54	42

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Quando comparados os dois tipos de protocolo parece haver uma pequena diferença “em favor” das equipas protocoladas já que no caso dos CDIS há um número ligeiramente superior de desempregados que continuam nessa situação e de pessoas que estavam a trabalhar e estão actualmente desempregados. No entanto, globalmente, este melhor saldo das equipas protocoladas deve-se sobretudo ao número de pessoas que estão actualmente em formação profissional (curso pago ou não) e não às que passaram a trabalhar. Já quando consideramos exclusivamente os agregados “casal com filhos” podemos observar um saldo mais positivo no caso das equipas protocoladas (quadro em anexo).

Quadro 4.4.13. Situação laboral do entrevistado quando requereu RSI e actualmente segundo tipo de protocolo

Tipo de protocolo			E qual é a sua situação actual perante o trabalho?					Total
			Desempregado ou à procura 1º	A trabalhar	A trabalhar ou estudar sem remuneração	Na reforma ou incapacidade	Em formação prof	
1 CDIS	Qual era a sua situação perante o trabalho quando requereu o RSI?	1,00 N	156	15	14	5		190
		Desempregado ou à procura 1º	82,1%	7,9%	7,4%	2,6%		100,0%
		% linha						
		% coluna	90,7%	60,0%	35,0%	14,7%		70,1%
	2,00 A	N	10	10	3	0		23
	trabalhar	% linha	43,5%	43,5%	13,0%	,0%		100,0%
		% coluna	5,8%	40,0%	7,5%	,0%		8,5%
	3,00 A	N	4	0	23	2		29
	trabalhar ou estudar sem remuneração	% linha	13,8%	,0%	79,3%	6,9%		100,0%
		% coluna	2,3%	,0%	57,5%	5,9%		10,7%
4,00 Na	N	2	0	0	27		29	
reforma ou incapacidade	% linha	6,9%	,0%	,0%	93,1%		100,0%	
	% coluna	1,2%	,0%	,0%	79,4%		10,7%	
Total	N	172	25	40	34		271	
	% linha	63,5%	9,2%	14,8%	12,5%		100,0%	
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		100,0%	
2 PROT	Qual era a sua situação perante o trabalho quando requereu o RSI?	1,00 N	86	8	7	1	6	108
		Desempregado ou à procura 1º	79,6%	7,4%	6,5%	,9%	5,6%	100,0%
		% linha						
		% coluna	95,6%	80,0%	30,4%	25,0%	66,7%	79,4%
	2,00 A	N	3	2	3	1	1	10
	trabalhar	% linha	30,0%	20,0%	30,0%	10,0%	10,0%	100,0%
		% coluna	3,3%	20,0%	13,0%	25,0%	11,1%	7,4%
	3,00 A	N	1	0	12	0	2	15
	trabalhar ou estudar sem remuneração	% linha	6,7%	,0%	80,0%	,0%	13,3%	100,0%
		% coluna	1,1%	,0%	52,2%	,0%	22,2%	11,0%
4,00 Na	N	0	0	1	2	0	3	
reforma ou incapacidade	% linha	,0%	,0%	33,3%	66,7%	,0%	100,0%	
	% coluna	,0%	,0%	4,3%	50,0%	,0%	2,2%	
Total	N	90	10	23	4	9	136	
	% linha	66,2%	7,4%	16,9%	2,9%	6,6%	100,0%	
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Assim, podemos avançar que, à excepção destes casos dos “casais com filhos” a entrada nesta medida pouco ou nada alterou relativamente à inserção no mercado de trabalho da população beneficiada. O que permite, considerando os casos dos casais com filhos, avançar a hipótese do facto da entrada no mundo do trabalho depender de uma conjunção de factores que vão das condições objectivas, como a idade e o nível de habilitações, a condições que relevam das expectativas e projectos de vida. Já o caso das famílias unipessoais pode apontar para uma situação de

vulnerabilidade mais grave que conduz progressivamente à desafiliação, processo que a entrada no RSI não veio contrariar. A generalidade destes casos mostra sobretudo como parece ser insuficiente esta medida face aos constrangimentos sistémicos que bloqueiam as iniciativas dos que começaram por tentar voltar ao trabalho e foram progressivamente desiludidos. O que transparece das suas respostas como veremos nos pontos seguintes.

| 111

4.4.1.2 Disposições face ao trabalho

Com a elevada proporção de desempregados no universo inquirido, importa explorar a existência ou não de oportunidades de trabalho. Segundo os inquiridos desempregados, no último ano, apenas 5,7% teve pelo menos uma posposta de trabalho e que não aceitou (Quadro.4.4.14). Ou seja a grande maioria não teve nenhuma oportunidade de trabalho (94%).

Quadro 4.4.14. No último ano teve alguma proposta de emprego que não tenha aceitado?

	N	%	% válida
1 Sim, tive uma proposta que não aceitei	11	2,7	4,2
2 Sim, tive mais do que uma proposta que não aceitei	4	1,0	1,5
3 Não, não tive nenhuma proposta	243	59,1	93,8
4 Sim, mas recusaram	1	,2	,4
Total	259	63,0	100,0
não se aplica	147	35,8	
NR	5	1,2	
Total	152	37,0	
Total	411	100,0	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Apesar destas respostas parece haver uma procura de emprego com alguma continuidade no tempo. Apenas 11% dos desempregados dizem nunca ter procurado trabalho enquanto 47% dizem tê-lo feito nos últimos três meses.

Quadro 4.4.15. Procurou ofertas de trabalho

	N	%	% válida	% Acumulada
1,00 Nos últimos três meses	123	29,9	47,1	47,1
2,00 Há mais de 3 meses	110	26,8	42,1	89,3
3,00 Nunca	28	6,8	10,7	100,0
Total	261	63,5	100,0	
Missing	150	36,5		
Total	411	100,0		

| 112

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

No entanto e mais uma vez podemos observar como a própria procura de emprego entre os desempregados é substancialmente diferente consoante as situações objectivas como a idade ou as habilitações do entrevistado: quanto mais jovens (quadro 4.4.16) e maior o nível de escolaridade (quadro 4.4.17) maiores as possibilidades e a frequência da procura de emprego.

Quadro 4.4.16. Regularidade na procura de emprego segundo a Idade do entrevistado

Regularidade na procura de emprego	Idade do entrevistado	
	Média	N
1,00 Nos últimos três meses	41	123
2,00 Há mais de 3 meses	44	110
3,00 Nunca	50	28

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Se é no caso dos CDIS, comparando ao das equipas protocoladas, que há proporcionalmente mais entrevistados a afirmar que procuraram trabalho nos últimos três meses mas também que nunca procuraram, é no entanto interessante verificar como a relação entre habilitações do entrevistado e frequência da pesquisa de emprego é em geral mais significativa no caso dos CDIS do que das equipas protocoladas. O que poderá significar que há, no caso das equipas protocoladas, uma intervenção no sentido de anular a maior inibição dos menos escolarizados para procurar emprego. Refira-se ainda que esta situação é exactamente inversa num caso particular: a ida ao centro de emprego. Neste caso parece haver uma relação entre

habilitações e procura de emprego no caso das equipas protocoladas que desaparece no caso dos cdis (quadro 4.4.18).

Relatório Final

Quadro 4.4.17. Procura de emprego segundo habilitações

		Procurou ofertas de trabalho	Enviou um currículo	Respondeu a um anúncio	Foi a uma entrevista	Falou com amigo/conhecido para tentar arranjar emprego	Foi ao centro de emprego e/ou empresa de trabalho temporário	
		% em C	% em C	% em C	% em C	% em C	% em C	
Habilitações do entrevistado	Não sabe ler nem escrever	1 Na semana passada	,0%	,0%	,0%	,0%	4,8%	,0%
		2 Nos últimos três meses	28,6%	,0%	9,5%	10,0%	19,0%	33,3%
		3 Há mais de 3 meses	52,4%	23,8%	28,6%	55,0%	47,6%	42,9%
		4 Nunca	19,0%	76,2%	61,9%	35,0%	28,6%	23,8%
	1º Ciclo do ensino básico	1 Na semana passada	6,5%	,0%	3,3%	2,2%	18,5%	7,5%
		2 Nos últimos três meses	26,9%	3,2%	8,8%	10,8%	27,2%	36,6%
		3 Há mais de 3 meses	52,7%	16,1%	31,9%	45,2%	33,7%	36,6%
		4 Nunca	14,0%	80,6%	56,0%	41,9%	20,7%	19,4%
	2º ou 3º Ciclo	1 Na semana passada	26,1%	8,5%	14,4%	6,8%	43,7%	17,8%
		2 Nos últimos três meses	29,4%	12,8%	16,9%	19,7%	28,6%	44,1%
		3 Há mais de 3 meses	37,0%	27,4%	37,3%	45,3%	16,8%	26,3%
		4 Nunca	7,6%	51,3%	31,4%	28,2%	10,9%	11,9%
	Secundário ou mais	1 Na semana passada	39,3%	21,4%	25,0%	7,1%	46,4%	21,4%
		2 Nos últimos três meses	32,1%	28,6%	35,7%	21,4%	25,0%	39,3%
		3 Há mais de 3 meses	21,4%	35,7%	25,0%	57,1%	17,9%	28,6%
		4 Nunca	7,1%	14,3%	14,3%	14,3%	10,7%	10,7%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Relatório Final

Quadro 4.4.18. Significância estatística da relação entre habilitações e procura de emprego segundo tipo de protocolo

Chi-Square Tests	Habilitações do entrevistado * Procurou ofertas de trabalho * Tipo de protocolo	Habilitações do entrevistado * Enviou um currículo * Tipo de protocolo	Habilitações do entrevistado * Respondeu a um anúncio * Tipo de protocolo	Habilitações do entrevistado * Foi a uma entrevista * Tipo de protocolo	Habilitações do entrevistado * Falou com amigo/conhecido para tentar arranjar emprego * Tipo de protocolo	P56_5_rec Habilitações do entrevistado * Foi ao centro de emprego e/ou empresa de trabalho temporário * Tipo de protocolo
PROT Tipo de protocolo	Asymp. Sig. (2-sided)	Asymp. Sig. (2-sided)	Asymp. Sig. (2-sided)	Asymp. Sig. (2-sided)	Asymp. Sig. (2-sided)	Asymp. Sig. (2-sided)
1 CDIS Pearson Chi-Square	,006	,000	,001	,220	,002	,471
2 PROT Pearson Chi-Square	,053	,007	,053	,680	,265	,077

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

4.4.1.3. Percepção da vulnerabilidade laboral

Associada a uma pesquisa de emprego para muitos infrutífera, as justificações por que se deixou de trabalhar e por que razão não se arranja emprego demonstram uma clara percepção dos entrevistados de alguma inevitabilidade da situação de desempregado resultante da combinação das suas limitações próprias (saúde, idade, família, habilitações) e das limitações de um mercado de trabalho em retracção. Ao conhecimento do fecho de empresas, de salários em atraso, de contratos precários associa-se para quase todos os entrevistados o reconhecimento das condições pessoais que aparecem como insuficientes para permitir impor-se no mercado de trabalho.

Relatório Final

Quadro 4.4.19. Razão porque deixou de trabalhar

	Responses		% de casos
	N	%	
6 A empresa fechou / tinha salários em atraso	66	23,3%	26,3%
7 Por problemas de saúde	60	21,2%	23,9%
1 O contrato terminou	49	17,3%	19,5%
3 Fui despedido	40	14,1%	15,9%
4 Por razões familiares (ex.: ficar com filhos)	35	12,4%	13,9%
2 Despedi-me	15	5,3%	6,0%
5 Por o ordenado não valer a pena/não compensar o esforço	6	2,1%	2,4%
9 Por ter mudado de casa	5	1,8%	2,0%
11 Trabalho precário (trabalho temporário, biscates)	4	1,4%	1,6%
10 Falta de competências para a empregabilidade	1	,4%	,4%
12 A empresa não quis assumir as suas responsabilidades	1	,4%	,4%
13 Foi preso	1	,4%	,4%
Total	283	100,0%	112,7%

a. Group

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Quadro 4.4.20. O que é importante para arranjar emprego

	Responses		% de casos
	N	%	
3 Ter estudos	256	23,5%	64,5%
6 Ser jovem	217	19,9%	54,7%
1 Ter sorte	174	15,9%	43,8%
4 Adaptar-se a qualquer trabalho	139	12,7%	35,0%
7 Conhecer pessoas importantes	139	12,7%	35,0%
5 Ser bom no que se faz	95	8,7%	23,9%
2 Ter ambição	71	6,5%	17,9%
Total	1091	100,0%	274,8%

a. Group

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Assim, mais do que o capital social ou o brio no trabalho avança-se com condições para arranjar emprego que relevam de características individuais percebidas como decisivas: ter estudos e ser jovem são as duas razões avançadas por mais de metade dos entrevistados. Estas razões são avançadas nos agregados metropolitanos como nos não metropolitanos, com mais ou menos recursos (quadro 4.1.19). Já é interessante verificar, corroborando as observações anteriores, que quando comparados os agregados com mais recursos, são os dos territórios metropolitanos que mais frequentemente avançam razões associadas ao esforço e brio pessoal (ter ambição, adaptar-se a qualquer trabalho, ser bom no que se faz), provavelmente por que nas zonas não metropolitanas há a percepção de um mercado bem mais limitado

Relatório Final

abrindo poucas oportunidades de trabalho. Esta mesma conclusão é válida quando comparados os agregados com menos recursos nos dois territórios. O que é ainda corroborado pelo facto das razões de perda de trabalho associadas ao despedimento e fecho da empresa serem mais referidas pelos agregados das zonas não metropolitanas do que das zonas metropolitanas (quadro 4.4.20)

| 117

De referir ainda que a detenção de capital escolar e de capital social são condições para arranjar emprego mais referido pelos agregados com mais recursos do que com menos recursos, independentemente dos territórios.

Quadro 4.4.21. Aspectos mais importantes para arranjar emprego segundo o perfil de agregado familiar

			1 Ter sorte	2 Ter ambição	3 Ter estudos	4 Adaptar-se a qualquer trabalho	5 Ser bom no que se faz	6 Ser jovem	7 Conhecer pessoas importantes	Total
Pop _tip icas	1,00	N	35	22	42	32	21	46	27	82
	Metrop	% do grupo	42,7%	26,8%	51,2%	39,0%	25,6%	56,1%	32,9%	
	Menos recursos	% em C	20,1%	31,0%	16,5%	23,2%	22,3%	21,2%	19,4%	
	2,00	N	66	30	86	56	39	64	44	141
	Metrop	% do grupo	46,8%	21,3%	61,0%	39,7%	27,7%	45,4%	31,2%	
	Mais recursos	% em C	37,9%	42,3%	33,7%	40,6%	41,5%	29,5%	31,7%	
	3,00	Não	29	7	47	19	12	47	24	68
	metrop	% do grupo	42,6%	10,3%	69,1%	27,9%	17,6%	69,1%	35,3%	
	Menos recursos	% em C	16,7%	9,9%	18,4%	13,8%	12,8%	21,7%	17,3%	
	4,00	Não	44	12	80	31	22	60	44	105
	metrop	% do grupo	41,9%	11,4%	76,2%	29,5%	21,0%	57,1%	41,9%	
	Mais recursos	% em C	25,3%	16,9%	31,4%	22,5%	23,4%	27,6%	31,7%	
Total		N	174	71	255	138	94	217	139	396

Percentages and totals are based on respondents.

a. Group

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Relatório Final

Quadro 4.4.22. motivos para ter deixado de trabalhar segundo o perfil de agregado familiar

			1 O contrato terminou	2 Despedi-me	3 Fui despedid-o	4 Por razões familiares (ex.: ficar com filhos)	6 A empresa fechou / tinha salários em atraso	7 Por problemas de saúde	
Terr_m etropolit anos	1,00	N	34	9	24	24	40	44	172
	Territórios metropolit anos	% do grupo % em C	19,8% 69,4%	5,2% 60,0%	14,0% 60,0%	14,0% 68,6%	23,3% 60,6%	25,6% 73,3%	
	2,00	N	15	6	16	11	26	16	79
	Território não- metro.	% do grupo % em C	19,0% 30,6%	7,6% 40,0%	20,3% 40,0%	13,9% 31,4%	32,9% 39,4%	20,3% 26,7%	
Total			49	15	40	35	66	60	251

Percentages and totals are based on respondents.

a. Group

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Face a esta situação não pode surpreender-nos que do total de entrevistados haja 60% que referem que o que de melhor lhes podia acontecer agora seria arranjar um emprego ou mudarem para um emprego melhor.

Quadro 4.4.23. O que de melhor poderia acontecer agora

	N	% em C
1 Arranjar um emprego ou mudar para um emprego melhor	249	61,3%
3 Aumentar o valor da prestação RSI	171	42,1%
4 Resolver problemas de saúde/dependências	117	28,8%
2 Mudar de casa / manter a casa	80	19,7%
5 Ter mais apoio de familiares e amigos	17	4,2%
6 Emigração/regresso ao país de origem	1	,2%
7 Reforma	2	,5%
8 Ajuda na alimentação	1	,2%
9 Conseguir entrar para a faculdade	1	,2%
98 Outras respostas	4	1,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

4.4.2. Quotidiano e expectativas face ao futuro

Tão importante quanto conhecer as características objectivas dos beneficiários e a intervenção de que são alvo, é explorar as dimensões subjectivas que se prendem com a auto-imagem e a auto-percepção das suas competências e da sua vida, capazes de nortear posições mais ou menos pró-activas de autonomia e de projecção no futuro. É sabido que os processos de intervenção promotores de autonomia e integração social deverão ser, muitas vezes, precedidos de um primeiro nível de intervenção centrado na promoção de competências pessoais e sociais capazes de reverter auto-imagens negativas e capacidades de autonomização debilitadas pelos longos processos de

exclusão social. Identificar estas relações permite, primeiro, compreender que condições psicossociais sustentam situações de vulnerabilidade social e económica e, por outro, potenciar a eficiência e eficácia dos recursos mobilizados para a autonomização. São portanto estas dimensões que procuramos explorar neste capítulo, apreciando-as sob dois vectores: Auto-percepção das actuais condições de vida (4.4.2.1); e a Projecção no futuro (4.4.2.2). | 119

4.4.2.1. Auto-percepção das actuais condições de vida

A vida familiar, a habitação e o estado de saúde são os aspectos mais satisfatórios da vida dos beneficiários. Já os campos da educação/formação, vida social e tempo livre/lazer, parecem ser menos satisfatórios, destaca-se ainda pela negativa a dimensão do emprego, avaliada em média como insatisfatória.

Para algumas destes dimensões, o grau de satisfação varia consoante o perfil de agregado familiar em causa. Relativamente ao emprego e à saúde, apesar de todos se encontrarem pouco satisfeitos, são os agregados familiares com menos recursos (indivíduos isolados com menos recursos financeiros e escolares, em situação de desemprego, nomeadamente por incapacidade por motivos de doença) que se apresentam menos satisfeitos. Quanto à vida familiar e à habitação são os metropolitanos com menos recursos (maioritariamente isolados) que se apresentam menos satisfeitos, os restantes tendem a mostrarem-se satisfeitos. É excepção os não metropolitanos com menos recursos, pouco satisfeitos com as suas casas. Esta grau de satisfação corrobora as necessidades sentidas por estes beneficiários ao nível da habitação, já indicadas quando questionados sobre o que falta nos seus acordos de inserção.

Relatório Final

Quadro 4.4.24. Satisfação com as diferentes dimensões da vida segundo o perfil do agregado familiar (nº e média)

Pop_típicas		O seu nível de educação/ formação	O seu emprego	A sua vida familiar	A sua casa	A sua vida social	O seu estado de saúde	O seu tempo livre/ de lazer
Metrop Menos recursos	Média	2,32	1,14	2,40	2,43	2,84	1,96	2,21
	N	81	77	80	81	83	81	80
Metrop Mais recursos	Média	2,38	1,39	2,93	2,65	2,94	2,33	2,29
	N	143	134	144	144	144	144	142
Não metrop Menos recursos	Média	2,13	1,06	2,75	2,43	2,96	1,77	2,39
	N	71	66	73	72	72	73	70
Não metrop Mais recursos	Média	2,15	1,29	3,03	2,77	2,96	2,44	2,42
	N	110	102	109	110	110	110	109
Total	Média	2,26	1,26	2,82	2,60	2,93	2,18	2,33
	N	405	379	406	407	409	408	401

(1-Nada satisfeito; 4-muito satisfeito)

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

A regularidade média com que os beneficiários indicam ter dificuldades para fazer face a algumas despesas do dia-a-dia parece justificar-se porque apontam a necessidade de mais ajudas financeiras no âmbito do acordo de inserção. Com exceção para a compra de alimentos, cuja dificuldade surge apenas às vezes, as restantes despesas são *muitas vezes* difíceis de comportar, nomeadamente dificuldades com as despesas da habitação, da saúde (pagamento de medicamentos e consultas de especialidade) e da educação dos filhos (pagamento de creches, escolas ou infantários). Estas dificuldades parecem ser mais agudizadas para os agregados familiares não metropolitanos. No que respeita às despesas com a saúde e educação dos filhos, acrescem os metropolitanos com menos recursos

Quadro 4.4.25. Dificuldades vividas no quotidiano, segundo o perfil do agregado familiar (nº e média)

Pop_típicas		Dificuldade em Pagar Habitação (renda, prestação)	Dificuldade em Pagar Água, luz, gás	Dificuldade em Comer como deve ser	Dificuldade em Comprar todos os medicamentos que precisa	Dificuldade em Pagar uma consulta de especialidade e (ex.: dentista)	Dificuldade em Comprar aos filhos a roupa que precisam	Dificuldade em Dar aos filhos dinheiro para actividades na escola	Dificuldade em Pagar creche/infantário/escolas
Metrop Menos recursos	Média N	2,64 59	2,66 76	2,30 83	2,67 79	3,13 77	2,65 23	2,57 21	2,68 19
Metrop Mais recursos	Média N	2,46 129	2,51 140	2,17 143	2,47 140	2,86 139	2,67 126	2,88 113	2,45 78
Não metrop Menos recursos	Média N	2,74 38	2,88 64	2,57 72	3,32 71	3,56 70	3,16 19	3,33 15	4,00 5
Não metrop Mais recursos	Média N	2,53 77	2,66 99	2,34 108	2,88 107	3,43 106	3,03 92	3,12 78	2,93 45
Total	Média N	2,55 303	2,64 379	2,32 406	2,77 397	3,19 392	2,83 260	2,96 227	2,68 147

(1-sempre; 4-nunca)

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Perante um conjunto tão diversificado de dificuldades na gestão do quotidiano, importa compreender que estratégias accionam estes beneficiários para ultrapassar as suas necessidades diárias. Os dados apontam maioritariamente para uma estratégia passiva - *Remedeio-me, passo mal* – e uma estratégia solidária, com recurso à *família, vizinhos e amigos*. E apenas 5% acciona uma estratégia activa autonomizante, procuram *fazer biscates* na tentativa de reverter situações difíceis.

Quadro 4.4.26. Estratégias para resolver situações difíceis (nº e %)

	N	% em C
Nunca me aconteceu	7	1,7%
Remedeio-me, passo mal	132	32,2%
Peço à família	185	45,1%
Peço aos vizinhos e/ou amigos	88	21,5%
Peço ao patrão	6	1,5%
Peço fiado	49	12,0%
Procuro uma instituição (ex. banco alimentar, etc)	55	13,4%
Faço biscates	19	4,6%
Total	410	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

| 122

As variáveis que distinguem os recursos accionados pelos beneficiários são, por um lado, características sociográficas, a idade, as habilitações escolares e o tipo de família, mas também territoriais, a zona de residência, e o tempo em que se encontram na medida.

De facto, as redes sociais em contexto não metropolitano parecem ter uma função mais activa no suporte e apoio às necessidades quotidianas destes agregados familiares. Se em contexto metropolitano as necessidades ficam muitas vezes por satisfazer, no limite é o recurso à família que as permite suplantar, em contexto não metropolitano, a família, os amigos e vizinho são um pilar de apoio perante as necessidades do dia-a-dia. Todavia uma solidariedade institucional parece também destacar-se. Para quase 20% destes beneficiários, as instituições são uma referência e um recurso em momento de necessidade.

As habilitações escolares, a idade dos entrevistados, o tipo de família e o tempo de permanência na medida imprimem também algumas diferenças nas estratégias que accionam. Os indivíduos isolados ou os casais sem filhos, com baixas habilitações, com uma idade média mais avançada, 48 anos, e uma prolongada permanência na medida são os beneficiários que assumem uma atitude mais passiva perante as dificuldades, *remedeiam-se*, ou accionam as suas redes de proximidade, pedem aos vizinhos e

amigos, ou fazem pequenos empréstimos. Por oposição, são os beneficiários mais jovens, com famílias monoparentais ou outras composições, com mais qualificações, mais do 2º ciclo, e há menos tempo na medida que mais recorrem à família em momentos de crise. São, no entanto, também estes que menos momentos de necessidade dizem ter vivido até então, em média com 37 anos e há 4,4 na medida. | 123

Finalmente importa destacar os beneficiários que perante as necessidades procuram fazer alguns biscates para garantir um rendimento extra, capaz de fazer face as situações particularmente agudas. Eles encontram-se na medida há menos tempo que os restantes, em média 4,4 anos e 40 de idade, habilitações iguais ou superiores ao 2º ciclo e residem em territórios metropolitanos. Poderão ser então as habilitações, a juventude mas também um menor tempo de permanência na medida os factores impulsionadores e promotores de uma atitude de autonomização que importa capitalizar no processo de inserção destes beneficiários.

Quadro 4.4.27. Estratégias para resolver situações difíceis segundo o perfil do agregado familiar (nº e %)

	TERRIT_METROP					
	Territórios metropolitanos		Território não-metro.		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C
Nunca me aconteceu	4	1,6%	3	1,8%	7	1,7%
Remedeio-me, passo mal	91	37,1%	41	24,8%	132	32,2%
Peço à família	103	42,0%	82	49,7%	185	45,1%
Peço aos vizinhos e/ou amigos	48	19,6%	40	24,2%	88	21,5%
Peço ao patrão	4	1,6%	2	1,2%	6	1,5%
Peço fiado	28	11,4%	21	12,7%	49	12,0%
Procuro uma instituição (ex. banco alimentar, etc)	24	9,8%	31	18,8%	55	13,4%
Faço biscates	12	4,9%	7	4,2%	19	4,6%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Relatório Final

Quadro 4.4.28. Estratégias para resolver situações difíceis segundo as habilitações escolares do entrevistado (nº e %)

	Habilitações do entrevistado									
	Não sabe ler nem escrever		1º Ciclo do ensino básico		2º ou 3º Ciclo		Secundário ou mais		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C	N	% em C	N	% em C
Nunca me aconteceu	2	4,7%	0	,0%	5	3,0%	0	,0%	7	1,7%
Remedeio-me, passo mal	15	34,9%	56	35,0%	50	29,6%	11	29,7%	132	32,2%
Peço à família	13	30,2%	65	40,6%	81	47,9%	26	70,3%	185	45,1%
Peço aos vizinhos e/ou amigos	12	27,9%	30	18,8%	37	21,9%	9	24,3%	88	21,5%
Peço ao patrão	0	,0%	2	1,3%	4	2,4%	0	,0%	6	1,5%
Peço fiado	11	25,6%	19	11,9%	19	11,2%	0	,0%	49	12,0%
Procuro uma instituição (ex. banco alimentar, etc)	6	14,0%	19	11,9%	25	14,8%	4	10,8%	55	13,4%
Faço biscates	2	4,7%	3	1,9%	10	5,9%	4	10,8%	19	4,6%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Quadro 4.4.29. Estratégias para resolver situações difíceis segundo o tipo de família (nº e %)

		Tipo de família					Total
		Uma pessoa	Casal sem filhos	Casal com filhos	Monoparental	Outras situações	
Nunca me aconteceu	N	1	0	3	1	2	7
	% em L	1,1%	,0%	2,4%	1,0%	2,9%	1,7%
Remedeio-me, passo mal	N	35	10	35	31	21	132
	% em L	38,5%	35,7%	28,0%	31,6%	30,9%	32,2%
Peço à família	N	38	12	56	47	32	185
	% em L	41,8%	42,9%	44,8%	48,0%	47,1%	45,1%
Peço aos vizinhos e/ou amigos	N	23	6	28	19	12	88
	% em L	25,3%	21,4%	22,4%	19,4%	17,6%	21,5%
Peço ao patrão	N	1	0	1	2	2	6
	% em L	1,1%	,0%	,8%	2,0%	2,9%	1,5%
Peço fiado	N	7	2	18	12	10	49
	% em L	7,7%	7,1%	14,4%	12,2%	14,7%	12,0%
Procuro uma instituição	N	12	5	21	12	5	55
	% em L	13,2%	17,9%	16,8%	12,2%	7,4%	13,4%
Faço biscates	N	5	1	5	6	2	19
	% em L	5,5%	3,6%	4,0%	6,1%	2,9%	4,6%
Total	N	91	28	125	98	68	410
	% em L	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Quadro 4.4.30. Tempo médio de permanência na medida e idade média do entrevistado, segundo estratégias para resolver situações difíceis (nº e média)

	Há quantos anos que entregou os papéis dos RSI		Idade do entrevistado	
	N	Média	N	Média
Nunca me aconteceu	7	4,43	7	37
Remedeio-me, passo mal	132	5,48	132	48
Peço à família	185	4,61	185	42
Peço aos vizinhos e/ou amigos	88	5,77	88	44
Peço ao patrão	6	6,67	6	44
Peço fiado	49	7,08	49	43
Procuro uma instituição (ex. banco alimentar, etc)	55	5,74	55	43
Faço biscates	19	4,42	19	40

125

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

4.4.1.1.1. A Projecção no futuro

Encontrar um emprego ou mudar para um emprego melhor é, para a maioria, o acontecimento que lhes permitiria deixar de receber o Rendimento Social de Inserção. Todavia, o tempo de permanência na medida, as condições de saúde e o perfil dos agregados familiares parecem levar, em alguns casos, este objectivo, de exequível a inverosímil.

Ainda que encontrar um emprego seja um desejo e a oportunidade para deixar de receber o RSI, quanto mais tempo se encontram na medida mais difícil se torna acreditar que o irão conseguir, o que faz com que dificilmente se imaginem a viver sem esta prestação. É o caso dos que se encontram na medida há cerca de 5,7 anos. Pelo contrário, os que se encontram há menos tempo, cerca de 2,6 anos, consideram que entre seis meses a um ano deixaram de receber. Este tempo médio aumenta para 3,7 anos no caso dos que consideram deixar de precisar daqui a um ano ou mais.

Importa não escamotear outros factores que fazem com que alguns beneficiários dificilmente se imaginem a viver sem o RSI. Para além da descrença na oportunidade de encontrar um emprego que aumenta exponencialmente com o tempo, os

problemas de saúde são um factor que torna difícil para alguns beneficiários imaginarem-se a viver sem o RSI; resta-lhes equacionar outros factos que melhorariam as suas condições de vida, é disso exemplo o aumento da prestação do RSI, a resolução dos problemas de saúde ou a mudança ou manutenção da sua habitação.

Quadro 4.4.31. Tempo médio de permanência na medida segundo “Qual a coisa que melhor poderia acontecer” e expectativa de deixar RSI (nº e média)

Qual a coisa que melhor lhe poderia acontecer actualmente:	Considerando a sua situação com qual destas afirmações se identifica mais?							
	Penso que nos próximos 6 meses a 1 ano deixarei de precisar do RSI		Penso que daqui a mais de um ano vou deixar de precisar do apoio do RSI		Difícilmente me imagino a viver sem RSI		Total	
	Nº de anos na medida		Nº de anos na medida		Nº de anos na medida		Nº de anos na medida	
	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média
Arranjar um emprego ou mudar para um emprego melhor	38	2,58	28	3,77	172	5,76	238	4,98
Mudar de casa / manter a casa	8	2,71	11	4,45	54	6,06	73	5,44
Aumentar o valor da prestação RSI	11	2,73	9	3,78	146	6,31	166	5,88
Resolver problemas de saúde/dependências	11	1,89	7	3,20	96	5,55	114	5,05
Ter mais apoio de familiares e amigos	1	8,00	0	.	16	3,92	17	4,23
Emigração/regresso ao país de origem	0	.	0	.	1	1,00	1	1,00
Reforma	0	.	0	.	2	12,00	2	12,00
Ajuda na alimentação	0	.	0	.	1	3,00	1	3,00
Conseguir entrar para a faculdade	0	.	1	9,00	0	.	1	9,00
Outras respostas	2	4,50	0	.	2	12,00	4	8,25
Total	46	2,61	35	4,09	309	5,92	390	5,31

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

De facto, os problemas de saúde do próprio ou de algum elemento do agregado familiar parecem constituir um dos grandes obstáculos à autonomização da medida. Dos que assumem que dificilmente se imaginam a viver sem o RSI, 38% diz ter algum problema de saúde físico ou mental que o torna dependente de terceiros, este valor aumenta para 46% quando tomamos em consideração não só o próprio como todo o agregado familiar. Este é de facto um dado que merece reflexão. Independentemente do tipo de agregado familiar, e portanto de estarmos perante contextos territoriais metropolitanos ou não, com mais ou menos recursos, a existência de dependentes por motivos de saúde no agregado familiar é razão suficiente para imprimir nos inquiridos uma descrença na sua potencial autonomização.

Relatório Final

No que respeita ao próprio, as limitações decorrentes de problemas de saúde parecem corroborar este facto: quanto maior o grau de limitação provocado pelo estado de saúde, menor é a probabilidade de perspectivarem alternativas ao RSI. Este grau de limitação aumenta com a idade, em média os indivíduos que se consideram nada limitados têm 43 anos e os que se consideram muito limitados têm 51 anos. | 127

Quadro 4.4.32. Grau de limitação provocado pelo estado de saúde segundo expectativa de deixar RSI (nº e %)

		Considerando a sua situação com qual destas afirmações se identifica mais?							
		Penso que nos próximos 6 meses a 1 ano deixarei de precisar do RSI		Penso que daqui a mais de um ano vou deixar de precisar do apoio do RSI		Difícilmente me imagino a viver sem RSI		Total	
		N	% em C	N	% em C	N	% em C	N	% em C
Nas suas actividades diárias, em que medida se considera limitado pelos seus problemas de saúde?	Muito Limitado	3	20,0%	3	23,1%	78	38,6%	84	36,5%
	Limitado	2	13,3%	5	38,5%	72	35,6%	79	34,3%
	Pouco Limitado	4	26,7%	3	23,1%	36	17,8%	43	18,7%
	Nada Limitado	6	40,0%	2	15,4%	16	7,9%	24	10,4%
	Total	15	100,0%	13	100,0%	202	100,0%	230	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Quadro 4.4.33. Idade média dos entrevistados segundo Grau de limitação provocado pelo estado de saúde (nº e média)

Nas suas actividades diárias, em que medida se considera limitado pelos seus problemas de saúde?	Mean	N
Muito Limitado	50,64	86
Limitado	47,21	82
Pouco Limitado	45,41	44
Nada Limitado	42,96	28
Total	47,61	240

p-value=0,001

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Quadro 4.4.34. Dependência por motivos de saúde do próprio segundo expectativa de deixar RSI (nº e %)

É dependente por problema de saúde físico ou mental?		Considerando a sua situação com qual destas afirmações se identifica mais?			Total
		Difícilmente me imagino a viver sem RSI	Penso que nos próximos 6 meses a 1 ano deixarei de precisar do RSI	Penso que daqui a mais de um ano vou deixar de precisar do apoio do RSI	
Sim	N	120	9	5	134
	% em C	38,2%	19,6%	14,3%	33,9%
Não	N	194	37	30	261
	% em C	61,8%	80,4%	85,7%	66,1%
Total	N	314	46	35	395
	% em C	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Dado os recursos objectivos de que dispõem, não surpreende que sejam os agregados familiares com mais recursos (escolares e financeiros) que perspectivem mais frequentemente a autonomização da medida a curto ou médio prazo e que acreditam que no futuro a sua vida vai melhorar. Por oposição, os agregados com menos recursos tendem a perspectivar essa possibilidade de forma mais longínqua e improvável, considerando antes que a sua vida no futuro vai piorar. Esta percepção negativa do futuro poderá dever-se às condições de vida objectivas mas também a uma posição de resignação face às condições de vulnerabilidade em que vivem, sendo que apenas lhes resta *remediarem-se, passarem mal*, como se viu anteriormente. Por sua vez, os não metropolitanos tendem a considerar mais frequentemente que a sua vida não vai melhorar nem piorar, vai manter-se igual.

Relatório Final

Quadro 4.4.35. Expectativa de deixar a medida segundo o tipo de agregado familiar (nº e %)

		.Considerando a sua situação com qual destas afirmações se identifica mais?			
		Difícilmente me imagino a viver sem RSI	Penso que nos próximos 6 meses a 1 ano deixarei de precisar do RSI	Penso que daqui a mais de um ano vou deixar de precisar do apoio do RSI	Total
Metrop	N	67	7	4	78
Menos recursos	% em C	21,4%	15,2%	11,4%	19,8%
	% em L	85,9%	9,0%	5,1%	100,0%
Metrop Mais recursos	N	96	22	19	137
	% em C	30,7%	47,8%	54,3%	34,8%
	% em L	70,1%	16,1%	13,9%	100,0%
Não metrop	N	67	4	1	72
Menos recursos	% em C	21,4%	8,7%	2,9%	18,3%
	% em L	93,1%	5,6%	1,4%	100,0%
Não metrop Mais recursos	N	83	13	11	107
	% em C	26,5%	28,3%	31,4%	27,2%
	% em L	77,6%	12,1%	10,3%	100,0%
Total	N	313	46	35	394
	% em C	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% em L	79,4%	11,7%	8,9%	100,0%

p-value=0,05

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Quadro 4.4.36. Expectativas face ao futuro segundo o tipo de agregado familiar (nº e %)

		A47 A47.Quando pensa no futuro, acredita que:			Total
		1 A sua vida vai melhorar	2 A sua vida vai piorar	3 A sua vida vai manter-se igual	
1,00 Metrop Menos recursos	N	28	17	26	71
	% em L	39,4%	23,9%	36,6%	100,0%
2,00 Metrop Mais recursos	N	77	17	33	127
	% em L	60,6%	13,4%	26,0%	100,0%
3,00 Não metrop Menos recursos	N	16	12	40	68
	% em L	23,5%	17,6%	58,8%	100,0%
4,00 Não metrop Mais recursos	N	48	7	45	100
	% em L	48,0%	7,0%	45,0%	100,0%
Total	N	169	53	144	366
	% em L	46,2%	14,5%	39,3%	100,0%

p-value=0,000

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

É interessante verificar que a apreciação sobre a vida futura dos filhos se prende, não só com a apreciação que se faz do próprio futuro, mas também do passado. São, maioritariamente, os que consideram ter uma vida melhor do que a dos seus pais, ou pessoas com quem viveram na infância, que esperam que os seus filhos tenham, por sua vez, uma vida melhor do que a sua. No entanto, cerca de dois terços dos que receiam que a vida piore no futuro, acreditam que a vida dos seus filhos será melhor do que a sua. Parece assim, haver uma projecção de expectativas e esperança numa vida melhor para os filhos que já se desistiu de alcançar para si próprio.

| 130

Quadro 4.4.37. Expectativas face ao futuro do próprio e dos filhos (nº e %)

Pensa que a vida dos seus filhos pode vir a ser melhor que a sua?		Quando pensa no futuro, acredita que:			Total
		A sua vida vai melhorar	A sua vida vai piorar	A sua vida vai manter-se igual	
Sim	N	119	25	74	218
	% em C	89,5%	65,8%	82,2%	
Não	N	14	13	16	43
	% em C	10,5%	34,2%	17,8%	
Total	N	133	38	90	261
	% em C	100,0%	100,0%	100,0%	

p-value=0,002

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Quadro 4.4.38. Apreciação sobre a vida dos pais e expectativas face ao futuro dos filhos (nº e %)

Pensa que a vida dos seus filhos pode vir a ser melhor que a sua?		Pensa que a sua vida tem sido melhor do que a dos seus pais/pessoas com quem viveu na sua infância?		Total
		Sim	Não	
Sim	N	104	112	216
	% em C	92,0%	73,7%	
Não	N	9	40	49
	% em C	8,0%	26,3%	
Total	N	113	152	265
	% em C	100,0%	100,0%	

p-value=0,000

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Procurando sintetizar e melhor compreender como se caracterizam as aspirações de futuro e como se relacionam com a auto-imagem dos beneficiários procedeu-se a uma análise de correspondências múltiplas (ACM). Este procedimento estatístico permite obter uma análise multidimensional da informação, evidenciando as suas configurações relacionais, traduzidas graficamente. Integram a ACM as seguintes variáveis: idade do entrevistado; perfil de agregado familiar; tipo de família; nível de concordância com um conjunto de afirmações (P. 45 e P. 53); grau de satisfação com a vida em geral; e expectativas de futuro⁶. | 131

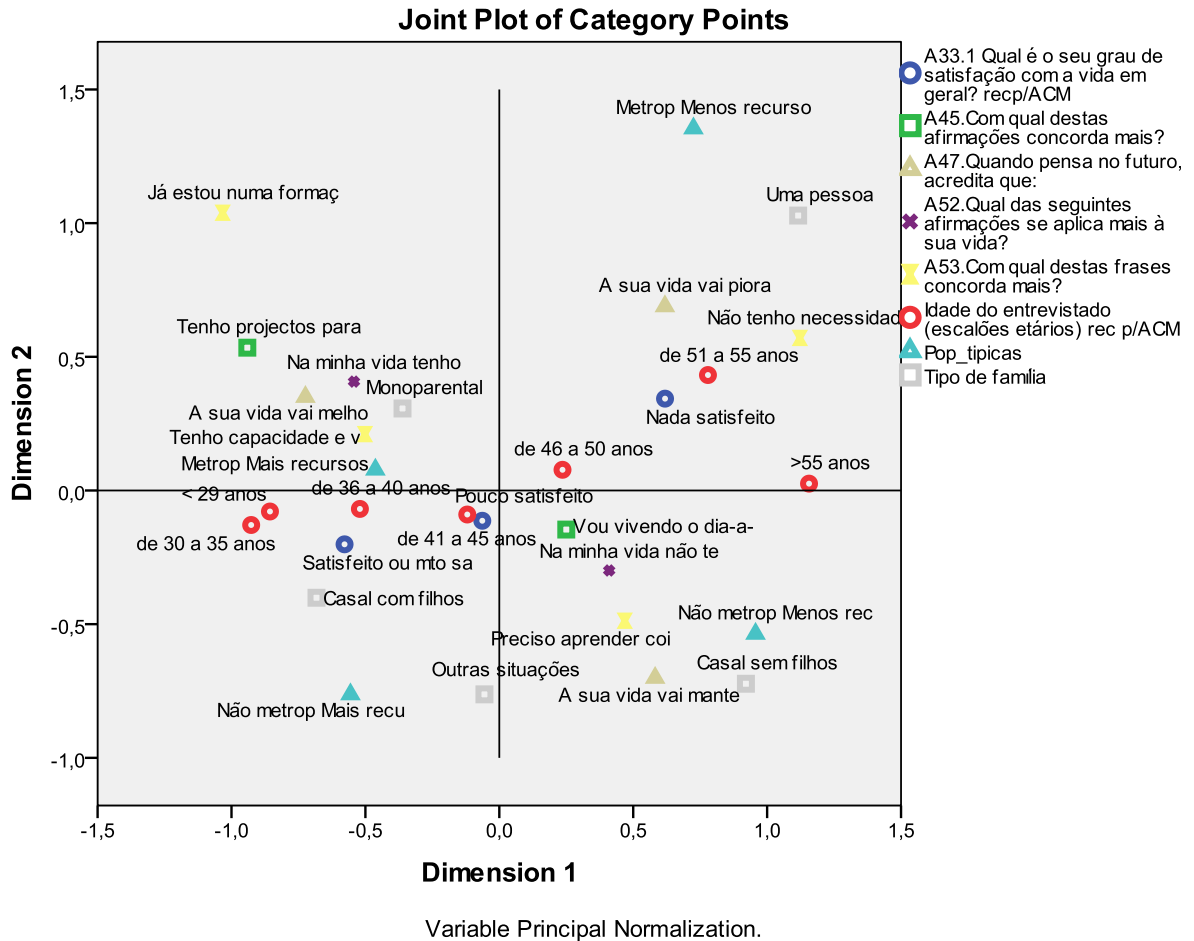
A representação gráfica das categorias permite verificar que são os beneficiários mais jovens, com mais recursos (metropolitanos ou não), que integram casais com filhos ou famílias monoparentais os que se encontram mais otimistas com a vida, apresentando-se satisfeitos ou muito satisfeitos com a vida em geral, seguros que as suas vidas vão melhorar, conscientes que têm aproveitado as oportunidades que surgem, delineando projectos para o futuro e evidenciando vontade e capacidade de aprender mais do que sabem, inclusivamente alguns deles referem já se encontrarem em formação.

À medida que aumenta a idade, esta atitude positiva começa a desvanecer-se, sendo mais flagrante entre os indivíduos isolados e os casais sem filhos. Para os primeiros, tendencialmente metropolitanos com menos recursos, o cenário delineado para o futuro é francamente negativo: consideram que as suas vidas vão piorar, não estão motivados para qualquer aprendizagem, referem não ter necessidade de aprender mais nada e encontram-se insatisfeitos com a sua vida em geral.

Os casais sem filhos, com uma posição menos radical, vão vivendo o dia-a-dia, consideram que a sua vida se vai manter tal como está, que não têm tido oportunidade para mostrar do que são capazes, assumem ainda que precisam de aprender coisas novas mas que não se sentem com energia para voltar a estudar. Este negativismo e acomodação à condição de vulnerabilidade reflecte-se inclusivamente na passividade que assumem perante as situações de crise no dia-a-dia, *remedeiam-se, passam mal*.

⁶ Sobre esta ACM ver anexo 3.

Quadro 4.4.39. Representação das categorias associadas às expectativas de futuro dos beneficiários



Os dados aqui apresentados criam uma estreita relação entre a motivação, a auto-imagem e a projecção no futuro, ainda que, em grande medida, filtrada pelas condições de vida objectivas (estado de saúde e recursos financeiros e escolares). Como pólos opostos encontramos, de um lado, beneficiários potencialmente integráveis e autonomizáveis, que se projectam no futuro de forma motivada e com expectativas de mudança e autonomia. No pólo oposto encontramos um grupo de beneficiários potencialmente dependentes, detentores de escassos recursos escolares e financeiros que se encontram desmotivados e muito influenciados por uma auto-imagem negativa desenvolvida ao longo de um processo crescente de desinserção e vulnerabilidade social. Este retrato ilustra bem as palavras de Queroz e Neri (2005): “A auto-motivação é imprescindível ao equilíbrio das relações interpessoais e

intrapessoais; ela é uma alavanca que impulsiona o indivíduo a elaborar planos para a própria vida, a buscar adaptações e recursos internos para lidar com as adversidades e a manter condições adequadas para a manutenção do bem-estar psicológico.” (Queroz e Neri, 2005: 298).

Esta diversidade de públicos demonstra ainda a pertinência dos modelos de intervenção propostos por Henry Soulet (2007), já abordados na contextualização teórica. É necessário estar consciente que a intervenção social não pode ter sempre como objectivo último a autonomização relativamente ao apoio social. Em determinados contextos esta intervenção deverá ser paliativa, o apoio social sendo condição de manutenção e melhoramento possível das condições de vida.

4.4.3 Representações sobre a pobreza

Praticamente metade dos entrevistados (49,3%) define-se como pobre e considera ter sido pobre no passado. Já só 10% considera ser remediado e tê-lo sempre sido. Nas trajectórias de mudança percepcionadas há 23% que se definem como pobres actualmente sem nunca o terem sido no passado enquanto há 18% que se vêem como remediados depois de terem sido pobres no passado.

Quadro 4.4.40. Percepção de trajectória de pobreza

	N	%	% válida	% acumulada
1,00 É pobre mas nunca o foi no passado	91	22,1	22,6	22,6
2,00 É pobre e já o era no passado	198	48,2	49,3	71,9
3,00 É remediado e já o era no passado	41	10,0	10,2	82,1
4,00 É remediado mas já foi pobre no passado	72	17,5	17,9	100,0
Total	402	97,8	100,0	
nr	9	2,2		
Total	411	100,0		

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Tentando caracterizar estes entrevistados que assim se definem relativamente à pobreza podemos dizer que os que se definem como pobres agora e no passado são homens e mulheres, com baixa escolaridade que integram em maior proporção os

agregados não metropolitanos com menos recursos, de “casais sem filhos” e outras situações e que se encontram actualmente a trabalhar sem remuneração ou incapacitados para o trabalho. Os agregados que se consideram hoje como no passado como remediados distinguem-se destes primeiros por serem mais escolarizados e proporcionalmente terem mais frequentemente pelo menos um elemento a trabalhar. No que diz respeito às outras variáveis estão muito próximos dos primeiros agregados. Já nas trajectórias de mudança encontramos outras características. Os que são actualmente pobres sem nunca o terem sido no passado têm escolaridade elevada, estão desempregados, fazendo parte de agregados metropolitanos, e pertencendo a famílias monoparentais e unipessoais. Enfim, os entrevistados que consideram ter sido pobres no passado e se definem hoje como remediados são mais frequentemente mulheres, de agregados com mais recursos, metropolitanos ou não, com escolaridade média, a trabalhar, e fazendo parte de famílias monoparentais e de outras situações.

Relatório Final

Quadro 4.4.41. Percepção de trajectória de pobreza segundo o tipo de entidade que acompanha, sexo do entrevistado, habilitações e tipo de agregado familiar

	1,00 É pobre mas nunca o foi no passado		2,00 É pobre e já o era no passado		3,00 É remediado e já o era no passado		4,00 É remediado mas já foi pobre no passado		
	N	% em L	N	% em L	N	% em L	N	% em L	
Tipo de protocolo	1 CDIS	65	24,2%	134	49,8%	25	9,3%	45	16,7%
	2 PROT	26	19,5%	64	48,1%	16	12,0%	27	20,3%
	Total	91	22,6%	198	49,3%	41	10,2%	72	17,9%
Sexo do entrevistado	1 Masculino	32	29,6%	54	50,0%	9	8,3%	13	12,0%
	2 Feminino	59	20,1%	144	49,0%	32	10,9%	59	20,1%
	Total	91	22,6%	198	49,3%	41	10,2%	72	17,9%
Habilitações do entrevistado	1,00 Não sabe ler nem escrever	3	7,3%	33	80,5%	1	2,4%	4	9,8%
	2,00 1º Ciclo do ensino básico (Primária/4ª classe)	26	16,7%	95	60,9%	12	7,7%	23	14,7%
	3,00 2º ou 3º Ciclo	44	26,3%	63	37,7%	18	10,8%	42	25,1%
	4,00 Secundário ou mais	17	45,9%	7	18,9%	10	27,0%	3	8,1%
	10,00 NS/NR	1	100,0%	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	Total	91	22,6%	198	49,3%	41	10,2%	72	17,9%
Pop_típicas	1,00 Metrop	35	44,3%	28	35,4%	8	10,1%	8	10,1%
	Menos recursos								
	2,00 Metrop Mais recursos	38	26,4%	60	41,7%	15	10,4%	31	21,5%
	3,00 Não metrop Menos recursos	4	5,5%	58	79,5%	2	2,7%	9	12,3%
	4,00 Não metrop Mais recursos	14	13,3%	51	48,6%	16	15,2%	24	22,9%
	Total	91	22,7%	197	49,1%	41	10,2%	72	18,0%
Tipo de família	1,00 Uma pessoa	29	32,6%	45	50,6%	6	6,7%	9	10,1%
	2,00 Casal sem filhos	2	7,1%	18	64,3%	4	14,3%	4	14,3%
	3,00 Casal com filhos	27	22,5%	59	49,2%	14	11,7%	20	16,7%
	4,00 Monoparental	23	24,0%	40	41,7%	8	8,3%	25	26,0%
	5,00 Outras situações	10	14,5%	36	52,2%	9	13,0%	14	20,3%
	Total	91	22,6%	198	49,3%	41	10,2%	72	17,9%
Situação laboral actual do agregado familiar	1,00 Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	67	26,7%	119	47,4%	21	8,4%	44	17,5%
	2,00 Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	11	14,3%	35	45,5%	13	16,9%	18	23,4%
	3,00 A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade	13	17,6%	44	59,5%	7	9,5%	10	13,5%
	Total	91	22,6%	198	49,3%	41	10,2%	72	17,9%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Estas observações permitem-nos, por um lado, caracterizar ainda mais exactamente o tipo de agregados de que estamos a falar mas permitem também perceber as

diferentes representações sobre a pobreza em Portugal e a forma como deve ser “tratada”.

Perguntava-se no inquérito quem, segundo o entrevistado, deveria acabar com a pobreza em Portugal. Associando as duas respostas possíveis, os resultados são os que se seguem: | 136

Quadro 4.4.42. Quem é responsável por acabar com a pobreza em Portugal

	Respostas		% de casos
	N	%	
9 O Estado	266	38,2%	64,7%
6 Cada um de nós	110	15,8%	26,8%
5 A União Europeia	75	10,8%	18,2%
7 Os partidos políticos	75	10,8%	18,2%
99 NS/NR	51	7,3%	12,4%
4 A Igreja	40	5,7%	9,7%
3 As Câmaras, Juntas de Freguesia	27	3,9%	6,6%
8 As empresas	23	3,3%	5,6%
2 As Misericórdias	19	2,7%	4,6%
1 Os sindicatos	7	1,0%	1,7%
98 Outras respostas	3	,4%	,7%
	696	100,0%	169,3%

a. Group

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Era objectivo desta questão recolher indicadores sobre a percepção da responsabilidade do próprio na resolução da sua situação assim como o reconhecimento do papel de diferentes organizações para além do papel das instâncias políticas estatais. As respostas a esta pergunta foram assim recodificadas em quatro categorias – as instâncias de poder político (Estado, EU, autarquias) exclusivamente, as instâncias de poder político e as organizações (Partidos, Igreja, empresas, misericórdias e sindicatos), as instâncias de poder político e “cada um de nós”, as organizações e “cada um de nós” – com os resultados que se seguem.

Relatório Final

Quadro 4.4.43. Quem deve acabar com a pobreza em Portugal?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1,00 Instâncias do poder político	114	27,7	31,9	31,9
2,00 Poder político e organizações	112	27,3	31,4	63,3
3,00 Poder político e cada um	85	20,7	23,8	87,1
4,00 Organizações e cada um	46	11,2	12,9	100,0
Total	357	86,9	100,0	
Nr	54	13,1		
Total	411	100,0		

137

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Se as instâncias de poder político e as organizações são dominantes nas respostas, há no entanto 37% dos entrevistados que associam ao Estado ou às organizações a responsabilidade individual.

Estes são sobretudo os mais escolarizados e também os que pertencem a agregados onde pelo menos um dos elementos está a trabalhar.

Quadro 4.4.44. Quem deve acabar com a pobreza segundo a situação na profissão e as habilitações do entrevistado

		Quem deve acabar com a pobreza em Portugal?							
		1,00 Instâncias do poder político		2,00 Poder político e organizações		3,00 Poder político e cada um		4,00 Organizações e cada um	
		N	% em L	N	% em L	N	% em L	N	% em L
Situação na profissão do agregado	1,00 Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	84	35,1%	78	32,6%	49	20,5%	28	11,7%
	2,00 Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	15	23,4%	12	18,8%	27	42,2%	10	15,6%
	3,00 A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade	15	27,8%	22	40,7%	9	16,7%	8	14,8%
	Total	114	31,9%	112	31,4%	85	23,8%	46	12,9%
Habilitações do entrevistado	1,00 Não sabe ler nem escrever	14	53,8%	9	34,6%	1	3,8%	2	7,7%
	2,00 1º Ciclo do ensino básico	50	36,5%	47	34,3%	25	18,2%	15	10,9%
	3,00 2º ou 3º Ciclo	42	26,6%	47	29,7%	48	30,4%	21	13,3%
	4,00 Secundário ou mais	8	22,9%	9	25,7%	10	28,6%	8	22,9%
	10,00 NS/NR	0	,0%	0	,0%	1	100,0%	0	,0%
	Total	114	31,9%	112	31,4%	85	23,8%	46	12,9%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

No entanto, mesmo os mais escolarizados, quando vivem uma situação de pobreza que consideram vir já do passado referem-se menos frequentemente à responsabilidade individual.

Quadro 4.4.45. Quem deve acabar com a pobreza segundo Percepção de trajectória de pobreza entre entrevistados mais escolarizados

Mais escolarizados= mais do que o 1º ciclo do básico	Quem deve acabar com a pobreza em Portugal?									
	1,00 Instâncias do poder político		2,00 Poder político e organizações		3,00 Poder político e cada um		4,00 Organizações e cada um		Total	
	N	% em L	N	% em L	N	% em L	N	% em L	N	% em L
1,00 É pobre mas nunca o foi no passado	13	23,6%	14	25,5%	17	30,9%	11	20,0%	55	100,0%
2,00 É pobre e já o era no passado	20	30,3%	23	34,8%	18	27,3%	5	7,6%	66	100,0%
3,00 É remediado e já o era no passado	4	16,0%	7	28,0%	10	40,0%	4	16,0%	25	100,0%
4,00 É remediado mas já foi pobre no passado	11	24,4%	12	26,7%	13	28,9%	9	20,0%	45	100,0%
Total	48	25,1%	56	29,3%	58	30,4%	29	15,2%	191	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Da mesma forma, olhando para a situação dos desempregados exclusivamente podemos observar respostas diferentes consoante o percurso de pobreza percebido: os que se consideram pobres actualmente atribuindo proporcionalmente mais responsabilidade ao Estado enquanto os que se dizem remediados atribuindo-a também “a cada um”. Sem poder ir mais longe nesta análise, é ainda interessante verificar que são os indivíduos com uma trajectória de mudança que proporcionalmente menos referem as instâncias do poder político como responsáveis pela solução das situações de pobreza.

Relatório Final

Quadro 4.4.46. Opinião sobre quem deve acabar com a pobreza segundo Percepção de trajectória de pobreza entre entrevistados integrando agregados de desempregados

		Quem deve acabar com a pobreza em Portugal?									
		1,00 Instâncias do poder político		2,00 Poder político e organizações		3,00 Poder político e cada um		4,00 Organizações e cada um		Total	
		N	% em L	N	% em L	N	% em L	N	% em L	N	% em L
1,00 Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	1,00 É pobre mas nunca o foi no passado	18	28,1%	23	35,9%	13	20,3%	10	15,6%	64	100,0%
	2,00 É pobre e já o era no passado	43	39,8%	35	32,4%	21	19,4%	9	8,3%	108	100,0%
	3,00 É remediado e já o era no passado	7	35,0%	4	20,0%	8	40,0%	1	5,0%	20	100,0%
	4,00 É remediado mas já foi pobre no passado	14	32,6%	14	32,6%	7	16,3%	8	18,6%	43	100,0%
	Total	82	34,9%	76	32,3%	49	20,9%	28	11,9%	235	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Refira-se enfim que são os entrevistados dos agregados metropolitanos assim como dos não metropolitanos com mais recursos que mais referem a responsabilidade individual a par da responsabilidade das instituições estatais e das organizações.

Quadro 4.4.47. Quem deve acabar com a pobreza em Portugal segundo tipo de agregado

		Quem deve acabar com a pobreza em Portugal?				Total
		1,00 Instâncias do poder político	2,00 Poder político e organizações	3,00 Poder político e cada um	4,00 Organizações e cada um	
1,00 Metrop	N	25	28	11	11	75
Menos recursos	% em L	33,3%	37,3%	14,7%	14,7%	100,0%
2,00 Metrop	N	38	38	33	23	132
Mais recursos	% em L	28,8%	28,8%	25,0%	17,4%	100,0%
3,00 Não metrop	N	17	24	8	3	52
Menos recursos	% em L	32,7%	46,2%	15,4%	5,8%	100,0%
4,00 Não metrop	N	33	22	33	9	97
Mais recursos	% em L	34,0%	22,7%	34,0%	9,3%	100,0%
Total	N	113	112	85	46	356
	% em L	31,7%	31,5%	23,9%	12,9%	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Podemos assim concluir que, se é um facto a atribuição maioritária da solução dos problemas da pobreza ao Estado, aliás não exclusiva desta população, também não pode ser ignorado o facto das experiências biográficas, assim como a percepção das oportunidades e também a existência de oportunidades objectivas, ser determinante

Relatório Final

na configuração destas representações. Positiva é, aliás, a observação da emergência de outro tipo de representações e atitudes nas situações onde foram criadas oportunidades para sair da situação de pobreza e dependência.

O que pode ainda ser analisado de um outro ponto de vista, o da mobilização dos | 140 actores para saírem da situação em que se encontram actualmente: podemos observar como a experiência biográfica percebida assim como as representações sobre o papel do Estado estão associadas de forma muito clara com as intenções/expectativas de sair do RSI

Quadro 4.4.48. Quem deve acabar com a pobreza em Portugal segundo Expectativas de deixar o RSI

		Considerando a sua situação com qual destas afirmações se identifica mais?			Total	
		1 Dificilmente me imagino a viver sem RSI	2 Penso que nos próximos 6 meses a 1 ano deixarei de precisar do RSI	3 Penso que daqui a mais de um ano vou deixar de precisar do apoio do RSI		
Quem deve acabar com a pobreza em Portugal?	1,00 Instâncias do poder político	N	94	6	8	108
		% L	87,0%	5,6%	7,4%	100,0%
		% C	34,9%	14,3%	24,2%	31,4%
	2,00 Poder político e organizações	N	88	9	10	107
		% L	82,2%	8,4%	9,3%	100,0%
		% C	32,7%	21,4%	30,3%	31,1%
	3,00 Poder político e cada um	N	60	18	5	83
		% L	72,3%	21,7%	6,0%	100,0%
		% C	22,3%	42,9%	15,2%	24,1%
	4,00 Organizações e cada um	N	27	9	10	46
		% L	58,7%	19,6%	21,7%	100,0%
		% C	10,0%	21,4%	30,3%	13,4%
Total	N	269	42	33	344	
	% L	78,2%	12,2%	9,6%	100,0%	
	% C	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

Quadro 4.4.49. Expectativas de deixar o RSI segundo Percepção de trajetória de pobreza

		.Considerando a sua situação com qual destas afirmações se identifica mais?			Total
		1 Dificilmente me imagino a viver sem RSI	2 Penso que nos próximos 6 meses a 1 ano deixarei de precisar do RSI	3 Penso que daqui a mais de um ano vou deixar de precisar do apoio do RSI	
1,00 É pobre mas nunca o foi no passado	N	71	9	7	87
	% L	81,6%	10,3%	8,0%	100,0%
	% C	23,3%	19,6%	20,0%	22,5%
2,00 É pobre e já o era no passado	N	172	8	12	192
	% L	89,6%	4,2%	6,3%	100,0%
	% C	56,4%	17,4%	34,3%	49,7%
3,00 É remediado e já o era no passado	N	19	17	2	38
	% L	50,0%	44,7%	5,3%	100,0%
	% C	6,2%	37,0%	5,7%	9,8%
4,00 É remediado mas já foi pobre no passado	N	43	12	14	69
	% L	62,3%	17,4%	20,3%	100,0%
	% C	14,1%	26,1%	40,0%	17,9%
Total	N	305	46	35	386
	% L	79,0%	11,9%	9,1%	100,0%
	% C	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011

5. Impactos dos acordos de inserção: conclusões e recomendações

| 142

Analisar a “pobreza” e a “exclusão social” é uma árdua tarefa dada a multidimensionalidade das formas que assume e a multicausalidade que lhe subjaz. Contudo, apreciar a intervenção desenvolvida junto destas populações, a forma como são implementadas as políticas sociais e os seus impactos não é um trabalho mais fácil: a diversidade dos contextos em que a intervenção decorre, a multiplicidade de recursos e respostas disponibilizados mas também a multidimensionalidade dos impactos – sociais, objectivos, subjectivos e simbólicos – tornam qualquer trabalho de avaliação necessariamente parcelar.

Deste modo, ainda que este estudo assente na produção de um conhecimento cientificamente validado, ele não consegue abarcar toda a complexidade e multiplicidade das questões que se colocam à avaliação do impacto dos acordos de inserção no âmbito do Rendimento social de inserção.

Desta maneira, as conclusões e recomendações aqui apresentadas são sobretudo a sistematização dos resultados deste estudo em concreto e das reflexões que proporcionou. As questões aqui elencadas não pretendem mais do que contribuir para informar as estratégias de trabalho daqueles que concebem, monitorizam mas também implementam medidas e modelos de intervenção social desta natureza. É portanto inevitável que se tenda a valorizar e a destacar o que ainda é necessário fazer mais do que aquilo que tem vindo a ser (bem) feito.

Esse estudo permite observar que, se por um lado esta medida de política social incide efectivamente sobre as famílias mais vulneráveis às situações de pobreza e de exclusão social, por outro lado ela não foi suficiente para colocar essas famílias fora do limiar da pobreza. Esta é uma população que vive maioritariamente trajectos de reprodução de pobreza, que vive em condições particularmente fragilizadas do ponto de vista da sobrevivência, dadas as condições de saúde e de autonomia física, da subsistência, em grande medida, resultado de situação de desemprego e da precariedade laboral dos

trabalhadores, bem como do ponto de vista da cidadania e da participação cívica, limitadas em particular pelos seus fracos níveis de escolarização.

O estudo permite identificar três dimensões que estão na génese das situações de pobreza e de recurso ao RSI que por sua vez se encontram fortemente imbricadas:

| 143

- *A insuficiência do mercado de trabalho* na absorção de indivíduos que são marcados por prolongadas situações de desemprego, interrupção e precariedade dos vínculos laborais, mas também baixas qualificações escolares e profissionais;
- *A insuficiência ou desadequação das políticas sociais*, maioritariamente relacionadas com a desadequação ou insuficiência das respostas ao nível dos equipamentos sociais, nomeadamente de educação e saúde, que permitam apoiar as famílias na educação dos seus filhos bem como nas situações de doença e dependência;
- *A fragilidade dos universos identitários e dos projectos de vida*, mais agudizados nos agregados familiares mais velhos, muitos deles de pessoas isoladas, com fracos recursos financeiros, desqualificados escolar e profissionalmente, cujas motivação e expectativas de futuro são de desalento e de resignação face às condições de vulnerabilidade em que vivem.

Esta população é acompanhada por técnicos dos centros distritais, tendencialmente em territórios metropolitanos, e por equipas protocoladas que acompanham um terço do total e que se dividem entre os territórios metropolitanos e não metropolitanos, com maior pendor para este último. Estas diferentes entidades registam modelos de intervenção distintos que se reflectem a vários níveis, desde o conteúdo dos acordos de inserção, da interacção beneficiários/técnicos até à apreciação dos beneficiários sobre a intervenção de que são alvo. Diversidade assenta ainda na diversidade de públicos e necessidades diagnosticadas sobre a qual se procura aqui reflectir.

A reflexão sobre a intervenção desenvolvida, tendo em conta os recursos disponibilizados, as acções a desenvolver pelos beneficiários e as problemáticas

centrais que motivaram o recurso ao RSI dá conta da coerência e do equilíbrio dos acordos de inserção: os recursos disponibilizados em determinado âmbito de intervenção tendem a corresponder às acções solicitadas por parte dos beneficiários assim como aos problemas que motivaram o recurso ao RSI.

Esta coerência distingue-se na intensidade e abrangência da intervenção segundo a entidade que acompanha os processos. Na intervenção ao nível dos recursos disponibilizados e das obrigações a desenvolver pelos beneficiários no âmbito do emprego, formação e documentação e escolarização dos filhos destacam-se nas equipas protocoladas. Ou seja, evidencia-se uma intervenção mais alargada que procura cobrir diferentes áreas e que se traduz numa maior implicação activa destes beneficiários, que por sua vez é acompanhada por uma maior disponibilização de recursos. Já os apoios à saúde e à habitação tendem a ser igualmente disponibilizados e apontados por todos como tendencialmente escassos.

Esta intervenção mais alargada por parte das equipas protocoladas reflecte-se nas contrapartidas que os beneficiários reconhecem existir no âmbito do acordo, nomeadamente na vida familiar, na saúde, no emprego e na escolarização. Opinião que contrasta com a dos beneficiários acompanhados pelos técnicos dos centros distritais, que não reconhece qualquer contrapartida para além da prestação pecuniária.

Esta intervenção mais alargada é ainda acompanhada por uma apreciação positiva da interacção com os técnicos que contrasta com a denúncia de um acompanhamento aquém das expectativas por parte dos técnicos dos centros distritais.

Esta apreciação poderá resultar do facto das equipas protocoladas se tratarem de equipas multidisciplinares e integradas localmente, potenciando uma maior proximidade com os beneficiários acompanhados, um maior conhecimento do contexto familiar e um acompanhamento mais aprofundado e regular dos processos. Contudo, apesar de estarmos perante uma intervenção mais abrangente e mais satisfatória para os beneficiários, estes agregados familiares tendem a permanecer na medida tanto tempo quanto o dos outros agregados. A leitura combinada destes

diferentes dados indicia que as diferenças no processo de acompanhamento não se reflectem em maiores probabilidades de autonomização da medida pelos beneficiários melhor acompanhados.

Apesar de se observar uma tendencial coerência entre os recursos disponibilizados, as acções desenvolvidas e as necessidades sentidas, estas parecem não estar a ser totalmente suprimidas, sendo opinião maioritária dos beneficiários a necessidade de um reforço da ajuda financeira. Destacam-se ainda as dimensões da saúde e habitação como áreas que carecem de um reforço de intervenção. O domínio da saúde em particular, muito relacionado com a pobreza parece ser um âmbito de intervenção largamente a descoberto ou com respostas aquém das necessidades, aparecendo como um dos grandes obstáculos à autonomização da medida.

O domínio do trabalho é também uma dimensão que parece debater-se com árduas dificuldades, bem patentes na baixa proporção dos beneficiários que integraram o mercado de trabalho em resultado da entrada na medida (apenas 23 indivíduos entre os 298 que se encontravam desempregados aquando da inserção na medida estavam à data da aplicação do inquérito a trabalhar). O estudo permite avançar a hipótese de que a inserção laboral, para além de factores estruturais, depende da combinação de factores individuais que vão de condições objectivas como a idade e o nível de habilitações, às condições subjectivas como as expectativas e projectos de vida. No entanto, a generalidade dos casos mostra sobretudo como esta medida parece ser insuficiente face aos constrangimentos sistémicos que bloqueiam as iniciativas dos que tentam voltar ao trabalho e foram progressivamente frustrados.

De facto, os dados aqui apresentados criam uma estreita relação entre a motivação, a auto-imagem e a projecção no futuro, ainda que, em grande medida, filtrada pelas condições de vida objectivas (estado de saúde e recursos financeiros e escolares). Como pólos opostos encontramos, de um lado, os beneficiários potencialmente autonomizáveis, com uma projecção no futuro motivada e confiantes na mudança e na autonomia. No polo oposto encontramos um grupo de beneficiários de escassos recursos escolares e financeiros, desmotivados, muito impregnados por uma auto-imagem negativa potenciada por um longo processo de vulnerabilidade social.

Esta diversidade de públicos demonstra a necessidade da intervenção social não ter sempre como objectivo último a autonomização da medida, sob pena de frustrar interventores, decisores e beneficiários. Em determinados contextos e realidades ela deverá ser paliativa, tendo como meta a manutenção de condições de vida aceitáveis. Todavia, ainda que se verifique a necessidade de ajustar o modelo de intervenção à realidade do público intervencionado, é fundamental que se exclua a intervenção paliativa por falta de recursos de outra natureza. Este tipo de intervenção estará no centro de processos de dependência de muitos dos beneficiários, na medida em que, mesmo quando procuram recursos que tornem possíveis processos de activação, as respostas que lhes são dadas assentam em recursos padronizados de mitigação das necessidades mais prementes que, por sua vez, geram a sensação de que outros meios de activação não são possíveis. Esta falta de oportunidades e respostas adequadas e atempadas potenciam uma atitude de resignação e passividade onde viver sem o RSI começa a ser uma realidade que não pode ser equacionada. Esta é já uma situação apontada por alguns estudos, sobre a qual importa intervir o mais brevemente possível sob pena da situação de dependência se estabilizar e se reforçar.

| 146

De facto, aparece também neste estudo um conjunto de agregados familiares potencialmente autonomizáveis que, face à falta de respostas adequadas, se transformaram ou podem transformar em potenciais dependentes.

Já referimos os dois problemas centrais com que se debatem estes agregados: o desemprego e os problemas de saúde. Neste sentido, estas são as problemáticas sobre as quais nos parece mais importante reflectir.

Tendo em conta que estamos perante um grupo populacional cujo nível de escolaridade mais elevado no agregado não se distingue grandemente da restante população e até pode ter níveis de escolaridade intermédia superiores à população activa total, importa questionar porque se torna tão árdua a passagem de um nível formativo/escolar para uma inserção laboral, mesmo quando estamos perante beneficiários empenhados e motivados para a mudança. A própria inserção em formação profissional parece ser uma medida de capacitação que poucas vezes se vê convertida em mais oportunidades de inserção laboral.

Também os problemas saúde aparecem como um bloqueador de inserção. Esta é uma dimensão de certo modo nebulosa. A informação permite apenas uma breve aproximação à realidade do agregado familiar: conhecer a existência de problemas de saúde no agregado e o grau de limitação que ele imprime, caso se trate do próprio, e a existência de dependentes também por problemas de saúde. Fica por esclarecer a reversibilidade da situação, não sendo também esta a sede própria para tal. Todavia, e tendo em conta os dados até agora explorados, a este nível de intervenção parece não existirem respostas convincentes no âmbito dos acordos de inserção. | 147

Para os problemas de saúde reversíveis espera-se que sejam prestados os cuidados necessários e disponibilizados os recursos e equipamentos sociais adequados, que precisamente permitam essa reversibilidade. Perante as situações de irreversibilidade, as respostas deverão ser de outra natureza, nomeadamente a convocação de outras medidas de política social. Tendo em conta que os agregados familiares com problemas de saúde registam um tempo médio de permanência na medida superior aos restantes, parece existir uma menor eficácia da medida neste âmbito de intervenção. Esta menor eficácia poderá resultar não só da desadequação ou escassez das respostas sociais de outra natureza mas também de um modelo de intervenção desadequado e de um acordo de inserção que não responde a estas necessidades em particular.

As recomendações que a seguir se esboçam decorrem das principais conclusões da pesquisa, pretendem ser pistas de uma reflexão a continuar e centram-se em dois níveis. i. A importância de uma intervenção diversificada coerente com as necessidades e o perfil dos beneficiários; e ii. Uma franca aposta em recursos-chave para a activação.

i. A importância de uma intervenção diversificada, coerente com as necessidades e com a variedade de perfis de beneficiários

- Capacitação dos técnicos na identificação da diversidade de perfis e das formas de intervenção e adaptação dos recursos a essa diversidade, nomeadamente por via da supervisão e do trabalho em equipa, em particular para os técnicos dos centros distritais;
- Activação de respostas adaptadas às especificidades das pessoas que potenciem uma efectiva inserção;
- Promoção de uma maior participação na negociação das acções a desenvolver no âmbito dos acordos de inserção, em particular nos processos acompanhados pelos técnicos dos centros distritais;
- Promoção de um acompanhamento mais personalizado, próximo da lógica de consultoria, para os beneficiários que se inscrevam numa lógica de intervenção generativa;
- Reforço dos recursos humanos afectos aos centros distritais para que o acompanhamento seja mais próximo e mais regular.

ii. Ir além da coerência entre necessidades e recursos: uma franca aposta nos recursos-chave para a activação

- Reforço de políticas sociais fundamentais (habitação, emprego e saúde) e criação de formas de discriminação positiva na inclusão no mercado de trabalho e no acesso aos equipamentos sociais de apoio à família, na retaguarda de cuidados a dependentes, etc.;
- Reforço de recursos de inserção no mercado de trabalho, como o apoio à criação do próprio emprego, entre outros, articulados com o sector da formação profissional.

Bibliografia

BRANCO; Francisco (2008), A investigação em serviço social em Portugal: trajetórias e perspectivas, disponível em

| 149

http://locussocial.cesss-ucp.com.pt/page4/files/page4_11.pdf

CASTEL, Robert et al. (1991) “De l’indigence à l’exclusion: la désaffiliation” in DONZELOT, J. (ed.) Face à l’exclusion. Le modèle français, Paris, Esprit.

CASTEL, Robert, (2003) L’insécurité sociale. Qu’est-ce qu’être protégé?, Paris, Seuil et La République des Idées.

CASTEL, Robert, (2007). La discrimination négative, Paris. Seuil.

CLAVEL, Gilbert (1998) A Sociedade da exclusão – Compreendê-la para dela sair, Porto, Porto Editora

DUBET, François e Antoine VÉRÉTOU, 2003, ““Reducing” Actor's Rationality: Why Go off the RMI Welfare Program?”, Revue Française de Sociologie, vol 44, 79-108.

Estivill, J (2003), Panorama da luta contra a exclusão social – Conceitos e estratégias,

Bureau Internacional do Trabalho – STEP/ Portugal, acessível em

<http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/panorama.pdf>

“FERREIRA, Sílvia (2000), O Papel das Organizações do terceiro sector na reforma das políticas públicas de protecção social – Uma abordagem teórico-histórica, Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra, disponível em <http://www4.fe.uc.pt/cec/mestradosilviaferreira.pdf> , acedido 12.04.10.

GAUJELAC e TABOADA LÉONETTI (1994), La lutte des places, Paris, Desclée de Bower.

GUERRA, Isabel (1997) – “The dark side of the moon do rendimento mínimo garantido”, Lisboa, Sociologia – Problemas e Práticas, nº25 pp.157-164.

GUIBENTIF, Pierre e BOUGET, Denis (1997), As políticas de Rendimento Mínimo na União Europeia, Lisboa, União das Mutualidades Portuguesas.

HESPANHA *et al* (2000), Entre o Estado e o Mercado – As fragilidades das instituições de protecção social em Portugal, Coimbra, Ed. Quarteto

HESPANHA, Pedro (2008), "Políticas Sociais: novas abordagens, novos desafios", Revista de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Brasil, 39, 1, 5-15, disponível em http://www.ces.uc.pt/investigadores/cv/pedro_hespanha.php acedido em 12.04.10

LELIÈVRE M. e NAUZE-FICHET, E, 2008, RMI, L'état des lieux 1988-2008, Paris, La Découverte | 150
« Recherches »

PAUGAM, Serge (2003) A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza. Coleção Educação e Trabalho social 6. Porto: Porto

QUIROZ N. C., & Neri, A. L. (2005). "Bem-estar psicológico e inteligência emocional entre homens e mulheres na meia idade e na velhice". Psicologia: Reflexão e Crítica, 18(2), 292-299.

SOULET, Marc-Henry (2000), "Pensar a exclusão nos dias de hoje: não-integração ou desintegração?" In Da não-integração, Quarteto, Coimbra

SOULET, Marc-Henry (2007), "O Trabalho Social Paliativo: Entre redução de riscos e integração relativa", Revista Cidades, Comunidades e Territórios, nº15, pp.11-27.

VAILLANCOURT, Yves (2008), Note de recherche sur l'apport de l'économie sociale dans la coproduction et la coconstruction des politiques publiques, Collection Études théoriques, CRISES – Centre de Recherche sur les Innovations Sociales

Legislação:

Lei nº 13/2003 de 21 de Maio de 2003 - Revoga o rendimento mínimo garantido

Lei nº. 45/2005 de 29 de Agosto de 2005

Decreto-Lei nº. 70/2010 de 16 de Junho de 2010



Impactos dos Acordos de Inserção no Desempenho do RSI (entre 2006-2009)

Relatório Final - Anexos

Fevereiro de 2012

Equipa:

Professora Madalena Matos (coord.)

Sónia Costa

Índice

ANEXO 1.....	3
Quadros complementares.....	3
ANEXO 2.....	7
Análise de correspondências múltipla para construção da variável “populações típicas”	7
ANEXO 3.....	12
Análise de correspondências múltipla - Projecção no futuro	12
Anexo 4.....	20
Anexo 4.....	20
Análises factoriais para construção das variáveis “acções” (obrigações) e “apoios”	20
ANEXO 5.....	22
Lista de variáveis e códigos	22
ANEXO 6.....	50
Frequências simples	50
ANEXO 7.....	89
Inquérito por questionário aplicado aos beneficiários do Rendimento social de inserção	90

ANEXO 1. Quadros complementares

Profissões de entrevistados e cônjuges

	Entrevistados				Cônjuges				Entrevistados e cônjuges	
	Freq	%	% vál.	% acum	Freq	%	% vál.	% acum	Freq	% vál.
14,00 "Dir. de hotelaria, restauração, comércio e de outros serviços"	8	1,9	2,7	2,7	2	,5	1,6	1,6	10	2,39
23,00 "Professores"	2	,5	,7	3,4	1	,2	,8	2,3	3	0,72
26,00 "Especial. em ass. jurídicos, sociais, artísticos e culturais"	1	,2	,3	3,8					1	0,24
31,00 "Técnicos e profissões das ciências e eng.de nível intermédio"	1	,2	,3	4,1					1	0,24
32,00 Técnicos e prof intermédio da saúde	1	,2	,3	4,5					1	0,24
34,00 "Técnicos de nível intermédio dos serviços jurídicos, sociais, desportivos, culturais e similares"	2	,5	,7	5,2					2	0,48
41,00 "Empregados de escritório, secretários em geral e operadores de processamento de dados"	6	1,5	2,1	7,2					6	1,43
42,00 "Pessoal de apoio directo a clientes"	5	1,2	1,7	8,9					5	1,19
43,00 "Operadores de dados, de contabilidade, estatística, de serviços financeiros e relacionados com o registo"	3	,7	1,0	10,0					3	0,72
44,00 "Outro pessoal de apoio de tipo administrativo"	1	,2	,3	10,3					1	0,24
51,00 "Trabalhadores dos serviços pessoais"	20	4,9	6,9	17,2	2	,5	1,6	3,9	22	5,25
52,00 "Vendedores"	29	7,1	10,0	27,1	5	1,2	3,9	7,8	34	8,11
53,00 "Trabalhadores dos cuidados pessoais e similares"	16	3,9	5,5	32,6	2	,5	1,6	9,4	18	4,30
54,00 "Pessoal dos serviços de protecção e segurança"	1	,2	,3	33,0	5	1,2	3,9	13,3	6	1,43
61,00 "Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e produção animal, orientados para o mercado"	3	,7	1,0	34,0	5	1,2	3,9	17,2	8	1,91
71,00 "Trabalhadores qualificados da construção e similares, excepto electricista"	20	4,9	6,9	40,9	29	7,1	22,7	39,8	49	11,69
72,00 "Trabalhadores qualificados da metalurgia, metalomecânica e similares"	10	2,4	3,4	44,3	9	2,2	7,0	46,9	19	4,53
73,00 "Trabalhadores qualificados da impressão, do fabrico de instrumentos de precisão, joalheiros, artesãos e similares"	1	,2	,3	44,7					1	0,24
74,00 "Trabalhadores qualificados em electricidade e em electrónica"	1	,2	,3	45,0	2	,5	1,6	48,4	3	0,72
75,00 "Trabalhadores da transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e outras indústrias e artesanato"	44	10,7	15,1	60,1	7	1,7	5,5	53,9	51	12,17
81,00 "Operadores de instalações fixas e máquinas"	1	,2	,3	60,5	2	,5	1,6	55,5	3	0,72
82,00 "Trabalhadores da montagem"	1	,2	,3	60,8					1	0,24
83,00 "Condutores de veículos e operadores de equipamentos móveis"	2	,5	,7	61,5	6	1,5	4,7	60,2	8	1,91
91,00 "Trabalhadores de limpeza"	61	14,8	21,0	82,5	13	3,2	10,2	70,3	74	17,66
92,00 "Trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta"	1	,2	,3	82,8	1	,2	,8	71,1	2	0,48
93,00 "Trabalhadores não qualificados da indústria extractiva, construção, indústria transformadora e transportes"	11	2,7	3,8	86,6	13	3,2	10,2	81,3	24	5,73
94,00 "Assistentes na preparação de refeições"	16	3,9	5,5	92,1	1	,2	,8	82,0	17	4,06
95,00 "Vendedores ambulantes, excepto de alimentos, e prestadores de serviços na rua"	6	1,5	2,1	94,2	5	1,2	3,9	85,9	11	2,63
96,00 "Trabalhadores dos resíduos e de outros serviços elementares"	11	2,7	3,8	97,9	7	1,7	5,5	91,4	18	4,30
998,00 "não se aplica"	4	1,0	1,4	99,3	1	,2	,8	92,2	5	1,19
999,00 "NR"	2	,5	,7	100,0	10	2,4	7,8	100,0	12	2,86
Total	291	70,8	100,0		128	31,1	100,0		419	100,00
Missing System	120	29,2			283	68,9				
Total	411	100,0			411	100,0				

Profissões de entrevistados e cônjuges

	Freq	% vál.
14,00 "Directores de hotelaria, restauração, comércio e de outros serviços"	10	2,49
23,00 "Professores"	3	0,75
26,00 "Especial. em ass. jurídicos, sociais, artísticos e culturais"	1	0,25
31,00 "Técnicos e profissões das ciências e engenharia de nível intermédio"	1	0,25
32,00 "Técnicos e prof intermédio da saúde"	1	0,25
34,00 "Técnicos de nível intermédio dos serviços jurídicos, sociais, desportivos, culturais e similares"	2	0,50
41,00 "Empregados de escritório, secretários em geral e operadores de processamento de dados"	6	1,49
42,00 "Pessoal de apoio directo a clientes"	5	1,24
43,00 "Operadores de dados, de contabilidade, estatística, de serviços financeiros e relacionados com o registo"	3	0,75
44,00 "Outro pessoal de apoio de tipo administrativo"	1	0,25
GRUPO 1	33	8,21
51,00 "Trabalhadores dos serviços pessoais"	22	5,47
52,00 "Vendedores"	34	8,46
53,00 "Trabalhadores dos cuidados pessoais e similares"	18	4,48
54,00 "Pessoal dos serviços de protecção e segurança"	6	1,49
GRUPO 2	80	19,90
61,00 "Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e produção animal, orientados para o mercado"	8	1,99
71,00 "Trabalhadores qualificados da construção e similares, excepto electricista"	49	12,19
72,00 "Trabalhadores qualificados da metalurgia, metalomecânica e similares"	19	4,73
73,00 "Trabalhadores qualificados da impressão, do fabrico de instrumentos de precisão, joalheiros, artesãos e similares"	1	0,25
74,00 "Trabalhadores qualificados em electricidade e em electrónica"	3	0,75
75,00 "Trabalhadores da transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e outras indústrias e artesanato"	51	12,69
81,00 "Operadores de instalações fixas e máquinas"	3	0,75
82,00 "Trabalhadores da montagem"	1	0,25
83,00 "Condutores de veículos e operadores de equipamentos móveis"	8	1,99
GRUPO 3	143	35,57
91,00 "Trabalhadores de limpeza"	74	18,41
92,00 "Trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta"	2	0,50
93,00 "Trabalhadores não qualificados da indústria extractiva, construção, indústria transformadora e transportes"	24	5,97
94,00 "Assistentes na preparação de refeições"	17	4,23
95,00 "Vendedores ambulantes, excepto de alimentos, e prestadores de serviços na rua"	11	2,74
96,00 "Trabalhadores dos resíduos e de outros serviços elementares"	18	4,48
GRUPO 4	146	36,32
TOTAL	402	100,00

Situação laboral do agregado quando requereu RSI e actualmente segundo populações típicas

Pop_típicas	A29_CP_rec	Total
-------------	------------	-------

			1,00 Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	2,00 Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	3,00 A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade	
1,00 Metrop Menos recursos	1,00 Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	Count	60	3	2	65
		% within A25_CP_rec	92,3%	4,6%	3,1%	100,0%
		% within A29_CP_rec	88,2%	50,0%	28,6%	80,2%
	2,00 Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	Count	5	3	0	8
		% within A25_CP_rec	62,5%	37,5%	,0%	100,0%
		% within A29_CP_rec	7,4%	50,0%	,0%	9,9%
	3,00 A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade	Count	3	0	5	8
	% within A25_CP_rec	37,5%	,0%	62,5%	100,0%	
	% within A29_CP_rec	4,4%	,0%	71,4%	9,9%	
Total	Count	68	6	7	81	
	% within A25_CP_rec	84,0%	7,4%	8,6%	100,0%	
	% within A29_CP_rec	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
2,00 Metrop Mais recursos	1,00 Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	Count	93	16	7	116
		% within A25_CP_rec	80,2%	13,8%	6,0%	100,0%
		% within A29_CP_rec	88,6%	61,5%	70,0%	82,3%
	2,00 Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	Count	11	10	1	22
		% within A25_CP_rec	50,0%	45,5%	4,5%	100,0%
		% within A29_CP_rec	10,5%	38,5%	10,0%	15,6%
	3,00 A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade	Count	1	0	2	3
	% within A25_CP_rec	33,3%	,0%	66,7%	100,0%	
	% within A29_CP_rec	1,0%	,0%	20,0%	2,1%	
Total	Count	105	26	10	141	
	% within A25_CP_rec	74,5%	18,4%	7,1%	100,0%	
	% within A29_CP_rec	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
3,00 Não metrop Menos recursos	1,00 Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	Count	27	1	8	36
		% within A25_CP_rec	75,0%	2,8%	22,2%	100,0%
		% within A29_CP_rec	84,4%	12,5%	24,2%	49,3%
	2,00 Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	Count	5	7	3	15
		% within A25_CP_rec	33,3%	46,7%	20,0%	100,0%
		% within A29_CP_rec	15,6%	87,5%	9,1%	20,5%
	3,00 A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade	Count	0	0	22	22
	% within A25_CP_rec	,0%	,0%	100,0%	100,0%	
	% within A29_CP_rec	,0%	,0%	66,7%	30,1%	
Total	Count	32	8	33	73	
	% within A25_CP_rec	43,8%	11,0%	45,2%	100,0%	
	% within A29_CP_rec	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
4,00 Não metrop Mais recursos	1,00 Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	Count	33	20	5	58
		% within A25_CP_rec	56,9%	34,5%	8,6%	100,0%
		% within A29_CP_rec	71,7%	51,3%	20,8%	53,2%
	2,00 Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	Count	8	18	6	32
		% within A25_CP_rec	25,0%	56,3%	18,8%	100,0%
		% within A29_CP_rec	17,4%	46,2%	25,0%	29,4%
	3,00 A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade	Count	5	1	13	19
	% within A25_CP_rec	26,3%	5,3%	68,4%	100,0%	
	% within A29_CP_rec	10,9%	2,6%	54,2%	17,4%	
Total	Count	46	39	24	109	
	% within A25_CP_rec	42,2%	35,8%	22,0%	100,0%	
	% within A29_CP_rec	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

A25_CP_rec * A29_CP_rec * PROT Tipo de protocolo Crosstabulation

PROT Tipo de protocolo			A29_CP_rec			Total	
			1,00 Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	2,00 Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	3,00 A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade		
1 CDIS	A25_CP_rec	1,00 Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	Count	34	12	6	52
		% L	65,4%	23,1%	11,5%	100,0%	
		% C	75,6%	46,2%	60,0%	64,2%	
	2,00 Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	Count	7	13	1	21	
	% L	33,3%	61,9%	4,8%	100,0%		
	% C	15,6%	50,0%	10,0%	25,9%		
	3,00 A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade	Count	4	1	3	8	
	% L	50,0%	12,5%	37,5%	100,0%		
	% C	8,9%	3,8%	30,0%	9,9%		
	Total	Count	45	26	10	81	
% L	55,6%	32,1%	12,3%	100,0%			
% C	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%			
2 PROT	A25_CP_rec	1,00 Pelo menos um é desempregado e nenhum "a trabalhar"	Count	17	10	1	28
		% L	60,7%	35,7%	3,6%	100,0%	
		% C	81,0%	50,0%	50,0%	65,1%	
	2,00 Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional	Count	4	10	0	14	
	% L	28,6%	71,4%	,0%	100,0%		
	% C	19,0%	50,0%	,0%	32,6%		
	3,00 A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade	Count	0	0	1	1	
	% L	,0%	,0%	100,0%	100,0%		
	% C	,0%	,0%	50,0%	2,3%		
	Total	Count	21	20	2	43	
% L	48,8%	46,5%	4,7%	100,0%			
% C	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%			

ANEXO 2.

Análise de correspondências múltipla para construção da variável “populações típicas”

Multiple Correspondence

17-Jan-2012 18:58:10

```
C:\Users\mmos\Documents\0mad\Projecto_RSI_ISS\RSI 15 jan.sav
DataSet1
MULTIPLE CORRES VARIABLES=A56_e_rec A57 A56_b_rec A42 Terr_metropolitanos A29_P_rec
/ANALYSIS=A56_e_rec(WEIGHT=1) A57(WEIGHT=1) A56_b_rec(WEIGHT=1) A42(WEIGHT=1) Terr_metropolitanos(WEIGHT=1)
A29_P_rec(WEIGHT=1)
/MISSING=A56_e_rec(PASSIVE,MODEIMPU) A57(PASSIVE,MODEIMPU) A56_b_rec(PASSIVE,MODEIMPU)
A42(PASSIVE,MODEIMPU) Terr_metropolitanos(PASSIVE,MODEIMPU) A29_P_rec(PASSIVE,MODEIMPU)
/DIMENSION=2
/NORMALIZATION=VPRINCIPAL
/MAXITER=100
/CRITITER=.00001
/PRINT=CORR DISCRIM QUANT(A42 A57 A56_b_rec A56_e_rec Terr_metropolitanos A29_P_rec)
/PLOT=OBJECT(20) JOINTCAT(A42 A57 A56_b_rec A56_e_rec Terr_metropolitanos A29_P_rec) (20) DISCRIM (20)
/SAVE=OBJECT.
Object scores dimension 1
Object scores dimension 2
[DataSet1] C:\Users\mmos\Documents\0mad\Projecto_RSI_ISS\RSI 15 jan.sav
```

Case Processing Summary

Valid Active Cases	397
Active Cases with Missing Values	14
Supplementary Cases	0
Total	411
Cases Used in Analysis	411

Iteration History

Iteration Number	Variance Accounted For		Loss
	Total	Increase	
dimension0 83 ^a	1,881430	,000009	4,118570

a. The iteration process stopped because the convergence test value was reached.

Model Summary

Dimension	Cronbach's Alpha	Variance Accounted For	
		Total (Eigenvalue)	Inertia
1	,644	2,160	,360
2	,451	1,603	,267
Total		3,763	,627
Mean	,562 ^a	1,881	,314

a. Mean Cronbach's Alpha is based on the mean Eigenvalue.

Quantifications

Table

A56_e_rec Grau de habilitações mais elevado entre os elementos do agregado familiar

Points:Coordinates

Category	Frequency	Centroid Coordinates	
		Dimension	
		1	2
1,00 Não sabe ler nem escrever	9	-2,531	,079
2,00 1º Ciclo	92	-1,025	,316
3,00 2º ou 3º Ciclo	242	,358	,056
4,00 Secundário ou mais	68	,459	-,624

Variable Principal Normalization.

A57 A57.Somando estes rendimentos, em que escalão de rendimento por mês se encontra o seu agregado familiar?

Points:Coordinates

Category	Frequency	Centroid Coordinates	
		Dimension	
		1	2
1 Menos de 190€	109	-1,308	-,389
2 Entre 190€ e 300€	80	,057	-,186
3 Entre 301€ e 450€	95	,461	,116
4 Entre 451€ e 600€	55	,726	,240
5 Entre 601€ e 750€	38	,809	,150
6 Mais de 750€	23	,788	1,070
Missing	11		

Variable Principal Normalization.

A56_b_rec Tipo de família (recodificada)

Points:Coordinates

Category	Frequency	Centroid Coordinates	
		Dimension	
		1	2
1 Uma pessoa	91	-1,559	-,392
2 Uma pessoa com outros	10	-,424	1,599
3 Casal sem filhos	28	-,382	,608
5 Casal com filhos	125	,570	,396
7 Monoparental sem outros	98	,515	-,527
8 Monoparental com outras	33	,658	-,700
9 Casal e outras pessoas	26	,546	1,106

Variable Principal Normalization.

A42 A42.Olhando para o seu passado, acha que viveu situações de pobreza?

Points:Coordinates

Category	Frequency	Centroid Coordinates	
		Dimension	
		1	2
1 Nunca	133	,055	-,387
2 Algumas vezes	139	,325	-,360
3 Muitas vezes	136	-,372	,740
Missing	3		

Variable Principal Normalization.

Terr_metropolitanos

Points:Coordinates

Category	Frequency	Centroid Coordinates	
		Dimension	
		1	2
1,00 Territórios metropolitanos	246	,040	-,525
2,00 Território não-metro.	165	-,055	,789

Variable Principal Normalization.

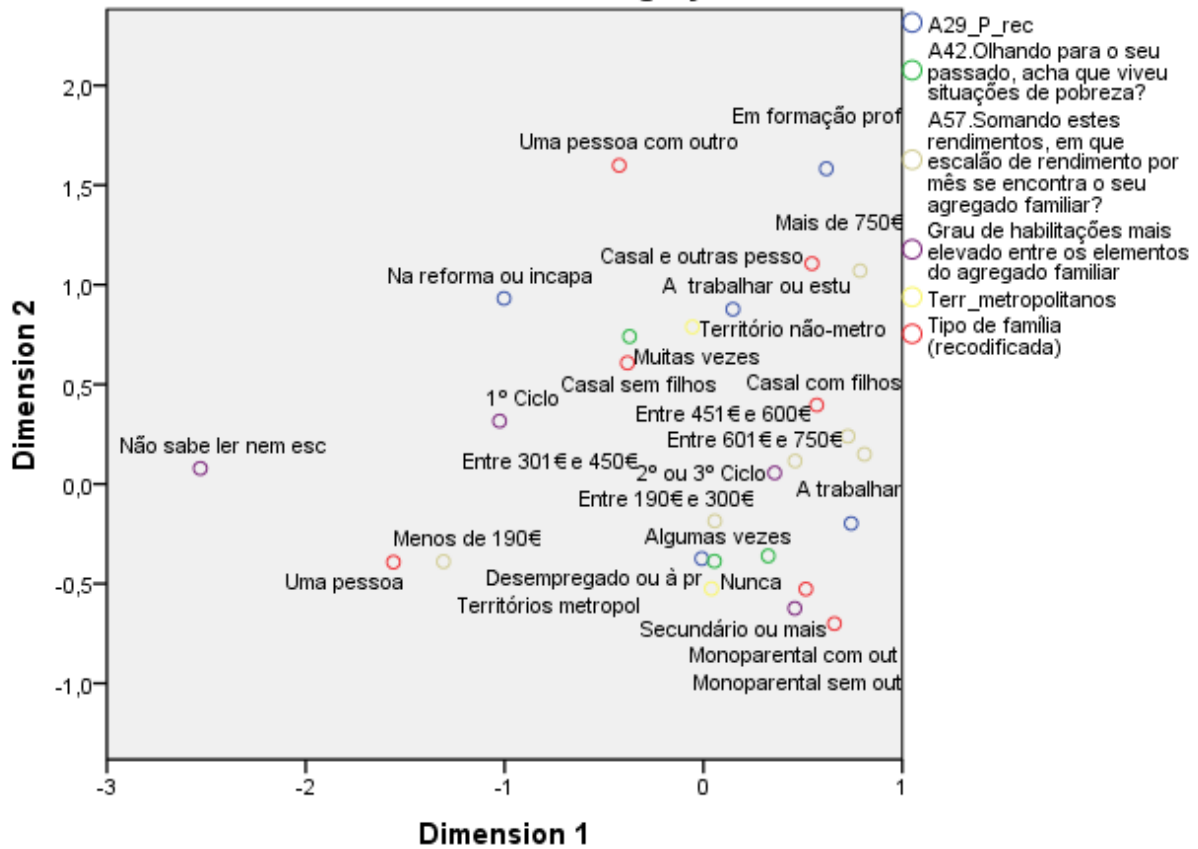
A29_P_rec

Points:Coordinates

Category	Frequency	Centroid Coordinates	
		Dimension	
		1	2
1,00 Desempregado ou à procura 1º	264	-,008	-,374
2,00 A trabalhar	35	,743	-,197
3,00 A trabalhar ou estudar sem remuneração	65	,148	,877
4,00 Na reforma ou incapacidade	38	-1,003	,931
5,00 Em formação prof	9	,618	1,582

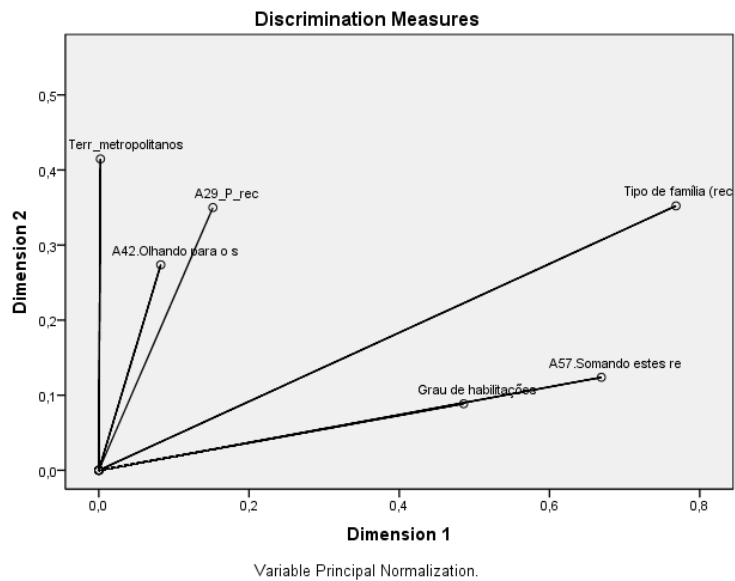
Variable Principal Normalization.

Joint Plot of Category Points



Variable Principal Normalization.

	1	2	
A56_e_rec Grau de habilitações mais elevado entre os elementos do agregado familiar	,486	,089	,287
A57 A57.Somando estes rendimentos, em que escalão de rendimento por mês se encontra o seu agregado familiar?	,669	,124	,396
A56_b_rec Tipo de família (recodificada)	,768	,352	,560
A42 A42.Olhando para o seu passado, acha que viveu situações de pobreza?	,082	,274	,178
Terr_metropolitanos	,002	,415	,208
A29_P_rec	,152	,350	,251
Active Total	2,160	1,603	1,881



ANEXO 3. Análise de correspondências múltipla - Projecção no futuro

Case Processing Summary

Valid Active Cases	332
Active Cases with Missing Values	79
Supplementary Cases	0
Total	411
Cases Used in Analysis	411

Iteration History

Iteration Number	Variance Accounted For		Loss
	Total	Increase	
32 ^a	2,327829	,000009	5,672171

a. The iteration process stopped because the convergence test value was reached.

Model Summary

Dimension	Cronbach's Alpha	Variance Accounted For	
		Total (Eigenvalue)	Inertia
1	,745	2,874	,359
2	,501	1,782	,223
Total		4,656	,582
Mean	,652 ^a	2,328	,291

a. Mean Cronbach's Alpha is based on the mean Eigenvalue.

A45.Com qual destas afirmações concorda mais?

Points:Coordinates

Category	Frequency	Centroid Coordinates	
		Dimension	
		1	2
Tenho projectos para o futuro	82	-,941	,534
Vou vivendo o dia-a-dia	321	,250	-,146
Missing	8		

Variable Principal Normalization.

A47.Quando pensa no futuro, acredita que:

Points:Coordinates

Category	Frequency	Centroid Coordinates	
		Dimension	
		1	2
A sua vida vai melhorar	169	-,724	,350
A sua vida vai piorar	54	,618	,689
A sua vida vai manter-se igual	144	,582	-,701
Missing	44		

Variable Principal Normalization.

A52.Qual das seguintes afirmações se aplica mais à sua vida?

Points:Coordinates

Category	Frequency	Centroid Coordinates	
		Dimension	
		1	2
Na minha vida não tenho tido oportunidades para mostrar do que sou capaz	216	,410	-,299
Na minha vida tenho aproveitado as oportunidades que surgem	170	-,543	,407
Missing	25		

Variable Principal Normalization.

A53.Com qual destas frases concorda mais?

Points:Coordinates

Category	Frequency	Centroid Coordinates	
		Dimension	
		1	2
Não tenho necessidade de aprender mais nada	28	1,122	,571
Preciso aprender coisas novas mas não me sinto com energia de voltar a estudar	167	,468	-,487

Tenho capacidade e vontade de aprender mais do que sei	167	-,502	,211
Já estou numa formação	30	-1,033	1,039
Missing	19		

Variable Principal Normalization.

Tipo de família

Points:Coordinates

Category	Frequency	Centroid Coordinates	
		Dimension	
		1	2
Uma pessoa	91	1,116	1,028
Casal sem filhos	28	,921	-,723
Casal com filhos	125	-,683	-,401
Monoparental	98	-,361	,307
Outras situações	69	-,056	-,763

Variable Principal Normalization.

Pop_típicas

Points:Coordinates

Category	Frequency	Centroid Coordinates	
		Dimension	
		1	2
Metrop Menos recursos	83	,725	1,354
Metrop Mais recursos	144	-,463	,078
Não metrop Menos recursos	73	,957	-,536
Não metrop Mais recursos	110	-,556	-,762
Missing	1		

Variable Principal Normalization.

A33.1 Qual é o seu grau de satisfação com a vida em geral?

recp/ACM

Points:Coordinates

Category	Frequency	Centroid Coordinates	
		Dimension	

		1	2
Nada satisfeito	122	,619	,344
Pouco satisfeito	183	-,064	-,113
Satisfeito ou mto satisfeito	105	-,578	-,201
Missing	1		

Variable Principal Normalization.

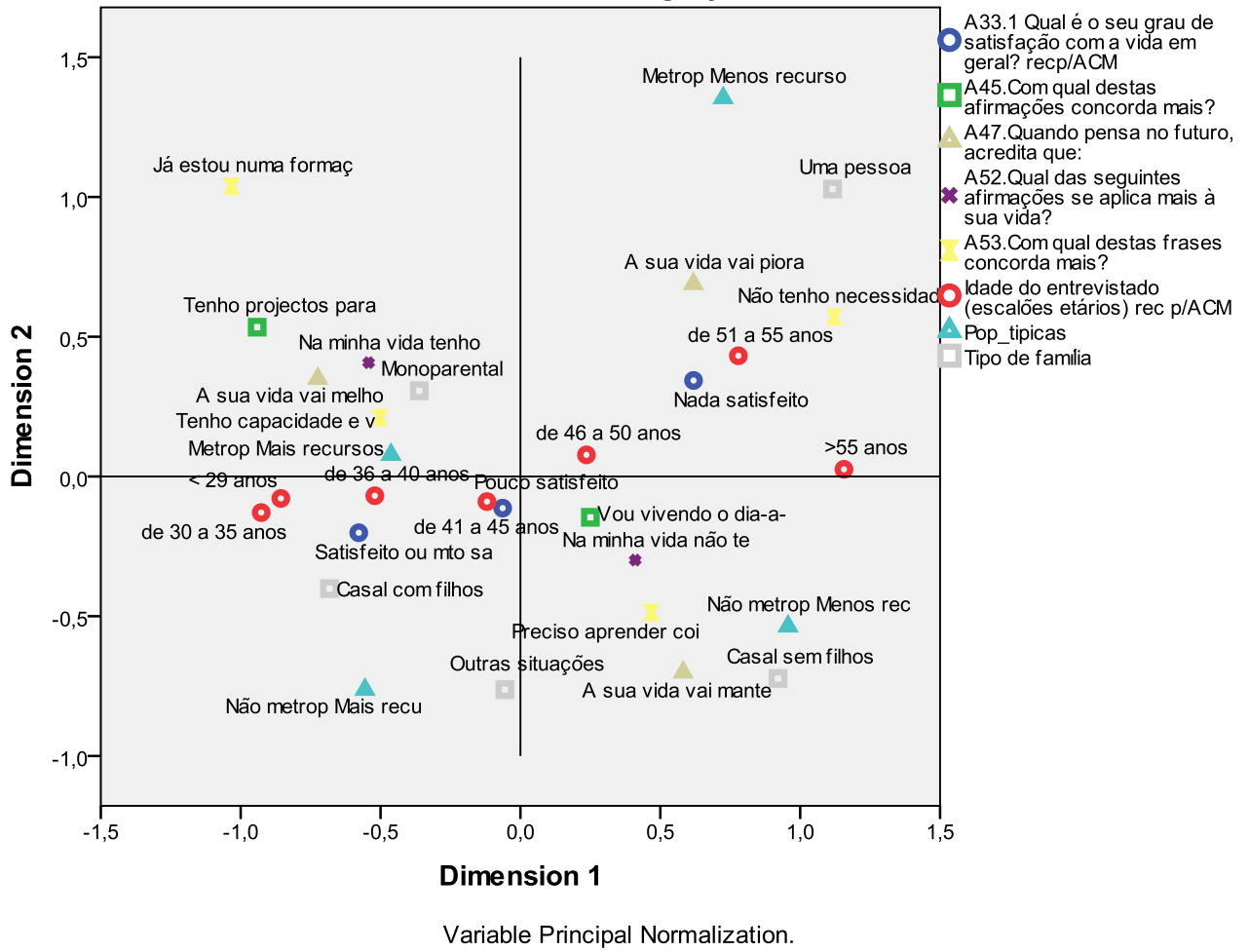
Idade do entrevistado (escalões etários) rec p/ACM

Points:Coordinates

Category	Frequency	Centroid Coordinates	
		Dimension	
		1	2
< 29 anos	48	-,856	-,079
de 30 a 35 anos	50	-,927	-,129
de 36 a 40 anos	69	-,521	-,069
de 41 a 45 anos	75	-,120	-,090
de 46 a 50 anos	50	,236	,077
de 51 a 55 anos	38	,779	,432
>55 anos	81	1,156	,026

Variable Principal Normalization.

Joint Plot of Category Points



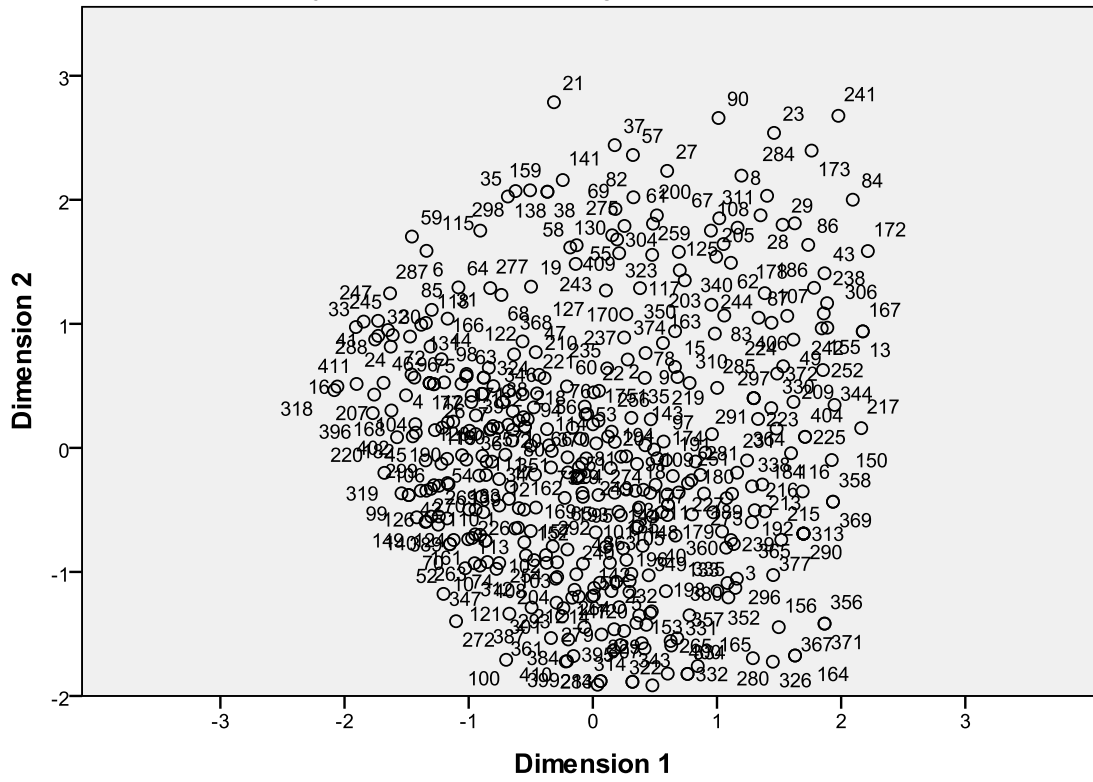
Correlations Transformed Variables

Dimension:1

	A45.Com qual destas afirmações concorda mais?	A47.Quando pensa no futuro, acredita que:	A52.Qual das seguintes afirmações se aplica mais à sua vida?	A53.Com qual destas frases concorda mais?	Tipo de família	Pop_típicas	A33.1 Qual é o seu grau de satisfação com a vida em geral? recp/ACM	Idade do entrevistado (escalões etários) rec p/ACM
A45.Com qual destas afirmações concorda mais? ^a	1,000	,285	,224	,286	,091	,108	,166	,246
A47.Quando pensa no futuro, acredita que: ^a	,285	1,000	,274	,315	,214	,206	,143	,296
A52.Qual das seguintes afirmações se aplica mais à sua vida? ^a	,224	,274	1,000	,316	,117	,101	,238	,168
A53.Com qual destas frases concorda mais? ^a	,286	,315	,316	1,000	,231	,171	,136	,383
Tipo de família	,091	,214	,117	,231	1,000	,675	,165	,519
Pop_típicas ^a	,108	,206	,101	,171	,675	1,000	,156	,375
A33.1 Qual é o seu grau de satisfação com a vida em geral? recp/ACM ^a	,166	,143	,238	,136	,165	,156	1,000	,258
Idade do entrevistado (escalões etários) rec p/ACM	,246	,296	,168	,383	,519	,375	,258	1,000
Dimension	1	2	3	4	5	6	7	8
Eigenvalue	2,773	1,354	,917	,780	,714	,665	,503	,294

a. Missing values were imputed with the mode of the quantified variable.

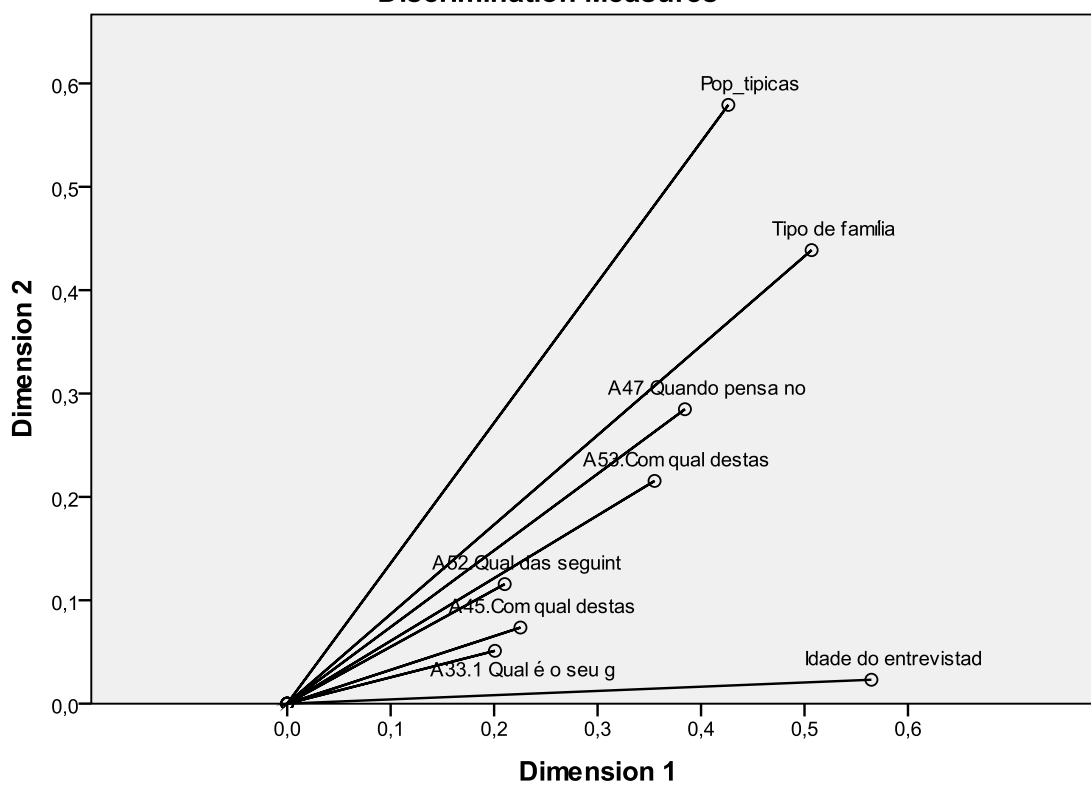
Object Points Labeled by Casenumbers



Variable Principal Normalization.

Discrimination Measures	Dimension		Mean
	1	2	
A45.Com qual destas afirmações concorda mais?	,225	,074	,150
A47.Quando pensa no futuro, acredita que:	,384	,285	,335
A52.Qual das seguintes afirmações se aplica mais à sua vida?	,210	,116	,163
A53.Com qual destas frases concorda mais?	,355	,215	,285
Tipo de família	,507	,439	,473
Pop_típicas	,426	,579	,503
A33.1 Qual é o seu grau de satisfação com a vida em geral? recp/ACM	,201	,051	,126
Idade do entrevistado (escalões etários) rec p/ACM	,565	,023	,294
Active Total	2,874	1,782	2,328

Discrimination Measures



Variable Principal Normalization.

Anexo 4.

Análises factoriais para construção das variáveis “acções” (obrigações) e “apoios”

Factor Analysis

Notes

10-Fev-2012 12:43:39 DataSet1

MISSING=EXCLUDE: User-defined missing values are treated as missing.

LISTWISE: Statistics are based on cases with no missing values for any variable used.

FACTOR

/VARIABLES A8_a A8_b A8_e A8_f A8_h A8_i A8_j A8_k A8_c A8_d A8_g

/MISSING LISTWISE

/ANALYSIS A8_a A8_b A8_e A8_f A8_h A8_i A8_j A8_k A8_c A8_d A8_g

/PRINT ROTATION

/FORMAT SORT

/CRITERIA MINEIGEN(1) ITERATE(25)

/EXTRACTION PC

/CRITERIA ITERATE(25)

/ROTATION VARIMAX

/METHOD=CORRELATION.

[DataSet1] C:\Users\mmos\Documents\0mad\Projecto_RSI_ISS\RSI 20 jan.sav

a. 4 components extracted.

Rotated Component Matrix^a

	Component			
	1	2	3	4
A8_j A8.- j) Apoio em serviços ou equipamentos para mim e minha família (creches, escolas, lar, etc)	,762	,100	-,029	,058
A8_d A8. d) Apoio à inserção no sistema educativo dos filhos	,753	,116	-,025	,111
A8_i A8. i) Apoio aos transportes	,508	-,086	,410	-,328
A8_c A8. c) Apoios à educação (pagamento de aulas de natação, ocupação de tempos livres, etc)	,471	,012	,394	,243
A8_f A8. f) Apoio à inserção em emprego ou à criação do próprio emprego	-,043	,790	,049	,085
A8_e A8APOIOS .e) Formação profissional	,110	,665	,256	-,189
A8_k A8.APOIOS k) Acesso à informação sobre os meus direitos legais e sociais	,324	,577	,066	,358
A8_a A8.APOIOS a) Pagamento de cuidados de saúde (óculos, medicamentos, etc) e/ou Encaminhamento para cuidados de saúde a mim e aos meus familiares	-,006	,137	,769	,015
A8_b A8.b) Apoio psicológico em situações difíceis que tenho vivido	,022	,145	,616	,199
A8_g A8. g) Apoios à habitação (Acesso a uma casa, melhorias na casa onde vive, pagamento de renda/empréstimo de casa)	,002	-,125	,313	,723
A8_h A8.APOIOS h) Ajudas ou conselhos na organização das despesas da casa ou nos assuntos domésticos (ex: apoio da ajudante de acção directa, formação parental,	,309	,334	-,042	,554

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 6 iterations.

Total Variance Explained

Component	Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %
1	1,842	16,742	16,742
dimen 2	1,597	14,516	31,259
sion0 3	1,467	13,337	44,596
4	1,224	11,123	55,719

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Component Transformation Matrix

Component	1	2	3	4
1	,641	,521	,442	,351
dimen 2	-,755	,546	,329	,153
sion0 3	-,078	-,596	,798	,023
4	,117	,273	,242	-,924

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

Factor Analysis

Notes

10-Fev-2012 12:45:27

DataSet1

MISSING=EXCLUDE: User-defined missing values are treated as missing.

LISTWISE: Statistics are based on cases with no missing values for any variable used.

FACTOR

/VARIABLES A12_1 A12_2 A12_3 A12_4 A12_5 A12_6 A12_7 A12_8 A12_9 A12_10 A12_11 A12_12_O A12_12

/MISSING LISTWISE

/ANALYSIS A12_1 A12_2 A12_3 A12_4 A12_5 A12_6 A12_7 A12_8 A12_9 A12_10 A12_11 A12_12_O A12_12

/PRINT ROTATION

/FORMAT SORT

/CRITERIA MINEIGEN(1) ITERATE(25)

/EXTRACTION PC

/CRITERIA ITERATE(25)

/ROTATION VARIMAX

/METHOD=CORRELATION.

[DataSet1] C:\Users\mmos\Documents\0mad\Projecto_RSI_ISS\RSI 20 jan.sav

Component Matrix^a

a. 3 components extracted.

Rotated Component Matrix^a

	Component		
	1	2	3
A12_1 A12.Obrigações Melhorar as condições da minha habitação ou mudar de casa	,811	,005	,238
A12_2 A12.Obrigaçõe Organizar e limpar a minha casa	,803	-,002	,311
A12_3 A12. ObrigaçõePagar contas da água, luz, gás, renda de casa	,656	,324	,155
A12_9 A12.- ObrigaçõeFazer tratamento de desintoxicação do próprio ou familiar (drogas ou álcool)	,543	,243	-,094
A12_10 A12. ObrigaçõeCuidar da minha saúde ou dos meus familiares (ir a consultas, vacinação, exames)	,485	,461	,325
A12_8 A12. ObrigaçõeFrequentar cursos de formação	,037	,830	,188
A12_7 A12. ObrigaçõeProcurar activamente emprego	,073	,797	,075
A12_11 A12.- ObrigaçõeRegularizar documentação (BI, autorização de residência,..)	,457	,613	,115
A12_4 A12.ObrigaçõeAumentar a minha escolaridade	,216	,582	,247
A12_6 A12.ObrigaçõeGarantir que os meus filhos não faltam à escola	,175	,216	,903
A12_5 A12.ObrigaçõeMatricular os meus filhos na escola/inscrever na creche ou infantário	,204	,235	,889

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 5 iterations.

Total Variance Explained

Component	Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %
1	2,597	23,606	23,606
dimen sion0 2	2,518	22,887	46,494
3	2,014	18,308	64,801

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Component Transformation Matrix

Component	1	2	3
1	,626	,595	,504
dimen sion0 2	-,636	,764	-,112
3	,452	,250	-,856

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

ANEXO 5. Lista de variáveis e códigos

Variable Values		
Value		Label
CONC	1	Braga
	2	Vila Nova de Famalicão
	3	Gouveia
	4	Sertã
	5	Oliveira de Azeméis
	6	Montemor – o – Velho
	7	Loulé
	8	Serpa
	9	Amadora
	10	Cascais
	11	Lisboa
	12	Amarante
	13	Gondomar
	14	Porto
	15	Vila Nova de Gaia
	16	Setúbal
		17
PROT	1	CDIS
	2	PROT
A1	1	Familiares, Vizinhos, amigos, conhecidos
	2	Igreja (padre, etc.)
	3	Publicidade, Jornais, rádio, televisão, panfletos/cartazes
	4	Serviços Públicos, como a segurança social, as finanças, a câmara, a junta
	5	Associações (não publicas)/Comissão de moradores
	6	Apoio à vítima
	88	Não se lembra, não sabe
	98	Outros Advogados
	99 ^a	NR
A1rec	1	Familiares, Vizinhos, amigos, conhecidos
	3	Publicidade, Jornais, rádio, televisão, panfletos/cartazes
	4	Serviços Públicos, como a segurança social, as finanças, a câmara, a junta
	88 ^a	Não se lembra, não sabe
	98 ^a	Outros
	99 ^a	NR
A2	1	De si próprio

	2	Conversa/aconselhamento de um familiar
	3	Conversa/aconselhamento de amigo ou vizinho
	4	Técnico
	5	Médico
	6	Apoio à vítima
	7	Caritas
	88 ^a	Não se lembra, não sabe
	99 ^a	NR
A2rec	1	De si próprio
	2	Conversa/aconselhamento de um familiar
	3	Conversa/aconselhamento de amigo ou vizinho
	4	Técnico
	88 ^a	Não se lembra, não sabe
	98 ^a	Outros
	99 ^a	NR
A3	1	Sim, entreguei logo os papéis
	2	Não, não queria ser beneficiário(a) do RSI
	3	Não, nessa altura não precisava
	4	Não, pensei que ia encontrar um trabalho a qualquer momento
	5	Não, não sabia onde ir pedir informações
	6	Não, não tinha todos os papéis de que precisava para requerer
	7	
A4	99 ^a	NR
A4rec_esc	1	até 2 anos
	2	de 3 a 5 anos
	3	de 6 a 10 anos
	4	mais de 10 anos
	99 ^a	nr
A5	1	Tem vergonha
	2	Acha que é um direito
	3	Direito associado à necessidade justificada
	4	Direito associado ao merecimento
	5	É um direito mas tem vergonha
	97 ^a	Mais nenhuma resposta
	99 ^a	NS/NR
A6	1	Não, nunca foi interrompido, esta foi a 1º vez que requeremos
	2	Sim, já houve interrupção, foi cancelado o primeiro rendimento
	99 ^a	NS/NR
A7_1	1	Separação/divórcio / Viuvez
	2	Redução de salário
	3	Toxicod dependência de um dos elementos da família

	4	Insuficiência de prestações e serviços sociais (ex: pensão, subsídio de desemprego, etc)
	5	Necessidade de cuidar de elementos da família por dependência (crianças, idosos, pessoas com deficiência)
	6	Incapacidade para fazer face às despesas
	7	Endividamento
	8	Problema de Saúde
	9	Perda de Trabalho/desemprego
	10	Prisão
	11	Outra situação
	88	Não sei, não me lembro
	97	Não se recorda das obrigações exigidas
	99 ^a	NS/NR
A8 a A10	1	Sim
	2	Não
	99 ^a	NS/NR
A11	1	Os técnicos explicaram-lhe qual era o acordo e ouviram a sua opinião
	2	Os técnicos explicaram-lhe qual era o acordo mas não ouviram a sua opinião
	3	Não explicaram nem ouviram a sua opinião
	4	Não se lembra se lhe explicaram ou não
	99 ^a	NR
A12	1	Sim
	2	Não
	97	Não se recorda das obrigações exigidas
	99 ^a	NS/NR
ENT	1	Sim
	2	Não
A13	1	Estou de acordo com as minhas obrigações
	2	Penso que tem obrigações a mais
	99 ^a	NS/NR
A14	1	Sim
	2	Não
A15	1	Estou de acordo com as contrapartidas
	2	Penso que tem contrapartidas a menos
	99 ^a	NS/NR
A16_1	1	Mais ajudas financeiras
	2	Outros apoios - habitação
	3	Outros apoios – Educação/formação
	4	Outros apoios – Emprego
	5	Outros apoios - saúde
	6	Outros apoios – alimentação

	7	Outros apoios, sem especificar
	8	
	9	Maior controlo da medida
	97	Nada
	98	Outras respostas
	99 ^a	NS/NR
A17	1	Habitação
	2	Saúde
	3	Apoio da acção social
	4	Emprego
	5	Educação/ formação
	6	Apoio financeiro
	97	Nenhum
	99 ^a	NS/NR
A18	1	Sim
	2	Não
	99 ^a	NR
A18_1	1	Sim
	2	Não
	99 ^a	NR
A19	1	Segurança social
	2	Centro de saúde/hospital (qualquer unidade de saúde)
	3	Serviços associados à habitação social
	4	Centro de emprego/centro de formação
	5	Projectos de intervenção social
	6	Juntas de freguesia/Câmara Municipal
	7	Outras instituições
	8	Escolas
	97	Nenhum
	99 ^a	Não responde
A20	1	Nunca estive
	2	Apenas estive quando requeri o RSI e assinei o acordo
	3	Já estive 1 ou 2 vezes depois disso
	4	Estou 1 vez por mês
	5	Estou 1 vez por semanas
	6	Outra situação
	99 ^a	NS/ NR
A20_c_O	1	Assistente Social da Cruz Vermelha
	2	Dr.(a) da Segurança Social
	99 ^a	NS/NR
A21	1	É demasiado, o técnico controla a minha vida
	2	É suficiente, o técnico ajuda-me

	3	É insuficiente, o técnico mal conhece os meus problemas
	99 ^a	NS/NR
A22	1	Só estão preocupadas (os) em que eu vá trabalhar e não pensam nas minhas dificuldades
	2	
	3	Só arranjam soluções que não me interessam
	99 ^a	NS/NR
A23_1	1	
	2	Nada, imagem negativa do acompanhamento
	3	Nada, não têm condições objectivas para dar a apoio
	11	Apoios específicos – saúde
	12	Apoios específicos – emprego/trabalho
	13	Apoios específicos – formação/educação
	14	Apoios específicos - habitação
	15	Apoio específicos – informação e esclarecimentos
	16	Apoio específicos – prestações sociais
	17	Apoio não especificados
	21	Características pessoais empatia/simpatia
	22	Características pessoais - Competência profissional
	99 ^a	NR
A23_2	1	
	2	Nada, imagem negativa do acompanhamento
	3	Nada, não têm condições objectivas para dar a apoio
	11	Apoios específicos – saúde
	12	Apoios específicos – emprego/trabalho
	13	Apoios específicos – formação/educação
	14	Apoios específicos - habitação
	15	Apoio específicos – informação e esclarecimentos
	16	Apoio específicos – prestações sociais
	17	Apoio não especificados
	21	Características pessoais empatia/simpatia
	22	Características pessoais - Competência profissional
	99 ^a	NR
A24_1	1	Sim
	2	Não
	99 ^a	NR
A25_P	1	Desempregado
	2	À procura do 1º emprego profissional
	3	Na reforma sem actividade profissional
	4	A trabalhar por conta de outrem
	5	A trabalhar no negócio da família
	6	A trabalhar por conta própria

	7	Na reforma com actividade profissional
	8	Em situação de doença ou incapacidade/invalidez permanentes
	9	
	10	A fazer serviço cívico ou militar
	11	Estudante (mesmo se de férias) sem ser remunerado
	99 ^a	NR
A25_C	1	Desempregado
	2	À procura do 1º emprego profissional
	3	Na reforma sem actividade profissional
	4	A trabalhar por conta de outrem
	5	A trabalhar no negócio da família
	6	A trabalhar por conta própria
	7	Na reforma com actividade profissional
	8	Em situação de doença ou incapacidade/invalidez permanentes
	9	
	10	A fazer serviço cívico ou militar
	11	Estudante (mesmo se de férias) sem ser remunerado
	12	NÃO TEM CONJUGE / COMPANHEIRO
	21	
	22	O cônjuge não está presente porque está em reclusão
	31	Curso de formação pago
	99 ^a	NR
A25_Prec	1	com rendimento
	2	sem rendimento
	99 ^a	nr
A25_Crec	1	com rendimento
	2	sem rendimento
	3	sem cônjuge
	99 ^a	nr
A25_CPcomb	1	ambos com rendimentos
	2	próprio com rendimento e cônjuge sem rendimento
	3	ambos sem rendimento
	4	próprio sem rendimento e cônjuge com rendimento
	5	próprio com rendimento e sem conjuge
	6	próprio sem rendimento e sem cônjuge
	99 ^a	nr
A29_P	1	Desempregado
	2	À procura do 1º emprego
	3	Na reforma sem actividade profissional
	4	A trabalhar por conta de outrem
	5	A trabalhar no negócio da família
	6	A trabalhar por conta própria

	7	Na reforma com actividade profissional
	8	Em situação de doença ou incapacidade/invalidez permanentes
	9	
	10	A fazer serviço cívico ou militar
	11	A estudar, mesmo se de férias, sem ser remunerado
	12	NÃO TEM CONJUGE / COMPANHEIRO
	22	Em formação profissional
	31	Curso de formação pago
	99 ^a	NR
A29_C	1	Desempregado
	2	À procura do 1º emprego
	3	Na reforma sem actividade profissional
	4	A trabalhar por conta de outrem
	5	A trabalhar no negócio da família
	6	A trabalhar por conta própria
	7	Na reforma com actividade profissional
	8	Em situação de doença ou incapacidade/invalidez permanentes
	9	
	10	A fazer serviço cívico ou militar
	11	A estudar, mesmo se de férias, sem ser remunerado
	12	NÃO TEM CONJUGE / COMPANHEIRO
	21	
	22	O cônjuge não está presente
	31	Curso de formação pago
	99 ^a	NR
A29_Prec	1	com rendimento
	2	sem rendimento
	99 ^a	nr
A29_Crec	1	com rendimento
	2	sem rendimento
	3	sem cônjuge
	99 ^a	nr
A29_CPcomb	1	ambos com rendimentos
	2	próprio com rendimento e cônjuge sem rendimento
	3	ambos sem rendimento
	4	próprio sem rendimento e cônjuge com rendimento
	5	próprio com rendimento e sem conjuge
	6	próprio sem rendimento e sem cônjuge
	99 ^a	nr
A30.1.1	1	Sim, tive uma proposta que não aceitei
	2	Sim, tive mais do que uma proposta que não aceitei
	3	Não, não tive nenhuma proposta

	4	Sim, mas recusaram
	96	não se aplica
	99 ^a	NR
A30.1.1.1_1	1	Porque o tipo de trabalho não me interessava
	2	
	3	Porque eram poucas horas de trabalho por semana
	4	
	5	Porque o salário era baixo e/ou incerto
	6	Porque era muito longe da minha casa
	7	
	8	Porque não tinha condições de saúde
	9	Porque teria que ir para fora do país
	10	Em formação profissional
	11	Estava grávida
	96	não se aplica
	99 ^a	NS/NR
A30.1.1.1_2	1	Porque o tipo de trabalho não me interessava
	2	
	3	Porque eram poucas horas de trabalho por semana
	4	
	5	Porque o salário era baixo e/ou incerto
	6	Porque era muito longe da minha casa
	7	
	8	Porque não tinha condições de saúde
	9	Porque teria que ir para fora do país
	10	Em formação profissional
	11	Estava grávida
	96	não se aplica
	99 ^a	NS/NR
A30.1.2_1	11	discriminação étnica
	12	problemas de saúde do próprio
	13	idade
	14	capital social
	15	falta de competências para a empregabilidade (falta de escolaridade, form. Profissional, carta de condução, exp profissional)
	16	
	17	prefere /preferiu investir nos estudos
	18	discriminação social
	21	falta de emprego
	22	emprego precário
	31	sorte
	41	Condições de desenvolvimento do país

	98	outras
	99 ^a	NS/NR
A30.1.2_2	11	discriminação étnica
	12	problemas de saúde do próprio
	13	idade
	14	capital social
	15	falta de competências para a empregabilidade (falta de escolaridade, form. Profissional, carta de condução, exp profissional)
	16	
	17	prefere /preferiu investir nos estudos
	18	discriminação social
	21	falta de emprego
	22	emprego precário
	31	sorte
	41	Condições de desenvolvimento do país
	98	outras
	99 ^a	NS/NR
A30.1.3_a	1	Na semana passada
	2	Nos últimos três meses
	3	Há mais de 3 meses
	4	Nunca
	96 ^a	não se aplica
	99 ^a	NS/ NR
A30.1.3_b	1	Na semana passada
	2	Nos últimos três meses
	3	Há mais de 3 meses
	4	Nunca
	96 ^a	não se aplica
	99 ^a	NS/ NR
A30.1.3_c	1	Na semana passada
	2	Nos últimos três meses
	3	Há mais de 3 meses
	4	Nunca
	96 ^a	não se aplica
	99 ^a	NS/ NR
A30.1.3_d	1	Na semana passada
	2	Nos últimos três meses
	3	Há mais de 3 meses
	4	Nunca
	96 ^a	não se aplica
	99 ^a	NS/ NR
A30.1.3_e	1	Na semana passada

	2	Nos últimos três meses
	3	Há mais de 3 meses
	4	Nunca
	96 ^a	não se aplica
	99 ^a	NS/ NR
A30.1.3_f	1	Na semana passada
	2	Nos últimos três meses
	3	Há mais de 3 meses
	4	Nunca
	96 ^a	não se aplica
	99 ^a	NS/ NR
A30.1.4	1	Há menos de 2 meses
	2	Entre 2 e 4 meses
	3	Entre 4 e 6 meses
	4	Entre 6 e 12 meses
	5	Entre 1 e 2 anos
	6	Entre 2 e 5 anos
	7	Há mais de 5 anos
	96 ^a	não se aplica
	99 ^a	NS/NR
A30.1.5	1	Nunca recebi
	2	Recebi, já não recebo
	3	Recebo
	96	não se aplica
	99 ^a	NS/NR
A30.1.6_1	1	O contrato terminou
	2	Despedi-me
	3	Fui despedido
	4	Por razões familiares (ex.: ficar com filhos)
	5	Por o ordenado não valer a pena/não compensar o esforço
	6	A empresa fechou / tinha salários em atraso
	7	Por problemas de saúde
	8	Por ter começado a ter apoios (RSI...)
	9	Por ter mudado de casa
	10	Falta de competências para a empregabilidade
	11	Trabalho precário (trabalho temporário, biscates)
	12	A empresa não quis assumir as suas responsabilidades
	13	Foi preso
	96	não se aplica
	99 ^a	NS/NR
A30.1.6_2	1	O contrato terminou
	2	Despedi-me

	3	Fui despedido
	4	Por razões familiares (ex.: ficar com filhos)
	5	Por o ordenado não valer a pena/não compensar o esforço
	6	A empresa fechou / tinha salários em atraso
	7	Por problemas de saúde
	8	Por ter começado a ter apoios (RSI...)
	9	Por ter mudado de casa
	10	Falta de competências para a empregabilidade
	11	Trabalho precário (trabalho temporário, biscates)
	12	A empresa não quis assumir as suas responsabilidades
	13	Foi preso
	96	não se aplica
	99 ^a	NS/NR
A30.2.1rec	14	
	23	23. Professores
	26	31. Técnicos e profissões das ciências e engenharia, de nível intermédio
	31	
	32	32. Técnicos e profissionais, de nível intermédio da saúde
	33	34. Técnicos de nível intermédio dos serviços jurídicos, sociais, desportivos, culturais e similares
	34	41. Empregados de escritório, secretários em geral e operadores de processamento de dados
	41	
	42	42. Pessoal de apoio directo a clientes
	43	
	44	44. Outro pessoal de apoio de tipo administrativo
	51	51. Trabalhadores dos serviços pessoais
	52	52. Vendedores
	53	53. Trabalhadores dos cuidados pessoais e similares
	54	54. Pessoal dos serviços de protecção e segurança
	61	71. Trabalhadores qualificados da construção e similares, excepto electricista
	71	72. Trabalhadores qualificados da metalurgia, metalomecânica e similares
	72	73. Trabalhadores qualificados da impressão, do fabrico de instrumentos de precisão, joalheiros, artesãos e similares
	73	74. Trabalhadores qualificados em electricidade e em electrónica
	74	75. Trabalhadores da transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e outras indústrias e artesanato
	75	
	81	81. Operadores de instalações fixas e máquinas

	82	82.Trabalhadores da montagem
	83	
	91	91. Trabalhadores de limpeza
	92	93. Trabalhadores não qualificados da indústria extractiva, construção, indústria transformadora e transportes
	93	
	94	94. Assistentes na preparação de refeições
	95	96. Trabalhadores dos resíduos e de outros serviços elementares
	96	
	99 ^a	nr
	996	não se aplica
A30.2.2	1	Sem qualquer vínculo
	2	
	3	Contrato a termo certo
	4	Contrato permanente
	5	Trabalhador por conta própria
	6	Patrão
	7	Outra situação
	99	NS/NR
A30.2.2rec	1	Sem qualquer vínculo
	3	Contrato a termo certo
	4	Contrato permanente
	5	Trabalhador por conta própria
	7	Outra situação
	96 ^a	não se aplica
	99 ^a	NS/NR
A30.2.3	1	Sim
	2	Não
	96	não se aplica
	99 ^a	NR
A30.2.4_1	1	Sem qualquer vínculo
	2	
	3	Contrato a termo certo
	4	Contrato permanente
	5	Trabalhador por conta própria
	6	Patrão
	7	Outra situação
	96	não se aplica
	99 ^a	NS/NR
A30.2.4_2	1	Sem qualquer vínculo
	2	
	3	Contrato a termo certo

	4	Contrato permanente
	5	Trabalhador por conta própria
	6	Patrão
	7	Outra situação
	96	não se aplica
	99 ^a	NS/NR
A30.2.4_3	1	Sem qualquer vínculo
	2	
	3	Contrato a termo certo
	4	Contrato permanente
	5	Trabalhador por conta própria
	6	Patrão
	7	Outra situação
	96	não se aplica
	99 ^a	NS/NR
A30.2.4_4	1	Sem qualquer vínculo
	2	
	3	Contrato a termo certo
	4	Contrato permanente
	5	Trabalhador por conta própria
	6	Patrão
	7	Outra situação
	96	não se aplica
	99 ^a	NS/NR
A30.2.4_O_99	1	Sem qualquer vínculo
	2	
	3	Contrato a termo certo
	4	Contrato permanente
	5	Trabalhador por conta própria
	6	Patrão
	7	Outra situação
	96	não se aplica
	99 ^a	NS/NR
A30.2.5	99 ^a	NS/NR
A30.2.5rec	1	<35 horas
	2	de 35 a 40 horas
	3	de 41 a 50 horas
	4	de 51 a 60 horas
	5	mais de 60 horas
	96 ^a	não se aplica
	99 ^a	nr
A30.2.6	1	Sim, porque estou satisfeito com o meu trabalho

	2	
	3	Não, porque o contrato termina
	4	Não, porque não estou satisfeito e vou procurar outro trabalho
	5	Não, Porque a empresa onde trabalho vai fechar
	6	
	96	não se aplica
	99 ^a	NS/NR
A31.1.1rec	14	
	23	23. Professores
	26	31. Técnicos e profissões das ciências e engenharia, de nível intermédio
	31	
	32	32. Técnicos e profissionais, de nível intermédio da saúde
	33	34. Técnicos de nível intermédio dos serviços jurídicos, sociais, desportivos, culturais e similares
	34	41. Empregados de escritório, secretários em geral e operadores de processamento de dados
	41	
	42	42. Pessoal de apoio directo a clientes
	43	
	44	44. Outro pessoal de apoio de tipo administrativo
	51	51. Trabalhadores dos serviços pessoais
	52	52. Vendedores
	53	53. Trabalhadores dos cuidados pessoais e similares
	54	54. Pessoal dos serviços de protecção e segurança
	61	71. Trabalhadores qualificados da construção e similares, excepto electricista
	71	72. Trabalhadores qualificados da metalurgia, metalomecânica e similares
	72	73. Trabalhadores qualificados da impressão, do fabrico de instrumentos de precisão, joalheiros, artesãos e similares
	73	74. Trabalhadores qualificados em electricidade e em electrónica
	74	75. Trabalhadores da transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e outras indústrias e artesanato
	75	
	81	81. Operadores de instalações fixas e máquinas
	82	82. Trabalhadores da montagem
	83	
	91	91. Trabalhadores de limpeza
	92	93. Trabalhadores não qualificados da indústria extractiva, construção, indústria transformadora e transportes
	93	

	94	94. Assistentes na preparação de refeições
	95	96. Trabalhadores dos resíduos e de outros serviços elementares
	96	
	99 ^a	não resposta
	996	não se aplica
A31.1.2	1	Sem qualquer vínculo
	2	
	3	Contrato a termo certo
	4	Contrato permanente
	5	Trabalhador por conta própria
	6	Patrão
	7	Outra situação
	99	NS/NR
A31.1.2rec	1	Sem qualquer vínculo
	3	Contrato a termo certo
	4	Contrato permanente
	6	Patrão
	7	Outra situação
	96 ^a	não se aplica
	99 ^a	NS/NR
A31.1.3	1	Sim
	2	Não
	96	não se aplica
	99 ^a	NR
A31.1.4_1	1	Sem qualquer vínculo
	2	
	3	Contrato a termo certo
	4	Contrato permanente
	96	não se aplica
	99 ^a	NS/NR
A31.1.4_2	1	Sem qualquer vínculo
	2	
	3	Contrato a termo certo
	4	Contrato permanente
	96	não se aplica
	99 ^a	NS/NR
A31.1.4_3	1	Sem qualquer vínculo
	2	
	3	Contrato a termo certo
	4	Contrato permanente
	96	não se aplica
	99 ^a	NS/NR

A31.1.4_4	1	Sem qualquer vínculo
	2	
	3	Contrato a termo certo
	4	Contrato permanente
	96	não se aplica
	99 ^a	NS/NR
A31.1.4_O_99	1	Sem qualquer vínculo
	2	
	3	Contrato a termo certo
	4	Contrato permanente
	96	não se aplica
	99 ^a	NS/NR
A32_1	1	Ter sorte
	2	Ter ambição
	3	Ter estudos
	4	Adaptar-se a qualquer trabalho
	5	Ser bom no que se faz
	6	Ser jovem
	7	Conhecer pessoas importantes
	99 ^a	NS/NR
A33.1	1	Nada satisfeito
	2	Pouco satisfeito
	3	Satisfeito
	4	Muito satisfeito
	99 ^a	NS/NR
A35	1	Sim
	2	Não
	99 ^a	NR
A36	1	Sim
	2	Não
	99 ^a	NR
A36.1	1	Marido / mulher
	2	Filhos
	3	Pais / mãe / Pai
	4	Irmãos / Irmã / irmão
	5	Marido e Filhos
	6	Pais e filhos
	7	Sogros
	8	Pais e outros familiares
	9	Filhos e irmão
	10	Marido e neto
	96	não se aplica

	98	Outros parentes
	99 ^a	NR
A36.1rec	1	marido/mulher/irmão/irmã
	2	filhos
	3	ascendentes
	4	mais do que familiar
	96	não se aplica
	99 ^a	nr
A37	1	Muito Limitado
	2	Limitado
	3	Pouco Limitado
	4	Nada Limitado
	96 ^a	não se aplica
	99 ^a	NS/NR
A38	1	Sim
	2	Não
	99 ^a	NR
A38.1_1	2 ^a	Não
	3	Aparelho auditivo
	4	Pagamento de medicamentos
	5	Isonção de taxas moderadoras
	11	Consultas regulares
	12	Exames médicos
	13	Dentista
	14	Possibilidade de ter óculos
	96	não se aplica
	99 ^a	nr
A38.1_5	1	Sim
	2	Não
	96	não se aplica
	99 ^a	NR
A39_a	1	Nunca
	2	Às vezes
	3	Muitas Vezes
	4	Sempre
	66 ^a	Não se aplica
	99 ^a	NS/NR
A40_1	1	Nunca me aconteceu
	2	Remedeio-me, passo mal
	3	Peço à família
	4	Peço aos vizinhos e/ou amigos
	5	Peço ao patrão

	6	Peço fiado
	7	Procuo uma instituição (ex. banco alimentar, etc)
	8	Faço biscates
	99 ^a	NS/NR
	99 ^a	NS/NR
A41	1	É pobre
	2	É remediado
	99 ^a	NS/NR
A42	1	Nunca
	2	Algumas vezes
	3	Muitas vezes
	99 ^a	NS/NR
A43	1	Sim
	2	Não
	99 ^a	NR
A43.2	1	A actual é pior em condições económicas
	2	A actual é pior em geral
	3	A actual é igualmente má por razões económicas
	4	A actual é igualmente má em geral
	11	Melhorias resultantes do Desenvolvimento social do país
	21	Contexto familiar – violência
	22	
	23	Contexto familiar – dificuldades económicas
	24	
	31	Esforço familiar para que tivesse melhores condições de vida
	99 ^a	NS/NR
A43.2rec	1	A actual é pior em condições económicas
	2	A actual é pior em geral
	3	A actual é igualmente má por razões económicas
	4	A actual é igualmente má em geral
	11	Melhorias resultantes do Desenvolvimento social do país
	23	Contexto familiar – dificuldades económicas
	40	Outros problemas no contexto familiar de origem
	99 ^a	NS/NR
A44	1	Sim
	2	Não
	3 ^a	Não tem filhos
	99 ^a	NR
A44.2	1	Qualidade dos próprios filhos
	2	sorte
	3	apoio do próprio aos filhos
	4	Melhorias resultantes do Desenvolvimento social do país

	11	Maternidade na adolescência
	12	desemprego
	13	saúde
	14	falta de sorte
	15	pouca capacidade de apoio dos próprios aos filhos
	16	desenvolvimento social do país
	98	Outras respostas
	99 ^a	NS/NR
A44.2rec	1,00	Qualidade dos próprios filhos
	2,00	sorte
	3,00	apoio do próprio aos filhos
	4,00	Melhorias resultantes do Desenvolvimento social do país
	12,00	desemprego
	13,00	saúde
	14,00	falta de sorte
	16,00	desenvolvimento social do país
	98,00	Outras respostas
	99,00 ^a	NS/NR
A45	1	Tenho projectos para o futuro
	2	Vou vivendo o dia-a-dia
	99 ^a	NS/NR
A46_1	1	
	2	Mudar de casa / manter a casa
	3	Aumentar o valor da prestação RSI
	4	Resolver problemas de saúde/dependências
	5	Ter mais apoio de familiares e amigos
	6	Emigração/regresso ao país de origem
	7	Reforma
	8	Ajuda na alimentação
	9	Conseguir entrar para a faculdade
	98	Outras respostas
	99 ^a	NS/NR
A46_2	1	
	2	Mudar de casa / manter a casa
	3	Aumentar o valor da prestação RSI
	4	Resolver problemas de saúde/dependências
	5	Ter mais apoio de familiares e amigos
	6	Emigração/regresso ao país de origem
	7	Reforma
	8	Ajuda na alimentação
	9	Conseguir entrar para a faculdade
	98	Outras respostas

	99 ^a	NS/NR
A47	1	A sua vida vai melhorar
	2	A sua vida vai piorar
	3	A sua vida vai manter-se igual
	99 ^a	NS/NR
A48_1	1	Não Concordo
	2	Concordo em parte
	3	Concordo totalmente
	99 ^a	NS/NR
A49_1	1	Os sindicatos
	2	As Misericórdias
	3	As Câmaras, Juntas de Freguesia
	4	A Igreja
	5	A União Europeia
	6	Cada um de nós
	7	Os partidos políticos
	8	As empresas
	9	O Estado
	98	Outras respostas
	99	NS/NR
A51	1	Difícilmente me imagino a viver sem RSI
	2	Penso que daqui a mais de um ano vou deixar de precisar do apoio do RSI
	3	
	99 ^a	NS/NR
A52	1	
	2	Na minha vida tenho aproveitado as oportunidades que surgem
	99 ^a	NS/NR
A53	1	Não tenho necessidade de aprender mais nada
	2	
	3	Tenho capacidade e vontade de aprender mais do que sei
	4	Já estou numa formação
	99 ^a	NS/NR
A54	1	Sou capaz de resolver os meus problemas mas preciso de ajuda
	2	Sinto-me capaz de resolver todos os meus problemas pelos meus próprios meios
	3	
	99 ^a	NS/NR
A55_1	1	Não vai deixar de receber, só em situação de incumprimento
	2	Não, objectivamente não vê outra solução
	3	Se arranjar um emprego ou um emprego com melhores condições (o próprio ou outro elemento do agregado)

	4	Quando não necessitar de cuidar de familiares (crianças, idosos ou deficientes)
	5	
	6	Quando tiver melhores condições habitacionais
	7	Quando tiver os problemas de saúde resolvidos
	8 ^a	Sim, vou deixar, já tenho a situação resolvida
	9	Outras situações
	99 ^a	NS/NR
A57	1	Menos de 190€
	2	Entre 190€ e 300€
	3	Entre 301€ e 450€
	4	Entre 451€ e 600€
	5	Entre 601€ e 750€
	6	Mais de 750€
	99 ^a	NS/NR
A58.1	99	Não se aplica
A59	1	O pai/mãe
	2	Avós
	3	Pais adoptivos
	4	Outros familiares
	5	Numa família de acolhimento
	6	
	7	Num hospital
	77	Não sei
	99 ^a	NR
A59rec	1	O pai/mãe
	2	Avós
	3	Pais adoptivos
	4	Outros familiares
	6	
	10	Outra situação
	77	Não sei
	99 ^a	NR
A60	1	Frequentemente (diária ou semanalmente)
	2	Periodicamente (mensalmente)
	3	Raramente (anualmente ou nunca)
	99 ^a	NS/NR
A56_b_rec	1	Uma pessoa
	2	Uma pessoa com outros
	3	Casal sem filhos
	5	Casal com filhos
	7	Monoparental sem outros

	8	Monoparental com outras
	9	Casal e outras pessoas
A56_e	1	Não sabe ler nem escrever
	2	Sabe ler e escrever mas não tem grau escolar
	3	1º Ciclo do ensino básico (Primária/4ª classe)
	4	2º Ciclo (Preparatória/5º e 6º anos)
	5	3º Ciclo (5º ano/9º ano)
	6	Secundário (7º/12º)
	7	Curso Médio
	8	Curso Superior
	9	Formação Pós-Graduada
	10 ^a	NS/NR
A56_f	1	Só RSI
	2	RSI e trabalho
	3	RSI e pensão/subsídios/outras prestações
	4	RSI e biscates
	5	RSI, trabalho e pensão/subsídios/outras prestações
	6	
	7	RSI, trabalho e biscates
	8	RSI e pensão/subsídios/outras prestações e biscates
A56_freq	1,00	Só RSI
	2,00	RSI e trabalho
	3,00	RSI e pensão/subsídios/outras prestações
	4,00	RSI e biscates
	9,00	outras combinações de meios de vida
	99,00 ^a	nr
Fase	1	1ª
	2	2ª
P56_1	1	Masculino
	2	Feminino
P56_2rec	1	< 29 anos
	2	de 30 a 35 anos
	3	de 36 a 40 anos
	4	de 41 a 45 anos
	5	de 46 a 50 anos
	6	de 51 a 55 anos
	7	de 56 a 60 anos
	8	> 60 anos
	99 ^a	nr
P56_4	1	Casado/a ou em união de facto
	2	Solteiro/a
	3	Divorciado/a, separado/a

	4	Viúvo/a
P56_5	1	Não sabe ler nem escrever
	2	Sabe ler e escrever mas não tem grau escolar
	3	1º Ciclo do ensino básico (Primária/4ª classe)
	4	2º Ciclo (Preparatória/5º e 6º anos)
	5	3º Ciclo (5º ano/9º ano)
	6	Secundário (7º/12º)
	7	Curso Médio
	8	Curso Superior
	9	Formação Pós-Graduada
	10 ^a	NS/NR
P56_6	1	Sim
	2	Não
	9 ^a	NS/NR
P56_7	1	Trabalho
	2	Rendimento social de inserção
	3	Subsídio de desemprego/ Subs. social de desemprego
	4	Pensões e reformas
	5	Outras prestações sociais
	6	Biscates/ venda ambulante
	99 ^a	NS/NR
P56_7rec	1	
	2	RSI
	99 ^a	nr
Terr_metropolitanos	1,00	Territórios metropolitanos
	2,00	Território não-metro.
A56_e_rec	1,00	Não sabe ler nem escrever
	2,00	1º Ciclo
	3,00	2º ou 3º Ciclo
	4,00	Secundário ou mais
	10,00 ^a	NS/NR
P56_5_rec	1,00	Não sabe ler nem escrever
	2,00	1º Ciclo do ensino básico (Primária/4ª classe)
	3,00	2º ou 3º Ciclo
	4,00	Secundário ou mais
	10,00 ^a	NS/NR
A56_d_rec	3,00	ou mais
A29_P_rec	1,00	Desempregado ou à procura 1º
	2,00	A trabalhar
	3,00	A trabalhar ou estudar sem remuneração
	4,00	Na reforma ou incapacidade
	5,00	Em formação prof

	99,00 ^a	NR
A29_C_rec	1,00	Desempregado ou à procura 1º
	2,00	A trabalhar
	3,00	A trabalhar ou estudar sem remuneração
	4,00	Na reforma ou incapacidade
	5,00	Em formação prof
	98,00 ^a	sem conjuge
	99,00 ^a	NR
Dim1_1_rec	1,00	Qualificação e recursos MENOS
	2,00	Qualificação e recursos MAIS
Dim2_1_rec	1,00	metropolitano
	2,00	não-metropolitano
Pop_típicas	1,00	Metrop Menos recursos
	2,00	Metrop Mais recursos
	3,00	Não metrop Menos recursos
	4,00	Não metrop Mais recursos
A25_P_rec	1,00	Desempregado ou à procura 1º
	2,00	A trabalhar
	3,00	A trabalhar ou estudar sem remuneração
	4,00	Na reforma ou incapacidade
	5,00	Em formação prof
	99,00 ^a	NR
A55_rec	1,00	Não
	2,00	Se arranjar emprego
	3,00	Sim, outras razões
	99,00 ^a	NR
A56_g_rec1	,00	Nenhum
	1,00	1 ou mais
P56_2_rec2	1,00	15-34
	2,00	35-64
	3,00	65 e mais
A56_a_rec	7,00	7 e mais
A56_a_rec1	5,00	5 e mais
Adultos_agregado_rec	4,00	4 e mais
A56_e_rec6	1,00	Nenhum
	2,00	Básico -1º Ciclo
	3,00	Básico - 2º Ciclo
	4,00	Básico - 3ºciclo
	5,00	Secundário e pós-secundário
	6,00	Superior
A4rec_até1995	1995,00	até 1995
A4rec_leg	1996,00	até 1996

	2003,00	1997-2003
	2007,00	2004-2007
	2010,00	2008-2010
A3_1rec	1,00	Sim, entreguei logo os papéis
A3_2rec	1,00	Não, não queria ser beneficiário(a) do RSI
A3_3rec	1,00	Não, nessa altura não precisava
A3_4rec	1,00	Não, pensei que ia encontrar um trabalho a qualquer momento
A3_5rec	1,00	Não, não sabia onde ir pedir informações
A3_6rec	1,00	Não, não tinha todos os papéis de que precisava para requerer
A3_Orec	1,00	
A3Requerimento	1,00	Sim, entreguei logo os papéis
	2,00 ^a	Não, não queria ser beneficiário(a) do RSI
	3,00	Não, nessa altura não precisava
	4,00	Não, pensei que ia encontrar um trabalho a qualquer momento
	5,00	Não, não sabia onde ir pedir informações
	6,00	Não, não tinha todos os papéis de que precisava para requerer
	7,00	
A56_b_rec2	1,00	Uma pessoa
	2,00	Casal sem filhos
	3,00	Casal com filhos
	4,00	Monoparental
	5,00	Outras situações
A58.1rec	1,00	1 ou mais
	99,00	Não se aplica
Menores_adulto_rec	,00	nenhum
	1,00	Menos de 1
	3,00	Mais de 2
A29_CP_rec	1,00	
	2,00	Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional
	3,00	A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade
filter_\$	0	Not Selected
	1	Selected
A55_1_rec	1,00	Não vai poder deixar
	2,00	Quando arranjar emprego ou melhorar emp
	3,00	Qnd melhorar outras prest. ou habitação ou saúde
	9,00	Qnd outras situações
F1_3_rec	,00	NÃO RECONHECE
	1,00	RECONHECE
F2_3_rec	,00	NÃO RECONHECE
	1,00	RECONHECE
F3_3_rec	,00	NÃO RECONHECE
	1,00	RECONHECE

F4_3_rec	,00	NÃO RECONHECE
	1,00	RECONHECE
F5_3_rec	,00	NÃO RECONHECE
	1,00	RECONHECE
A35rec	,00	não
	1,00	sim
A36rec	,00	não
	1,00	sim
A35A36	,00	Nenhum elemento do agregado tem problemas de saúde
	1,00	1 elemento do agregado tem problemas de saúde
	2,00	
A37rec	,00	Não tem problemas de saúde
	1,00	Muito Limitado
	2,00	Limitado
	3,00	Pouco Limitado
	4,00	Nada Limitado
	99,00 ^a	NS/NR
A37rec1	,00	Não tem problemas de saúde ou tem problemas menores
	1,00	
	99,00 ^a	NS/NR
A36_A56_recrec	1,00	Agregados sem dependentes mas com pelo menos um elemento com problemas de saúde
	2,00	Agregados com pelo menos um elemento dependente por razões de saúde
	3,00	
A_56_c_rec	,00	Nenhum
	1,00	Um ou dois
	3,00	3 ou mais
A_56_c_rec1	,00	Nenhum
	1,00	Um ou mais
A36_A56_rec1	1,00	Sem problemas de saúde/dependentes
	2,00	Com problemas de saúde/dependentes
Profis_entrevistado	1,00	Empregados e administrativos
	2,00	Vendedores, serviços e cuidados pessoais, segurança
	3,00	Trabalhadores da agricultura e indústria
	4,00	Não qualificados, limpeza, vendedores ambulantes
	999,00 ^a	Não declara profissão
Profis_conjuge	1,00	Empregados e administrativos
	2,00	Vendedores, serviços e cuidados pessoais, segurança
	3,00	Trabalhadores da agricultura e indústria
	4,00	Não qualificados, limpeza, vendedores ambulantes
	999,00 ^a	Não declara profissão

A29_P_rec_2	1,00	A trabalhar
	2,00	Não está a trabalhar
	98,00	Sem cônjuge
	99,00	NR
A29_C_rec_2	1,00	A trabalhar
	2,00	Não está a trabalhar
	98,00	Sem cônjuge
	99,00	NR
A25_C_rec	1,00	Desempregado ou à procura 1º
	2,00	A trabalhar
	3,00	A trabalhar ou estudar sem remuneração
	4,00	Na reforma ou incapacidade
	5,00	Em formação prof
	98,00 ^a	sem conjuge
	99,00 ^a	NR
A25_CP_rec	1,00	
	2,00	Pelo menos um a trabalhar ou em formação profissional
	3,00	A trabalhar sem remuneração ou na reforma ou incapacidade
A49_2_miss	1,00	Os sindicatos
	2,00	As Misericórdias
	3,00	As Câmaras, Juntas de Freguesia
	4,00	A Igreja
	5,00	A União Europeia
	6,00	Cada um de nós
	7,00	Os partidos políticos
	8,00	As empresas
	9,00	O Estado
	98,00	Outras respostas
99,00 ^a	NS/NR	
A49_1_rec	1,00	Instancias de poder político
	2,00	Organizações da sociedade civil
	3,00	"cada um de nós"
	99,00	NR
A49_1_2	1,00	Instâncias do poder político
	2,00	Poder político e organizações
	3,00	Poder político e cada um
	4,00	Organizações e cada um
A29_P_rec_FoPr	1,00	Desempregado ou à procura 1º
	2,00	A trabalhar ou em formação profissional
	3,00	A trabalhar ou estudar sem remuneração
	4,00	Na reforma ou incapacidade
	99,00 ^a	NR

A25_P_rec_FoPr	1,00	Desempregado ou à procura 1º
	2,00	A trabalhar ou em formação profissional
	3,00	A trabalhar ou estudar sem remuneração
	4,00	Na reforma ou incapacidade
	99,00 ^a	Na reforma ou incapacidade

ANEXO 6. Frequências simples

A1. Soube que existia o Rendimento Social de Inserção, anterior Rendimento Mínimo Garantido, de que forma, através de quem?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Publicidade, Jornais, rádio, televisão, panfletos/cartazes	8,4%	23	6,6%	9	7,8%
Serviços Públicos, como a segurança social, as finanças, a câmara, a junta	41,1%	113	37,5%	51	39,9%
Não se lembra, não sabe	1,1%	3	1,5%	2	1,2%
Outros	1,1%	3	1,5%	2	1,2%
Familiares, Vizinhos, amigos, conhecidos	48,4%	133	52,9%	72	49,9%
Total	100,0%	275	100,0%	136	100,0%

A2. Depois de tomar conhecimento da existência do RSI/RMG de quem partiu a ideia de preencher os papéis para o Rendimento Social de Inserção/Rendimento mínimo Garantido?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
De si próprio	78,5%	216	80,1%	109	79,1%
Conversa/aconselhamento de um familiar	8,7%	24	5,9%	8	7,8%
Conversa/aconselhamento de amigo ou vizinho	2,9%	8	5,1%	7	3,6%
Técnico	9,5%	26	6,6%	9	8,5%
Não se lembra, não sabe	,0%	0	,0%	0	,0%
Outros	,4%	1	2,2%	3	1,0%
Total	100,0%	275	100,0%	136	100,0%

A3. Entregou logo os papéis do Rendimento Social de Inserção assim que soube que ele existia?

	Tipo de protocolo

	CDIS		PROT		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C
Sim, entreguei logo os papéis	216	80,3%	111	82,2%	327	80,9%
Não, não queria ser beneficiário(a) do RSI	0	,0%	0	,0%	0	,0%
Não, nessa altura não precisava	27	10,0%	9	6,7%	36	8,9%
Não, pensei que ia encontrar um trabalho a qualquer momento	6	2,2%	2	1,5%	8	2,0%
Não, não sabia onde ir pedir informações ou não tinha os papéis todos	16	5,9%	10	7,4%	26	6,4%
Não, disseram -me/pensava que não reunia a condições necessárias	4	1,5%	3	2,2%	7	1,7%

A4. Nº de anos que entregou os papeis dos RSI

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
até 2 anos	34,0%	82	34,7%	43	34,2%
de 3 a 5 anos	27,4%	66	24,2%	30	26,3%
de 6 a 10 anos	21,6%	52	23,4%	29	22,2%
mais de 10 anos	17,0%	41	17,7%	22	17,3%
Total	100,0%	241	100,0%	124	100,0%

A5. Tem vergonha ou acha que é um direito recorrer ao RSI?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Tem vergonha	20,9%	57	15,8%	21	19,2%
Acha que é um direito	79,1%	216	84,2%	112	80,8%
Direito associado à necessidade justificada	,0%	0	,0%	0	,0%
Direito associado ao merecimento	,0%	0	,0%	0	,0%
É um direito mas tem vergonha	,0%	0	,0%	0	,0%
Total	100,0%	273	100,0%	133	100,0%

A6. Há muita gente que, por alguma razão, já teve RSI no passado, deixou de ter e voltou mais tarde a requerer. Este é o seu caso?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Não, nunca foi interrompido, esta foi a 1ª vez que requeremos	67,8%	185	56,7%	76	64,1%
Sim, já houve interrupção, foi cancelado o primeiro rendimento	32,2%	88	43,3%	58	35,9%

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Não, nunca foi interrompido, esta foi a 1ª vez que requeremos	67,8%	185	56,7%	76	64,1%
Sim, já houve interrupção, foi cancelado o primeiro rendimento	32,2%	88	43,3%	58	35,9%
Total	100,0%	273	100,0%	134	100,0%

A7. Motivo para recorrer ao RSI

	Tipo de protocolo					
	CDIS		PROT		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C
Separação/divórcio / Viuvez	29	10,5%	15	11,0%	44	10,7%
Redução de salário	2	,7%	0	,0%	2	,5%
Toxicodependência de um dos elementos da família	9	3,3%	1	,7%	10	2,4%
Insuficiência de prestações e serviços sociais (ex: pensão, subsídio de desemprego, etc)	12	4,4%	10	7,4%	22	5,4%
Necessidade de cuidar de elementos da família por dependência (crianças, idosos, pessoas com deficiência)	21	7,6%	17	12,5%	38	9,2%
Incapacidade para fazer face às despesas	86	31,3%	45	33,1%	131	31,9%
Endividamento	7	2,5%	0	,0%	7	1,7%
Problema de Saúde	58	21,1%	23	16,9%	81	19,7%
Perda de Trabalho/desemprego	145	52,7%	72	52,9%	217	52,8%
Prisão	3	1,1%	1	,7%	4	1,0%
Outra situação	10	3,6%	8	5,9%	18	4,4%
Não sei, não me lembro	0	,0%	1	,7%	1	,2%
Não se recorda das obrigações exigidas	0	,0%	0	,0%	0	,0%

A8. Apoios recebidos no âmbito do acordo de inserção

	Tipo de protocolo					
	CDIS		PROT		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C
A8. a) cuidados de saúde	52	34,9%	27	28,1%	79	32,2%
A8. b) Apoio psicológico	27	18,1%	18	18,8%	45	18,4%
A8. c) Apoios à educação (pagamento de aulas de natação, ocupação de tempos livres, etc)	16	10,7%	12	12,5%	28	11,4%
A8. d) Apoio à inserção no sistema educativo dos filhos	41	27,5%	35	36,5%	76	31,0%
A8. e) Formação profissional	84	56,4%	55	57,3%	139	56,7%
A8. f) Apoio à inserção em emprego ou à criação do próprio emprego	38	25,5%	35	36,5%	73	29,8%
A8. g) Apoios à habitação (Acesso a uma casa, melhorias na casa onde vive, pagamento de renda/empréstimo de casa)	23	15,4%	15	15,6%	38	15,5%

A9. Lembra-se de ter assinado o 1º acordo de inserção?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Sim	71,0%	174	84,1%	111	75,6%
Não	29,0%	71	15,9%	21	24,4%
Total	100,0%	245	100,0%	132	100,0%

A10. Depois desse assinou outros Acordos de Inserção?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Sim	46,5%	114	60,0%	78	51,2%
Não	53,5%	131	40,0%	52	48,8%
Total	100,0%	245	100,0%	130	100,0%

A11. Lembra-se se alguma vez os técnicos lhe explicaram o que era esse acordo?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Os técnicos explicaram-lhe qual era o acordo e ouviram a sua opinião	52,0%	115	65,3%	81	56,8%
Os técnicos explicaram-lhe qual era o acordo mas não ouviram a sua opinião	14,0%	31	20,2%	25	16,2%
Não explicaram nem ouviram a sua opinião	16,3%	36	6,5%	8	12,8%
Não se lembra se lhe explicaram ou não	17,6%	39	8,1%	10	14,2%
Total	100,0%	221	100,0%	124	100,0%

A12. Obrigações definidas no âmbito do acordo:

	Tipo de protocolo					
	CDIS		PROT		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C
A12.Obrigações Melhorar as condições da minha habitação ou mudar de casa	54	26,7%	40	32,0%	94	28,7%
A12. Obrigações Cuidar da minha saúde ou dos meus familiares (ir a consultas, vacinação, exames)	108	53,5%	62	49,6%	170	52,0%
A12.- Obrigações Regularizar documentação (BI, autorização de residência,...)	108	53,5%	79	63,2%	187	57,2%
A12.Obrigações Organizar e limpar a minha casa	36	17,8%	41	32,8%	77	23,5%
A12. Obrigações Pagar contas da água, luz, gás, renda de casa	96	47,5%	71	56,8%	167	51,1%
A12.Obrigações Aumentar a minha escolaridade	99	49,0%	79	63,2%	178	54,4%
A12.Obrigações Matricular os meus filhos na escola/inscrever na creche ou infantário	75	37,1%	63	50,4%	138	42,2%
A12.Obrigações Garantir que os meus filhos não faltam à escola	78	38,6%	67	53,6%	145	44,3%
A12. Obrigações Procurar activamente emprego	139	68,8%	89	71,2%	228	69,7%
A12. Obrigações Frequentar cursos de formação	145	71,8%	98	78,4%	243	74,3%
A12.- Obrigações Fazer tratamento de desintoxicação do próprio ou familiar (drogas ou álcool)	36	17,8%	15	12,0%	51	15,6%
Total	202	100,0%	125	100,0%	327	100,0%

A13.O que pensa das obrigações deste acordo?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Estou de acordo com as minhas obrigações	90,9%	199	90,3%	112	90,7%
Penso que tem obrigações a mais	9,1%	20	9,7%	12	9,3%

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Estou de acordo com as minhas obrigações	90,9%	199	90,3%	112	90,7%
Penso que tem obrigações a mais	9,1%	20	9,7%	12	9,3%
Total	100,0%	219	100,0%	124	100,0%

A14: Contrapartidas do acordo de inserção:

	Tipo de protocolo					
	CDIS		PROT		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C
A14. Contrapartidas É a possibilidade de melhorar a vida familiar	81	29,5%	52	38,5%	13	32,4%
A14. Contrapartidas É a garantia de passar a ter acesso a cuidados de saúde	71	25,8%	52	38,5%	12	30,0%
A14. Contrapartidas É a garantia de ter melhores condições de habitação	40	14,5%	23	17,0%	63	15,4%
A14. Contrapartidas É a garantia de melhorar o nível de escolaridade	82	29,8%	66	48,9%	14	36,1%
A14. Contrapartidas É a garantia de vir a encontrar um emprego	65	23,6%	41	30,4%	10	25,9%
A14. Para além do dinheiro não há outras contrapartidas	13	47,6%	40	29,6%	17	41,7%
Total	27	100,0%	13	100,0%	41	100,0%
	5		5		0	

A15.O que pensa das contrapartidas?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Estou de acordo com as contrapartidas	67,9%	146	72,9%	86	69,7%
Penso que tem contrapartidas a menos	32,1%	69	27,1%	32	30,3%
Total	100,0%	215	100,0%	118	100,0%

A16. O que falta no acordo de inserção:

	Tipo de protocolo		
	CDIS	PROT	Total

	N	% em C	N	% em C	N	% em C
Mais ajudas financeiras	56	25,1%	37	30,8%	93	27,1%
Outros apoios - habitação	26	11,7%	19	15,8%	45	13,1%
Outros apoios – Educação/formação	12	5,4%	3	2,5%	15	4,4%
Outros apoios – Emprego	23	10,3%	7	5,8%	30	8,7%
Outros apoios - saúde	37	16,6%	18	15,0%	55	16,0%
Outros apoios – alimentação	10	4,5%	1	,8%	11	3,2%
Outros apoios, sem especificar	15	6,7%	10	8,3%	25	7,3%
Trabalho de intervenção mais personalizado/melhor acompanhamento	14	6,3%	4	3,3%	18	5,2%
Maior controlo da medida	12	5,4%	3	2,5%	15	4,4%
Nada	45	20,2%	34	28,3%	79	23,0%
Total	223	100,0%	120	100,0%	343	100,0%

A17. Áreas mais importantes no acordo:

	Tipo de protocolo					
	CDIS		PROT		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C
Habitação	80	33,5%	31	25,4%	111	30,7%
Saúde	120	50,2%	71	58,2%	191	52,9%
Apoio da acção social	51	21,3%	23	18,9%	74	20,5%
Emprego	108	45,2%	56	45,9%	164	45,4%
Educação/ formação	63	26,4%	35	28,7%	98	27,1%
Total	239	100,0%	122	100,0%	361	100,0%

A18. Sabia que há diferentes serviços públicos com responsabilidade no seu acordo (como o IEFP – Centro de Emprego, a Seg. Social, o Centro de Saúde...)?

	Tipo de protocolo					
	CDIS		PROT		Total	
	% em C	N	% em C	N	% em C	
Sim	54,9%	146	58,2%	78	56,0%	
Não	45,1%	120	41,8%	56	44,0%	
Total	100,0%	266	100,0%	134	100,0%	

A18.1. Considera que esses serviços são importantes?

	Tipo de protocolo					
	CDIS		PROT		Total	
	% em C	N	% em C	N	% em C	
Sim	99,3%	144	98,7%	76	99,1%	

Não	,7%	1	1,3%	1	,9%
Total	100,0%	145	100,0%	77	100,0%

A19. Quais os serviços com que contacta:

	Tipo de protocolo					
	CDIS		PROT		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C
Segurança social	79	30,2%	56	42,7%	135	34,4%
Centro de saúde/hospital (qualquer unidade de saúde)	121	46,2%	56	42,7%	177	45,0%
Serviços associados à habitação social	1	,4%	0	,0%	1	,3%
Centro de emprego/centro de formação	89	34,0%	42	32,1%	131	33,3%
Projectos de intervenção social	0	,0%	1	,8%	1	,3%
Juntas de freguesia/Câmara Municipal	7	2,7%	1	,8%	8	2,0%
Outras instituições	10	3,8%	4	3,1%	14	3,6%
Escolas	4	1,5%	0	,0%	4	1,0%
Nenhum	5	1,9%	1	,8%	6	1,5%
Total	262	100,0%	131	100,0%	393	100,0%

A21.O que pensa do acompanhamento do técnico?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
É demasiado, o técnico controla a minha vida	2,7%	7	6,3%	8	3,9%
É suficiente, o técnico ajuda-me	64,3%	164	82,5%	104	70,3%
É insuficiente, o técnico mal conhece os meus problemas	32,9%	84	11,1%	14	25,7%
Total	100,0%	255	100,0%	126	100,0%

A22.Das três frases que vou ler a seguir diga-me qual define melhor a sua relação com as (os) técnicas (os) que acompanham o seu processo.

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Compreendem-me e ajudam-me, procurando os apoios que eu preciso	75,1%	172	87,4%	111	79,5%
Só estão preocupadas (os) em que eu vá trabalhar e não pensam nas minhas dificuldades	12,2%	28	8,7%	11	11,0%

Só arranjam soluções que não me interessam	12,7%	29	3,9%	5	9,6%
Total	100,0%	229	100,0%	127	100,0%

A23. O que mais aprecia no trabalho dos técnicos:

	Tipo de protocolo					
	CDIS		PROT		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C
Nada, não tem nenhum acompanhamento (não pode apreciar)	41	16,0%	9	7,1%	50	13,1%
Nada, imagem negativa do acompanhamento	42	16,3%	13	10,3%	55	14,4%
Nada, não têm condições objectivas para dar a apoio	3	1,2%	0	,0%	3	,8%
Apoios específicos – saúde	1	,4%	0	,0%	1	,3%
Apoios específicos – emprego/trabalho	3	1,2%	2	1,6%	5	1,3%
Apoios específicos – formação/educação	1	,4%	2	1,6%	3	,8%
Apoios específicos - habitação	1	,4%	0	,0%	1	,3%
Apoio específicos – informação e esclarecimentos	12	4,7%	4	3,2%	16	4,2%
Apoio específicos – prestações sociais	0	,0%	1	,8%	1	,3%
Apoio não especificados	69	26,8%	39	31,0%	108	28,2%
Características pessoais empatia/simpatia	51	19,8%	36	28,6%	87	22,7%
Características pessoais - Competência profissional	56	21,8%	39	31,0%	95	24,8%
Total	257	100,0%	126	100,0%	383	100,0%

A24. Mudanças no acompanhamento:

	Tipo de protocolo					
	CDIS		PROT		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C
A24.Mudou o técnico	109	72,2%	85	79,4%	194	75,2%
A24.Passei a ter apoio de outros técnicos	53	35,1%	38	35,5%	91	35,3%
A24.Passei a estar mais vezes com o técnico	57	37,7%	41	38,3%	98	38,0%
A24.O técnico passou a ir mais vezes a minha casa	31	20,5%	41	38,3%	72	27,9%
A24.Foram-me exigidas outras obrigações	19	12,6%	11	10,3%	30	11,6%
A24.Passei a ter acompanhamento da ajudante	11	7,3%	18	16,8%	29	11,2%
A24. Mudou o local de atendimento	52	34,4%	45	42,1%	97	37,6%
Total	151	100,0%	107	100,0%	258	100,0%

A25.Qual era a sua situação perante o trabalho quando requereu o RSI?

	Tipo de protocolo					
	CDIS		PROT		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C
Desempregado	185	68,3%	106	77,9%	291	71,5%
À procura do 1º emprego profissional	5	1,8%	2	1,5%	7	1,7%
Na reforma sem actividade profissional	1	,4%	0	,0%	1	,2%
A trabalhar por conta de outrem	13	4,8%	7	5,1%	20	4,9%
A trabalhar no negócio da família	2	,7%	1	,7%	3	,7%
A trabalhar por conta própria	8	3,0%	2	1,5%	10	2,5%
A fazer trabalho doméstico, e/ou a cuidar de crianças ou de outras pessoas, sem ser pago	25	9,2%	14	10,3%	39	9,6%
Em situação de doença ou incapacidade/invalidez permanentes	28	10,3%	3	2,2%	31	7,6%
Estudante (mesmo se de férias) sem ser remunerado	4	1,5%	1	,7%	5	1,2%
Total	271	100,0%	136	100,0%	407	100,0%

A25. Qual era a situação do seu cônjuge/companheiro perante o trabalho quando requereu o RSI?

	Tipo de protocolo					
	CDIS		PROT		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C
Desempregado	61	22,3%	36	26,7%	97	23,8%
Na reforma sem actividade profissional	6	2,2%	2	1,5%	8	2,0%
A trabalhar por conta de outrem	27	9,9%	16	11,9%	43	10,5%
A trabalhar no negócio da família	1	,4%	2	1,5%	3	,7%
A trabalhar por conta própria	1	,4%	2	1,5%	3	,7%
A fazer trabalho doméstico, e/ou a cuidar de crianças ou de outras pessoas, sem ser pago	7	2,6%	2	1,5%	9	2,2%
Em situação de doença ou incapacidade/invalidez permanentes	9	3,3%	1	,7%	10	2,5%
Estudante (mesmo se de férias) sem ser remunerado	2	,7%	1	,7%	3	,7%
NÃO TEM CONJUGE / COMPANHEIRO	158	57,9%	71	52,6%	229	56,1%
O cônjuge não está presente porque não está em Portugal/emigrou	1	,4%	0	,0%	1	,2%
O cônjuge não está presente porque está em reclusão	0	,0%	2	1,5%	2	,5%
Total	273	100,0%	135	100,0%	408	100,0%

A29.E qual é a sua situação actual perante o trabalho?

	Tipo de protocolo					
	CDIS		PROT		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C
Desempregado	171	62,2%	84	61,8%	255	62,0%
À procura do 1º emprego	3	1,1%	6	4,4%	9	2,2%
Na reforma sem actividade profissional	1	,4%	0	,0%	1	,2%
A trabalhar por conta de outrem	22	8,0%	8	5,9%	30	7,3%
A trabalhar no negócio da família	1	,4%	0	,0%	1	,2%
A trabalhar por conta própria	2	,7%	2	1,5%	4	1,0%
A fazer trabalho doméstico, e/ou a cuidar de crianças ou de outras pessoas, sem ser pago	35	12,7%	21	15,4%	56	13,6%
Em situação de doença ou incapacidade/invalidez permanentes	33	12,0%	4	2,9%	37	9,0%
A estudar, mesmo se de férias, sem ser remunerado	7	2,5%	2	1,5%	9	2,2%
Em formação profissional	0	,0%	1	,7%	1	,2%
Curso de formação pago	0	,0%	8	5,9%	8	1,9%
Total	275	100,0%	136	100,0%	411	100,0%

A29.E qual é a situação actual do seu cônjuge / companheiro perante o trabalho?

	Tipo de protocolo		
	CDIS	PROT	Total

	N	% em C	N	% em C	N	% em C
Desempregado	56	20,5%	29	21,5%	85	20,8%
À procura do 1º emprego	0	,0%	1	,7%	1	,2%
Na reforma sem actividade profissional	7	2,6%	3	2,2%	10	2,5%
A trabalhar por conta de outrem	24	8,8%	14	10,4%	38	9,3%
A trabalhar por conta própria	1	,4%	0	,0%	1	,2%
A fazer trabalho doméstico, e/ou a cuidar de crianças ou de outras pessoas, sem ser pago	17	6,2%	3	2,2%	20	4,9%
Em situação de doença ou incapacidade/invalidez permanentes	6	2,2%	1	,7%	7	1,7%
A estudar, mesmo se de férias, sem ser remunerado	2	,7%	1	,7%	3	,7%
NÃO TEM CONJUGE / COMPANHEIRO	159	58,2%	80	59,3%	239	58,6%
O cônjuge não está presente porque não está em Portugal/emigrou	1	,4%	0	,0%	1	,2%
O cônjuge não está presente	0	,0%	1	,7%	1	,2%
Curso de formação pago	0	,0%	2	1,5%	2	,5%
Total	273	100,0%	135	100,0%	408	100,0%

A30.1.1.No último ano teve alguma proposta de emprego que não tenha aceitei?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Sim, tive uma proposta que não aceitei	2,6%	7	3,0%	4	2,7%
Sim, tive mais do que uma proposta que não aceitei	,7%	2	1,5%	2	1,0%
Não, não tive nenhuma proposta	59,7%	163	60,2%	80	59,9%
Sim, mas recusaram	,0%	0	,8%	1	,2%
não se aplica	37,0%	101	34,6%	46	36,2%
Total	100,0%	273	100,0%	133	100,0%

A30.1.1. Porque não aceitou propostas de trabalho:

	Tipo de protocolo					
	CDIS		PROT		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C
Porque as condições de trabalho eram muito duras (ex: trabalho nocturno, transportar pesos...)	1	,9%	1	2,0%	2	1,2%
Porque o salário era baixo e/ou incerto	3	2,7%	0	,0%	3	1,9%
Porque era muito longe da minha casa	0	,0%	1	2,0%	1	,6%
Porque não tinha ninguém com quem deixar as crianças/idosos/outros dependentes	1	,9%	1	2,0%	2	1,2%

Porque não tinha condições de saúde	4	3,6%	1	2,0%	5	3,1%
Porque teria que ir para fora do país	1	,9%	0	,0%	1	,6%
Em formação profissional	1	,9%	0	,0%	1	,6%
Estava grávida	0	,0%	2	3,9%	2	1,2%
não se aplica	101	91,8%	46	90,2%	147	91,3%
Total	110	100,0%	51	100,0%	161	100,0%

A30.1.2. Porque acha que não arranja trabalho:

	Tipo de protocolo					
	CDIS		PROT		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C
discriminação étnica	4	2,5%	6	7,1%	10	4,0%
problemas de saúde do próprio	35	21,5%	20	23,5%	55	22,2%
idade	57	35,0%	28	32,9%	85	34,3%
capital social	1	,6%	0	,0%	1	,4%
cuidado de familiares – crianças ou idosos ou outros (com problemas de saúde, deficiência ou não)	7	4,3%	6	7,1%	13	5,2%
falta de competências para a empregabilidade (falta de escolaridade, form. Profissional, carta de condução, exp profissional)	30	18,4%	16	18,8%	46	18,5%
prefere /preferiu investir nos estudos	2	1,2%	0	,0%	2	,8%
discriminação social	3	1,8%	0	,0%	3	1,2%
falta de emprego	33	20,2%	20	23,5%	53	21,4%
emprego precário	0	,0%	1	1,2%	1	,4%
sorte	3	1,8%	0	,0%	3	1,2%
Condições de desenvolvimento do país	6	3,7%	3	3,5%	9	3,6%
outras	8	4,9%	2	2,4%	10	4,0%
Total	163	100,0%	85	100,0%	248	100,0%

A30.1.3.: Regularidade com que procura:

		Tipo de protocolo					
		CDIS		PROT		Total	
		N	% em C	N	% em C	N	% em C
A30.1.3. Procurou ofertas de trabalho	Na semana passada	37	21,6%	11	12,2%	48	18,4%
	Nos últimos três meses	45	26,3%	30	33,3%	75	28,7%
	Há mais de 3 meses	64	37,4%	46	51,1%	110	42,1%
	Nunca	25	14,6%	3	3,3%	28	10,7%
A30.1.3. Enviou um currículo	Na semana passada	13	7,7%	3	3,3%	16	6,2%
	Nos últimos três meses	18	10,7%	8	8,9%	26	10,0%
	Há mais de 3 meses	40	23,7%	22	24,4%	62	23,9%
	Nunca	98	58,0%	57	63,3%	155	59,8%
A30.1.3. Respondeu a um anúncio	Na semana passada	21	12,5%	6	6,7%	27	10,5%
	Nos últimos três meses	29	17,3%	11	12,2%	40	15,5%
	Há mais de 3 meses	59	35,1%	27	30,0%	86	33,3%
	Nunca	59	35,1%	46	51,1%	105	40,7%
A30.1.3. Foi a uma entrevista	Na semana passada	7	4,2%	5	5,6%	12	4,7%

A30.1.3. Falou com amigo/conhecido para tentar arranjar emprego	Nos últimos três meses	30	17,9%	11	12,2%	41	15,9%
	Há mais de 3 meses	73	43,5%	49	54,4%	122	47,3%
	Nunca	58	34,5%	25	27,8%	83	32,2%
A30.1.3.Foi ao centro de emprego e/ou empresa de trabalho temporário	Na semana passada	58	33,9%	25	28,1%	83	31,9%
	Nos últimos três meses	44	25,7%	26	29,2%	70	26,9%
	Há mais de 3 meses	39	22,8%	27	30,3%	66	25,4%
	Nunca	30	17,5%	11	12,4%	41	15,8%
	Na semana passada	25	14,7%	9	10,0%	34	13,1%
	Nos últimos três meses	65	38,2%	39	43,3%	104	40,0%
	Há mais de 3 meses	52	30,6%	30	33,3%	82	31,5%
	Nunca	28	16,5%	12	13,3%	40	15,4%

A30.1.4.Há quanto tempo está desempregado ou procura o 1º emprego?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Há menos de 2 meses	,4%	1	,0%	0	,2%
Entre 2 e 4 meses	,7%	2	1,5%	2	1,0%
Entre 4 e 6 meses	1,1%	3	,7%	1	1,0%
Entre 6 e 12 meses	1,5%	4	,7%	1	1,2%
Entre 1 e 2 anos	7,8%	21	2,9%	4	6,2%
Entre 2 e 5 anos	18,9%	51	25,7%	35	21,2%
Há mais de 5 anos	32,2%	87	34,6%	47	33,0%
não se aplica	37,4%	101	33,8%	46	36,2%
Total	100,0%	270	100,0%	136	100,0%

A30.1.5.Recebe ou recebeu subsídio de desemprego?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Nunca recebi	38,8%	104	40,6%	54	39,4%
Recebi, já não recebo	22,0%	59	20,3%	27	21,4%
Recebo	,4%	1	,0%	0	,2%
não se aplica	38,8%	104	39,1%	52	38,9%
Total	100,0%	268	100,0%	133	100,0%

§A30.1.6.Porque razão deixou de trabalhar?

	Tipo de protocolo					
	CDIS		PROT		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C
O contrato terminou	36	13,2%	13	9,6%	49	12,0%
Despedi-me	14	5,1%	1	,7%	15	3,7%
Fui despedido	24	8,8%	16	11,9%	40	9,8%

Por razões familiares (ex.: ficar com filhos)	18	6,6%	17	12,6%	35	8,6%
Por o ordenado não valer a pena/não compensar o esforço	4	1,5%	2	1,5%	6	1,5%
A empresa fechou / tinha salários em atraso	47	17,3%	19	14,1%	66	16,2%
Por problemas de saúde	38	14,0%	22	16,3%	60	14,7%
Por ter mudado de casa	4	1,5%	1	,7%	5	1,2%
Falta de competências para a empregabilidade	1	,4%	0	,0%	1	,2%
Trabalho precário (trabalho temporário, biscates)	2	,7%	2	1,5%	4	1,0%
A empresa não quis assumir as suas responsabilidades	1	,4%	0	,0%	1	,2%
Foi preso	0	,0%	1	,7%	1	,2%
não se aplica	104	38,2%	52	38,5%	156	38,3%
Total	272	100,0%	135	100,0%	407	100,0%

A30.2.1. Qual é a sua profissão principal actual ou a ultima que exerceu?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
14. Directores de hotelaria, restauração, comércio e de outros serviços	2,2%	6	1,5%	2	2,0%
23. Professores	,7%	2	,0%	0	,5%
26. Especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais	,4%	1	,0%	0	,2%
31. Técnicos e profissões das ciências e engenharia, de nível intermédio	,4%	1	,0%	0	,2%
32. Técnicos e profissionais, de nível intermédio da saúde	,4%	1	,0%	0	,2%
33. Técnicos de nível intermédio, das áreas financeira, administrativa e dos negócios	,0%	0	,0%	0	,0%
34. Técnicos de nível intermédio dos serviços jurídicos, sociais, desportivos, culturais e similares	,4%	1	,7%	1	,5%
41. Empregados de escritório, secretários em geral e operadores de processamento de dados	1,8%	5	,7%	1	1,5%
42. Pessoal de apoio directo a clientes	1,1%	3	1,5%	2	1,2%
43. Operadores de dados, de contabilidade, estatística, de serviços financeiros e relacionados com o registo	1,1%	3	,0%	0	,7%
44. Outro pessoal de apoio de tipo administrativo	,4%	1	,0%	0	,2%

51. Trabalhadores dos serviços pessoais	5,5%	15	3,7%	5	4,9%
52. Vendedores	5,9%	16	9,7%	13	7,2%
53. Trabalhadores dos cuidados pessoais e similares	3,7%	10	4,5%	6	4,0%
54. Pessoal dos serviços de protecção e segurança	,4%	1	,0%	0	,2%
61. Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e produção animal, orientados para o mercado	1,1%	3	,0%	0	,7%
71. Trabalhadores qualificados da construção e similares, excepto electricista	5,5%	15	3,7%	5	4,9%
72. Trabalhadores qualificados da metalurgia, metalomecânica e similares	2,2%	6	3,0%	4	2,5%
73. Trabalhadores qualificados da impressão, do fabrico de instrumentos de precisão, joalheiros, artesãos e similares	,4%	1	,0%	0	,2%
74. Trabalhadores qualificados em electricidade e em electrónica	,4%	1	,0%	0	,2%
75. Trabalhadores da transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e outras indústrias e artesanato	10,0%	27	12,7%	17	10,9%
81. Operadores de instalações fixas e máquinas	,4%	1	,0%	0	,2%
82. Trabalhadores da montagem	,4%	1	,0%	0	,2%
83. Condutores de veículos e operadores de equipamentos móveis	,7%	2	,0%	0	,5%
91. Trabalhadores de limpeza	14,4%	39	16,4%	22	15,1%
92. Trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta	,4%	1	,0%	0	,2%
93. Trabalhadores não qualificados da indústria extractiva, construção, indústria transformadora e transportes	3,0%	8	2,2%	3	2,7%
94. Assistentes na preparação de refeições	4,8%	13	2,2%	3	4,0%
95. Vendedores ambulantes (excepto de alimentos) e prestadores de serviços na rua	,7%	2	3,0%	4	1,5%
96. Trabalhadores dos resíduos e de outros serviços elementares	2,6%	7	3,0%	4	2,7%
não se aplica	28,8%	78	31,3%	42	29,6%
Total	100,0%	271	100,0%	134	100,0%

A30.2.2. Indique qual o regime do contrato de trabalho da actividade principal ou da última actividade exercida por si?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Sem qualquer vínculo	26,1%	71	26,1%	35	26,1%
Contrato a termo certo	23,2%	63	26,1%	35	24,1%
Contrato permanente	16,9%	46	14,2%	19	16,0%

Trabalhador por conta própria	2,6%	7	2,2%	3	2,5%
Outra situação	2,6%	7	,0%	0	1,7%
não se aplica	28,7%	78	31,3%	42	29,6%
Total	100,0%	272	100,0%	134	100,0%

A30.2.3. Nos últimos 5 anos, teve outro tipo de contrato de trabalho?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Sim	5,5%	15	6,6%	9	5,9%
Não	66,1%	181	62,5%	85	64,9%
não se aplica	28,5%	78	30,9%	42	29,3%
Total	100,0%	274	100,0%	136	100,0%

A30.2.4. Quais?

	Tipo de protocolo					
	CDIS		PROT		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C
Sem qualquer vínculo	6	3,1%	1	1,1%	7	2,4%
Contrato de prestação de serviços: Recibo verde/avença/ acto único	0	,0%	1	1,1%	1	,3%
Contrato a termo certo	7	3,6%	6	6,4%	13	4,5%
Contrato permanente	1	,5%	1	1,1%	2	,7%
não se aplica	196	100,0%	94	100,0%	290	100,0%
Total	196	100,0%	94	100,0%	290	100,0%

A30.2.5. Em média quantas horas trabalha / trabalhava por semana? (escalões)

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
<35 horas	11,1%	30	7,5%	10	9,9%
de 35 a 40 horas	34,3%	93	40,3%	54	36,3%
de 41 a 50 horas	12,9%	35	10,4%	14	12,1%
de 51 a 60 horas	5,2%	14	6,0%	8	5,4%
mais de 60 horas	7,7%	21	4,5%	6	6,7%
não se aplica	28,8%	78	31,3%	42	29,6%
Total	100,0%	271	100,0%	134	100,0%

A30.2.6. Acha que continuará no mesmo trabalho no próximo ano?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C

Sim, porque estou satisfeito com o meu trabalho	4,1%	8	5,4%	5	4,5%
Sim, porque não consigo arranjar mais nada e preciso do meu trabalho	4,6%	9	2,2%	2	3,8%
Não, porque o contrato termina	2,6%	5	1,1%	1	2,1%
Não, porque não estou satisfeito e vou procurar outro trabalho	,0%	0	,0%	0	,0%
Não, Porque a empresa onde trabalho vai fechar	,0%	0	,0%	0	,0%
Não, Porque já não tenho condições de saúde para trabalhar	,0%	0	,0%	0	,0%
não se aplica	88,7%	172	91,3%	84	89,5%
Total	100,0%	194	100,0%	92	100,0%

A31.1.1. Relativamente ao seu cônjuge / companheiro qual é a sua profissão principal actual ou a ultima que exerceu?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
14. Directores de hotelaria, restauração, comércio e de outros serviços	,8%	2	,0%	0	,5%
23. Professores	,4%	1	,0%	0	,3%
26. Especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais	,0%	0	,0%	0	,0%
31. Técnicos e profissões das ciências e engenharia, de nível intermédio	,0%	0	,0%	0	,0%
32. Técnicos e profissionais, de nível intermédio da saúde	,0%	0	,0%	0	,0%
33. Técnicos de nível intermédio, das áreas financeira, administrativa e dos negócios	,0%	0	,0%	0	,0%
34. Técnicos de nível intermédio dos serviços jurídicos, sociais, desportivos, culturais e similares	,0%	0	,0%	0	,0%
41. Empregados de escritório, secretários em geral e operadores de processamento de dados	,0%	0	,0%	0	,0%
42. Pessoal de apoio directo a clientes	,0%	0	,0%	0	,0%
43. Operadores de dados, de contabilidade, estatística, de serviços financeiros e relacionados com o registo	,0%	0	,0%	0	,0%
44. Outro pessoal de apoio de tipo administrativo	,0%	0	,0%	0	,0%
51. Trabalhadores dos serviços pessoais	,8%	2	,0%	0	,5%
52. Vendedores	1,5%	4	,8%	1	1,3%

53. Trabalhadores dos cuidados pessoais e similares	,4%	1	,8%	1	,5%
54. Pessoal dos serviços de protecção e segurança	,8%	2	2,5%	3	1,3%
61. Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e produção animal, orientados para o mercado	1,1%	3	1,7%	2	1,3%
71. Trabalhadores qualificados da construção e similares, excepto electricista	7,5%	20	7,4%	9	7,5%
72. Trabalhadores qualificados da metalurgia, metalomecânica e similares	2,6%	7	1,7%	2	2,3%
73. Trabalhadores qualificados da impressão, do fabrico de instrumentos de precisão, joalheiros, artesãos e similares	,0%	0	,0%	0	,0%
74. Trabalhadores qualificados em electricidade e em electrónica	,4%	1	,8%	1	,5%
75. Trabalhadores da transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e outras indústrias e artesanato	2,3%	6	,8%	1	1,8%
81. Operadores de instalações fixas e máquinas	,4%	1	,8%	1	,5%
82. Trabalhadores da montagem	,0%	0	,0%	0	,0%
83. Condutores de veículos e operadores de equipamentos móveis	1,9%	5	,8%	1	1,6%
91. Trabalhadores de limpeza	3,0%	8	4,1%	5	3,4%
92. Trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta	,4%	1	,0%	0	,3%
93. Trabalhadores não qualificados da indústria extractiva, construção, indústria transformadora e transportes	3,0%	8	4,1%	5	3,4%
94. Assistentes na preparação de refeições	,4%	1	,0%	0	,3%
95. Vendedores ambulantes (excepto de alimentos) e prestadores de serviços na rua	1,5%	4	,8%	1	1,3%
96. Trabalhadores dos resíduos e de outros serviços elementares	1,9%	5	1,7%	2	1,8%
não se aplica	69,2%	184	71,1%	86	69,8%
Total	100,0%	266	100,0%	121	100,0%

A31.1.2.E, qual o regime do contrato de trabalho da actividade principal ou da última actividade exercida pelo seu cônjuge / companheiro?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Sem qualquer vínculo	11,5%	30	9,1%	11	10,7%
Contrato a termo certo	6,5%	17	11,6%	14	8,1%

Contrato permanente	9,5%	25	7,4%	9	8,9%
Patrão	,0%	0	,0%	0	,0%
Outra situação	2,3%	6	,8%	1	1,8%
não se aplica	70,2%	184	71,1%	86	70,5%
Total	100,0%	262	100,0%	121	100,0%

A31.1.3. Nos últimos 5 anos, teve outro tipo de contrato de trabalho?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Sim	3,0%	8	2,4%	3	2,8%
Não	27,5%	73	27,6%	34	27,6%
não se aplica	69,4%	184	69,9%	86	69,6%
Total	100,0%	265	100,0%	123	100,0%

A31.1.4. Qual ou quais?

	Tipo de protocolo					
	CDIS		PROT		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C
Sem qualquer vínculo	2	,8%	2	1,6%	4	1,0%
Contrato de prestação de serviços: Recibo verde/avença/ acto único	1	,4%	0	,0%	1	,3%
Contrato a termo certo	5	1,9%	1	,8%	6	1,5%
Contrato permanente	0	,0%	1	,8%	1	,3%
não se aplica	257	97,0%	120	97,6%	377	97,2%
Total	265	100,0%	123	100,0%	388	100,0%

A32. aspectos mais importantes para encontrar trabalho:

	Tipo de protocolo					
	CDIS		PROT		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C
Ter sorte	120	45,1%	54	41,2%	174	43,8%
Ter ambição	43	16,2%	28	21,4%	71	17,9%
Ter estudos	172	64,7%	84	64,1%	256	64,5%
Adaptar-se a qualquer trabalho	83	31,2%	56	42,7%	139	35,0%
Ser bom no que se faz	67	25,2%	28	21,4%	95	23,9%
Ser jovem	152	57,1%	65	49,6%	217	54,7%
Conhecer pessoas importantes	97	36,5%	42	32,1%	139	35,0%
Total	266	100,0%	131	100,0%	397	100,0%

A33.Qual é o seu grau de satisfação com:

		Tipo de protocolo				
		CDIS		PROT		Total
		% em C	N	% em C	N	% em C
A33.1. a vida em geral	Nada satisfeito	29,9%	82	29,4%	40	29,8%
	Pouco satisfeito	47,1%	129	39,7%	54	44,6%
	Satisfeito	21,5%	59	29,4%	40	24,1%
	Muito satisfeito	1,5%	4	1,5%	2	1,5%
	Total	100,0%	274	100,0%	136	100,0%
a vida em geral	Nada satisfeito	29,9%	82	29,4%	40	29,8%
	Pouco satisfeito	47,1%	129	39,7%	54	44,6%
	Satisfeito	21,5%	59	29,4%	40	24,1%
	Muito satisfeito	1,5%	4	1,5%	2	1,5%
	Total	100,0%	274	100,0%	136	100,0%
A33.2.O seu nível de educação/ formação	Nada satisfeito	20,4%	56	19,7%	26	20,2%
	Pouco satisfeito	37,2%	102	36,4%	48	36,9%
	Satisfeito	38,7%	106	40,2%	53	39,2%
	Muito satisfeito	3,6%	10	3,8%	5	3,7%
	Total	100,0%	274	100,0%	132	100,0%
A33.2.O seu emprego	Nada satisfeito	84,2%	213	87,4%	111	85,3%
	Pouco satisfeito	9,1%	23	3,9%	5	7,4%
	Satisfeito	3,6%	9	4,7%	6	3,9%
	Muito satisfeito	3,2%	8	3,9%	5	3,4%
	Total	100,0%	253	100,0%	127	100,0%
A33.2.A sua vida familiar	Nada satisfeito	9,2%	25	9,6%	13	9,3%
	Pouco satisfeito	19,5%	53	14,8%	20	17,9%
	Satisfeito	53,7%	146	54,8%	74	54,1%
	Muito satisfeito	17,6%	48	20,7%	28	18,7%
	Total	100,0%	272	100,0%	135	100,0%
A33.2.A sua casa	Nada satisfeito	14,2%	39	17,2%	23	15,2%
	Pouco satisfeito	20,8%	57	18,7%	25	20,1%
	Satisfeito	55,5%	152	51,5%	69	54,2%
	Muito satisfeito	9,5%	26	12,7%	17	10,5%
	Total	100,0%	274	100,0%	134	100,0%
A33.2.A sua vida social (contactos com vizinhos e amigos)	Nada satisfeito	5,8%	16	6,7%	9	6,1%
	Pouco satisfeito	12,0%	33	8,9%	12	11,0%
	Satisfeito	66,2%	182	67,4%	91	66,6%
	Muito satisfeito	16,0%	44	17,0%	23	16,3%
	Total	100,0%	275	100,0%	135	100,0%
A33.2.O seu estado de saúde	Nada satisfeito	31,9%	87	36,0%	49	33,3%
	Pouco satisfeito	27,8%	76	23,5%	32	26,4%
	Satisfeito	29,7%	81	27,2%	37	28,9%
	Muito satisfeito	10,6%	29	13,2%	18	11,5%

A33.2. O seu tempo livre/ de lazer	Total	100,0%	273	100,0%	136	100,0%
	Nada satisfeito	15,2%	41	17,3%	23	15,9%
	Pouco satisfeito	42,8%	115	36,8%	49	40,8%
	Satisfeito	36,4%	98	40,6%	54	37,8%
	Muito satisfeito	5,6%	15	5,3%	7	5,5%
	Total	100,0%	269	100,0%	133	100,0%

A35. Tem algum tipo de doença ou problema de saúde mental ou físico?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Sim	58,6%	160	61,8%	84	59,7%
Não	41,4%	113	38,2%	52	40,3%
Total	100,0%	273	100,0%	136	100,0%

A36. E alguém do seu agregado familiar?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Sim	35,6%	96	38,1%	51	36,4%
Não	64,4%	174	61,9%	83	63,6%
Total	100,0%	270	100,0%	134	100,0%

A36.1. Se sim, quem (grau de parentesco)?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
marido/mulher/irmão/irmã	12,4%	34	5,9%	8	10,2%
filhos	9,9%	27	23,5%	32	14,4%
ascendentes	8,0%	22	2,9%	4	6,3%
mais do que familiar	4,7%	13	5,1%	7	4,9%
não se aplica	65,0%	178	62,5%	85	64,1%
Total	100,0%	274	100,0%	136	100,0%

A37. Nas suas actividades diárias, em que medida se considera limitado pelos seus problemas de saúde?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Muito Limitado	21,0%	57	21,8%	29	21,2%
Limitado	20,6%	56	19,5%	26	20,2%
Pouco Limitado	11,0%	30	10,5%	14	10,9%
Nada Limitado	5,9%	16	9,0%	12	6,9%
não se aplica	41,5%	113	39,1%	52	40,7%
Total	100,0%	272	100,0%	133	100,0%

A38. Através do RSI, nomeadamente com o Acordo de inserção, tornou-se mais fácil para si ou para outros elementos da sua família ter cuidados de saúde?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Sim	34,6%	92	27,4%	37	32,2%
Não	65,4%	174	72,6%	98	67,8%
Total	100,0%	266	100,0%	135	100,0%

A39. Frequência das dificuldades nos últimos 12 meses:

		Tipo de protocolo				
		CDIS		PROT		Total
		% em C	N	% em C	N	% em C
A39. Pagar Habitação (renda, prestação)	Nunca	21,4%	42	22,2%	24	21,7%
	Às vezes	24,5%	48	25,0%	27	24,7%
	Muitas Vezes	28,6%	56	35,2%	38	30,9%
	Sempre	25,5%	50	17,6%	19	22,7%
	Total	100,0%	196	100,0%	108	100,0%
A39. Pagar Agua, luz, gás	Nunca	14,5%	36	16,0%	21	15,0%
	Às vezes	28,5%	71	30,5%	40	29,2%
	Muitas Vezes	33,7%	84	30,5%	40	32,6%
	Sempre	23,3%	58	22,9%	30	23,2%
	Total	100,0%	249	100,0%	131	100,0%
A39. Comer como deve ser	Nunca	21,8%	59	30,1%	41	24,6%
	Às vezes	35,8%	97	27,2%	37	32,9%
	Muitas Vezes	26,9%	73	33,1%	45	29,0%
	Sempre	15,5%	42	9,6%	13	13,5%
	Total	100,0%	271	100,0%	136	100,0%
A39. Comprar todos os medicamentos que precisa	Nunca	16,6%	44	17,3%	23	16,8%
	Às vezes	21,9%	58	22,6%	30	22,1%
	Muitas Vezes	26,8%	71	29,3%	39	27,6%
	Sempre	34,7%	92	30,8%	41	33,4%
	Total	100,0%	265	100,0%	133	100,0%
A39. Pagar uma consulta de especialidade (ex.:	Nunca	13,3%	35	7,0%	9	11,2%
	Às vezes	10,6%	28	13,2%	17	11,5%

dentista)	Muitas Vezes	23,1%	61	25,6%	33	23,9%
	Sempre	53,0%	140	54,3%	70	53,4%
	Total	100,0%	264	100,0%	129	100,0%
A39. Comprar aos filhos a roupa que precisam	Nunca	17,0%	28	9,5%	9	14,2%
	Às vezes	21,8%	36	24,2%	23	22,7%
	Muitas Vezes	30,9%	51	25,3%	24	28,8%
	Sempre	30,3%	50	41,1%	39	34,2%
	Total	100,0%	165	100,0%	95	100,0%
A39. Dar aos filhos dinheiro para actividades na escola	Nunca	13,4%	19	14,1%	12	13,7%
	Às vezes	19,7%	28	18,8%	16	19,4%
	Muitas Vezes	24,6%	35	23,5%	20	24,2%
	Sempre	42,3%	60	43,5%	37	42,7%
	Total	100,0%	142	100,0%	85	100,0%
A39. Pagar creche/infantário/escolas	Nunca	26,9%	25	22,2%	12	25,2%
	Às vezes	15,1%	14	16,7%	9	15,6%
	Muitas Vezes	26,9%	25	22,2%	12	25,2%
	Sempre	31,2%	29	38,9%	21	34,0%
	Total	100,0%	93	100,0%	54	100,0%

A40. já lhe aconteceu passar por situações difíceis?

	Tipo de protocolo					
	CDIS		PROT		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C
Nunca me aconteceu	5	1,8%	2	1,5%	7	1,7%
Remedeio-me, passo mal	99	36,1%	33	24,3%	132	32,2%
Peço à família	128	46,7%	57	41,9%	185	45,1%
Peço aos vizinhos e/ou amigos	53	19,3%	35	25,7%	88	21,5%
Peço ao patrão	3	1,1%	3	2,2%	6	1,5%
Peço fiado	29	10,6%	20	14,7%	49	12,0%
Procuro uma instituição (ex. banco alimentar, etc)	30	10,9%	25	18,4%	55	13,4%
Faço biscates	11	4,0%	8	5,9%	19	4,6%
Total	274	100,0%	136	100,0%	410	100,0%

A41. Como definiria a sua condição actual?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
É pobre	74,1%	200	67,9%	91	72,0%
É remediado	25,9%	70	32,1%	43	28,0%
Total	100,0%	270	100,0%	134	100,0%

A42. Olhando para o seu passado, acha que viveu situações de pobreza?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C

Nunca	33,0%	90	31,9%	43	32,6%
Algumas vezes	35,5%	97	31,1%	42	34,1%
Muitas vezes	31,5%	86	37,0%	50	33,3%
Total	100,0%	273	100,0%	135	100,0%

A43. Pensa que a sua vida tem sido melhor do que a dos seus pais/pessoas com quem viveu na sua infância?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Sim	41,7%	100	38,0%	46	40,4%
Não	58,3%	140	62,0%	75	59,6%
Total	100,0%	240	100,0%	121	100,0%

A43.2. Porquê?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
A actual é pior em condições económicas	38,5%	87	40,3%	48	39,1%
A actual é pior em geral	15,0%	34	16,8%	20	15,7%
A actual é igualmente má por razões económicas	3,1%	7	3,4%	4	3,2%
A actual é igualmente má em geral	2,7%	6	1,7%	2	2,3%
Melhorias resultantes do Desenvolvimento social do país	12,8%	29	4,2%	5	9,9%
Contexto familiar – dificuldades económicas	24,3%	55	28,6%	34	25,8%
Outros problemas no contexto familiar de origem	3,5%	8	5,0%	6	4,1%
Total	100,0%	226	100,0%	119	100,0%

A44. Pensa que a vida dos seus filhos pode vir a ser melhor que a sua?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Sim	67,7%	155	69,7%	83	68,4%
Não	14,8%	34	15,1%	18	14,9%
Não tem filhos	17,5%	40	15,1%	18	16,7%
Total	100,0%	229	100,0%	119	100,0%

A44.2. Porquê? (recodificada)

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Qualidade dos próprios filhos	53,6%	96	66,0%	66	58,1%
sorte	4,5%	8	1,0%	1	3,2%
apoio do próprio aos filhos	11,2%	20	8,0%	8	10,0%
Melhorias resultantes do Desenvolvimento social do país	11,7%	21	8,0%	8	10,4%
desemprego	5,6%	10	2,0%	2	4,3%
saúde	2,2%	4	3,0%	3	2,5%
falta de sorte	,0%	0	,0%	0	,0%
desenvolvimento social do país	8,9%	16	11,0%	11	9,7%
Outras respostas	2,2%	4	1,0%	1	1,8%
Total	100,0%	179	100,0%	100	100,0%

A45. Com qual destas afirmações concorda mais?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Tenho projectos para o futuro	21,0%	57	18,9%	25	20,3%
Vou vivendo o dia-a-dia	79,0%	214	81,1%	107	79,7%
Total	100,0%	271	100,0%	132	100,0%

A46.Quais as coisas que melhor lhe podiam acontecer agora?

	Tipo de protocolo					
	CDIS		PROT		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C
Arranjar um emprego ou mudar para um emprego melhor (o próprio ou outro elemento do agregado)	163	60,1%	86	63,7%	249	61,3%
Mudar de casa / manter a casa	56	20,7%	24	17,8%	80	19,7%
Aumentar o valor da prestação RSI	109	40,2%	62	45,9%	171	42,1%
Resolver problemas de saúde/dependências	82	30,3%	35	25,9%	117	28,8%
Ter mais apoio de familiares e amigos	12	4,4%	5	3,7%	17	4,2%
Emigração/regresso ao país de origem	1	,4%	0	,0%	1	,2%
Reforma	0	,0%	2	1,5%	2	,5%
Ajuda na alimentação	1	,4%	0	,0%	1	,2%
Conseguir entrar para a faculdade	1	,4%	0	,0%	1	,2%
Outras respostas	4	1,5%	0	,0%	4	1,0%
Total	271	100,0%	135	100,0%	406	100,0%

A47.Quando pensa no futuro, acredita que:

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
A sua vida vai melhorar	43,1%	106	52,1%	63	46,0%
A sua vida vai piorar	15,4%	38	13,2%	16	14,7%
A sua vida vai manter-se igual	41,5%	102	34,7%	42	39,2%
Total	100,0%	246	100,0%	121	100,0%

A48. Grau de concordância:

		Tipo de protocolo				
		CDIS		PROT		Total
		% em C	N	% em C	N	% em C
A48. Qualquer apoio do Estado cria obrigações da parte de quem recebe	Não Concordo	14,5%	34	16,4%	19	15,1%
	Concordo em parte	35,0%	82	45,7%	53	38,6%
	Concordo totalmente	50,4%	118	37,9%	44	46,3%
	Total	100,0%	234	100,0%	116	100,0%
A48. Os apoios do Estado deviam ser sobretudo empréstimos que depois as pessoas deviam pagar logo que pudessem	Não Concordo	51,0%	124	65,5%	78	55,8%
	Concordo em parte	36,6%	89	26,1%	31	33,1%
	Concordo totalmente	12,3%	30	8,4%	10	11,0%
	Total	100,0%	243	100,0%	119	100,0%
A48. O Estado não tem que ajudar as pessoas, cada um deve saber governar-se	Não Concordo	73,9%	187	79,5%	101	75,8%
	Concordo em parte	18,6%	47	18,1%	23	18,4%
	Concordo totalmente	7,5%	19	2,4%	3	5,8%
	Total	100,0%	253	100,0%	127	100,0%
A48. O Estado deve ajudar quem precisa pois é para isso que se pagam os impostos	Não Concordo	4,0%	10	3,1%	4	3,7%
	Concordo em parte	10,3%	26	8,5%	11	9,7%
	Concordo totalmente	85,8%	217	88,4%	114	86,6%
	Total	100,0%	253	100,0%	129	100,0%

A49. Quem pensa que deve acabar com a pobreza em Portugal?

	Tipo de protocolo					
	CDIS		PROT		Total	
	N	% em C	N	% em C	N	% em C
Os sindicatos	5	2,0%	2	1,7%	7	1,9%
As Misericórdias	16	6,6%	3	2,6%	19	5,3%
As Câmaras, Juntas de Freguesia	19	7,8%	8	6,9%	27	7,5%
A Igreja	24	9,8%	16	13,8%	40	11,1%
A União Europeia	52	21,3%	22	19,0%	74	20,6%
Cada um de nós	67	27,5%	43	37,1%	110	30,6%
Os partidos políticos	56	23,0%	19	16,4%	75	20,8%
As empresas	17	7,0%	6	5,2%	23	6,4%
O Estado	181	74,2%	85	73,3%	266	73,9%
Outras respostas	1	,4%	2	1,7%	3	,8%
Total	244	100,0%	116	100,0%	360	100,0%

A51. Considerando a sua situação com qual destas afirmações se identifica mais?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Difícilmente me imagino a viver sem RSI	80,8%	214	76,9%	100	79,5%
Penso que nos próximos 6 meses a 1 ano deixarei de precisar do RSI	10,2%	27	14,6%	19	11,6%
Penso que daqui a mais de um ano vou deixar de precisar do apoio do RSI	9,1%	24	8,5%	11	8,9%
Total	100,0%	265	100,0%	130	100,0%

A52. Qual das seguintes afirmações se aplica mais à sua vida?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Na minha vida não tenho tido oportunidades para mostrar do que sou capaz	56,4%	146	55,1%	70	56,0%
Na minha vida tenho aproveitado as oportunidades que surgem	43,6%	113	44,9%	57	44,0%
Total	100,0%	259	100,0%	127	100,0%

A53. Com qual destas frases concorda mais?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Não tenho necessidade de aprender mais nada	6,5%	17	8,5%	11	7,1%
Preciso aprender coisas novas mas não me sinto com energia de voltar a estudar	44,1%	116	39,5%	51	42,6%
Tenho capacidade e vontade de aprender mais do que sei	43,7%	115	40,3%	52	42,6%
Já estou numa formação	5,7%	15	11,6%	15	7,7%
Total	100,0%	263	100,0%	129	100,0%

A54.E das seguintes frases com qual concorda mais

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Sinto-me tão perdido que preciso que alguém resolva os meus problemas	10,7%	29	7,4%	10	9,6%
Sou capaz de resolver os meus problemas mas preciso de ajuda	76,3%	206	77,9%	106	76,8%
Sinto-me capaz de resolver todos os meus problemas pelos meus próprios meios	13,0%	35	14,7%	20	13,5%
Total	100,0%	270	100,0%	136	100,0%

A55.No seu caso, diga por favor em que situação poderá deixar de receber o Rendimento Social de Inserção.

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Não vai deixar de receber, só em situação de incumprimento	5,5%	14	8,1%	10	6,4%
Não, objectivamente não vê outra solução	6,7%	17	6,5%	8	6,6%
Quando tiver outras prestações sociais ou o valor das que recebe aumentar	8,7%	22	6,5%	8	8,0%
Se arranjar um emprego ou um emprego com melhores condições (o próprio ou outro elemento do agregado)	68,4%	173	68,5%	85	68,4%
Quando não necessitar de cuidar de familiares (crianças, idosos ou deficientes)	,8%	2	,0%	0	,5%
Quando tiver melhores condições habitacionais	,8%	2	,0%	0	,5%
Quando tiver os problemas de saúde resolvidos	7,1%	18	7,3%	9	7,2%
Outras situações	2,0%	5	3,2%	4	2,4%
Total	100,0%	253	100,0%	124	100,0%

A57.Somando estes rendimentos, em que escalão de rendimento por mês se encontra o seu agregado familiar?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Menos de 190€	29,3%	78	23,1%	31	27,3%
Entre 190€ e 300€	19,5%	52	20,9%	28	20,0%
Entre 301€ e 450€	22,6%	60	26,1%	35	23,8%
Entre 451€ e 600€	13,9%	37	13,4%	18	13,8%
Entre 601€ e 750€	9,4%	25	9,7%	13	9,5%
Mais de 750€	5,3%	14	6,7%	9	5,8%
Total	100,0%	266	100,0%	134	100,0%

A57.2.Tem habitualmente ajudas financeiras de amigos ou familiares?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Sim	40,4%	108	28,2%	37	36,4%
Não	59,6%	159	71,8%	94	63,6%
Total	100,0%	267	100,0%	131	100,0%

A58.Tem alguns filhos menores que não vivam consigo?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Sim	7,3%	20	5,9%	8	6,9%
Não	92,7%	253	94,1%	127	93,1%
Total	100,0%	273	100,0%	135	100,0%

A59.Com quem vivem esses filhos?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
O pai/mãe	65,0%	13	75,0%	6	67,9%
Avós	15,0%	3	,0%	0	10,7%
Pais adoptivos	5,0%	1	,0%	0	3,6%
Outros familiares	10,0%	2	12,5%	1	10,7%
Numa instituição de acolhimento (lar, centro de acolhimento temporário)	5,0%	1	,0%	0	3,6%
Outra situação	,0%	0	12,5%	1	3,6%
Não sei	,0%	0	,0%	0	,0%
Total	100,0%	20	100,0%	8	100,0%

A60.Com que frequência tem contacto com esses filhos?

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Frequentemente (diária ou semanalmente)	40,0%	8	62,5%	5	46,4%
Periodicamente (mensalmente)	20,0%	4	,0%	0	14,3%
Raramente (anualmente ou nunca)	40,0%	8	37,5%	3	39,3%
Total	100,0%	20	100,0%	8	100,0%

Tipo de família

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Uma pessoa	24,4%	67	17,6%	24	22,1%
Uma pessoa com um ou mais familiares que não cônjuge ou filhos (p.ex: 2 irmãos)	2,2%	6	2,9%	4	2,4%
Casal sem filhos e sem outras pessoas	8,4%	23	3,7%	5	6,8%
Casal com filhos e sem outras pessoas	29,8%	82	31,6%	43	30,4%
Família monoparental sem outras pessoas	21,1%	58	29,4%	40	23,8%
Família monoparental com outras pessoas	8,0%	22	8,1%	11	8,0%
Casal com ou sem filhos e outras pessoas	6,2%	17	6,6%	9	6,3%
Total	100,0%	275	100,0%	136	100,0%

Sexo do entrevistado

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Masculino	31,3%	86	19,1%	26	27,3%
Feminino	68,7%	189	80,9%	110	72,7%
Total	100,0%	275	100,0%	136	100,0%

Idade do entrevistado (escalões etários)

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
< 29 anos	11,6%	32	11,8%	16	11,7%
de 30 a 35 anos	11,3%	31	14,0%	19	12,2%
de 36 a 40 anos	16,0%	44	18,4%	25	16,8%
de 41 a 45 anos	17,1%	47	20,6%	28	18,2%
de 46 a 50 anos	12,7%	35	11,0%	15	12,2%
de 51 a 55 anos	9,8%	27	8,1%	11	9,2%
de 56 a 60 anos	10,9%	30	8,1%	11	10,0%
> 60 anos	10,5%	29	8,1%	11	9,7%
Total	100,0%	275	100,0%	136	100,0%

Situação conjugal do entrevistado

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Casado/a ou em união de facto	40,7%	112	39,0%	53	40,1%
Solteiro/a	23,6%	65	21,3%	29	22,9%
Divorciado/a, separado/a	31,6%	87	33,1%	45	32,1%
Viúvo/a	4,0%	11	6,6%	9	4,9%
Total	100,0%	275	100,0%	136	100,0%

Habilitações do entrevistado

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Não sabe ler nem escrever	8,0%	22	15,4%	21	10,5%

Sabe ler e escrever mas não tem grau escolar	10,2%	28	9,6%	13	10,0%
1º Ciclo do ensino básico (Primária/4ª classe)	32,1%	88	23,5%	32	29,3%
2º Ciclo (Preparatória/5º e 6º anos)	23,0%	63	24,3%	33	23,4%
3º Ciclo (5º ano/9º ano)	15,3%	42	22,8%	31	17,8%
Secundário (7º/12º)	9,1%	25	4,4%	6	7,6%
Curso Médio	1,1%	3	,0%	0	,7%
Curso Superior	1,1%	3	,0%	0	,7%
Formação Pós-Graduada	,0%	0	,0%	0	,0%
Total	100,0%	274	100,0%	136	100,0%

Curso de formação profissional do entrevistado

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Sim	27,7%	76	35,6%	48	30,3%
Não	72,3%	198	64,4%	87	69,7%
Total	100,0%	274	100,0%	135	100,0%

Meio principal de vida do entrevistado

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Só RSI	58,9%	162	58,1%	79	58,6%
RSI e trabalho	18,5%	51	16,2%	22	17,8%
RSI e pensão/subsídios/outras prestações	15,6%	43	19,1%	26	16,8%
RSI e biscates	2,2%	6	3,7%	5	2,7%
outras combinações de meios de vida	4,7%	13	2,9%	4	4,1%
Total	100,0%	275	100,0%	136	100,0%

Grau de habilitações mais elevado entre os elementos do agregado familiar

	Tipo de protocolo				
	CDIS		PROT		Total
	% em C	N	% em C	N	% em C
Não sabe ler nem escrever	2,2%	6	2,2%	3	2,2%
Sabe ler e escrever mas não tem grau escolar	5,5%	15	3,7%	5	4,9%
1º Ciclo do ensino básico (Primária/4ª classe)	18,2%	50	16,2%	22	17,5%

2º Ciclo (Preparatória/5º e 6º anos)	23,3%	64	36,0%	49	27,5%
3º Ciclo (5º ano/9º ano)	32,0%	88	30,1%	41	31,4%
Secundário (7º/12º)	15,3%	42	10,3%	14	13,6%
Curso Médio	,7%	2	,7%	1	,7%
Curso Superior	2,9%	8	,7%	1	2,2%
Formação Pós-Graduada	,0%	0	,0%	0	,0%
Total	100,0%	275	100,0%	136	100,0%

	N	Valor mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio padrão
Dimensão do Agregado	411	1	14	3,14	1,825
Número de dependentes menores	411	0	12	1,23	1,443
Número de dependentes, por razões físicas ou mentais	411	0	5	,63	,872
Número de dependentes total	411	0	12	1,70	1,552

ANEXO 7.

Inquérito por questionário aplicado aos beneficiários do Rendimento social de inserção

3. Entregou logo os papéis do Rendimento Social de Inserção assim que soube que ele existia? (Pode escolher mais do que uma resposta)

- Sim, entreguei logo os papéis 1
- Não, não queria ser beneficiário(a) do RSI 2
- Não, nessa altura não precisava 3
- Não, pensei que ia encontrar um trabalho a qualquer momento..... 4
- Não, não sabia onde ir pedir informações..... 5
- Não, não tinha todos os papéis de que precisava para requerer 6
- Outra razão. Qual? _____ ‘ _ ’
- NS/NR..... 99

4. Em que ano é que entregou os papéis do Rendimento Social de Inserção pela primeira vez? (procurar identificar o ano, poderá utilizar como estratégia de identificação a idade dos filhos)

Ano	_____
NR	99

5. Há quem se sinta envergonhado em recorrer ao RSI e há quem considere que não é vergonha, é antes um direito ser apoiado quando se enfrenta uma situação difícil. No seu caso o que define melhor a

sua situação? Tem vergonha ou acha que é um direito recorrer ao RSI?

- Tem vergonha 1
- Acha que é um direito 2
- NS/NR 99

Anotar qualquer outra resposta dada pelo entrevistado.

_____ ‘ _ ’

6. Há muita gente que, por alguma razão, já teve RSI no passado, deixou de ter e voltou mais tarde a requerer. Este é o seu caso?

- Não, nunca foi interrompido, esta foi a 1º vez que requeremos..... 1
- Sim, já houve interrupção, foi cancelado o primeiro rendimento. 2
- NS/NR 99

7. Qual a principal razão que o levou a recorrer ao RSI, da última vez que recorreu? (de entre as seguintes razões assinale no máximo 3)

Separação/divórcio.....	1
Redução de salário.....	2
Toxicodependência de um dos elementos da família.....	3
<hr/>	
Insuficiência de prestações e serviços	

sociais (ex: pensão, subsídio de desemprego, etc).....	4
Necessidade de cuidar de elementos da família por dependência (crianças, idosos, pessoas com deficiência)	5
Incapacidade para fazer face às despesas	6
<hr/>	
Endividamento	7
Problema de Saúde.....	8
Perda de Trabalho/desemprego.....	9
Outras Razões.	
Qual? _____ ‘ ’ ‘ ’	
Não sei, não me lembro.....	88
NS/NR.....	99

8. Para além do Rendimento Social de Inserção (RSI), referia por favor dos seguintes apoios quais os que tem?

	SIM	NÃO	NS/NR
a) Pagamento de cuidados de saúde (óculos, medicamentos, etc) e/ou Encaminhamento para cuidados de saúde a mim e aos meus familiares	1	2	99
b) Apoio psicológico em situações difíceis que tenho vivido	1	2	99
c) Apoios à educação (pagamento de aulas de natação, ocupação de tempos livres, etc)	1	2	99
d) Apoio à inserção no sistema educativo dos filhos	1	2	99
e) Formação profissional	1	2	99
f) Apoio à inserção em emprego ou à criação do próprio emprego	1	2	99
g) Apoios à habitação (Acesso a uma casa, melhorias na casa onde vive, pagamento de renda/empréstimo de casa)	1	2	99
h) Ajudas ou conselhos na organização das despesas da casa ou nos assuntos domésticos (ex: apoio da ajudante de acção	1	2	99

directa, formação parental, etc)			
i) Apoio aos transportes	1	2	99
j) Apoio em serviços ou equipamentos para mim e minha família (creches, escolas, lar, etc)	1	2	99
k) Acesso à informação sobre os meus direitos legais e sociais	1	2	99

NR..... 99

A.2 No âmbito do RSI assinou um Acordo, que se chama Acordo de Inserção, onde se definem as obrigações que o beneficiário deve cumprir para poder receber não só esse rendimento mas também outras contrapartidas. Vamos colocar-lhe algumas questões sobre este acordo, começando por perguntar:

9. Lembra-se de ter assinado o 1º acordo de inserção?

Sim..... 1

Não 2

NR..... 99

10. Depois desse assinou outros Acordos de Inserção?

Sim..... 1

Não 2

11. Lembra-se se alguma vez os técnicos lhe explicaram o que era esse acordo?

Os técnicos explicaram-lhe qual era o

acordo e ouviram a sua opinião 1

Os técnicos explicaram-lhe qual era o

acordo mas não ouviram a sua opinião..... 2

Não explicaram nem ouviram a sua opinião 3

Não se lembra se lhe explicaram ou não 4

NR..... 99

12. O facto de receber RSI exige algumas obrigações da sua parte. Da seguinte lista indique quais as obrigações que lhe foram exigidas a si e à sua família. (Ler e anotar a resposta para cada uma das alíneas)

	Sim	Não
Melhorar as condições da minha habitação ou mudar de casa	1	2
Organizar e limpar a minha casa.....	1	2
Pagar contas da água, luz, gás, renda de casa	1	2
Aumentar a minha escolaridade	1	2
Matricular os meus filhos na escola/inscrever na creche ou infantário	1	2
Garantir que os meus filhos não faltam à escola	1	2
Procurar activamente emprego	1	2
Frequentar cursos de formação	1	2

Fazer tratamento de desintoxicação do próprio ou familiar (drogas ou álcool)	1	2
Cuidar da minha saúde ou dos meus familiares (ir a consultas, vacinação, exames).....	1	2
Regularizar documentação (BI, autorização de residência,..)	1	2
Outra : Qual ? _____		
_____ ' _ ' _____	1	2

PERGUNTA PARA O ENTREVISTADOR:

Ainda o entrevistado tenha identificado as obrigações depois de lidas, demonstrou, inicialmente, conhecê-las mal?

Sim 1
 Não 2

13. O que pensa das obrigações deste acordo?

Estou de acordo com as minhas obrigações ... 1
 Penso que tem obrigações a mais 2
 NS/NR..... 99

14. Para além do dinheiro que recebe quais são as outras contrapartidas deste acordo? (Ler e anotar a resposta para cada uma das alíneas)

	Sim	Não
É a possibilidade de melhorar a vida familiar.....	1	2
É a garantia de passar a ter acesso a cuidados de saúde.....	1	2
É a garantia de ter melhores condições de habitação	1	2
É a garantia de melhorar o nível de escolaridade	1	2
É a garantia de vir a encontrar um emprego.....	1	2
Outra situação. Qual?_____ ‘ ’ ’	1	2
Para além do dinheiro não há outras contrapartidas	1	2

15. O que pensa das contrapartidas?

Estou de acordo com as contrapartidas	1
Penso que tem contrapartidas a menos	2
NS/NR.....	99

16. Na sua opinião, em termos gerais, o que falta neste acordo de inserção?

_____ ‘ ’ ’

_____ ‘ ’ ’

17. Considerando globalmente a sua experiência até agora, que áreas considera mais importantes nesse acordo? (Várias respostas)

Habitação	1
Saúde	2
Apoio da acção social	3
Emprego	4
Educação/ formação	5

Outra.

Qual?_____ ‘ ’ ’

NS/NR 99

18. Sabia que há diferentes serviços públicos com responsabilidade no seu acordo (como o IEFP – Centro de Emprego, a Seg. Social, o Centro de Saúde...)?

Sim..... 1
P.19 ← Não 2
NR..... 99

18.1. Considera que esses serviços são importantes?

Sim..... 1
Não 2
NR..... 99

19. Quais os serviços públicos com os quais tem mais contacto?

_____'__'

_____'__'

20. Desde que assinou o acordo, com que frequência está com cada técnico:

	Nunca estive	Apenas estive quando requeri o RSI e assinei o acordo	Já estive 1 ou 2 vezes depois disso	Estou 1 vez por mês	Estou 1 vez por semanas	Outra situação. Qual? ____	NS/ NR
a) Técnico que acompanha o processo	1	2	3	4	5	6	99
b) Ajudante de acção directa	1	2	3	4	5	6	99
c) Outro Qual? _____	1	2	3	4	5	6	99

É demasiado, o técnico controla a minha vida .. 1
É suficiente, o técnico ajuda-me..... 2
É insuficiente, o técnico mal conhece os meus problemas 3
NS/NR..... 99

21. O que pensa do acompanhamento do técnico:

22. Das três frases que vou ler a seguir diga-me qual define melhor a sua relação com as (os) técnicas (os) que acompanham o seu processo. (Escolher apenas uma)

Compreendem-me e ajudam-me, procurando os apoios que eu preciso.....	1		
Só estão preocupadas (os) em que eu vá trabalhar e não pensam nas minhas dificuldades	2		
Só arranjam soluções que não me interessam .	3		
NS/NR.....	99		

23. O que aprecia mais no trabalho dos técnicos? (anotar exactamente o que o entrevistado responder, mesmo que diga não apreciar nada)

_____ ‘ ’

_____ ‘ ’

24. Desde que recebe RSI, em algum momento houve mudança no acompanhamento? Que tipo de mudança?

	Sim	Não	NR
Mudou o técnico	1	2	99
Passei a ter apoio de outros técnicos.....	1	2	99

Passei a estar mais vezes com o técnico..... 1 2 99

O técnico passou a ir mais vezes a minha casa 1 2 99

Foram-me exigidas outras obrigações 1 2 99

Passei a ter acompanhamento da ajudante 1 2 99

Mudou o local de atendimento 1 2 99

Outras mudanças.
Quais? _____ ‘ ’ 1 2 99

Passamos para outro tema importante para o nosso estudo: a sua situação face ao trabalho e do seu cônjuge antes de receber o RSI e agora.

Pode dizer-nos...

25. Qual era a sua situação perante o trabalho quando requereu o RSI? E a do seu cônjuge/companheiro?

	Próprio	Cônjuge
Desempregado	1	1
À procura do 1º emprego profissional	2	2
Na reforma sem actividade profissional	3	3
A trabalhar por conta de outrem.....	4	4
A trabalhar no negócio da família.....	5	5
A trabalhar por conta própria.....	6	6
Na reforma com actividade profissional.....	7	7
A fazer trabalho doméstico, e/ou a cuidar de crianças ou de outras pessoas, sem ser pago.....	8	8
Em situação de doença ou		

incapacidade/invalides permanentes	9	9
A fazer serviço cívico ou militar	10	10
Estudante (mesmo se de férias) sem ser remunerado.....	11	11

NÃO TEM CONJUGE / COMPANHEIRO 12

Outra _____

NR..... 99 99

29. E qual é a sua situação actual perante o trabalho? E a do seu cônjuge / companheiro? (OS FILTROS SEGUINTE SÃO FEITOS POR REFERÊNCIA AO PRÓPRIO)

	Próprio	Cônjuge
PASSAR A		
P.30.1.1 - GRUPO		
Desempregado	1	1
À procura do 1º emprego	2	2
PASSAR A		
P.30.2.1 -		
Na reforma sem actividade profissional	3	3
A trabalhar por conta de outrem	4	4
A trabalhar no negócio da família	5	5
A trabalhar por conta própria..	6	6
Na reforma com actividade profissional	7	7
PASSAR À CAIXA DE TEXTO ANTERIOR À		
A fazer trabalho doméstico, e/ou a cuidar de crianças ou de outras pessoas, sem ser pago	8	8
Em situação de doença ou incapacidade/invalides permanentes	9	9
A fazer serviço cívico ou militar	10	10
A estudar, mesmo se de férias, sem ser remunerado	11	11
Não tem cônjuge / companheiro		12
Outra. Qual? _____	_____	_____
NR.....	99	99

b. Enviou um currículo	1	2	3	4	99
c. Respondeu a um anúncio	1	2	3	4	99
d. Foi a uma entrevista	1	2	3	4	99
e. Falou com amigo/conhecido para tentar arranjar emprego	1	2	3	4	99
f. Foi ao centro de emprego e/ou empresa de trabalho temporário	1	2	3	4	99

30.1.4. Há quanto tempo está desempregado ou procura o 1º emprego?

Há menos de 2 meses	1
Entre 2 e 4 meses	2
Entre 4 e 6 meses	3
Entre 6 e 12 meses	4
Entre 1 e 2 anos	5
Entre 2 e 5 anos	6
Há mais de 5 anos	7
NS/NR	99

**SE P.29 “À PROCURA DE 1º EMPREGO” –
CÓDIGO 2 - PASSAR PARA A CAIXA DE
TEXTO ANTERIOR À P. 31.1.1**

30.1.5. Recebe ou recebeu subsídio de desemprego?

Nunca recebi	1
Recebi, já não recebo	2
Recebo	3
NS/NR	99

30.1.6. Porque razão deixou de trabalhar? (pode indicar no máximo duas razões)

O contrato terminou	1
Despedi-me	2
Fui despedido	3
Por razões familiares (ex.: ficar com filhos).....	4
Por o ordenado não valer a pena/não compensar o esforço	5
A empresa fechou / tinha salários em atraso	6
Por problemas de saúde.....	7
Por ter começado a ter apoios (RSI...)	8
Por ter mudado de casa	9
Outra. Qual? _____ ‘ ’	
NS/NR.....	99

GRUPO 2 E DESEMPREGADO

30.2.1. Qual é a sua profissão principal actual ou a ultima que exerceu? (Pedir para descrever o que faz).

_____ ‘ _ ’ _ ’ _ ’

30.2.2. Indique qual o regime do contrato de trabalho da actividade principal ou da última actividade exercida por si?

- Sem qualquer vínculo 1
 Contrato de prestação de
 serviços: Recibo verde/avença/ acto único . 2
 Contrato a termo certo..... 3
 Contrato permanente..... 4
 Outra Situação. Qual ? _____
 _____..... ‘ _ ’ _ ’
- NS/NR..... 99

30.2.3. Nos últimos 5 anos, teve outro tipo de contrato de trabalho?

- Sim..... 1
 Não 2
 NR..... 99
- 30.2.5. ←

30.2.4. Qual ou quais?

- Sem qualquer vínculo 1
 Contrato de prestação de
 serviços: Recibo verde/avença/ acto único . 2
 Contrato a termo certo..... 3
 Contrato permanente..... 4
 Outra Situação. Qual ? _____
 _____..... ‘ _ ’ _ ’
- NS/NR..... 99

30.2.5. Em média quantas horas trabalha / trabalhava por semana?

Nº de horas por semana|____|____|

(SE O ENTREVISTADO NÃO SOUBER PEDIR:)

Nº Horas por dia |____|____|

Nº dias por semana|____|____|

e calcular o nº de horas

por semana)

SE “DESEMPREGADO” OU “REFORMADO SEM ACTIVIDADE PROFISSIONAL” – CÓDIGOS 1 E 3 DA PERGUNTA 29, PASSAR À CAIXA DE TEXTO ANTERIOR À P. 31.1.1.

30.2.6. Acha que continuará no mesmo trabalho no próximo ano? (indicar a razão principal)

- Sim, porque estou satisfeito com o meu trabalho 1
 Sim, porque não consigo arranjar mais nada e preciso do meu trabalho 2
 Não, porque o contrato termina..... 3

Não, porque não estou satisfeito e vou procurar outro trabalho	4
Não, Porque a empresa onde trabalho vai fechar	5
Não, Porque já não tenho condições de saúde para trabalhar.....	6
Outra. Qual? _____ ‘ ’ ’	
NS/NR.....	99

VERIFICAR P.29 NA COLUNA CÔNJUGE, SE:

- NÃO TEM CÔNJUGE PASSE À P.32

- ASSINANALADOS OS CÓDIGOS 1, 3, 4, 5, 6 ou 7 PASSE À P.31;

- ASSINALADOS OS CÓDIGOS 2, 8, 9,10 ou 11 PASSE À P.32.

31.1.1. Relativamente ao seu cônjuge / companheiro qual é a sua profissão principal actual ou a ultima que exerceu? (Pedir para descrever o que faz).

_____ ‘ ’ ’

31.1.2. E, qual o regime do contrato de trabalho da actividade principal ou da última actividade exercida pelo seu cônjuge / companheiro?

Sem qualquer vínculo	1
Contrato de prestação de	

serviços: Recibo verde/avença/ acto único .	2
Contrato a termo certo.....	3
Contrato permanente.....	4
Outra Situação. Qual ? _____	
_____ ‘ ’ ’	
NS/NR.....	99

31.1.3. Nos últimos 5 anos, teve outro tipo de contrato de trabalho?

Sim.....	1
32. ← Não	2
NR.....	99

31.1.4. Qual ou quais?

Sem qualquer vínculo	1
Contrato de prestação de	
serviços: Recibo verde/avença/ acto único .	2
Contrato a termo certo.....	3
Contrato permanente.....	4
Outra Situação. Qual ? _____	
_____ ‘ ’ ’	
NS/NR.....	99

PARA TODOS

32. Na sua opinião quais são os três aspectos mais importantes que ajudam as pessoas a encontrar trabalho?

(LER HIPÓTESES DE RESPOSTA)

Ter sorte.....	1
Ter ambição	2
Ter estudos	3

Adaptar-se a qualquer trabalho	4
Ser bom no que se faz	5
Ser jovem	6
Conhecer pessoas importantes	7
NS/NR	99

Vamos passar agora para um conjunto de questões que dizem respeito à sua vida em geral.

33.1. Considerando todos os aspectos, qual é o seu grau de satisfação com a vida em geral: Nada satisfeito, Pouco Satisfeito, Satisfeito ou Muito satisfeito? (Resposta única)

	Nada Satisfeito	Pouco Satisfeito	Satisf Satisfeito	Muito Satisfeito	NS/NR
Vida em geral	1	2	3	4	99

33.2. E relativamente a cada um dos aspectos seguintes:

	Nada Satisfeito	Pouco Satisfeito	Satisf Satisfeito	Muito Satisfeito	NS/NR
O seu nível de educação/ formação.....	1	2	3	4	99
O seu emprego	1	2	3	4	99
A sua vida familiar .	1	2	3	4	99
A sua casa	1	2	3	4	99

A sua vida social
(contactos com vizinhos e amigos) .1 2 3 4 99

O seu estado de saúde 1 2 3 4 99

O seu tempo livre/
de lazer 1 2 3 4 99

35. Tem algum tipo de doença ou problema de saúde mental ou físico?
Sim..... 1
Não 2
NR..... 99

36. E alguém do seu agregado familiar?
Sim..... 1
Não 2
NR..... 99

36.1. Se sim, quem (grau de parentesco)?
_____, ____

Se na P. 35 respondeu Sim – código 1 – perguntar P.37, os restantes códigos passam P.38

37. Nas suas actividades diárias, em que medida se considera limitado pelos seus problemas de saúde?

Muito Limitado	1
Limitado	2
Pouco Limitado.....	3
Nada Limitado	4
NS/NR	99

38. Através do RSI, nomeadamente com o Acordo de inserção, tornou-se mais fácil para si ou para outros elementos da sua família ter cuidados de saúde?

Sim.....	1
Não	2
NR.....	99

P.39 ←

38.1. Se sim, quais?

	Sim	Não	NS/NR
Consultas regulares.....	1	2	99
Exames médicos	1	2	99
Dentista.....	1	2	99
Possibilidade de ter óculos..	1	2	99
Outros. Quais? _____			
_____ ' ' ' 1	1	2	99

39. Durante os últimos 12 meses com que frequência a sua família sentiu dificuldades em fazer face às seguintes despesas? (cada linha deve ter uma resposta)

	Nunca	Às vezes	Muitas vezes	Sempre	Não se aplica	NS/NR
a. Pagar Habitação (renda, prestação)	1	2	3	4	66	99
b. Pagar Água, luz, gás	1	2	3	4	66	99
c. Comer como deve ser	1	2	3	4	66	99
d. Comprar todos os medicamentos que precisa	1	2	3	4	66	99
e. Pagar uma consulta de especialidade (ex.: dentista)	1	2	3	4	66	99
f. Comprar aos filhos a roupa que precisam	1	2	3	4	66	99
g. Dar aos filhos dinheiro para actividades na escola	1	2	3	4	66	99
h. Pagar creche/infantário/escolas	1	2	3	4	66	99

40. Já lhe aconteceu passar por situações difíceis, falta de dinheiro ou outras? O que fez nessas situações? (ler hipóteses de resposta)

Nunca me aconteceu 1

Remedeio-me, passo mal	2
Peço à família	3
Peço aos vizinhos e/ou amigos	4
<hr/>	
Peço ao patrão	5
Peço fiado	6
Procuro uma instituição (ex. banco alimentar, etc)	7
Faço biscates	8
NS/NR	99

41. Como definiria a sua condição actual? (ler hipóteses de resposta)

É pobre	1
É remediado	2
NS/NR	99

42. Olhando para o seu passado, acha que viveu situações de pobreza:

Nunca	1
Algumas vezes	2
Muitas vezes	3
NS/NR	99

43. Pensa que a sua vida tem sido melhor do que a dos seus pais/pessoas com quem viveu na sua infância?

Sim	1
Não	2
NR	99

43.2 – Porquê?

_____ ‘ _____ ’

44. Pensa que a vida dos seus filhos pode vir a ser melhor que a sua?

Sim..... 1

↓
Não 2

Não tem filhos 3

NR..... 99

44.2 – Porquê?

_____ ‘ _____ ’

45. Com qual destas afirmações concorda mais: (escolher apenas uma)

Tenho projectos para o futuro 1

Vou vivendo o dia-a-dia 2

NS/NR..... 99

46. Quais as duas coisas que melhor lhe poderiam acontecer agora: (ler hipóteses de resposta) (escolher no máximo duas)

Arranjar um emprego ou mudar para um
emprego melhor 1

- Mudar de casa..... 2
- Aumentar o valor da prestação RSI 3
- Resolver problemas de saúde/dependências . 4
- Ter mais apoio de familiares e amigos..... 5

Outras. Quais? _____ ‘ _ ’

NS/NR..... 99

47. Quando pensa no futuro, acredita que:
(escolher apenas uma)

- A sua vida vai melhorar 1
- A sua vida vai piorar 2
- A sua vida vai manter-se igual..... 3
- NS/NR..... 99

No seguinte bloco de questões gostaríamos de ter a sua opinião sobre o que pensa do país em que vivemos.

48. Diga se não concorda, concorda em parte ou concorda completamente com estas frases?
(cada linha deve ter uma resposta)

	Não	Concordo	Concordo	NS/
	Concordo	em	totalmente	NR
		parte		

Qualquer apoio do
Estado cria obrigações
da parte de quem recebe... 1 2 3 99

Os apoios do Estado deviam
ser sobretudo empréstimos
que depois as pessoas deviam
pagar logo que pudessem. 1 2 3 99

O Estado não tem que ajudar
as pessoas, cada um deve

saber governar-se..... 1 2 3 99

O Estado deve ajudar

quem precisa pois é para

isso que se pagam

os impostos..... 1 2 3 99

49. Quem pensa que deve acabar com a pobreza em Portugal? (escolha duas respostas)

Os sindicatos..... 1

As Misericórdias..... 2

As Câmaras, Juntas de Freguesia. 3

A Igreja 4

A União Europeia 5

Cada um de nós..... 6

Os partidos políticos..... 7

As empresas 8

O Estado 9

Outros Quais? _____ ' _ ' _ '

NS/NR 99

Vamos agora voltar ao RSI: gostaríamos de saber se pensa que tem ou não tem condições para deixar de receber, mais cedo ou mais tarde, esta prestação

51. Considerando a sua situação com qual destas afirmações se identifica mais? (escolher apenas uma)

Difícilmente me imagino a viver sem RSI..... 1

Penso que nos próximos 6 meses a 1 ano

deixarei de precisar do RSI 2

Penso que daqui a mais de um ano

vou deixar de precisar do apoio do RSI 3

NS/NR 99

52. Qual das seguintes afirmações se aplica mais à sua vida? (escolher apenas uma)

Na minha vida não tenho tido oportunidades
para mostrar do que sou capaz 1

Na minha vida tenho aproveitado as
oportunidades que surgem 2

NS/NR 99

53. Com qual destas frases concorda mais?
(escolher apenas uma)

Não tenho necessidade de aprender mais nada 1

Preciso aprender coisas novas mas não
me sinto com energia de voltar a estudar 2

Tenho capacidade e vontade de aprender
mais do que sei 3

Já estou numa formação 4

NS/NR 99

54. E das seguintes frases com qual concorda
mais: (escolher apenas uma)

Sinto-me tão perdido que preciso que alguém
resolva os meus problemas 1

Sou capaz de resolver os meus problemas mas
preciso de ajuda 2

Sinto-me capaz de resolver todos os meus
problemas pelos meus próprios meios 3

NS/NR 99

55. No seu caso, diga por favor em que
situação poderá deixar de receber o Rendimento
Social de Inserção. (anotar a resposta o mais
completa possível e deixar o entrevistado justificar
se o mais possível)

Relatório Final – ANEXOS

E para finalizar vamos pedir-lhe que nos dê algumas informações sobre o seu agregado familiar.

		Grau de parentesco relativamente a entrevistado							
		Entrevistado	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____
56. Pode começar por dizer-me, para além de si, quem são os outros membros da família que vivem consigo									
56.1. Sexo	Masculino	1	1	1	1	1	1	1	1
	Feminino	2	2	2	2	2	2	2	2
56.2. Idade		' ___ '	' ___ '	' ___ '	' ___ '	' ___ '	' ___ '	' ___ '	' ___ '
56.3. Naturalidade (concelho de origem)/Nacionalidade (<u>se estrangeiro</u>)		_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____
56.4. Situação conjugal	Casado/a ou em união de facto	1	1	1	1	1	1	1	1
	Solteiro/a	2	2	2	2	2	2	2	2
	Divorciado/a, separado/a	3	3	3	3	3	3	3	3
	Viúvo/a	4	4	4	4	4	4	4	4
56.5. Habilitações	Não sabe ler nem escrever	1	1	1	1	1	1	1	1
	Sabe ler e escrever mas não tem grau escolar	2	2	2	2	2	2	2	2
	1º Ciclo do ensino básico (Primária/4ª classe)	3	3	3	3	3	3	3	3
	2º Ciclo (Preparatória/5º e 6º anos)	4	4	4	4	4	4	4	4

	3º Ciclo (5º ano/9º ano)	5	5	5	5	5	5	5	5
	Secundário (7º/12º)	6	6	6	6	6	6	6	6
	Curso Médio	7	7	7	7	7	7	7	7
	Curso Superior	8	8	8	8	8	8	8	8
	Formação Pós-Graduada	9	9	9	9	9	9	9	9
	NS/NR	10	10	10	10	10	10	10	10
56.6. Curso de Formação profissional	Sim	1	1	1	1	1	1	1	1
	Não	2	2	2	2	2	2	2	2
	NS/NR	9	9	9	9	9	9	9	9
56.7. Meio principal de vida	Trabalho	1	1	1	1	1	1	1	1
	Rendimento social de inserção	2	2	2	2	2	2	2	2
	Subsídio de desemprego/ Subs. social de desemprego	3	3	3	3	3	3	3	3
	Pensões e reformas	4	4	4	4	4	4	4	4
	Outras prestações sociais	5	5	5	5	5	5	5	5
	Biscates/ venda ambulante	6	6	6	6	6	6	6	6
	Outra. Qual? _____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____
	NS/NR	99	99	99	99	99	99	99	99
56.8. Algum destes elementos do seu agregado familiar é dependente por problema de	Sim	1	1	1	1	1	1	1	1

saude fisico ou mental ?									
56. (continuação)		Grau de parentesco relativamente a entrevistado							
		_____	_____	_____	_____	_____			
56.1. Sexo	Masculino	1	1	1	1	1			
	Feminino	2	2	2	2	2			
56.2. Idade		' ___ '	' ___ '	' ___ '	' ___ '	' ___ '			
56.3. Naturalidade (concelho de origem)/Nacionalidade (se estrangeiro)		_____	_____	_____	_____	_____			
56.4. Situação conjugal	Casado/a ou em união de facto	1	1	1	1	1			
	Solteiro/a	2	2	2	2	2			
	Divorciado/a, separado/a	3	3	3	3	3			
	Viúvo/a	4	4	4	4	4			
56.5. Habilitações	Não sabe ler nem escrever	1	1	1	1	1			
	Sabe ler e escrever mas não tem grau escolar	2	2	2	2	2			
	1º Ciclo do ensino básico (Primária/4ª classe)	3	3	3	3	3			
	2º Ciclo (Preparatória/5º e 6º anos)	4	4	4	4	4			
	3º Ciclo (5º ano/9º ano)	5	5	5	5	5			
	Secundário (7º/12º)	6	6	6	6	6			

	Curso Médio	7	7	7	7	7
	Curso Superior	8	8	8	8	8
	Formação Pós-Graduada	9	9	9	9	9
	NS/NR	10	10	10	10	10
56.6. Curso de Formação profissional	Sim	1	1	1	1	1
	Não	2	2	2	2	2
	NS/NR	9	9	9	9	9
56.7. Meio principal de vida	Trabalho	1	1	1	1	1
	Rendimento social de inserção	2	2	2	2	2
	Subsídio de desemprego/ Subs. social de desemprego	3	3	3	3	3
	Pensões e reformas	4	4	4	4	4
	Outras prestações sociais	5	5	5	5	5
	Biscates/ venda ambulante	6	6	6	6	6
	Outra. Qual? _____	_____	_____	_____	_____	_____
	NS/NR	99	99	99	99	99
56.8. Algum destes elementos do seu agregado familiar é dependente por problema de saúde físico ou mental ?	Sim	1	1	1	1	1

57. Somando estes rendimentos, em que escalão de rendimento **por mês** se encontra o seu agregado familiar? (Não incluir ajudas financeiras dadas pelos familiares / amigos)

Menos de 190€.....	1
Entre 190€ e 300€....	2
Entre 301€ e 450€....	3
Entre 451€ e 600€....	4
Entre 601€ e 750€....	5
Mais de 750€.....	6
NS/NR	99

57.2 – Tem habitualmente ajudas financeiras de amigos ou familiares?

Sim.....	1
Não	2
NR.....	99

58. Tem alguns filhos menores que não vivam consigo?

58.1 ←	Sim.....	1
	Não	2
TERMINA ←	NR.....	99

58.1. Quantos?

‘ ___ ’

59. Com quem vivem esses filhos?

O pai/mãe	1
Avós	2
Pais adoptivos	3
Outros familiares	4
Numa família de acolhimento	5
Numa instituição de acolhimento (lar, centro de acolhimento temporário) .	6
Num hospital	7
Outra situação. Qual? _____ _____ ‘ ’	
Não sei.....	77
NR.....	99

60. Com que frequência tem contacto com esses filhos?

Frequentemente (diária ou semanalmente)	1
Periodicamente (mensalmente)	2
Raramente (anualmente ou nunca).....	3
NS/NR.....	99

MUITO OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO!

Identificação do entrevistado	Nº de ID	_____
	Concelho	

	Localidade		
	Tipo de protocolo	CDIS....1	PROT....2
Identificação do entrevistador			

CODIFICAÇÃO de 56

a) Dimensão do Agregado ' ___ ' ___ '

b) Tipo de família

Uma pessoa	1
Uma pessoa com um ou mais familiares que não cônjuge ou filhos (p.ex: 2 irmãos)	2
Casal sem filhos e sem outras pessoas	3
Casal sem filhos com outras pessoas	4
Casal com filhos e sem outras pessoas	5
Casal com filhos e com outras pessoas	6
Família monoparental sem outras pessoas	7
Família monoparental com outras pessoas	8

c) Número de dependentes menores ' ___ ' ___ '

d) Número de dependentes '____' '____'

e) Grau de habilitações mais elevado entre os elementos do agregado familiar '____' '____' | 112

f) Meio principal de vida:

Só RSI	1
RSI e trabalho	2
RSI e pensão/subsídios/outras prestações	3
RSI e biscates	4
RSI, trabalho, pensão/subsídios/outras prestações e biscates	5
RSI, trabalho e pensão/subsídios/outras prestações	6
RSI, trabalho e biscates	7
RSI e pensão/subsídios/outras prestações e biscates	8